

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS



Dissertação

Política local e seleção de candidatos a vereador:  
contribuições a partir do caso de Pelotas (RS) em 2008

Cristina Altmann

Pelotas, 2010

Cristina Altmann

Política local e seleção de candidatos a vereador:  
contribuições a partir do caso de Pelotas (RS) em 2008

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto

Pelotas, 2010

**Dados de catalogação na fonte:**

Maria Fernanda Monte Borges CRB - 10/1011

A468p

Altmann, Cristina.

Política local e seleção de candidatos a vereador : contribuições a partir do caso de Pelotas em 2010 / Cristina Altmann ; Orientador : Alvaro Augusto de Borba Barreto. - Pelotas, 2010.

208 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas.

1. Política local. 2. Partidos políticos. 3. Seleção de Candidatos. 4. Vereador. 5. Pelotas, RS. I. Barreto, Álvaro Augusto de Borba orient. II. Título.

CDD 320

## **Agradecimentos**

Nas aulas de metodologia de pesquisa aprende-se que a escrita de um trabalho científico deve ser feita de maneira impessoal, sem o uso de um “eu” ou de um “nós”. Por isto, nas aulas de metodologia “aprende-se” e não nas aulas de metodologia “aprendo” ou “aprendemos”.

Embora o texto desta dissertação esteja escrito de forma impessoal – assim como sugerem os manuais de metodologia – ele é fruto de um esforço pessoal e coletivo, e este é o momento de escrever “pessoalmente”.

Para alguns as palavras podem soar estranhas, mas devem fazer sentido àqueles que já passaram pela experiência de escrever uma monografia, uma dissertação ou uma tese acadêmica: não é uma tarefa fácil. É um desafio e tanto.

Neste desafio, algumas pessoas queridas do meu convívio pessoal foram muito importantes e merecem agradecimentos sinceros e emocionados... Meu companheiro Jurandir, pelo amor e por todos os momentos compartilhados; meus pais, Astor e Margith, minha irmã Taís, pelo carinho e pela compreensão; minhas amigas de todas as horas, Dieni, Laíne e Iná, pela amizade sincera; às colegas de mestrado, Laís, Jocelém, Cíntia e Dani, pela companhia e pelos bons momentos durante o curso.

Além disso, durante todo o percurso de elaboração da dissertação, desde o projeto inicial até a redação final do trabalho, uma pessoa foi fundamental e merece especiais agradecimentos: meu querido orientador, professor Alvaro Barreto. Obrigada pela confiança, pela atenção constante, pela orientação qualificada, pela paciência, por todas as palavras de incentivo. Ficam os meus sentimentos de gratidão e de admiração.

Por fim, agradeço aos professores do Mestrado em Ciências Sociais da UFPel; à CAPES, pela bolsa de estudos que viabilizou o andamento da pesquisa; à Juíza Sônia Araújo Pereira, que autorizou a minha entrada na 60ª zona do Cartório Eleitoral de Pelotas, tornando possível a coleta dos dados necessários; aos funcionários da 60ª zona, pela atenção e pela receptividade; e finalmente, aos dirigentes partidários e candidatos a vereador entrevistados, que me receberam em suas casas e em seus locais de trabalho, compartilhando ideias e experiências de vida. Muito obrigada a todos e todas.

## **Resumo**

O presente estudo se insere no campo de investigações da Ciência Política que tem se debruçado sobre o tema da seleção de candidatos pelos partidos políticos. A peculiaridade do trabalho consiste na observação das dinâmicas partidárias e dos critérios informais em voga na escolha dos candidatos a vereador, uma significativa categoria política no Brasil, porém pouco explorada pela literatura. O estudo foi desenvolvido com base no caso do município de Pelotas, em 2008, atualmente terceiro maior colégio eleitoral do estado do Rio Grande do Sul, por meio de entrevistas com lideranças partidárias e candidatos de quatro legendas (PP, PDT, PMDB e PT), bem como a consulta ao banco de dados da Justiça Eleitoral relativo aos concorrentes. O principal argumento do trabalho é que não é possível falar de um método único de seleção partidária para a escolha dos candidatos que disputam uma eleição, pois estes possuem diferentes recursos que funcionam como atrativos aos partidos ou, mais especificamente, àqueles que costumam avalizar ou não as candidaturas – os dirigentes partidários.

## **Abstract**

The present study is inserted in the investigation field of Political Science which has focused on the topic of the choice of candidates by the political parties. The peculiarity of the present paper consists of the observation of political parties dynamics and the informal criteria in vogue in the choice of candidates for city councilors, a significant political category / position in Brazil, though little explored in the literature. The study was carried out based on the city of Pelotas, in 2008, presently the third largest city in number of voters in the state of Rio Grande do Sul, through interviews with political leaders and candidates from four different political parties (PP, PDT, PMDB and PT), as well as a consultation in the Electoral Justice database concerning the candidates. The main work argument is that it is not possible to mention a single method concerning the choice of candidates from the political parties for an election, as they have different resources which work as attractive tools for the parties or, more specifically, to those who endorse a certain candidature or not – the political parties' leaders.

## Lista de Figuras

<b>Quadro 1</b> – Relação dos vereadores eleitos em 2008 em Pelotas e seus respectivos partidos .....	91
<b>Quadro 2</b> – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador de Pelotas (RS) em 2004 que disputaram o pleito de 2008 pelo PP .....	118
<b>Quadro 3</b> – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador de Pelotas em 2004 que disputaram o pleito de 2008 pelo PMDB .....	119
<b>Quadro 4</b> – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador de Pelotas em 2004 que disputaram o pleito de 2008 pelo PDT .....	120
<b>Quadro 5</b> – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador de Pelotas em 2004 que disputaram o pleito de 2008 pelo PT .....	121
<b>Quadro 6</b> – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador de Pelotas em 2004 que disputaram o pleito de 2008 pelos principais partidos .....	122
<b>Quadro 7</b> – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), apresentados pelo PP nas eleições de 2008 .....	178
<b>Quadro 8</b> – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), apresentados pelo PDT nas eleições de 2008 .....	180
<b>Quadro 9</b> – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador pelo PMDB em 2008 na cidade de Pelotas .....	182
<b>Quadro 10</b> – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador pelo PT em 2008 na cidade de Pelotas .....	183
<b>Quadro 11</b> – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador de Pelotas que disputaram o pleito de 2008 pelos principais partidos .....	184
<b>Gráfico 1</b> – Sexo dos candidatos a vereador em Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais .....	129



<b>Gráfico 2</b> – Faixa etária dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais .....	133
<b>Gráfico 3</b> – Escolaridade dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais .....	135
<b>Gráfico 4</b> – Ocupação dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais .....	138
<b>Gráfico 5</b> - Tempo de filiação dos candidatos a vereador de Pelotas (RS) em 2008, de acordo com os principais partidos políticos, em percentuais .....	143

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1</b> – Resultado da eleição para Prefeito de Pelotas, em 2008 .....	83
<b>Tabela 2</b> – Número de candidatos a vereador apresentados pelos partidos políticos e homologados pela Justiça Eleitoral nas eleições de 2008, em Pelotas .....	84
<b>Tabela 3</b> – Número de candidatos com os quais cada lista participou da disputa à Câmara de Vereadores de Pelotas, em 2008 .....	86
<b>Tabela 4</b> – Número de candidatos não apresentados pelas listas concorrentes à Câmara de Vereadores de Pelotas, em 2008, conforme o limite máximo legal .....	87
<b>Tabela 5</b> – Número de votos e de cadeiras obtidas de acordo com o partido ou a coligação nas eleições de 2008 à Câmara de Vereadores de Pelotas .....	91
<b>Tabela 6</b> – Sexo dos candidatos a vereador em Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais .....	128
<b>Tabela 7</b> – Sexo dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, de acordo com os principais partidos, em percentuais .....	130
<b>Tabela 8</b> – Faixa etária dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais .....	132
<b>Tabela 9</b> – Faixa etária dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, de acordo com os principais partidos, em percentuais .....	134
<b>Tabela 10</b> – Escolaridade dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais .....	135
<b>Tabela 11</b> – Escolaridade dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, de acordo com os principais partidos, em percentuais .....	136
<b>Tabela 12</b> – Ocupação dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais .....	138
<b>Tabela 13</b> – Ocupação dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, de acordo com os principais partidos, em percentuais .....	140
<b>Tabela 14</b> – Tempo de filiação dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais .....	142

<b>Tabela 15</b> – Tempo de filiação dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, de acordo com os principais partidos, em percentuais ...	143
<b>Tabela 16</b> – Tempo de filiação e existência de filiação anterior dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais .....	149
<b>Tabela 17</b> – Tempo de filiação e existência de filiação anterior dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, de acordo com os principais partidos, em percentuais .....	150
<b>Tabela 18</b> – Filiação atual dos candidatos a vereador de Pelotas (RS) que disputaram o pleito de 2008 .....	151
<b>Tabela 19</b> – Filiação atual dos candidatos a vereador de Pelotas (RS) que disputaram o pleito de 2008, de acordo com os principais partidos, em percentuais .....	153
<b>Tabela 20</b> – Participação em eleições anteriores dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais .....	156
<b>Tabela 21</b> – Participação em eleições anteriores dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, de acordo com os principais partidos, em percentuais .....	157
<b>Tabela 22</b> – Candidatos a vereador de Pelotas (RS) nas eleições de 2008 que concorreram por outros partidos em pleitos anteriores, em percentuais .....	157
<b>Tabela 23</b> – Índice de renovação em relação a 2004 da lista de candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, apresentada pelos principais partidos, em percentuais .....	158

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

Arena	Aliança Renovadora Nacional
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
DEM	Democratas
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Empem	Empresa da Pedreira Municipal
GTE	Grupo de Trabalho Eleitoral
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ONG	Organização Não Governamental
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PED	Processo de Eleições Diretas
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República

PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
Sine	Sistema Nacional de Emprego
STF	Supremo Tribunal Federal
TRE-RS	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## Sumário

<b>Resumo .....</b>	<b>5</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>6</b>
<b>Lista de Figuras .....</b>	<b>7</b>
<b>Lista de Tabelas .....</b>	<b>9</b>
<b>Lista de Siglas e Abreviaturas .....</b>	<b>11</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo 1 Seleção de candidatos: os termos do debate internacional .....</b>	<b>27</b>
1.1 Emergência da temática na literatura internacional .....	30
1.2 O Modelo de recrutamento legislativo de Pippa Norris .....	32
1.3 O Modelo de seleção de candidatos de Rahat e Hazan .....	35
1.3.1 Grau de inclusão das candidaturas .....	36
1.3.2 Grau de inclusão das agências selecionadoras .....	37
1.3.3 Grau de centralização e de descentralização .....	38
1.3.4 Sistemas de votação e sistemas de indicação .....	38
1.4 Freidenberg e López e a seleção de candidatos à Presidência na América Latina .....	39
1.5 Formação de lealdades e tipologia de candidatos em Siavelis e Morgenstern .....	43
1.6 Um Balanço parcial e a escolha de um caminho .....	45
<b>Capítulo 2 Perspectivas de análise da seleção de candidatos no Brasil .....</b>	<b>48</b>
2.1 Os Requisitos legais e partidários para uma candidatura .....	49
2.2 A Configuração dos <i>selectorates</i> e seus métodos de seleção .....	52
2.2.1 O Controle dos partidos sobre a definição das candidaturas em debate ....	53
2.2.2 O Grau de inclusão dos <i>selectorates</i> .....	56

2.3 Os Critérios utilizados pelos porteiros/selecionadores .....	60
2.4 O Perfil dos selecionados .....	63
2.5 Quem são os vereadores? .....	73
<b>Capítulo 3 Política local e seleção de candidatos: contribuições a partir do caso de Pelotas (RS) em 2008</b> .....	81
3.1 O Contexto das eleições de 2008, em Pelotas .....	82
3.2 A Configuração dos <i>selectorates</i> locais e seus métodos de seleção em Pelotas, 2008: diálogo com a literatura nacional .....	93
3.3 Os Critérios utilizados pelos porteiros/selecionadores .....	101
3.3.1 O Caso do PP .....	104
3.3.2 O Caso do PDT .....	108
3.3.3 O Caso do PMDB .....	111
3.3.4 O Caso do PT .....	114
3.3.5 O Potencial eleitoral .....	117
<b>Capítulo 4 Aspirantes a vereador: perfil social e vínculos políticos</b> .....	125
4.1 Perfil social dos candidatos a vereador nas eleições de 2008, em Pelotas ...	128
4.1.1 A Reduzida participação das mulheres .....	128
4.1.2 A Reduzida participação de jovens e de idosos .....	132
4.1.3 Os Diferentes tipos de capital escolar .....	134
4.1.4 A Diversidade de ocupações .....	137
4.2 Os Vínculos políticos dos candidatos a vereador .....	141
4.2.1 O Tempo de filiação .....	141
4.2.2 Filiação a outras legendas .....	148
4.2.3 A Filiação dos candidatos em 2010 .....	151
4.2.4 A Participação em disputas anteriores .....	156
4.3. Os Recursos sociais dos candidatos no grau zero da política .....	159
4.4 O Desempenho eleitoral em 2008 .....	177
<b>Considerações Finais</b> .....	187
<b>Referências</b> .....	202

## Introdução

O presente estudo se insere no recente campo de investigações, ao menos na Ciência Política brasileira, que tem se dedicado à discussão sobre as formas pelas quais os partidos políticos escolhem seus candidatos aos diferentes cargos públicos eletivos. Como conceituado pioneiramente por Ranney (1981, p. 75), a seleção de candidatos se constitui em *“um processo predominantemente extralegal, no qual os partidos políticos decidem quais as pessoas serão legalmente elegíveis para poderem concorrer a um cargo público em uma eleição”*.

Para Schattschneider (1940), além de ser uma função essencial dos partidos políticos modernos, a designação das candidaturas seria um ponto-chave para a compreensão das relações de poder existentes no interior das organizações partidárias. Para Rahat e Hazan (2001), além de funcionar como um primeiro “filtro” eleitoral, ao reduzir o universo de cidadãos elegíveis e limitar as opções do eleitorado, a seleção de candidatos produziria efeitos por um longo período após o término das eleições, não apenas sobre as relações e as disputas intrapartidárias, mas também sobre a dinâmica dos parlamentos, a coesão partidária e o comportamento dos próprios legisladores.

Ranney (1981, p. 103) acrescentou outro argumento para justificar a importância do tema: a categoria “candidatos” atuaria como uma espécie de mediação entre os partidos e a sociedade, constituindo *“a sua face pública, muito mais que sua organização, seus militantes ou até mesmo sua plataforma ou manifesto”*.



Principalmente a partir da contribuição de Rahat e Hazan (2001), começaram a surgir esforços de pesquisa no sentido de pensar que a análise do recrutamento das elites políticas deve iniciar pelos partidos políticos. Mais especificamente, os estudos sobre a *seleção de candidatos* abarcariam os momentos que antecedem à escolha dos candidatos pelo eleitorado, qual seja: o processo de escolha dos candidatos pelos próprios partidos políticos. Assim, como apontou Álvares (2006 e 2007), este campo de estudos investiga um padrão de seleção partidária de filiados em uma eleição, quando esses competidores se submetem às regras formais e à avaliação de recursos pessoais para fazerem parte das listas nominais apresentadas ao eleitorado em eleições democráticas.

A opção teórica e metodológica do presente trabalho foi a de seguir o caminho trilhado por esta literatura que tem se dedicado a um tratamento mais específico e sistemático em relação aos métodos de seleção utilizados pelos partidos para a escolha de seus candidatos (SCHATTSCHNEIDER, 1940; RANNEY, 1965 e 1981; GALLAGHER E MARSH, 1988; RAHAT E HAZAN, 2001).

A literatura tem buscado diferenciar e classificar distintos métodos de seleção partidária, sobretudo com base nas noções de *centralização/descentralização* e *inclusão/exclusão* do processo. Para tanto, além de levar em conta as diferenças institucionais existentes entre os diferentes países, que muitas vezes especificam os métodos de seleção que os partidos devem adotar, seria necessário considerar as regras existentes no âmbito das próprias organizações partidárias, tanto formais (presentes nos estatutos oficiais) quanto informais (presentes na “realidade” das dinâmicas tecidas entre os agentes).

Os principais questionamentos da literatura até aqui, de modo genérico, têm sido os seguintes: Quem pode ser candidato, ou seja, quais os requisitos legais e partidários para que alguém possa concorrer? De outro lado, *quem* seleciona e *como* seleciona os candidatos no interior dos partidos? Esta escolha se dá de forma centralizada ou descentralizada? Os membros participam diretamente e democraticamente deste processo ou as candidaturas são indicadas pelos dirigentes? E, ainda, as regras utilizadas pelos partidos são predominantemente formais ou informais?

Três observações importantes precisam ser feitas diante destes questionamentos. Em primeiro lugar, as análises tendem a ser feitas com base na escolha dos candidatos aos cargos parlamentares gerais (nacionais), por isso a

preocupação com a centralização/descentralização do processo. Em segundo, há um entendimento normativo de que, quanto menores as exigências para que algum cidadão possa candidatar-se, mais inclusivas e democráticas serão as práticas partidárias; de outro lado, quanto maior a extensão do corpo formal de selecionadores, o que Rahat e Hazan (2001) chamaram de *selectorate*, mais inclusivos e democráticos os métodos de seleção; e quanto mais descentralizado os métodos, novamente mais inclusivo e democrático o processo. Em terceiro lugar, embora haja o reconhecimento de que critérios informais fazem parte dos bastidores das definições das listas partidárias, eles são praticamente inexplorados pela literatura.

Para Freidenberg e López (2002), que buscaram mapear os principais métodos de seleção utilizados em diferentes países da América Latina (sem incluir o Brasil devido a supostas barreiras para obter as informações) para a escolha de seus candidatos à Presidência da República, as dificuldades metodológicas “inerentes” ao campo de estudos teriam contribuído para a escassez de pesquisas. Dentre as razões, eles destacam que *“trata-se de um tipo de dado difícil de conseguir porque usualmente não existem registros oficiais, acessíveis ao observador externo, em que conste essa informação básica dos partidos”*. Outra dificuldade seria a existência de *“certa tensão entre o respeito às regras formais e o que depois acontece ‘a portas fechadas’, dificultando ainda mais esse tipo de estudo”*. E finalmente, as constantes mudanças nos procedimentos dos partidos impediriam *“o estabelecimento de pautas de funcionamento estáveis”*, dificultando ainda mais as análises (FREIDENBERG e LÓPEZ, 2002, p. 160).<sup>1</sup>

No Brasil, embora a legislação eleitoral confira autonomia aos partidos para a definição de seus métodos de seleção, ela determina a realização de convenções partidárias que devem homologar as candidaturas. Diferentemente de Rahat e Hazan (2001), que classificariam o método como mais centralizado, portanto mais exclusivo e menos democrático, os autores argumentam no sentido de que, ao

---

<sup>1</sup> - Tais dificuldades figuram constantemente nos trabalhos que versam sobre o assunto e inspiraram Gallagher e Marsh (1988) a utilizarem a expressão “jardins secretos da política”, visto ser este, efetivamente, um problema de difícil superação mesmo para aqueles trabalhos que buscam metodologias mais qualitativas, como entrevistas ou observações, como mostram Perissinotto e Miriade (2009, P. 303); Siavelis e Morgenstern (2009), Bolognesi (2009 e Álvares (2008). Em certas situações torna-se difícil, inclusive, identificar quem decide a composição das listas, pois aqueles que ocupam as posição de lideranças partidárias formais podem estar submetidas a lideranças informais – uma questão que inspira observações de clássicos da bibliografia acerca dos partidos, como: Weber (1984), Duverger (1987) e Panebianco (2005).

mesmo tempo em que implica uma estrutura de oportunidade mais centralizada nos partidos, a seleção de candidatos por meio de órgãos colegiados internos permitiria uma participação mais equitativa do ponto de vista das bases do partido, na medida em que a representação dos delegados dá-se de maneira proporcional em relação aos membros do partido – uma interpretação alternativa ao modelo de Rahat e Hazan (2001), portanto.

Além disso, no Brasil, a exemplo do que acontece em poucos países da América Latina (os casos citados são El Salvador e Equador, até 1996), a indicação dos candidatos para a disputa de cargos públicos eletivos, nas três esferas de poder (municipal, estadual e federal), é tarefa exclusiva dos partidos, que possuem o monopólio da representação política, haja vista que um dos requisitos legais para que um cidadão possa se tornar candidato consiste na obrigatoriedade de filiação partidária, de no mínimo um ano antes do pleito que se queira disputar. Outros critérios legais são: possuir nacionalidade brasileira, não possuir causas penais pendentes, estar inscrito no alistamento eleitoral, comprovar domicílio eleitoral no distrito pelo qual quer se candidatar e ter a idade mínima correspondente ao cargo que se queira disputar.

Atualmente, no país, vive-se o momento de deferimento dos registros de candidaturas às eleições gerais de 2010, cuja novidade está na legislação que acabou ficando conhecida como “Ficha Limpa”, uma iniciativa de lei popular que determina que políticos condenados em segunda instância ou por um colegiado de juízes tenham cassado o seu pedido de registro de candidatura. O projeto, aprovado em junho de 2010 por pressão de setores da grande mídia e pela opinião pública amplamente favorável, passou a vigorar já para as eleições deste ano.

O projeto, de certa forma, não deixa de estar relacionado a um aspecto por vezes identificado como uma mazela da política brasileira: a debilidade dos partidos políticos e a sua falta de controle em relação aos políticos personalistas e não comprometidos com pautas e projetos coletivos, referendados por setores da sociedade. Para Mainwaring (1991, 1992 e 2001), um dos mais conhecidos estudiosos e críticos das instituições políticas no Brasil, esta falta de controle dos partidos sobre os políticos estaria presente já no momento de indicação das candidaturas, na medida em que os partidos, de tipo *catch all* – as exceções seriam o PT e alguns pequenos partidos de esquerda – admitiriam uma ampla diversidade de candidatos, sem qualquer tipo de exigência ideológica, programática ou

organizacional. Assim, os partidos estariam de portas sempre abertas aos “bons de voto”, às celebridades e àqueles com poder econômico suficiente para bancar campanhas também “poderosas”.

Isso ocorreria como consequência das características do sistema político brasileiro, pois a combinação do presidencialismo, do federalismo robusto e do sistema proporcional de lista aberta produziria incentivos que tornariam os partidos frágeis e débeis do ponto de vista organizativo e ideológico, dominados por políticos individualistas que não buscam a realização de projetos coletivos e/ ou partidários.

Mais recentemente, entretanto, alguns trabalhos de pesquisa no Brasil (GUARNIERI, 2004; ÁLVARES, 2004, 2006, 2007, 2008a, 2008b, 2009; MARQUES, 2007; BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA, 2008, 2009; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009; BRAGA e VEIGA, 2009; BOLOGNESI, 2009; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009) passaram a questionar a visão essencialmente negativa preconizada por Mainwaring e adotaram outra perspectiva: o objetivo não está mais em afirmar ou negar o controle dos partidos sobre a indicação das candidaturas, mas verificar como os partidos têm atuado nestes momentos, utilizando métodos mais ou menos inclusivos, quais os tipos de requisitos/ critérios utilizados e qual o perfil dos candidatos selecionados pelos partidos.

É possível dizer que os estudos nacionais têm privilegiado o modelo metodológico proposto por Rahat e Hazan (2001), calcado no maior ou no menor grau de inclusão dos métodos de seleção utilizados pelos partidos, mesmo quando estão em pauta as exigências para que alguém possa tornar-se candidato a vereador, o cargo tido como o “grau zero” da política (NOLL e LEAL, 2008).

Diante destas considerações, torna-se necessário explicitar a perspectiva que balizou o desenvolvimento do presente estudo. Embora as contribuições da literatura internacional e dos recentes estudos nacionais sirvam como ponto de partida importante para a formulação e a delimitação do problema de pesquisa, é necessário ter em mente a peculiaridade do objeto de estudo em pauta, relacionado à dimensão da *política local* e à seleção de candidatos a *vereador*, uma significativa categoria política no Brasil, porém pouco explorada pela literatura acadêmica.

Como sugeriram Noll e Leal (2008, p. 3-4), *“costuma-se pensar que a candidatura à vereança é a mais fácil, pois, dentro do limite constitucional de candidatos que cada partido pode lançar, qualquer candidato, mesmo que não se eleja, agrega votos para a legenda”*. Para as candidaturas a cargos mais elevados

na hierarquia da política, diferentemente, a seleção seria mais rigorosa e o candidato *“deveria dispor de um currículo elaborado tanto pelas relações com as lideranças partidárias quanto pelo trabalho demonstrado junto às bases”*.

Tendo em vista este tipo de preocupação, o objetivo do trabalho está em refletir sobre as dinâmicas partidárias e os critérios informais em voga na escolha dos candidatos a vereador, o que, conforme já sugerido, requer deslocar o foco das normas oficiais (já devidamente abordadas pela literatura) para os agentes políticos atuantes no processo.

O primeiro questionamento guarda relação com o que Norris (1993) chamou de *gatekeepers* (“porteiros”), e Rahat e Hazan (2001) chamaram de *selectorate* (“selecionador”). Os termos são diferentes, entretanto, possuem o mesmo significado e o mesmo propósito: identificar quem são os responsáveis pela definição das candidaturas no interior dos partidos. Mais do que identificar quem são os responsáveis pela escolha dos candidatos e qual a importância das convenções partidárias neste processo, o intuito será aprofundar a discussão sobre os critérios informais valorizados pelos dirigentes partidários em um aspirante a vereador.

De outro lado, ao discutir o perfil dos candidatos indicados pelos partidos, cuja importância pode ser depreendida a partir de Ranney (1965 e 1981), Norris (1993, 1996 e 1997) e Rahat e Hazan (2001), o trabalho se apropria de outras importantes contribuições presentes em estudos sobre o tema do recrutamento de elites políticas no Brasil, em especial dos autores Marengo dos Santos (1997, 2000 e 2003) e Coradini (1996 e 2001). Nesse sentido, ao analisar quem são os candidatos a vereador indicados pelos partidos, o trabalho pretende avançar e conhecer tais agentes tanto sob a ótica do seu perfil social, a partir de indicadores como sexo, faixa etária, escolaridade e ocupação (MARQUES, 2007; NOLL e LEAL, 2008; BOLOGNESI, 2009; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009), quanto sob a ótica dos seus *vínculos partidários e experiências políticas* (MARENGO DOS SANTOS, 1997, 2000 e 2003), e *recursos sociais* (CORADINI, 1996 e 2001).

Marengo dos Santos (1997, 2000, 2003) buscou analisar, para além do perfil social dos parlamentares brasileiros, o perfil de recrutamento da classe política nacional, de 1946 a 1998, sob uma perspectiva que *“[...] privilegia experiência política e vínculos partidários como dimensões relevantes para uma reconstituição*

*dos padrões de recrutamento parlamentar, constituindo ainda indicadores sugestivos sobre a configuração e dinâmica das instituições políticas*” (2000, p. 12-13).

Em linhas gerais, a investigação apontou para um estilo de recrutamento parlamentar predominantemente *lateral*, que tende a valorizar atributos adquiridos fora das fronteiras dos partidos, tais como “*prestígio, posses e relações firmadas na vida privada*” (2000, p. 38). Dessa forma, as carreiras políticas tornar-se-iam mais rápidas e descontínuas, “*recrutando aspirantes com escassa ou pequena experiência*” (Idem).

Para o autor, a observação da experiência política dos deputados federais brasileiros reforçaria a tese deste tipo de recrutamento, haja vista que o ingresso na carreira política dependeria antes de recursos pessoais (econômicos ou notoriedade social) do que propriamente políticos, relacionados ao tempo de dedicação aos partidos e/ou às atividades públicas. Embora Marengo dos Santos esteja tratando de um público bastante distinto daquele em pauta no presente trabalho, a perspectiva serve como ponto de partida para a observação dos vínculos partidários de tais agentes, com o intuito de ilustrar os diferentes tipos de relações e lealdades firmadas entre os partidos e os seus respectivos candidatos.

Por outro ângulo, mais no campo da Antropologia da Política, as contribuições de Coradini (1996, 2001 e 2007) são importantes porque sugerem que, durante as campanhas eleitorais, estão em pauta, e são percebidos como eleitoralmente pertinentes, uma série de recursos sociais que costumam ser reconvertidos para o campo da política e estão na origem do recrutamento das elites políticas, sejam elas as mais “importantes” até as mais periféricas e locais. Estes recursos sociais, tidos como qualidades pessoais ou fontes de liderança, podem remeter às mais diversas esferas sociais, tais como: a atividade profissional, o sindicalismo, o trabalho comunitário, a religião, a ocupação de cargos públicos, entre outros.

Tendo como referência tais contribuições, o trabalho levantou os seguintes questionamentos: Afinal de contas, como os diferentes partidos definem, no grau zero da política (NOLL e LEAL, 2008), aqueles que serão os seus candidatos a vereador? Quem são os condutores deste processo e que tipos de critérios são utilizados para a escolha? E finalmente, quem são estes candidatos selecionados e quais os seus atributos sociais e políticos?

Serve de base empírica para o estudo o processo eleitoral de 2008, no município de Pelotas (RS), atualmente o terceiro maior colégio eleitoral do estado do Rio Grande do Sul, com uma população estimada de 345 mil habitantes em 2009 (IBGE, 2009) e cerca de 243 mil eleitores na ocasião do pleito de 2008 (TRE-RS, 2008).

Nas últimas eleições municipais de 2008, 20 partidos<sup>2</sup> apresentaram 194 candidatos para a disputa das 15 cadeiras do Legislativo da cidade de Pelotas, sendo que nove partidos conseguiram eleger candidatos.<sup>3</sup> O PT elegeu a maior bancada, composta por quatro vereadores, enquanto PMDB, PPS e PP elegeram dois vereadores. As outras cadeiras foram divididas entre: DEM, PDT, PRB, PTB e PSDB, cada um elegendo um vereador.

Dado o número bastante elevado de partidos e de candidatos que disputaram o referido pleito, o estudo adotou como critério para a escolha dos partidos a serem analisados com mais detalhamento a participação em todas as eleições municipais ocorridas considerando o atual contexto multipartidário vivenciado no Brasil. De acordo com este requisito, quatro partidos foram incluídos no escopo da análise: PT, PDT, PMDB e PP<sup>4</sup> – sendo que todos eles elegeram candidatos na disputa de 2008. Em uma perspectiva histórica mais ampla, as quatro legendas selecionadas também se apresentam como as principais no município, pois elegeram, em conjunto, 72,6% das 135 cadeiras de vereador disputadas desde o pleito de 1982<sup>5</sup>, além de todos os prefeitos, com exceção da disputa de 2004.<sup>6</sup>

Em termos de recursos metodológicos, o estudo de caso foi desenvolvido a

<sup>2</sup> - Os partidos políticos que apresentaram candidatos ao Legislativo pelotense foram: PT, PP, PDT, DEM, PSDB, PSOL, PMDB, PPS, PV, PTB, PR, PCdoB, PSB, PRB, PMN, PHS, PSC, PTN, PTC e PTdoB.

<sup>3</sup> - Os candidatos eleitos foram: Miriam Marroni, Miltinho, Ivan Duarte e Diarone Santos, pelo PT; Adalim Medeiros e Pedrinho, pelo PMDB; Sizenando e Professor Adinho, pelo PPS; Eduardo Macluf e José Artur, pelo PP; Idemar Barz, pelo PTB; Eduardo Leite, pelo PSDB; Ademar Ornel, pelo DEM; Valdomiro Lima, pelo PRB; e Zequinha dos Rodoviários, pelo PDT. Estes foram os nomes registrados no TRE-RS pelos partidos políticos e utilizados durante a campanha pelos candidatos.

<sup>4</sup> - No âmbito do trabalho, será seguida a decisão apresentada por BARRETO (2008b): a denominação PP serve para identificar o partido surgido em 1980 sob a denominação PDS (Partido Democrático Social); que passou a chamar-se PPR (Partido Progressista Reformador), em 1993, a partir da fusão com o PDC (Partido Democrata Cristão); que, em 1995, tornou-se PPB (Partido Progressista Brasileiro), após fundir-se com o PP (Partido Progressista) – este, por sua vez, originado da fusão de PTR (Partido Trabalhista Renovador) e PST (Partido Social Trabalhista), ocorrida em 1993; e que, finalmente, em 2003, mudou o nome para Partido Progressista (PP).

<sup>5</sup> - A vantagem é do PP (31 vagas), seguido por: PMDB (30), PT (19) e PDT (18). Mais informações, ver: Barreto (2008a).

<sup>6</sup> - Em 1982 e 1992, o PMDB venceu a disputa; em 1988 e em 1996, o PDT; em 2000, o PT e em 2004, o PP. A exceção, o pleito de 2004, foi vencido por um candidato indicado pelo PPS, porém o Vice-Prefeito era do PP.

partir de duas fontes principais. A primeira delas reside em 37 entrevistas realizadas com dirigentes partidários e candidatos a vereador das quatro legendas em questão que concorreram no pleito de 2008. As entrevistas tiveram como intuito fornecer subsídios para um olhar mais apurado tanto acerca dos critérios informais mais valorizados pelos dirigentes partidários na hora de optar por um ou outro nome, como acerca das trajetórias destes candidatos que foram indicados pelos partidos. Assim, elas buscavam identificar “os caminhos” que os levaram até a política, mais especificamente ao focar a relação dos candidatos com os partidos pelos quais foram indicados e os seus recursos sociais.

A procura pelos candidatos para a realização das entrevistas teve início a partir de uma busca pelas listas telefônicas do município, por meio das quais foi possível localizar alguns candidatos que, gentilmente, cederam os contatos que tinham com possíveis próximos entrevistados. Além disso, nos casos do PP e do PMDB, foi de fundamental importância o apoio dos próprios partidos políticos na figura dos presidentes dos diretórios municipais que, após serem entrevistados, repassaram o contato dos candidatos a vereador de seus partidos no pleito de 2008. Infelizmente, muitas entrevistas não puderam ser realizadas em função da falta de atualização da lista de telefones fornecida pelos dirigentes partidários.

As entrevistas foram realizadas nos mais diversos pontos e áreas da cidade, incluindo lugares como: a casa e o local de trabalho dos candidatos; as sedes dos partidos políticos, onde foram realizadas principalmente as entrevistas com os dirigentes partidários; ou no próprio Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas. Vale a pena registrar a boa receptividade dos entrevistados: de todos os contatos feitos, houve apenas a recusa de uma candidata do PP, que alegou ter se desiludido muito com a experiência da campanha eleitoral e não quis falar sobre o assunto.

Foram elaborados dois roteiros para as entrevistas, de tipo semi-estruturadas: um para os dirigentes partidários e outro direcionado exclusivamente aos candidatos a vereador. No caso de dirigentes que também integraram as listas partidárias na condição de candidato, foram utilizados os dois tipos de roteiros. Enquanto as entrevistas com os dirigentes privilegiaram questões relativas ao *modus operandi* da seleção de candidatos, os roteiros direcionados aos candidatos a vereador privilegiaram questões referentes à: 1) Vínculos e experiências partidárias; 2) Vínculos e experiências associativas e; 3) Sobre a candidatura no pleito de 2008.



Tendo em vista um tratamento mais qualitativo destas informações, todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Para evitar qualquer tipo de incidente que pudesse comprometer a atuação política dos entrevistados, não foram reproduzidas no trabalho críticas nominais associadas a conflitos partidários internos.

A segunda estratégia metodológica centrou-se em dados da Justiça Eleitoral, os quais, podem ser divididos em dois tipos de fontes. Uma está amplamente disponível, via internet, e trata de informações que os candidatos precisam apresentar à Justiça Eleitoral (Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, no caso), relativas a sexo, faixa etária, escolaridade e ocupação. De posse desses dados, foram montados indicadores relativos ao perfil social do conjunto de candidatos homologados (194 nomes), assim como discriminados para cada um dos quatro partidos em análise. A outra consistiu em uma série de consultas a dados da Justiça Eleitoral (Sistema ELO, desenvolvido para o TSE), que não estão disponíveis para consulta ao cidadão em geral, embora sejam públicos, e servem para o uso da própria Justiça, por isso acessados apenas via intranet e, no caso desta pesquisa, com autorização do juiz eleitoral. Essas informações foram acessadas na 60ª zona eleitoral do município de Pelotas e versam sobre o cadastro de filiações dos partidos políticos, o que possibilitou a construção e a apresentação dos indicadores relativos aos vínculos partidários dos candidatos que concorreram em 2008 – tempo de filiação, filiações anteriores e filiação atual.

A dissertação se estrutura em quatro capítulos, a seguir descritos em seus elementos fundamentais. O Capítulo 1 busca apresentar em que consiste a linha de investigação centrada nos processos de seleção de candidaturas pelos partidos políticos, com ênfase aos defensores “pioneiros” da importância do tema e as categorias de análises sugeridas. São apresentadas algumas das contribuições de autores como Schattschneider (1940), Ranney (1965 e 1981), Norris (1993, 1996 e 1997), Rahat e Hazan (2001), Freidenberg e López (2001) e Siavelis e Morgestern (2009). Vale lembrar novamente que, embora sirvam como importantes pontos de partida ao desenvolvimento do estudo de caso, o diálogo com a literatura é dificultado na medida em que tais trabalhos têm objetivos e contextos de origem bastante diversos do em pauta a seguir.

No Capítulo 2, inicialmente, são apresentadas as recentes discussões nacionais em torno dos métodos de seleção pelos partidos. Embora as análises

sobre os partidos brasileiros sejam de grande extensão e de longa data na Ciência Política brasileira, foram privilegiados aqueles trabalhos que guardam uma relação mais direta e sistemática com o assunto, especialmente relacionados aos requisitos legais e estatutários para a obtenção de uma candidatura; à configuração dos *selectorates* e seus métodos de seleção; aos critérios utilizados pelos dirigentes e ao perfil dos candidatos selecionados (GUARNIERI, 2004; ÁLVARES, 2004, 2006, 2007, 2008a, 2008b, 2009; MARQUES, 2007; BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA, 2008, 2009; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009; BRAGA e VEIGA, 2009; BOLOGNESI, 2009; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009). Em função da especificidade da categoria política em pauta no estudo – os vereadores – o capítulo traz ainda um apanhado sobre as poucas pesquisas que de alguma forma tratam da condição e da carreira desta significativa categoria de políticos no Brasil.

O Capítulo 3 começa a apresentar as contribuições do estudo de caso centrado na experiência do município de Pelotas em 2008, principalmente no que se refere aos arranjos informais pelos quais os partidos definem as suas listas de candidatos a vereador. Após algumas considerações sobre o contexto das eleições municipais de 2008 em Pelotas, estão em pauta a importância dos dirigentes partidários no momento de incluir ou retirar certos nomes das listas, o papel simbólico das convenções partidárias e ainda, o discurso dos selecionadores sobre os principais critérios utilizados para a definição dos nomes a serem apresentados ao eleitorado. O principal recurso metodológico que embasa a discussão deste capítulo são as entrevistas realizadas com os dirigentes municipais dos quatro partidos em questão (PP, PMDB, PDT e PT) na ocasião do pleito de 2008.

O Capítulo 4, finalmente, busca aprofundar o debate acerca dos critérios informais de seleção partidária com base no resultado do processo: os candidatos que foram indicados pelos partidos. O objetivo está em identificar os principais atributos sociais e políticos destes agentes, utilizando para tanto diferentes indicadores.

A partir de um levantamento de dados disponibilizados pelo TRE-RS, o primeiro esforço foi no sentido de identificar o *perfil social* (sexo, faixa etária, escolaridade e ocupação) dos candidatos que concorreram em Pelotas no pleito de 2008. Em um segundo momento, o foco está nos vínculos políticos dos candidatos a vereador, analisados com base em indicadores relativos aos seus *vínculos partidários* (MARENCO DOS SANTOS, 1997, 2000 e 2003) e *participação em*

*disputas anteriores* (MARQUES, 2007). Para tanto, foi de fundamental importância a pesquisa de campo realizada no banco de dados da Justiça Eleitoral (Sistema ELO/TSE), que tornou possível a construção dos indicadores referentes aos vínculos partidários dos candidatos.

O capítulo traz ainda uma breve descrição sobre os *recursos sociais* que os aspirantes a vereador possuem e que costumam ser tidos como eleitoralmente pertinentes (CORADINI, 1996 e 2001) aos partidos políticos. Neste ponto, são explorados trechos das entrevistas realizadas com os candidatos que disputaram o pleito de 2008 em Pelotas pelas principais legendas – PP, PMDB, PDT e PT. A diversidade de recursos sociais e eleitorais aponta para a heterogeneidade das listas partidárias locais apreciadas.

Dessa forma – e sem desconsiderar os constrangimentos formais relativos à elaboração das listas partidárias existentes no Brasil, estabelecidos pela legislação eleitoral e pelos estatutos das organizações partidárias –, a pesquisa supõe ter conseguido adentrar, ainda que de modo apenas inicial e incompleto, nas dinâmicas e lógicas informais que perpassam a escolha daqueles que se apresentam como candidatos em um processo eleitoral, no caso, ao buscarem uma vaga de vereador em 2008, no município de Pelotas (RS).

## Capítulo 1

### Seleção de candidatos: os termos do debate internacional

Grande parte dos estudiosos da Ciência Política tem centrado suas análises sobre os arranjos institucionais dos diferentes países e deduzem, a partir disso, o funcionamento das instituições políticas e dos sistemas eleitorais e partidários. Outra vertente tem argumentado no sentido de que é preciso combinar a observação dos contextos político-institucionais com a análise dos diferentes agentes que atuam nestes espaços: as elites. Partindo deste pressuposto, estudos pautados nos processos de recrutamento das elites políticas poderiam contribuir de maneira significativa para uma melhor compreensão dos diferentes sistemas políticos.

No entanto, não há consenso sobre a definição desse campo de estudos. Como aponta Bolognesi (2009, p. 19), “a literatura coloca uma linha tênue para diferenciar recrutamento político, recrutamento partidário, recrutamento legislativo e, ainda, seleção de candidatos”, a que se poderia acrescentar a denominação “recrutamento de candidaturas”.

Como explicam Perissinotto e Miríade (2009, p. 321-322, nota 3),

poderíamos identificar quatro filtros no processo de recrutamento das elites políticas democráticas: o primeiro opera, *predominantemente*, por meio de obstáculos sociais à política e pode ser detectado pela comparação entre os atributos da população em geral e os atributos daqueles que se filiam a um determinado partido; o segundo, de natureza tanto social quanto organizacional, poderia ser identificado por meio da comparação entre os atributos dos filiados ao partido e os atributos dos aspirantes (isto é, daqueles que almejam ser candidatos); o terceiro, *predominantemente* organizacional, pode ser identificado comparando-se os atributos dos aspirantes e os atributos dos que efetivamente são lançados como candidatos; por fim, o quarto, *predominantemente* político, apareceria por meio da comparação entre atributos dos candidatos e dos eleitos.

Nessa perspectiva, apontam os mesmos autores:

um verdadeiro estudo sobre recrutamento deve dar conta não apenas das características dos eleitos, mas também das características dos membros dos partidos políticos, dos que buscam ser candidatos e dos que efetivamente são indicados como tais, comparando-as com os atributos da população em geral. Somente assim é que poderemos acompanhar, passo a passo, o processo que seleciona os que, por fim, ocuparão os postos de elite e, dessa forma, poderemos ver que grupos sociais simplesmente não se lançam na atividade política, quais buscam a carreira política, mas são dela alijados, e quais se encontram sobrerrepresentados na elite política (Idem, p. 302).

Como indicou Czudnowski (1975, p. 177), o recrutamento é, em realidade, uma sequência de seleções, em que cada uma elimina uma larga proporção dos “aspirantes” e conduz os “sobreviventes” ao estágio seguinte.

Se, por um lado, as declarações desses autores mostram a interligação entre esses momentos e indicam que apenas uma análise global pode dar conta do processo – e a expressão “recrutamento político” seria aquela que mais qualificadamente contemplaria esse escopo de pesquisa –, por outro, apontam que é possível delimitar campos específicos de trabalho, responsáveis por cada uma dessas etapas ou desses filtros.

Há uma perspectiva que considera o *recrutamento político* como um fenômeno mais amplo, o que inclui os trabalhos que têm como intuito identificar e analisar as influências que mais “pesam” no processo de socialização de um indivíduo e favorecem a participação política, seja em partido, sindicato, associação, organização não-governamental ou em movimento social (Idem). Álvares (2007, p. 5), por sua vez, apresenta uma concepção de recrutamento mais específica, pois circunscrita à participação/filiação em um partido e que “*tende a ser um trabalho de base de militantes e ativistas para seduzir (atrair) os cidadãos, objetivando reunir mais adeptos para a organização partidária*”.

Na perspectiva do *recrutamento legislativo ou parlamentar* o foco reside naqueles que conseguiram ascender nos degraus que levam “ao poder” e ocupar os postos mais importantes do sistema político-institucional, principalmente dos parlamentos nacionais. A grande maioria dos trabalhos identificados com esta temática – inclusive no Brasil, no qual há uma antiga tradição –, busca traçar o perfil social dos candidatos que conseguiram se eleger, assim como analisar as carreiras parlamentares. Em realidade, pode-se falar em dois campos distintos de pesquisa: o

que traça o perfil social da elite parlamentar, como os trabalhos de Rodrigues (2002, 2006), e o que analisa a trajetória política dessa elite, caso dos de Marengo dos Santos (1997, 2000, 2003).

Mas qual seria o primeiro degrau para aqueles que almejam ascender aos postos de representação política mais importantes dos diferentes países? Levando em consideração que, na maioria das vezes, a condição de pertencer a uma organização partidária é um requisito básico para que alguém possa tornar-se candidato a um cargo político em uma eleição, alguns autores têm sugerido que a análise do recrutamento das elites políticas deve começar pelos partidos.

O intuito, nesse sentido, é investigar uma espécie de “filtro” importante que antecede a escolha dos candidatos pelo eleitorado, qual seja: o processo de *seleção de candidatos* tal como ele se dá no âmbito das organizações partidárias.<sup>7</sup> Logo, como afirma Álvares (2006, p. 6-7; 2007, p. 5), este é o campo que investiga um padrão de seleção partidária de filiados/as numa eleição, quando esses competidores se submetem às regras formais e à avaliação de recursos pessoais para fazerem parte das lista nominais apresentadas ao eleitorado em eleições democráticas.

Embora a importância do tema já tenha sido sugerida há mais tempo (SCHATTSCHEIDER, 1964; RANNEY, 1965 e 1981; GALLAGHER e MARSH, 1988), apenas mais recentemente (NORRIS, 1993, 1996, 1997; NORRIS e LOVENDUSKI, 1995; RAHAT e HAZAN, 2001) é que a seleção de candidatos começou a ganhar contornos de um objeto de pesquisa para os estudiosos do mundo da política, inclusive no Brasil, como será indicado mais adiante. Neste capítulo, portanto, pretende-se apresentar, em linhas gerais, as principais categorias de análise sugeridas pela literatura internacional para tratar do assunto, com especial ênfase aos autores citados acima, além de Siavelis e Morgenstern (2009).

Cabe mencionar que estes trabalhos estão voltados, sobretudo, aos contextos nacionais e partidários europeus, tendo em vista as dinâmicas de escolha de candidatos para as eleições legislativas nacionais, em sua grande maioria baseadas no voto em lista fechada, hierarquizada e bloqueada. Esta peculiaridade implica uma centralidade ainda maior ao processo de seleção, pois este define amplamente a possibilidade de eleição de um candidato. Tal sistema é contrário ao

---

<sup>7</sup> - Também se encontra a denominação deste campo como “recrutamento de candidaturas”.

adotado no Brasil, no qual vigora o voto em lista aberta, em que a campanha do candidato junto ao eleitor e a própria ação do eleitor têm um peso muito maior, haja vista que os partidos decidem quem vai concorrer sem ter a possibilidade de hierarquizar as suas preferências entre esses candidatos. Logo, há diferenças não desprezíveis entre os dois sistemas políticos, as quais precisam ser consideradas ao apropriar-se dessas contribuições, como será mais bem desenvolvido no capítulo subsequente.

### 1.1 Emergência da temática na literatura internacional

A maior parte dos trabalhos atribui a Gallagher e Marsh (1988) o pioneirismo de terem problematizado o “jardim secreto da política”, ao abordar os métodos de seleção de candidatos aos parlamentos nacionais de nove países.<sup>8</sup> No entanto, antes disso, outros autores já haviam chamado a atenção para a importância do assunto e se dedicado a ele, sugerindo inclusive categorias de análise amplamente utilizadas atualmente.

Além de clássicos como Weber (1984), Michels (1982), Mosca (1984) ou Duverger (1987), em cuja obra encontram-se importantes impressões sobre o tema, uma das primeiras contribuições sistemáticas figura em Schattschneider, em uma obra originalmente lançada em 1940. O autor destaca o que ele chamou de *designação de candidatos*, que além de ser uma função essencial dos partidos políticos modernos, seria um ponto-chave para a compreensão das relações de poder existentes no interior das organizações partidárias.<sup>9</sup> Segundo ele:

El proceso ofrece una de las mejores perspectivas para estudiar los partidos, si no por otra razón, al menos porque la designación de candidatos ocupa – por naturaleza – un primerísimo lugar en la actividad de los partidos. Para ser considerado como tal un partido ha de designar candidatos. La observación del proceso en este punto quizá nos descubra la localización del poder en el interior de los partidos, porque el dominio de éstos está determinado por el control de la designación de candidatos (SCHATTSCHEIDER, 1964, p. 130).

<sup>8</sup> - Trata-se de uma coletânea de estudos de caso desenvolvidos por diferentes pesquisadores. Os nove países estudados foram: Bélgica, Inglaterra, França, República Federal Alemã, Irlanda, Itália, Japão, Holanda e Noruega.

<sup>9</sup> - Algumas décadas depois, Gallagher e Marsh (1988, p. 2) destacam o mesmo ao enfatizarem que “*candidate selection has been identified as important for two reasons: it is a key stage in the political recruitment process, and it is an important arena of intraparty conflict.*”

Pouco mais tarde, Austin Ranney (1965 e 1981) cunhou a expressão *seleção de candidatos* tal como ela tem sido utilizada até hoje. Diferentemente da “nomeação” de candidatos, que consistiria em um “*processo predominantemente legal, no qual as autoridades eleitorais certificam uma pessoa como um candidato qualificado para um cargo público e publicam o seu nome na lista de pessoas candidatas para um processo*”<sup>10</sup> (1981, p. 75), o fenômeno da seleção de candidaturas foi definido como:

um processo predominantemente extralegal, no qual os partidos políticos decidem quais as pessoas serão legalmente elegíveis para poderem concorrer a um cargo público em uma eleição, com uma lista de candidatos recomendados ou que vão receber o apoio (Idem, ibidem).

Além de concordar com Schattschneider que este processo pode ser um importante indicador das disputas internas às organizações partidárias, Ranney justificou observar a seleção de candidatos porque esta seria uma importante categoria de mediação entre os partidos políticos e a sociedade, constituindo “*a sua face pública, muito mais que sua organização, seus militantes ou até mesmo sua plataforma ou manifesto*” (Idem, p. 103).

Para o autor, dentre os atributos mais valorizados em um aspirante a uma candidatura estariam, em primeiro lugar, os políticos que buscam a reeleição, sendo quase natural e inquestionável a inclusão deles nas listas partidárias, em função de já serem conhecidos dos eleitores, possuírem experiência na atividade política e mais facilidades para a arrecadação de fundos de financiamento para a campanha.

Outros critérios seriam: as *conexões locais*, ou seja, residir por longo tempo no distrito pelo qual se quer candidatar, participar das atividades da vida social, possuir negócios ou fazer parte de sindicatos nestes locais, por exemplo, contariam como vantagens aos “aspirantes locais”, em contraposição a possíveis candidatos *outsiders* que quisessem participar das eleições. A *afiliação em grupos de interesse* seria outro critério, pois tais grupos (sindicatos, organizações religiosas, entre outros) têm capacidade para mobilizar eleitores e redundar em mais votos para as organizações partidárias.

---

<sup>10</sup> - Tradução da autora. O mesmo acontece em todas as demais citações em que o texto não tem versão em português ou não foi citado conforme a edição utilizada.



Além disso, a *participação em facções internas* aos partidos políticos poderia ser um critério importante. Isso porque as organizações partidárias podem ser formadas por distintas facções e por diferentes interesses, e acomodar estas diferenças implicaria incluir representantes dos distintos grupos internos, o que evitaria descontentamentos e possíveis rupturas.

Outro traço característico dos aspirantes bem sucedidos na disputa por uma candidatura estaria relacionado ao seu perfil socioeconômico e educacional, geralmente mais elevado que a média da população em geral. As razões para isso estariam assentadas na maior probabilidade de que estes aspirantes possuam habilidades individuais bem desenvolvidas, tais como: falar e escrever bem, possuir conhecimentos sobre a história, a economia e a política, e também pelo fato de possuírem mais tempo e horários flexíveis para as atividades políticas, sem perdas e danos salariais.

Ranney (1981) também foi quem inicialmente sugeriu uma classificação dos métodos de seleção de candidaturas com base no seu grau de centralização e de descentralização – o que depois seria destacado por Rahat e Hazan (2001), como será desenvolvido na sequência. Ele elaborou uma tipologia formada por sete modalidades principais. Nos casos mais centralizados, há uma agência nacional responsável pela escolha dos nomes. A diferença estaria entre os métodos que necessariamente consideram as sugestões das *agências subnacionais* ou não. Em um polo intermediário estariam os métodos de seleção realizados por *agências regionais*, sob a supervisão de uma instância nacional ou não. Entre as dinâmicas mais descentralizadas estariam as *constituintes*, que podem ser realizadas sob uma supervisão nacional, regional ou sem nenhum tipo de supervisão.

## 1.2 O Modelo de recrutamento legislativo de Pippa Norris

O tema da seleção de candidatos voltou à tona, ainda que mais indiretamente<sup>11</sup>, nos trabalhos de Pippa Norris (1993, 1996 e 1997) e Norris e Lovenduski (1995), que apontaram o *recrutamento* de candidatos pelos partidos

---

<sup>11</sup> - Embora haja contribuições no sentido de pensar o recrutamento de candidatos pelos partidos, as análises de Norris priorizam a busca de padrões de perfil dos parlamentares, principalmente dos países da Europa.

como uma etapa importante do processo de recrutamento legislativo, cuja compreensão exigiria a observação de distintos e interligados níveis de análise.

Dos mais amplos aos mais específicos, o primeiro aspecto a ser considerado diz respeito aos traços mais gerais de cada sistema político nacional, o que inclui as regulamentações legais, eleitorais e também as características do sistema partidário, que formariam a estrutura de oportunidades existentes aos candidatos nos diferentes “mercados” políticos nacionais.

O segundo nível de análise sugerido está relacionado ao que foi chamado de *processo de recrutamento* dos candidatos, avaliado com base em duas categorias relacionadas ao grau de democracia interna implícito nos modos pelos quais os partidos políticos escolhem os seus candidatos: *grau de institucionalização* e *grau de centralização*.

O primeiro diz respeito ao fato de o recrutamento ser regido por regras formais, quando os procedimentos aparecem explicitados nos estatutos das organizações partidárias, gerando níveis mais elevados de transparência acerca do processo, ou informais, quando os procedimentos não estão presentes nos estatutos, razão pela qual ficam a cargo das lideranças partidárias.

Já o *grau de centralização* é pensado sob a ótica da localização ou centralização das agências que recrutam os candidatos. *Sistemas centralizados* seriam aqueles nos quais as decisões são tomadas pelas autoridades nacionais ou regionais. *Sistemas localizados*, por sua vez, envolveriam a participação das instâncias partidárias locais e implicariam maior descentralização e democratização do processo.

Além dos traços mais gerais dos sistemas políticos e dos distintos processos de recrutamento, seria preciso considerar ainda dois aspectos mais específicos e conjunturais: de um lado, a *oferta de candidatos* que desejam concorrer a um cargo eletivo, incluindo suas motivações, recursos e capital político; e de outro, a *demand dos gatekeepers* (“porteiros”), os responsáveis pelo recrutamento, incluindo o peso de suas percepções acerca dos atributos mais desejados em um aspirante a candidato. Estes seriam passos importantes para a compreensão dos “caminhos ao poder” (NORRIS, 1997).

Como explica Álvares (2008a, p. 899-900), no entendimento de Norris,

a oferta é explicada pelo desejo de os aspirantes se lançarem na carreira política, oferecendo seus nomes para concorrerem. Os fatores motivacionais (impulso, ambição e interesse) e o capital político (recursos que trazem para o processo, como tempo, dinheiro, experiência, conexão política) estimulam os/as aspirantes à competição eleitoral. A demanda ou procura por candidatos/as relaciona diretamente o aspirante aos que selecionam, determinando critérios apropriados à escolha de aspirantes aos cargos políticos, dentro de um padrão que garanta a lógica do mercado. A seleção depende então da percepção do 'porteiro' (*gatekeeper*) quanto aos recursos dos aspirantes em habilidades experiências e qualificação. Essa percepção pode conter, entretanto, níveis de discriminação que permearão o processo de escolha. Norris e Lovenduski (1995) relacionam dois tipos de discriminação no mercado político: a direta e a imputada. A direta é percebida por meio de um julgamento positivo ou negativo de pessoas, com base em características consideradas comuns para seu grupo, e não para os indivíduos, levando estes a serem julgados por suas características de grupo, quando o *gatekeeper* tem baixas informações sobre ele. A imputada favorece certa categoria de candidatos, mas, como há sempre baixa demanda, eles não são escolhidos, porque a expectativa é a de que não atraíam votos.

Bolognesi (2009, p. 23) complementa esta interpretação ao evidenciar que a discriminação indireta ou imputada indica que haveria uma preferência por pessoas dotadas de características sociais favoráveis à política: *“Essas características sociais podem ser entendidas como aquelas que são valorizadas de acordo com a cultura política de uma dada sociedade, num dado momento.”*

O escopo de pesquisa da autora converge para algumas categorias de análise, caso das: socioeconômicas (idade, gênero, escolaridade, raça, ocupação/profissão e recursos financeiros), pessoais (ambição, persistência, disponibilidade de tempo) e políticas.

Os resultados obtidos reafirmam algumas das ponderações de Ranney (1965 e 1981), Gallagher e Marsh (1988), bem como Weber (1984): algumas profissões são mais propícias à política, notadamente “[...] *job which combine flexibility over time, generous vacations, interrupted careers-paths, professional independence, financial security, public networks, social status, policy experience and technical skills useful in political life*” (NORRIS, 1997, p. 165). Dentre essas atividades, figuram: as profissões liberais por excelência, em especial da área do direito, além de jornalistas, professores e funcionários públicos (DOGAN, 1999; OFFERLÉ, 1999), aos quais se podem acrescentar os próprios políticos, pensados segundo a ótica weberiana, ou seja, aqueles que são profissionais da atividade e vivem “para a política”. Como complementa Marengo dos Santos (2000, p. 40):

a ocupação profissional oferece uma oportunidade para o destaque individual. A disponibilidade ou flexibilidade do tempo permitidas em certas profissões liberais, o preparo cultural e o próprio afazer profissional que predispõe o indivíduo para uma carreira política e o eleitor, para reconhecê-lo como *alguém preparado*.

Na mesma medida, Perissinotto e Miríade (2009, p. 306) recordam que

os funcionários públicos, pela intimidade com as questões do Estado, pelo nível razoavelmente alto de escolaridade, pela possibilidade de, em caso de derrota, terem a garantia de um emprego fixo e, por fim, pelo tempo livre de que dispõem para se dedicar à atividade política, são, em geral, presença garantida nos parlamentos.

As investigações também identificam a predominância de homens sobre mulheres. A razão estaria na combinação da ausência de demanda e de oferta – o que explicaria a limitada eficiência das políticas de cotas –, ou seja, mulheres pouco se apresentam à disputa política, o que se deve a uma série de elementos vinculados às já citadas características pessoais, motivacionais, culturais e profissionais. Na mesma medida, os recrutados apresentam escolaridade superior e estão prioritariamente na meia-idade, dois elementos que, ao mesmo tempo em que os estimulam a se engajar na vida política, agregam prestígio e seriedade.

### **1.3 O Modelo de seleção de candidatos de Rahat e Hazan**

Mais contemporaneamente, as formulações de Rahat e Hazan (2001)<sup>12</sup> impulsionaram o desenvolvimento de estudos sobre o processo de seleção de candidaturas que, além de funcionar como um primeiro “filtro” ao reduzir amplamente o universo de cidadãos elegíveis e limitar as opções do eleitorado, afetaria por um longo período após o término das eleições, não apenas as relações e disputas intrapartidárias, como também a dinâmica dos parlamentos, a coesão partidária e o comportamento dos próprios legisladores.

Nesta perspectiva, assim como em Ranney (1981) e Gallagher e Marsh (1988), a seleção de candidatos é pensada em termos do seu principal *locus* de origem, qual seja: os partidos políticos. Mesmo assim, há que se levar em conta o fato de que, em alguns países, as leis eleitorais interferem neste processo, por

---

<sup>12</sup> - Ver também: HAZAN (2002); BARNEA e RAHAT (2007) e RAHAT (2007).

exemplo: ao especificarem os requisitos para que alguém possa tornar-se candidato ou os métodos de escolha a serem utilizados pelas organizações partidárias.

Possivelmente ao estabelecer um diálogo com outras formulações, ainda que não de maneira explícita, os autores fazem uma distinção conceitual entre os fenômenos relacionados à “seleção de candidatos” e ao “recrutamento legislativo”, este último pautado por Norris. Segundo eles:

Seleção de candidatos não é recrutamento legislativo. O recrutamento legislativo é mais compreensível e inclui o anterior. O recrutamento legislativo envolve alguns aspectos do sistema político legal, eleitoral e partidário. A seleção de candidatos, por outro lado, se dá quase inteiramente entre os partidos, quer dizer, há alguns países nos quais o sistema legal especifica o critério para a seleção de candidatos ou nos quais o sistema eleitoral inclui regulamentações para o processo de seleção de candidatos (RAHAT e HAZAN, 2002, p. 109).

Em termos metodológicos, os autores sugerem que a unidade de análise de tais estudos deve ser um partido em particular, num país e em um contexto temporal específico. Apenas na medida em que vários partidos, em um determinado país, apresentem dinâmicas similares ou quando um mesmo partido repete o método de seleção de candidaturas por certo período, é que seria possível fazer generalizações acerca desses procedimentos.

Com o intuito de distinguir e dar conta da variedade dos métodos de seleção de candidatos existentes, o modelo de Rahat e Hazan inclui quatro categorias analíticas: candidatura, *selectorate*, descentralização e votar ou indicar candidatos, todas elas avaliadas de acordo com uma base contínua do nível de inclusão ou de exclusão que pressupõem as dinâmicas partidárias.<sup>13</sup>

### 1.3.1 Grau de inclusão das candidaturas

A primeira dimensão, a *candidatura*, diz respeito a quem pode se apresentar como candidato de um partido nas eleições. Além de levar em conta os requisitos legais e eleitorais de cada país, seria necessário avaliar a existência e os tipos de critérios exigidos pelos partidos como condição à obtenção de uma candidatura.

---

<sup>13</sup> - Cabe mencionar que, com exceção da categoria *selectorate*, todas as outras foram originalmente propostas por Ranney (1981), embora a maior parte dos trabalhos atuais atribua à Rahat e Hazan tal “originalidade”.

Tais requisitos são dimensionados em uma escala contínua, formada por um polo de inclusão e de exclusão, que pode contemplar a participação de todos os eleitores (modalidade mais inclusiva), todos os membros partidários ou apenas aqueles que cumpram alguns requisitos (modalidade mais exclusiva). Por este ângulo, a existência de requisitos partidários para que alguém possa tornar-se candidato é interpretada como sinônimo de uma política de caráter restritivo, pois ela limitaria o direito dos filiados à participação nos processos eleitorais.

### **1.3.2 Grau de inclusão das agências selecionadoras**

A segunda dimensão de análise sugerida por Rahat e Hazan está relacionada à agência partidária que seleciona os candidatos: o *selectorate*. A questão então passa a ser a seguinte: *quem* seleciona e *como* são selecionados os candidatos no interior dos partidos políticos? Mais uma vez, seria necessário observar tanto as legislações nacionais, eleitorais, quanto o que dizem os estatutos partidários.

Os *selectorates* também são avaliados com base no seu grau de inclusão ou de exclusão. No polo mais inclusivo, podem ser formados por todos os eleitores de um país, como no caso dos Estados Unidos. No polo oposto, mais exclusivo, pode ser apenas um único líder partidário, cujo exemplo maior são os partidos religiosos ultra-ortodoxos de Israel.

A seleção de candidatos, com base principalmente nas regras estipuladas pelos partidos, poderia ainda se dar em apenas um estágio, na medida em que todos os candidatos são selecionados por apenas uma agência selecionadora; em múltiplos estágios, quando os candidatos têm de enfrentar mais de uma banca selecionadora; ou estágios misturados, quando diferentes *selectorates* escolhem diferentes candidatos.

### 1.3.3 Grau de centralização e de descentralização

A terceira dimensão de análise está relacionada ao grau de centralização ou descentralização que as agências selecionadoras podem apresentar. Quando os candidatos são selecionados apenas por uma agência nacional, sem procedimentos que permitam a representação territorial ou funcional ligada a grupos sociais, o método de seleção é tido como *centralizado*. Ao contrário, quando os candidatos são selecionados unicamente por agências partidárias locais, o método de seleção é classificado como *descentralizado*.

A descentralização, além de territorial, pode apresentar ainda um caráter *corporativo*, na medida em que existam mecanismos que garantam a representação funcional de grupos setoriais organizados no interior dos partidos, tais como: sindicatos, mulheres, entre outros.

Cabe ressaltar que, nesta perspectiva, a descentralização dos métodos de seleção é interpretada como sinônimo de uma maior democratização interna dos partidos. Antes disso, no entanto, Gallagher e Marsh (1988) já haviam atentado para o fato de que um processo mais descentralizado, por si só, poderia não representar uma maior democratização interna, na medida em que o controle dos líderes nacionais poderia apenas ser transferido aos líderes regionais ou locais, o que não necessariamente implicaria uma participação mais ampla dos demais membros da organização.

### 1.3.4 Sistemas de votação e sistemas de indicação

Para além do nível de inclusão dos *selectorates* e a sua configuração centralizada ou descentralizada, Rahat e Hazan buscaram avaliar o papel do conjunto dos membros partidários na elaboração das listas de candidaturas, chegando a dois sistemas distintos. Em um *sistema de votação*, os membros da organização decidem de maneira direta, por meio do seu voto, quem serão os candidatos. Já em um *sistema de indicação*, os líderes partidários é que são os responsáveis pela definição dos nomes e não há uma participação mais ampla dos filiados neste processo.

Ainda com base em um *continuum* formado pelos polos de inclusão e de

exclusão, o *sistema de votação* seria o mais inclusivo, enquanto o *sistema de indicação* seria mais exclusivo, por restringir a participação do conjunto dos filiados do partido na escolha de seus representantes para as disputas eleitorais.

#### **1.4 Freidenberg e López e a seleção de candidatos à Presidência na América Latina**

Freidenberg e López (2001) propõem uma análise acerca dos métodos de seleção dos candidatos à Presidência da República tendo como referência 44 partidos políticos<sup>14</sup> de 16 países<sup>15</sup> da América Latina – entre os quais o Brasil não teria sido incluído devido à dificuldade para conseguir informações sobre o assunto.

Segundo os autores, a falta de estudos sobre tal temática na América Latina estaria assentada em três razões principais. A primeira delas de ordem metodológica, baseada na falta de registros oficiais que sejam de fácil acesso aos pesquisadores. Além disso, nada garante que as dinâmicas de seleção aconteçam tal e como prescrevem os estatutos ou os documentos partidários. Por fim, dificultaria a análise o fato de um mesmo partido utilizar diferentes procedimentos para a seleção de seus candidatos em um pequeno intervalo de tempo, sendo mais difícil o estabelecimento de padrões acerca das distintas dinâmicas partidárias.

Embora com tais limitações, o estudo acerca dos procedimentos de seleção das candidaturas à Presidência da República no interior dos partidos políticos latino-americanos é desenvolvido com base na observação dos regulamentos partidários e também das regras eleitorais de cada país.

Partindo das elaborações conceituais de Rahat e Hazan (2001), Freidenberg e López colocam em pauta quem pode se apresentar como candidato a Presidente

---

<sup>14</sup> - Foi adotado um critério de relevância para a escolha dos partidos a serem analisados: “*Um partido político foi considerado relevante quando: a) havia obtido representação na Câmara de Deputados Nacional nas três últimas eleições legislativas (força numérica expressa em assentos ou em votos obtidos); b) havia superado a barreira dos cinco por cento eleitoral nas três últimas eleições legislativas; c) tivesse representação em todos os distritos eleitorais do país (força territorial) ou que sua representação em determinados distritos fosse significativa e d) contasse substantivamente na dinâmica partidária do sistema político. Entende-se por ‘contar substantivamente’ o fato de que esse partido exerça uma influência especial na dinâmica partidária e que por diversas razões seja impossível não o levar em conta no momento de estudar o funcionamento do sistema de partidos*”. (2002, p. 162)



nos partidos da América Latina, seja a partir das normas eleitorais de cada país, seja a partir das normas estipuladas por cada partido político. Ainda que legalmente em todos os países analisados qualquer cidadão possua o direito de ser eleito para cargos de representação popular, desde que cumpra alguns requisitos básicos (tais como nacionalidade, idade, não ter causas penais pendentes, entre outros), três padrões de candidatos foram mapeados pelos autores.

Num primeiro grupo, há países em que a legislação eleitoral exige que a pessoa que queira se apresentar como candidato seja filiado a algum partido político. São os casos onde há o monopólio da representação política pelos partidos políticos – El Salvador e Equador, até 1996, são citados como exemplos<sup>16</sup>.

Em uma segunda categoria estariam aqueles candidatos que, além dos requisitos estipulados por lei e da filiação partidária obrigatória, têm de cumprir uma série de exigências estipuladas pelos partidos políticos, tais como a antiguidade na filiação (UCR na Argentina; PUSC na Costa Rica; PC no Paraguai e PDC no Chile). Outro exemplo seria o PRI do México, que exige o pagamento de cotas, tempo mínimo de filiação igual ou superior a 10 anos, não ter sido um membro de destaque de algum partido antagônico, entre outros.

No último grupo estão os partidos inseridos em contextos institucionais que permitem a candidatura de filiados a partidos políticos, mas também de pessoas independentes e *auspiciados*, ou seja, pessoas que não são filiadas a algum partido, mas que podem receber o seu apoio em determinada disputa eleitoral. No Peru, por exemplo, a candidatura de um independente (alguém que não seja filiado a alguma organização partidária) exige o apoio de algum grupo social e também uma quantidade de assinaturas para que seja respaldada. Seriam ainda exemplos deste último grupo o Equador, depois de 1996; o Chile, com os *auspiciados*; a Argentina e a Bolívia, com os *extrapartidários*; e também o Uruguai e PRD do México, onde há os chamados *candidatos externos*.

Já o segundo aspecto diz respeito ao corpo que seleciona os candidatos – o *selectorate*, segundo Rahat e Hazan (2001). Considerando os regulamentos eleitorais de cada país e também das diferentes organizações partidárias, há dois tipos de sistemas.

---

<sup>15</sup> - Os países analisados foram: Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai.

Num primeiro grupo estão aqueles em que o processo de seleção de candidaturas aparece formulado na legislação eleitoral – Costa Rica; Bolívia; desde 1999; Uruguai, desde 1999; Paraguai, desde 1996; Panamá; Honduras; Guatemala e República Dominicana. Quanto aos mecanismos de seleção adotados, eles variam de acordo com o país. Na Argentina, Uruguai e Bolívia, realizam-se eleições que contemplam todos os eleitores (internas abertas). Em Honduras, Paraguai e Panamá, a legislação determina a realização de eleições internas aos partidos onde apenas os membros de tais organizações podem participar (internas fechadas). Já na Guatemala e República Dominicana, a escolha fica a cargo de um órgão colegiado partidário. Na Costa Rica, por fim, a legislação dá liberdade para que cada partido escolha o procedimento a ser utilizado.

Já no segundo grupo estão os países onde a lei não estabelece medidas a respeito da seleção de candidaturas, havendo autonomia para que cada partido político utilize os procedimentos que julgarem melhor – Equador, Peru, El Salvador, México, Nicarágua, Colômbia e Chile.

Ao classificar os métodos de seleção utilizados pelos partidos da América Latina para a escolha de seus candidatos à Presidência da República, os autores chamam a atenção para a complexidade e a heterogeneidade dos procedimentos encontrados, na medida em que, em um mesmo país e até mesmo em um partido em particular, é possível encontrar métodos diferenciados de seleção, os quais se modificam em um curto período de tempo.

Um destes métodos consiste na realização de eleições abertas, nas quais todo o eleitorado participa do processo de escolha do candidato à Presidente. Alguns exemplos, neste caso, seriam: FREPASO e UCR, na Argentina; Frente Sandinista de Libertação Nacional, na Nicarágua; PLC, na Colômbia; entre outros. Tais organizações teriam utilizado este procedimento pelo menos uma vez nos últimos anos.

Um segundo método consiste na realização de eleições internas “fechadas”, ou seja, restrita aos membros de cada organização partidária.<sup>17</sup> Muitas das reformas eleitorais realizadas nas últimas décadas adotaram este procedimento, como nos

---

<sup>16</sup> - O Brasil teria sido incluído nesse grupo, caso integrasse a amostra dos autores.

<sup>17</sup> - Há variações significativas entre os casos analisados. Em alguns partidos, a decisão precisa ser aprovada por órgãos colegiados (partidos da Costa Rica); aprovada em uma Convenção extraordinária (PRD da República Dominicana). Há ainda casos onde os órgãos nacionais pré-

casos de: Paraguai, Panamá e Honduras – embora haja partidos que realizem internas fechadas sem a sua determinação pela legislação eleitoral nacional, como: Partido Conservador da Colômbia, Esquerda Democrática do Equador, os partidos da Costa Rica, entre outros.

Outra modalidade de seleção de candidatos – a mais utilizada nos partidos analisados – se dá a partir de órgãos partidários colegiados internos, principalmente convenções e assembleias de delegados. Muitos partidos, em muitos países da América Latina poderiam ser citados, como: PSC, DP e ID, no Equador; PLC, na Nicarágua; PAN, no México, entre outros.

Para os autores, a seleção de candidatos a partir de órgãos partidários colegiados internos, ao mesmo tempo em que implica uma estrutura de autoridade mais centralizada nos partidos políticos, permite muitas vezes uma participação e uma representação mais equitativa (do ponto de vista territorial) das bases do partido através de seus delegados:

A utilização de órgãos colegiados implica uma maior centralização no processo de tomada de decisões, mas também implica que os partidos são sujeitos de natureza autônoma, que não precisam de atores externos para definir suas candidaturas e, portanto, para tomar suas decisões. O fato de que muitos partidos continuem empregando esse tipo de mecanismo pode ser entendido como um elemento pouco democrático e de escassa transparência da vida interna das organizações partidárias, mas, ao mesmo tempo, é preciso lembrar que, desde uma perspectiva da representação, esses órgãos são integrados por delegados democraticamente eleitos, o que legitima sua ação e desautoriza as acusações, nos casos em que funcionam conforme esses princípios. Esses órgãos contam inclusive com maiores garantias de representação territorial, o que permite a defesa das posições de diferentes regiões em um órgão de perfil nacional (FREIDENBERG e LÓPEZ, 2001, p. 177-178).

Trata-se, portanto, de uma interpretação alternativa ao modelo de Rahat e Hazan (2001), que classificaria o método por órgãos colegiados internos como mais próximo do polo da exclusão, porque mais centralizado em poucos membros e menos democrático, sob esta ótica. Entretanto, tais observações de Freidenberg e López têm sido pouco observadas e exploradas pela literatura.

Haveria, ainda, partidos em que a seleção de candidatos é dirigida pelas lideranças do partido, embora, é claro, isso não conste formalmente em nenhum estatuto partidário, sendo encoberto pelos *“órgãos que funcionam como espaço de*

---

selecionam os candidatos e depois convocam as bases partidárias para a consulta (PLD da

*legitimação das decisões de um grupo pequeno de pessoas*” (Idem, p. 178). Duas organizações partidárias são citadas como exemplo desta dinâmica de escolha dos candidatos: o Partido Roldosista Equatoriano e o PRI do México, que desde 1929 utilizava o “dedazo” para a escolha de seu candidato à Presidência, onde o Presidente em exercício definia quem deveria ser seu sucessor no cargo.<sup>18</sup>

Importante dizer que, apesar da constatação de uma tendência nas últimas décadas à adoção de mecanismos mais participativos, transparentes e democráticos no que se refere à seleção de candidatos à Presidência nos partidos políticos da América Latina, inclusive com a aprovação de reformas eleitorais determinando a realização de eleições internas abertas (para todo o eleitorado) e fechadas (para todos os membros partidários), predominam ainda nos casos analisados tomadas de decisão partidárias com um viés fortemente centralizado, onde a maioria dos partidos políticos escolhe seu candidato à Presidência da República com base na realização de convenções e assembleias de delegados.

### **1.5 Formação de lealdades e tipologia de candidatos em Siavelis e Morgenstern**

Por outro ângulo, Siavelis e Morgenstern argumentam que os métodos de seleção de candidatos, embora influenciados pelas regras eleitorais e partidárias, estão intimamente interligados a um processo mais amplo de recrutamento. Ainda que haja uma distinção conceitual entre *recrutamento político* (a forma como os candidatos em potencial são atraídos a competir para cargos públicos) e *seleção de candidatos* (procedimentos pelos quais os candidatos são escolhidos entre uma gama de candidatos em potencial), os mesmos são tidos como processos profundamente imbricados: (...) *los procesos que implican se encuentran tan conectados que rara vez se puede determinar dónde termina el reclutamiento y comienza la selección*” (SIAVELIS e MORGENSTERN, 2009, p. 91).

Três grupos de variáveis são identificados como aspectos que influenciariam no processo de recrutamento e de seleção de candidatos. Mais relacionadas ao

---

República Dominicana e PDC do Chile).

<sup>18</sup> - Em 2001 o estatuto partidário do PRI foi modificado, determinando a realização de eleições internas para a escolha de seus candidatos.

recrutamento político, seriam as variáveis: educação, contatos políticos e trajetória profissional. Já as regras eleitorais e as regras partidárias (formais e informais) seriam os aspectos mais diretamente ligados ao processo de seleção de candidatos. Influenciando ambos os processos, destacam-se: a importância das características do sistema partidário de cada país, principalmente o número de partidos e as coalizões; e os aspectos relacionados às organizações partidárias e suas estruturas internas de hierarquia.

A novidade reside na compreensão do recrutamento e da seleção de candidaturas a partir de uma dimensão desconsiderada pela literatura até então: ponderar em relação a quem os candidatos são leais. O entendimento é que a formação de lealdades e de vínculos entre candidatos e partidos e/ou sociedade exige que se vá além dos momentos específicos da seleção de candidatos no interior dos partidos políticos: “(...) *el proceso de construcción de una lealtad es de largo plazo, no localizado únicamente en el mismo proceso de selección*” (Idem).

O pressuposto é que estas distintas formas de lealdade afetam não somente os estilos de campanha dos candidatos, como também a atuação e a disciplina dos parlamentares e o estilo dos governos após as disputas eleitorais:

la lealtad es un concepto útil para diferenciar candidatos porque los legisladores toman en consideración a sus patrones y a quienes los apoyan al tomar decisiones sobre sus carreras políticas, los objetivos loables del servicio público, los estilos de la campaña y promesas de políticas y la habilidad de los partidos y presidentes para construir tanto coaliciones gobernantes como opositoras (Ibidem, p. 93).

A partir da interação das regras eleitorais de cada país e das regras no âmbito dos partidos políticos, foi elaborada uma classificação dos diferentes tipos de candidatos aos legislativos e aos executivos, classificação esta que possui como critério os tipos de lealdades firmados com diferentes grupos ou ainda a inexistência de vínculos dos políticos com alguma causa ou setor da sociedade.

Os candidatos legislativos foram classificados entre: os *leais ao partido*, os *servidores do distrito*, os *delegados de grupo* e os *empresários políticos*. Em linhas gerais, respectivamente, tais agentes seriam predominantemente vinculados às organizações partidárias, aos eleitores do seu distrito, a grupos sociais específicos ou aos seus projetos individuais. Isso acabaria se refletindo nos estilos de campanha, na busca de votos mais individuais ou partidários, nos tipos de recursos

utilizados, no público alvo dos projetos legislativos ou ainda nos níveis de disciplina partidária e apoio ao Executivo durante o exercício do mandato.

Já os candidatos ao executivo foram divididos entre: os *militantes do partido*, os *aderentes ao partido*, os *agentes de grupo* e os *independentes/personalistas*. A diferença entre os *militantes* e os *aderentes* residiria em um grau menor de adesão ao partido do segundo em relação ao primeiro tipo: a lealdade de um candidato aderente apresentaria um caráter mais instrumental e estratégico do que propriamente de identificação partidária. Estas diferenças, de alguma forma, guardariam ligação com o comportamento dos candidatos, seja durante o período eleitoral, seja durante a atuação dos governantes, passando pela composição dos gabinetes, o cumprimento das promessas de campanha e as relações com o poder legislativo.

## **1.6 Um Balanço parcial e a escolha de um caminho**

A partir deste breve esforço para apresentar as principais contribuições da literatura internacional ao desenvolvimento da temática relacionada ao processo de seleção de candidaturas pelos partidos políticos, foi possível constatar a existência de distintos enfoques teórico-metodológicos, que ora se distanciam e ora se assemelham em alguns aspectos.

Para Siavelis e Morgenstern, o recrutamento político e a seleção de candidatos são tidos como processos indissociáveis e o objetivo está em buscar a correspondência entre distintas formas de lealdade e de comportamentos políticos, seja da “categoria” de candidatos ou, após as eleições, dos políticos eleitos.

Por outro lado, sob a ótica de Norris, a seleção de candidaturas é tida como um dos momentos importantes do processo de recrutamento legislativo, embora o foco esteja naqueles que, além de obter o aval dos partidos políticos para participar de uma eleição na condição de candidato, conseguiram passar pelo crivo do eleitorado e se eleger.

A perspectiva de análise que norteia este trabalho de pesquisa, no entanto, está relacionada mais especificamente ao processo de seleção de candidatos tal como ele se dá no âmbito das organizações partidárias, no sentido originalmente sugerido por Ranney (1965 e 1981), Gallagher e Marsh (1988) e Rahat e Hazan

(2001) – ainda que se trate de um campo de estudos bastante recente e que, por estar em seus primeiros passos, permite apenas uma aproximação inicial em relação ao fenômeno em discussão.

Até aqui, em linhas gerais, foi possível identificar cinco eixos principais em torno dos quais tem sido pautada a discussão da literatura internacional que trata do processo de seleção de candidatos pelos partidos. São eles: (1) Quem pode ser candidato, ou seja, quais os requisitos legais e partidários para que alguém possa concorrer? (2) Quem seleciona os candidatos no interior dos partidos políticos? (3) Como são selecionados os candidatos, de forma centralizada ou descentralizada? (4) Os membros partidários participam diretamente ou indiretamente deste processo? (5) As regras utilizadas pelos partidos são formais ou informais?

Os parâmetros elencados, embora importantes, parecem implicar apenas uma avaliação acerca do grau de democracia interna que os partidos políticos apresentam em seus métodos de seleção de candidaturas. Em um plano ideal, nas entrelinhas do modelo de Rahat e Hazan, está o entendimento de que deve haver poucas restrições para que um filiado possa tornar-se candidato; que a agência selecionadora não deve ser composta apenas por alguns líderes do partido; que os métodos de seleção devem ser descentralizados; e que a lista final de candidatos deve ser democraticamente definida pelos membros do partido, por meio de regras formalmente estabelecidas.

Para além do viés normativo, há uma questão de cunho mais metodológico, relacionada ao fato de que as observações são antes frutos dos traços institucionais e eleitorais dos diferentes países, somados, quando possível, ao que dizem os estatutos partidários. De um lado, não há dúvidas de que é preciso considerar o que dizem as legislações eleitorais nacionais sobre os requisitos para que alguém possa tornar-se candidato ou sobre os métodos de seleção a serem empregados pelos partidos políticos.

Este caminho, por outro lado, ainda que necessário, não é suficiente para dar conta das relações dinâmicas tecidas no interior de uma organização política, ainda mais no caso do Brasil, em que os partidos têm autonomia para escolher os seus candidatos aos diferentes cargos eletivos, como será visto mais detalhadamente a seguir. Isso implicaria relativizar a importância do plano formal das “regras do jogo” e direcionar a atenção às lógicas tidas como informais que perpassam o fenômeno da seleção de candidaturas partidárias.

Antes de respostas prontas e consolidadas, as contribuições da literatura internacional indicam esforços de pesquisa com vistas a consolidar uma nova linha de investigação, cujo principal mérito está em ser um estímulo para a formulação de uma agenda de pesquisas sobre o assunto, possivelmente menos formal e mais próxima aos “jardins secretos” (Ranney, 1965 e Gallagher e Marsh, 1988) da elaboração das listas partidárias.



## Capítulo 2

### Perspectivas de análise da seleção de candidatos no Brasil

Como visto no capítulo anterior, apesar da existência de alguns precursores importantes, a seleção de candidaturas começou a ser debatida de modo mais sistemático na literatura internacional a partir da década de 1980. No Brasil, até muito pouco tempo atrás os trabalhos que faziam referência ao tema eram unânimes em afirmar a ausência de estudos. Hoje a carência continua a existir, muitos aspectos da questão sequer foram abordados e ainda é necessário um acúmulo de estudos de caso, no entanto, surgiram vários trabalhos que se dedicaram especificamente à problemática (GUARNIERI, 2004; ÁLVARES, 2004, 2006, 2007, 2008a, 2008b, 2009; MARQUES, 2007; BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA, 2008, 2009; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009; BRAGA e VEIGA, 2009; BOLOGNESI, 2009; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009). Logo, embora continue válida a declaração de Nicolau (2006, p. 695) de que *“ainda conhecemos pouco sobre o processo pelo qual os partidos escolham os seus candidatos”*, há mais informações e análises sobre as peculiaridades do país, e já se pode ler comentários como o de Braga e Veiga (2009, p. 1), segundo o qual

nos últimos anos o processo de seleção de candidaturas se tornou objeto de estudo mais recorrente na Ciência Política brasileira e em países da América Latina, o que indica que cada vez mais esta fase da vida partidária ganha maior relevância para a compreensão do funcionamento das instituições numa democracia partidária, deixando, portanto, de ser subestimada.

Este capítulo tem por objetivo apresentar como esta temática tem sido abordada pelos estudiosos do sistema político brasileiro, a partir do acompanhamento dos recortes analíticos, das metodologias e dos resultados atingidos por essas pesquisas. Os estudos nacionais têm privilegiado o modelo metodológico proposto por Rahat e Hazan (2001), calcado na maior ou na menor inclusividade adotada pelos partidos neste processo. As discussões têm girado em torno, de um lado, dos requisitos legais e de eventuais regras internas estabelecidas pelas legendas para que alguém possa tornar-se candidato a um cargo eletivo, como será apresentado no tópico 2.1. De outro lado, o intuito tem sido avaliar o grau de inclusão dos *selectorates* atuantes em diferentes partidos políticos, principalmente aqueles com maior representação no Congresso Nacional, como exposto no tópico 2.2.

Quando se trata de investigar os procedimentos informais seguidos pelos partidos no processo de seleção, o foco recai sobre as contribuições de Norris (1993, 1996 e 1997) e Norris e Lovenduski (1995), calcadas na análise das expectativas dos porteiros/selecionadores partidários – a ser explorada no tópico 2.3 – e nos fatores que predispõem a oferta de pretendentes a concorrer a um cargo eletivo – o que compõe o ponto 2.4.

No último tópico, já em uma espécie de transição para os capítulos empíricos que se seguem, o foco estará centrado em estudos que tratam especificamente das peculiaridades que cercam a carreira e a condição de vereador.

## **2.1 Os Requisitos legais e partidários para uma candidatura**

A primeira dimensão diz respeito ao modo como os estudos abordam quem pode ser candidato. As análises são unânimes em evidenciar que, diferentemente de outros países, no Brasil os partidos possuem o monopólio da representação política institucional, haja vista que um dos critérios de elegibilidade em voga consiste na filiação obrigatória a uma organização partidária por um período mínimo de um ano antes do pleito a ser disputado.

Álvares (2006, p. 14) argumenta que as condições relativas à filiação constante nos estatutos partidários revelam um processo ampliado de inclusão dos cidadãos, visto que a maioria estabelece a idade mínima de 18 anos para o processo de filiação e aponta, entre os direitos desses, o ato de votar e ser votado.

Apesar da ausência de restrições nos estatutos, Braga, Veiga e Míriade (2009, p. 127) observam que, “*em princípio, portanto, esse monopólio partidário, ao garantir o controle das lideranças sobre oportunidades de acesso a postos para aspirantes às carreiras políticas, permite a seus dirigentes a imposição de lealdades e de manter relações hierárquicas.*” Tal observação encontra respaldo na afirmação de Guarnieri (2004), segundo a qual o processo interno de filiações é utilizado pelas lideranças para garantir o controle sobre o partido, pois

este processo tem vários pontos passíveis de veto. As filiações dependem do acesso às fichas, do abono destas fichas e da não impugnação do pedido. Se um cidadão qualquer, ‘no pleno gozo de seus direitos políticos’, quiser se filiar a um partido ele deve se dirigir ao diretório zonal e conseguir uma ficha de filiação. Nada garante o acesso a essa ficha, mas supondo que o cidadão consiga a ficha ele também deve conseguir o abono de algum membro do partido (com exceção do PT). Isso implica que ele deve conhecer este membro, pois nenhum tem a obrigação de abonar fichas de filiação. Após encontrar um membro disposto a abonar sua ficha, o cidadão ainda deve esperar que seu pedido não sofra impugnação, que pode ser pedida por qualquer filiado do partido. [...] Outro ponto que merece destaque é a existência de restrições a filiações em bloco e à entrada de ‘notáveis’ no partido. Essas restrições devem ser vistas como mecanismos para evitar a ‘tomada’ do partido por outros grupos políticos e como uma forma de garantir o poder das lideranças (GUARNIERI, 2004, p. 46-47).

Outros critérios estabelecidos pela legislação se associam à exigência de filiação partidária, caso de: possuir nacionalidade brasileira; ter realizado o alistamento eleitoral; ser alfabetizado; apresentar domicílio eleitoral na circunscrição pela qual quer candidatar-se; não apresentar causas penais pendentes e ter a idade mínima exigida, que varia de acordo com o cargo em questão.<sup>1</sup>

Até as eleições municipais de 2000 também esteve em vigor a *candidatura nata*, que garantia o registro da candidatura para o mesmo cargo pelo partido ao qual estivessem filiados aos deputados federais e estaduais, vereadores e ainda aos

---

<sup>1</sup> - As idades mínimas são: 35 anos para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Senador; 30 anos para Governador e Vice-Governador; 21 anos para Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeito e Vice-Prefeito; 18 anos para Vereador. Em todos os casos, os candidatos devem completar a idade mínima no dia da posse do cargo.

suplentes que tivessem substituído o parlamentar em algum momento do mandato.<sup>2</sup> Como apontou Nicolau (2006, p. 694), *“os responsáveis para escolher os candidatos do partido não tinham poder para excluir os parlamentares da lista.”* Todavia, para Figueiredo e Limongi (2002, p. 307), a existência do mecanismo da candidatura nata, antes de servir como um indício da falta de controle dos líderes partidários sobre o processo de escolha dos candidatos, comprovaria *“[...] haver uma competição real entre pretendentes a figurar na lista. Não fosse pelo temor de ser excluído da mesma, por que detentores de mandato precisariam dessa proteção legal?”*

Outro aspecto importante está relacionado ao fato de que vigora no país uma cota de candidatos por gênero que os partidos políticos devem respeitar, introduzida com o intuito de ampliar a participação das mulheres na política. Em 1995, a Lei 9.100 passou a determinar que cada lista partidária deveria reservar um mínimo de 20% para a representação das mulheres. Em 1997, entretanto, foi aprovada uma nova lei (9.504), que ampliou a reserva para um mínimo de 30% e um máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.<sup>3</sup>

Afora esses requisitos formais, a legislação brasileira remete aos partidos políticos o estabelecimento de normas específicas para a escolha dos candidatos, conforme o art. 7º da Lei 9.504/97 (BRASIL, 1997). Logo, os trabalhos têm se dedicado a analisar os estatutos partidários para verificar a existência de eventuais critérios adicionais (GUARNIERI, 2004; ÁLVARES, 2004, 2006, 2007, 2008a, 2008b, 2009; BRAGA, 2008, 2009; MARQUES, 2007; BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009; BOLEGNESI, 2009).

---

<sup>2</sup> - Em 2002, entretanto, a pedido do então Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, que em uma ação direta de inconstitucionalidade (ADIN) questionou a validade da candidatura nata, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou este dispositivo inconstitucional, razão pela qual ele deixou de vigorar nas eleições a partir daquele ano (VALE PARAIBANO, 2002). Com a decisão do STF, o TSE emitiu a Resolução 21.079, de 30 abr. 2002, na qual consagrou o final desse instituto.

<sup>3</sup> - A avaliação das cotas de sexo no Brasil indica que, em linhas gerais, embora a participação das mulheres na política institucional tenha aumentado, raramente a cota dos 30% é atingida. De acordo com Nicolau (2006, p. 693-694), em 1998, apenas o PCB teria cumprido a cota, lançando duas mulheres em um total de cinco candidatos. Já em 2002, nenhum partido teria cumprido a exigência. A falta de normas punitivas previstas na própria lei tem sido apontada como uma das razões do não cumprimento da cota de sexo pelos partidos políticos. Mais detalhes, ver: Araújo (2001, 2006, 2009).

Os resultados indicam que em todos os partidos, com exceção de um, o requisito básico estipulado nos estatutos é o mesmo da legislação eleitoral: a filiação de no mínimo um ano.<sup>4</sup> Para Marques (2007), isso contribuiria para tornar os partidos mais vulneráveis ao aparecimento de políticos *outsiders* (os recém-chegados), mais preocupados com os seus projetos individuais do que com as pautas partidárias.

O PT é apontado como um partido diferenciado, pois exige mais requisitos do que o estipulado pela legislação, os quais estariam vinculados à sua origem extraparlamentar, bem como ao seu perfil ideológico e à sua estratégia organizacional (BRAGA, 2008, p. 472). Assim, enquanto em todas as legendas a condição de filiado é suficiente para a conquista de uma vaga como candidato, no PT o acesso à lista seria mais restrito, em função das exigências de: contribuição financeira, compromisso programático (mediante assinatura do “Compromisso partidário do candidato petista”, elaborado pela direção nacional do partido) e aprovação das instâncias de direção ou parcela de membros – o que, seguindo o viés de análise de Rahat e Hazan (2001), aproximaria o PT de um polo mais exclusivo quando se trata de avaliar o grau de inclusão das candidaturas.

Braga (2008, p. 472) explica que o “Compromisso” é um documento criado pelo Diretório Nacional do PT, por meio do qual o partido estabelece normas para o comportamento do candidato durante a campanha e depois de eleito, dentre elas: a obrigação de contribuir financeiramente com o partido e a de veicular a sigla no material de campanha, submeter ao partido os nomes que irão compor o primeiro e segundo escalão do governo (no caso de cargo no Executivo) e formar uma “bancada coletiva” (no caso do Legislativo).

## **2.2 A Configuração dos *selectorates* e seus métodos de seleção**

A segunda dimensão de análise refere-se à identificação daqueles que tem a prerrogativa de escolha dos candidatos no interior dos partidos, os *selectorates*. Para Bolognesi (2009, p. 36), a discussão acerca do tema parece ser a mais profunda na questão da seleção de candidaturas, pois este tem mais peso tanto no

---

<sup>4</sup> - Os mais citados, são: PP, PFL-DEM, PMDB e PSDB. Álvares (2004), no entanto, analisou os estatutos de 27 partidos.

processo prático de controle da representatividade quanto na abordagem que a Ciência Política faz deste conceito.

### **2.2.1 O Controle dos partidos sobre a definição das candidaturas em debate**

Neste campo, as primeiras observações são as de Mainwaring (1991, 1993 e 2001), segundo as quais os partidos e seus líderes não teriam controle sobre o processo de seleção de candidaturas no Brasil. Isso ocorreria como consequência das características do sistema político brasileiro: a combinação de presidencialismo, federalismo robusto e sistema proporcional de lista aberta produziria incentivos que tornariam os partidos frágeis e débeis do ponto de vista organizativo e ideológico, dominados por políticos personalistas que buscam a realização de projetos individuais e não coletivos ou partidários.

Para o autor, com exceção do PT e de alguns pequenos partidos de esquerda (PCdoB, PCB, PSB e PPS), o cenário político brasileiro seria composto por organizações de tipo *catch-all*, que na arena eleitoral admitem uma ampla diversidade de candidatos, sem fazer exigências ideológicas ou organizacionais. As “portas” dos partidos estariam assim sempre abertas aos candidatos “bons de voto” e com recursos financeiros para custear a campanha, independentemente do perfil. O trânsito livre dos “artistas” e dos “famosos” nos partidos seria um bom exemplo da falta de controle destes sobre os políticos, principalmente na arena eleitoral.

Ele atentou para processos distintos de seleção de candidaturas ao legislativo, que variam de acordo com as esferas de poder em que estas estão inseridas (nacional, estadual ou municipal). Assim, enfatiza o caráter descentralizado da escolha das candidaturas:

O Brasil se enquadra no padrão descentralizado, no qual essencialmente não há controle por parte dos líderes nacionais do partido. Com exceção dos postos de presidente e vice-presidente da República, os candidatos a todos os demais cargos públicos eletivos são escolhidos na esfera estadual (governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual) ou municipal (prefeito e vereador). Portanto, para conseguir a indicação de seu nome como candidato do partido o político precisa estar forte no nível do município ou do estado. A liderança nacional quase nunca interfere nas decisões estaduais, embora tenha oficialmente autoridade para fazê-lo. As organizações nacionais não desempenham papel algum na escolha de candidatos, salvo para presidente e vice-presidente da República (MAINWARING, 2001, p. 308).

O autor aponta brevemente para os procedimentos “normais” da seleção de candidaturas, a começar pela esfera municipal. Neste contexto, embora os dirigentes possuam controle sobre as indicações, haveria uma maior participação popular, pois as convenções municipais funcionariam como espaços mais abertos aos membros do partido do que as convenções estaduais e nacionais.

Na esfera estadual, as convenções contariam com a participação de delegados eleitos nos municípios, sendo a maioria deles militantes e políticos profissionais. A aprovação de uma chapa única seria um indício de que as decisões sobre os candidatos não são tomadas nestes espaços oficiais, e sim previamente, pelas cúpulas partidárias.

Às lideranças nacionais dos partidos caberia apenas a definição dos nomes para as disputas ao Executivo federal. Em consequência deste caráter descentralizado, os parlamentares, antes de seguir a orientação dos dirigentes nacionais, seriam levados a cultivar relações com as bases partidárias locais, voltando a atenção para as arenas estaduais e municipais.

Outros dois fatores são arrolados pelo autor em reforço à tese da descentralização: a candidatura nata<sup>5</sup> e o elevado número de candidatos competitivos lançados pelos partidos, com vistas a obter a maximização dos votos.

A interpretação de Mainwaring passou a ser questionada pouco mais tarde por Guarnieri (2004), Braga (2008, 2009), Braga, Veiga e Miríade (2009), que alegaram a falta de lastro empírico. De acordo com Guarnieri (2004), os mecanismos que garantiriam o controle dos líderes estariam relacionados a três aspectos principais. Em primeiro lugar, não seria tão fácil se filiar a um partido, dada a possibilidade e a ocorrência de impugnação de filiações pelos líderes. Em segundo lugar, se a escolha dos candidatos é feita a partir de um sistema de indicação, e não de votação, via convenções, a importância dos líderes no processo de formação das listas de candidatos é um pressuposto básico. Além disso, as convenções não seriam espaços abertos e democráticos a ponto de que qualquer *outsider* seja capaz de conseguir se impor diante da organização do partido.

Sobre a questão do elevado número de candidatos, vários autores têm observado que a hipótese não encontra respaldo empírico, pois os partidos têm apresentado um número de candidaturas abaixo do limite máximo estipulado pela

---

<sup>5</sup> - A medida estava em vigor na época em que o autor escreveu os textos.

legislação nacional, mesmo quando estão coligados (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2002; GUARNIERI, 2004; NICOLAU, 2006; KLEIN, 2007; MARQUES, 2007; BRAGA, 2009; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009). Guarnieri (2004, p. 69) explica que as direções partidárias fazem esta escolha “[...] com o intuito de reduzir as incertezas quanto a seu sucesso eleitoral, o que significa evitar a competição intrapartidária, controlando o número de candidatos competitivos”.<sup>6</sup> Braga, Veiga e Miríade ponderam que uma das razões para isto pode ter a ver com “as estratégias eleitorais de seus dirigentes partidários que, ao passarem a ter maior domínio do ambiente eleitoral, começaram a repensar seus cálculos políticos para se manterem em vantagem no jogo político” (BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009, p. 133).<sup>7</sup>

Além de controlar a quantidade de candidatos, em todos os partidos políticos seria possível identificar um número ainda menor de candidatos realmente competitivos, isto é, com alta densidade eleitoral ou capazes de atingirem sozinhos o quociente eleitoral necessário para a obtenção de uma cadeira. Partindo do pressuposto de que quanto maior o número de votos, maior a autonomia dos políticos diante de seus partidos, isso implica que apenas uma pequena faixa dos candidatos poderia se dar ao luxo de adotar um comportamento independente, baseado unicamente no interesse pessoal e, por isso, menos adaptado à estratégia definida pelas lideranças partidárias.

Figueiredo e Limongi (2002, p. 308) agregam outro contra-argumento em relação a Mainwaring, com o qual concordam Braga, Veiga e Miríade (2009, p. 125). Há dois recursos cada vez mais fundamentais nas campanhas eleitorais dos dias de hoje cujo controle é realizado pela instância partidária, o que fortalece as lideranças e estimula os candidatos ou os aspirantes a colaborar: o acesso aos recursos financeiros e a distribuição do tempo no horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) entre os candidatos. Schmitt, Carneiro e Kuschnir (1999) indicam que a diferenciação no tempo de participação dos candidatos é um indício da ordem de preferência das direções partidárias em relação aos componentes da lista.

Em suma, diferentemente de Mainwaring – que constatou um escasso controle dos líderes partidários sobre a escolha dos candidatos, sobretudo em

---

<sup>6</sup> - Ele observou o número de candidaturas apresentadas por PT, PP, PMDB e PSDB, em quatro pleitos (1982, 1990, 1998 e 2002) para deputado estadual e federal, em São Paulo. Com exceção do PT, houve uma significativa redução de candidatos aos dois cargos.

<sup>7</sup> - As autoras analisaram as escolhas de PT, PMDB, PP e PFL, nas eleições para deputado federal de 1994 a 2006.



função da estrutura federativa do sistema político brasileiro e dos incentivos ao individualismo dos políticos decorrentes do sistema proporcional de lista aberta –, os resultados desses trabalhos que tratam da seleção de candidatos apontam para a importância dos agentes partidários e o controle destes sobre o processo, ainda que sob diferentes formas. Na origem desse controle estariam as motivações dos dirigentes, a quem interessaria manter a estabilidade organizativa, isto é, conservar as linhas de autoridade no interior do partido.<sup>8</sup>

### 2.2.2 O Grau de inclusão dos *selectorates*

No caso do Brasil, como já foi indicado, além de a legislação conferir às organizações partidárias o monopólio da indicação de candidatos aos cargos eletivos, atribui a elas autonomia em seus métodos de seleção e de indicação de candidatos. As exigências legais dizem respeito tão-somente aos prazos para a realização de convenções (obrigatórias para a homologação de candidaturas) e para o registro delas pelos partidos.

Nesta perspectiva, o que está em discussão não é se os partidos controlam ou não a composição das listas de candidatos, como pretende Mainwaring, e sim identificar o tipo de *selectorate* atuante nos diferentes partidos e o nível de inclusão subjacente a estas práticas políticas. A partir do modelo de Rahat e Hazan (2001), os autores buscam analisar os estatutos partidários, com vistas a identificar como as legendas tratam desta questão.<sup>9</sup>

Ao alegar a importância das convenções como os espaços oficiais dedicados à homologação das listas partidárias, Guarnieri (2004), Braga (2008) e Braga, Veiga e Miríade (2009) encontraram diferenças em relação a aqueles que podem ser os participantes desses eventos. Em primeiro lugar, o tempo de filiação

---

<sup>8</sup> - A argumentação é inspirada em Panebianco (2005), que vê o recrutamento político como uma “zona de incerteza” em um partido político, que tende a ser controlada pelos dirigentes da “coalizão dominante”, com o intuito de preservar a sua própria condição de direção partidária.

<sup>9</sup> - Uma parcela importante da literatura internacional, na qual se destacam clássicos como Robert Michels (1982) e Panebianco (2005), minimiza a importância dos estatutos, pois considera que as instituições não os respeitam na prática política. Sobre a validade do estudo dos estatutos, Bolognesi (2009, p. 26) anota que: “*porém, os textos que abordam análises comparadas de partidos políticos mostram que o estatuto prevê de que forma o curso das ações partidárias delinea-se. Numa percepção comparada, o estatuto do partido pode não resumir o conteúdo da vida partidária, mas representa o contorno organizacional do mesmo.*”

exigido para que alguém possa participar de uma convenção é maior no PT (um ano) do que nos demais partidos, casos de: PSDB, PMDB e PP, nos quais a carência é de seis meses. Além disso, essas legendas garantem espaço aos membros dos diretórios em cada nível e os ocupantes de cargos eletivos. No PP, o voto pode ser cumulativo, logo um membro pode votar na convenção estadual na condição de delegado municipal, de deputado federal e de líder da Câmara, tendo, portanto, direito a três votos.

Para Guarnieri (2004) – que abordou os estatutos de PT, PSDB, PMDB e PP –, a principal diferença estaria na possibilidade da realização de “prévias” para a escolha de candidatos a cargos majoritários nos casos de PT e PSDB, que envolveriam assim de forma mais ampla os filiados ao partido, restringindo o poder de decisão dos dirigentes.

Sobre o papel do conjunto dos membros partidários na elaboração das listas, a bibliografia evidencia que, no PT, por meio do chamado PED (Processo de Eleições Diretas), os filiados elegem diretamente os delegados que participam das convenções e aprovam as listas partidárias, o que tornaria o processo mais inclusivo (GUARNIERI, 2004; BRAGA, 2008; BOLOGNESI, 2009).

Na mesma medida, Braga (2008, p. 476) argumenta que o PT, ao exigir no ato de inscrições das pré-candidaturas o apoio de parcela de setores do partido, garante que estes participem mais amplamente do processo, indicando os seus representantes para as disputas eleitorais. Por outro lado, esta estratégia teria como intuito garantir que os candidatos do partido tenham alguma representatividade junto ao conjunto dos filiados, valorizando de alguma forma a democracia interna. Como expõe Álvares (2006, p. 16)

o pretendente a um cargo eletivo mantém-se através de um *selecionador* prévio que se responsabiliza pela indicação do/a filiado/a. Este/a não se apresenta individualmente, mas deve ser uma **indicação coletiva de filiados qualificados** para ser aceita a oferta de seu nome pela Comissão Executiva do partido. [grifado no original]

Recentemente, a mesma autora chamou a atenção para a existência de um órgão interno no PT voltado especificamente à seleção de candidaturas, o GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral), aprovado por uma resolução do diretório nacional do partido em 1996. O GTE, embora não se constitua como um órgão permanente do

partido (existe apenas nos períodos eleitorais) estaria contribuindo *“para o processo de recrutamento de candidaturas entre os/as filiados/as e as coligações com outros partidos, organizando e planejando as campanhas eleitorais”* (ÁLVARES, 2009, p. 2). Mais do que demonstrar a preocupação em criar mecanismos partidários que possibilitem a instrução e a formação dos candidatos, a criação do GTE apontaria para uma *“reinvenção orgânica”* do PT (Idem, p. 12). Esta ocorreria diante das necessidades impostas por um ritmo intenso de crescimento e de institucionalização, principalmente a partir do final de década de 1990, quando houve um aumento expressivo do número de filiados e de vitórias eleitorais da legenda no país.

No caso de PP e PFL-DEM – de acordo com Braga e Praça (2007) e Braga (2008) –, esses partidos apresentariam os *selectorates* mais exclusivos, em um sistema de nomeação puro. Isso porque os líderes possuem um papel fundamental na elaboração das listas, e as convenções, um caráter meramente simbólico e homologatório, haja vista que os nomes selecionados pelos dirigentes não estão sujeitos a nenhum tipo de aprovação por parte dos demais membros da organização.

Em um polo intermediário estariam os casos de PMDB e PSDB, em que escolha das candidaturas é realizada pelos órgãos executivos. Embora a lista partidária também seja elaborada pelos dirigentes, os convencionais possuem a opção de aprová-la ou não, havendo uma espécie de consulta entre os membros partidários, o que restringiria em algum grau a margem de manobra dos líderes e os obrigaria a buscar permanentemente manter ou ampliar o número de filiados sob influência (Idem, p. 475-476).

Apesar destas diferenças estatutárias em relação ao formato das convenções, todos os partidos analisados apresentam, de acordo com a elaboração de Rahat e Hazan (2001), *sistemas de indicação*, haja vista que os membros partidários não decidem de maneira direta (por meio do voto) quem serão os integrantes da lista de candidatos, e sim aprovam, em convenção, listas formuladas anteriormente (GUARNIERI, 2004; BRAGA, 2008). Logo, como afirma Álvares (2007, p. 31), *“ao concentrar nos filiados categorizados e nas lideranças o papel de selecionador, em termos de Brasil, evidencia-se um grau de centralização que dá ao partido, em níveis estadual e local, maior relevância para escolher quadro próprio e garantia de força na dimensão nacional”*.

Braga e Praça (2007), em um estudo de caso sobre a seleção de candidatos

à Câmara paulistana, nas eleições de 2004, observaram que PT e PSB foram os partidos que adotaram os procedimentos mais inclusivos, ao realizarem eleições internas fechadas em cada diretório zonal, o que implicaria maior descentralização e níveis mais efetivos de democratização interna. Já no PMDB e no PSDB, as executivas municipais é que definiram a lista de candidatos. Em um polo mais exclusivo, nos casos de PP, PFL e PL, apenas algumas lideranças partidárias constituíram os *selectorates*, o que indicaria um processo mais centralizado e menos participativo.

Pouco depois, Braga e Veiga (2009), tendo em vista a escolha dos candidatos aos legislativos municipais de São Paulo, Curitiba e Salvador, nas eleições de 2008, encontraram novamente uma diversidade de arranjos de *selectorates* nos partidos analisados (PT, PMDB, PSDB, DEM, PDT, PSB e PP).

Um primeiro aspecto abordado está relacionado ao fato de que, enquanto em São Paulo os líderes partidários tiveram de escolher e cortar nomes, devido ao elevado número de aspirantes a uma vaga de candidato a vereador, em Curitiba e em Salvador<sup>10</sup> a situação foi diferente: “[...] temos recrutadores partidários em busca de lideranças capazes de angariar votos para suas legendas” (BRAGA e VEIGA, 2009, p. 13). Segundo a visão de dirigentes partidários, a falta de pré-candidatos estaria ligada: ao grande número de partidos existentes, à desilusão da sociedade com a política, às exigências e às dificuldades que envolvem uma campanha eleitoral, principalmente a falta de tempo da maioria das pessoas para se dedicarem às atividades políticas e a ausência de recursos financeiros, cada vez mais necessários ao custeio das campanhas.

Nas três cidades analisadas, o PT foi classificado como o partido cujo processo de seleção foi o mais descentralizado e inclusivo, em função da realização de eleições internas para a escolha de seus candidatos, com a diferença de que, em São Paulo, elas ocorreram nas zonais e, no caso de Curitiba, no diretório municipal.<sup>11</sup>

Nos demais partidos (PP, DEM, PMDB e PDT), os *selectorates* foram constituídos basicamente pelos dirigentes partidários, sobretudo membros dos diretórios e das executivas municipais. Já PSDB e PSB aparecem como os partidos

---

<sup>10</sup> - No caso de Salvador, apenas PT e PDT tiveram um número de inscritos maior que o número de vagas disponíveis, e por isso tiveram que cortar alguns nomes.

<sup>11</sup> - O texto não traz a informação de como ocorrem as internas no caso do PT de Salvador.

que não apresentaram um padrão de seleção de candidatos, pois utilizaram tanto a realização de eleições internas fechadas, restritas aos filiados (PSDB de Curitiba e PSB de São Paulo), como a indicação de membros das instâncias de direção do partido. Chamou a atenção o caso do PSDB de Salvador, no qual a definição da lista ficou a cargo do próprio candidato a Prefeito da legenda e de seus assessores.

### 2.3 Os Critérios utilizados pelos porteiros/selecionadores

Para além da órbita das resoluções contidas nos documentos oficiais das legendas, algumas reflexões buscaram delinear outro campo de pesquisa, aquele que pergunta especificamente sobre quais seriam os critérios informais que adotam os selecionadores dos partidos.

A principal contribuição metodológica utilizada é aquela apresentada por Norris (1993, 1996 e 1997) e Norris e Lovenduski (1995), que versam especificamente sobre este aspecto da problemática. Como visto anteriormente, para esses autores, além das regulamentações do sistema político (regras eleitorais e partidárias) e do contexto da organização de cada legenda, o recrutamento dos candidatos é influenciado por outra variável: a demanda dos porteiros. Logo, características sociais, culturais e individuais motivam os porteiros/selecionadores a terem determinadas expectativas sobre quem escolher para atingir a maior eficiência para o partido.<sup>12</sup>

Nelson Jobim (1992), em um “testemunho”, falou sobre quais seriam os principais parâmetros utilizados pelo seu partido (PMDB) para a elaboração da lista de candidatos à Câmara dos Deputados. Elas deveriam conter: representantes das categorias profissionais mais importantes e organizadas (como professores e policiais militares); os ditos candidatos de aparelhos, que *“dispõem de uma máquina de produzir votos”* (1992, p. 137), como radialistas e pastores evangélicos; representantes das principais regiões, em termos geográficos e populacionais; candidatos de financiamento, providos de alto poder aquisitivo para o custeio da campanha eleitoral; e, finalmente, as lideranças partidárias.

De modo muito semelhante, ao comentar sobre o sistema proporcional de

---

<sup>12</sup> - Como será indicado no ponto 2.4, os autores estabelecem a inter-relação entre as variáveis de demanda e de oferta, aqui distinguidas para efeito de exposição das informações.

lista aberta no Brasil, Nicolau (2006) sugeriu que os responsáveis pela definição das candidaturas a deputado federal procuram levar em conta critérios geográficos, razão pela qual buscam a representação de diversas regiões e evitam candidaturas concorrentes em termos territoriais. Além disso, tenderiam a escolher candidatos com prestígio junto a setores específicos da sociedade, tais como: líderes religiosos, sindicalistas, ativistas de movimentos sociais, corporações profissionais e empresariais ou “personalidades” de alguma atividade específica (radialistas, artistas, esportistas e intelectuais). Dessa forma, os líderes partidários atuariam no sentido de construir listas marcadamente heterogêneas, seja do ponto de vista territorial, seja do ponto de vista social.

Apesar da similitude de declarações, nenhum dos dois autores investigou a questão, eles tão-somente apontaram para o que indicava a vivência política ou a prática de pesquisa na área. Alguns estudos de caso pautados mais empiricamente inovaram ao tentar incorporar como, na prática, os partidos operam na definição de seus candidatos. Para isso, evidenciam a visão dos dirigentes partidários sobre os atributos sociais e políticos mais desejáveis em um candidato, sustentados com base na observação das convenções de alguns partidos e/ou na realização de entrevistas com agentes políticos (ÁLVARES, 2004, 2006, 2008, 2009; MARQUES, 2007; BRAGA e PRAÇA, 2007; BOLOGNESI, 2009; BRAGA e VEIGA, 2009).<sup>13</sup>

A partir dessas investigações, Álvares (2006, p. 32) especifica um desses processos informais:

---

<sup>13</sup> - Bolognesi (2009, p. 15) indica que “as entrevistas em profundidade servem para auferir a importância das diversas etapas do processo de seleção e entender de que forma o selectorate direciona (ou não) o mesmo. As observações participantes das reuniões de partido e convenções dão ao pesquisador uma ideia real de como o processo descrito pelos líderes de partido e de fato conduzido. Ambas as técnicas devem ser utilizadas de forma complementar, buscando entender, na observância da ação partidária, todas as etapas que compõe o processo de recrutamento de candidatos.”

estes cidadãos, membros filiados e, alguns, ocupantes de cargos burocráticos do partido, têm peso no mercado político e critérios pessoais para medir a capacidade de os/as aspirantes angariarem votos. Eles avaliam aqueles/as que podem render votos e fazer crescer o quociente partidário (sejam filiados/as ou ‘cidadãos anônimos’); procuram aplicar as regras estatutárias aos interessados na competição – neste caso, facilitam a escolha formal desse/a cidadão/a. Geralmente eles têm o domínio do conhecimento regimental e legal e, também, reconhecem as demandas partidárias, contabilizando os pesos e contrapesos de uma candidatura, muito antes do processo eleitoral estar formalizado. Nesse sentido, interferem na oferta com forte ascendência na demanda por competidores que realmente importem para o partido.<sup>14</sup>

De um lado, nos partidos tradicionais (os citados são: PFL, PL, PMDB, PDSB e PDT), os critérios para a escolha estariam ligados, sobretudo, ao potencial eleitoral dos candidatos, o que inclui a posse de recursos financeiros para o custeio das campanhas, a capacidade de comunicação, a participação em eleições anteriores, o nível de escolaridade, o apoio da família e a inserção em grupos sociais. Por outro, nos partidos mais à esquerda, como PT e PSB, os candidatos deveriam apresentar uma ligação mais forte com o partido, em termos de tempo de filiação, militância partidária, afinidade ideológica e inserção social em alguma causa ou segmento (BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA e VEIGA, 2009).

Marques (2007), ao analisar as características dos candidatos a vereador no município de São Carlos (SP), nas disputas eleitorais de 2000 e 2004, sugeriu a observação de dois indicadores da vinculação dos candidatos com os partidos e os processos eleitorais, quais sejam: *tempo de filiação* e *participação em eleições anteriores*. O primeiro serviria para avaliar em que medida os partidos dariam preferência aos aspirantes com experiência e atuação interna na organização. Em linhas gerais, os resultados mostraram que os candidatos do PT possuem mais tempo de filiação e de participação interna, enquanto no PSDB a presença de *outsiders* é mais frequente.

---

<sup>14</sup> - Pondera-se que praticamente ainda não há estudos que estejam voltados à definição do perfil social e político dos selecionadores. Com este fim, Álvares (2007, 2008) entrevistou 63 lideranças de 14 partidos que disputaram as eleições de 2002 a 2006 do estado do Pará (PMDB, PSDB, PPS, PFL/DEM, PT, PCdoB, PTB, PV, PCB, PDT, PSB, PSC, PP e PL). Ela identificou que essas lideranças estão na faixa de 41-50 anos, são casadas, de religião católica, possuem dois ou três filhos, curso superior completo (sendo predominante o de Direito), renda familiar superior a 10 salários mínimos e têm a “política” como ocupação principal. Na mesma medida, são lideranças com abrangência estadual – o estudo referia-se à seleção de candidatos a deputado –, exercem esta posição há algum tempo, mas não tem a chamada filiação exclusiva, ou seja, já participaram de outras legendas (58%).

Ao partir do pressuposto de que *“uma eleição não se encerra somente nos seus resultados, ao final da apuração”* e que *“esses mesmos resultados entram no cálculo racional estratégico do partido visando um maior sucesso nas próximas eleições”* (Idem, p. 120), o estudo avaliou a participação dos candidatos em eleições anteriores. Neste sentido, ambos os partidos buscaram incluir em suas listas nomes que tivessem disputado pleitos anteriores, o que provavelmente aumentaria o cacife eleitoral dos candidatos e, conseqüentemente, do quociente eleitoral dos partidos.

## 2.4 O Perfil dos selecionados

Chega-se ao produto final do processo de seleção, ou seja, à própria lista dos candidatos. As pesquisas buscam identificar o perfil social e político daqueles que, tendo se apresentado aos partidos políticos, vencem este filtro e são selecionados. Assim como no ponto anterior, a principal contribuição é a de Norris (1993, 1996 e 1997) e Norris e Lovenduski (1995), autores que indicam que, em realidade, o recrutamento engloba duas variáveis importantes e inter-relacionadas: a demanda (a expectativa dos porteiros), vista no quesito precedente, bem como a oferta (recursos e motivações dos aspirantes, ou seja, dos que desejam ser candidatos). Logo, características sociais, culturais e individuais colaboram para que haja ou não determinada oferta de aspirantes.

Nesse âmbito, é importante fazer referência ao conjunto de estudos que buscam traçar o perfil da elite política brasileira, mais especificamente, dos membros da Câmara dos Deputados<sup>15</sup>, ou seja, aqueles que versam sobre o chamado recrutamento legislativo ou parlamentar.

Esta tradição remonta ao conjunto de estudos de sociologia política desenvolvidos na Fundação Getúlio Vargas (PITTA e ARRUDA, 1966; MOREIRA, 1967; MADURO, LARANJEIRAS e VIANNA, 1971; PARAHYBA, VIANNA e MADURO, 1971; VIANNA, MADURO e PARAHYBA, 1971; LEOPOLDI, 1973; NUNES, 1978; MADURO, HERESCU e ABREU, 1980), os quais tiveram

---

<sup>15</sup> - Marques (2007, p. 40) indica que *“uma maior facilidade de sintetizar dados, um espaço que aglomera quase todas, se não todas as tendências políticas (partidárias, geográficas, ideológicas), além de sua importância no sistema político provavelmente devem ser motivos que levam os estudos a voltarem-se para a Câmara.”* Os estudos sobre o Senado, em contrapartida são bem menos comuns, com destaque a: LEMOS e RANINCHESKI (2008).



continuidade com: Fleischer (1973, 1977, 1980, 1981, 1988), Forjaz (1985) e, mais recentemente, Messemberg (2002, 2007).

Rodrigues (2002, 2006) revitalizou este campo ao verificar haver relação entre o tipo de composição socioocupacional e a orientação ideológica das bancadas eleitas para a Câmara dos Deputados em 1998 e em 2002: os partidos de direita tendem a recrutar nas classes de renda elevada e os de esquerda, nas classes médias e de baixa renda. Dados de Perissinotto e Miríade (2009), relativos aos deputados federais eleitos em 2006, reafirmam, em traços gerais, essas assertivas. Os autores ainda destacam o aumento de deputados federais cuja atividade profissional é a própria política, o que fortalece *“a tese de que tem ocorrido uma crescente profissionalização da política, o que faz com que os políticos de profissão tenham grandes vantagens na luta por um cargo”* (Idem, p. 315).

Como bem sintetizaram os mesmos autores (Ibidem, p. 302), embora esse tipo de investigação apresente informações que acenam para importantes vínculos sociais e políticos daqueles que foram selecionados como candidatos – e por isso ajudam a desvendar esta problemática –, há uma característica comum a todas que limita a capacidade explicativa delas no que tange à questão em foco no presente trabalho: mais do que estudos sobre os concorrentes, são análises sobre o perfil dos que “chegaram lá”, os eleitos. Desse modo, não têm como verificar se há uma eventual diferença entre eleitos e concorrentes, ou seja, *“se o processo político-eleitoral produz algum tipo de viés no que diz respeito à representação de determinados grupos no universo dos eleitos”* (Ibid., p. 304).

Uma série de trabalhos recentes tem se dedicado ao estudo dos “que não chegaram lá”, razão pela qual primeiro avaliam os atributos sociais dos candidatos (sexo, idade, ocupação/profissão e escolaridade<sup>16</sup>) e depois os comparam com os daqueles que conseguiram se eleger. Marques (2007) analisou o perfil de PT e PSDB, na disputa para vereador de 2000 e de 2004, na cidade paulista de São Carlos. Noll e Leal (2008) versaram sobre a disputa para vereador, em 2004, nos municípios de Porto Alegre, São Paulo e Fortaleza. Deve-se acrescentar, ainda: Bolognesi (2009), Perissinotto e Miríade (2009), Braga, Veiga e Miríade (2009), estudos que versaram sobre a eleição de 2006. O primeiro analisou em separado e comparativamente os candidatos a deputado (estadual e federal) do PT e do PFL-

---

<sup>16</sup> - Bolognesi (2009) e Perissinotto e Miríade (2009) agregaram gastos de campanha e votação, enquanto Braga, Veiga e Miríade (2009) incluíram o patrimônio declarado pelos concorrentes.

DEM, no Paraná. As autoras avaliaram o perfil de todos os candidatos apresentados no país, por: PT, PP, PFL-DEM, PMDB e PSDB para o cargo de deputado federal, inicialmente em conjunto e, depois, discriminado por legenda. Perissinotto e Miríade incluíram os candidatos a deputado federal de todos os partidos, primeiro em conjunto, depois por bloco ideológico e, enfim, por legenda.<sup>17</sup>

Se, do ponto de vista metodológico, é válido o questionamento sobre a similitude ou não entre os perfis dos candidatos e dos eleitos, os resultados atingidos até agora mostram que não há uma nítida distinção entre essas duas categorias. Aliás, esses resultados correspondem aos achados relatados pela bibliografia internacional e apontam para as mesmas características sociais da “classe política”, as quais seriam produtos da combinação de ausência de oferta de candidatos com a demanda dos selecionadores – que preferem traços que denotam capacidade e prestígio social. Logo, a exclusão não ocorreria no universo dos partidos, mas sim nas próprias condições sociais dessas personagens.

Quando se trata de faixa etária, gênero e de escolaridade, há o predomínio de candidatos de meia-idade, do sexo masculino e com curso superior, bem como se evidencia a restrita participação de jovens e de mulheres. Bolognesi (2009, p. 58-59) e Braga, Veiga e Miríade (2009, p. 133-136) não encontraram diferenças substanciais entre os partidos analisados nos quesitos gênero e escolaridade, enquanto em termos de candidaturas de âmbito federal, os partidos de esquerda apresentaram um índice mais elevado de candidaturas jovens, quando comparado aos de centro e de direita (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009).

Sobre a ocupação, Braga, Veiga e Miríade (2009, p. 136) identificam grande presença das áreas de direito, jornalismo e magistério, profissões que possuem características que as fazem adequadas à atividade política: flexibilidade de hora de trabalho e de férias, independência profissional, segurança financeira, *network* pública, *status* social, experiência e conhecimento da política. Noll e Leal (2008) evidenciaram também a participação de: funcionários públicos, empresários e comerciantes. Mas os dois trabalhos destacam ainda mais a presença importante dos políticos profissionais, com o que concordam com Perissinotto e Miríade (2009).

---

<sup>17</sup> - O último artigo acaba por dar mais destaque às características que perfazem o perfil dos eleitos, primeiro no conjunto dos candidatos e, depois, discriminado entre as legendas.

Bolognesi (2009, p. 60) encontrou diferenças entre os perfis ocupacionais dos candidatos: o PT paranaense apresentou principalmente professores universitários, trabalhadores da educação e políticos profissionais; o PFL, advogados, empresários, produtores rurais e políticos profissionais. Observou que *“os dados revelam o que usualmente se sabe desses partidos. O PT é um partido do setor público e, dentro deste setor, com presença significativa entre os profissionais da educação. O PFL e o partido da classe economicamente dominante”* (Idem).

Neste mesmo caminho, identificou padrões distintos de recrutamento, os quais seriam intensamente influenciados pela origem e pelo caráter ideológico dos partidos políticos. A forte presença de políticos profissionais no PT é sugerida como indicador de um recrutamento político *endógeno* (MARENCOS DOS SANTOS, 2000), em que a dedicação e o ativismo partidário se constituem como importantes critérios para que o filiado se torne candidato. No caso do PFL, ocorreria um recrutamento de tipo *lateral*, em que as candidaturas não exigem experiência e militância partidária, dependendo de requisitos mais pessoais, como *status* profissional (Ibidem, p. 61). As distinções encontradas entre PT e PFL confirmariam a hipótese da importância da ideologia e da história dos partidos políticos no momento da seleção de seus candidatos.<sup>18</sup>

Os achados de Perissinotto e Miríade (2009, p. 312), os quais ampliam a abrangência dos dados ao incluírem todos os candidatos, corroboram esta perspectiva, embora os autores evidenciem que nenhuma posição no espectro ideológico (direita, centro e esquerda) revela uma marca social inequívoca. Há a tendência a uma posição mais elevada nos partidos de direita e de centro, com preponderância de empresários e profissionais liberais, principalmente médicos e engenheiros. Já nos partidos de esquerda, foi destacada a participação de funcionários públicos, principalmente em partidos como o PSTU (33%), PSOL (26%) e PT (8%), além de trabalhadores na educação. Lembra-se, por fim, que estes perfis correspondem àqueles identificados por Rodrigues (2002, 2006), ao analisar a composição profissional dos deputados federais. Ou seja, neste quesito, os dados confirmam, em traços gerais, a similitude entre concorrentes e eleitos.

---

<sup>18</sup> - Neste ponto há que se fazer uma referência às contribuições de Panebianco (2005), que sustentou a importância da dimensão histórica à compreensão dos “dilemas” organizativos internos aos partidos políticos. As ponderações de Panebianco serão utilizadas mais adiante, no momento da discussão sobre o estudo de caso e seus resultados.

A respeito do conjunto de trabalhos que compõem esta corrente de estudos, Santos (2002, p. 127) observa que elas enfrentam problemas metodológicos, em razão de recortes temporais e/ou geográficos demasiadamente delimitados e o uso de fontes insuficientes e condicionadas (entrevistas e dados biográficos). Porém, para ele, a principal dificuldade reside em uma proposta analítica de restrita capacidade explicativa e de forte caráter descritivo.<sup>19</sup>

Nesse sentido, a construção de perfis parlamentares e de candidatos é uma ferramenta necessária, mas insuficiente, até porque, desde 1946, como Santos (2000, p. 95-99) e Marengo dos Santos (2000, p. 82) verificam, “*a despeito das profundas transformações na estrutura social, como resultado de urbanização, complexa rede ocupacional, maior escolaridade, incremento do eleitorado [...]*”, não ocorreram mudanças significativas nas fontes sociais de recrutamento da classe política brasileira: ela continua a ser masculina, ter entre 40 e 60 anos, e a apresentar “*[...] presença residual de trabalhadores manuais, expressiva representação de proprietários e funcionários públicos, desproporcional presença de advogados e outros profissionais de formação superior, especialmente médicos.*”

A corroborar esta ideia, o estudo de Perissinotto e Miríade (2009) encontrou praticamente os mesmos indicadores no conjunto de eleitos para a Câmara de Deputados em 2006: expressiva presença de homens, com mais de 40 anos e curso superior, cuja principal atividade é ser político, advogado, empresário, médico e engenheiro, acompanhado de relativa redução do espaço ocupado pelos funcionários públicos.

Por essa razão, investigações como as de Marengo dos Santos (1997, 2000, 2003) procuram ampliar o escopo: para além do perfil social dos parlamentares brasileiros, o autor analisou o perfil de recrutamento da classe política nacional, de 1946 a 1998, sob uma perspectiva que “*[...] privilegia experiência política e vínculos partidários como dimensões relevantes para uma reconstituição dos padrões de recrutamento parlamentar, constituindo ainda indicadores sugestivos sobre a configuração e dinâmica das instituições políticas*” (Idem, 2000, p. 12-13).

---

<sup>19</sup> - Esclarece-se que o comentário do autor se refere aos estudos sobre o perfil de parlamentares, e não sobre aqueles que versam sobre o de candidatos. Apesar disso, a observação pode ser estendida também a tais pesquisas.

A observação do número de mandatos dos deputados federais brasileiros permitiu concluir que “[...] *acentuadas taxas de renovação parlamentar constituem um fenômeno endêmico da política brasileira*” (Ibidem, p. 64) e cruza diferentes partidos políticos e coordenadas geográficas. A presença de novatos<sup>20</sup>, que no pleito de 1946 chegou a 75,4%, oscilou praticamente entre 50% dos eleitos durante o período analisado. Esta presença expressiva de novatos e a consequente baixa continuidade na carreira parlamentar, de acordo com o autor, implicaria um estilo de recrutamento<sup>21</sup> predominantemente *lateral*, ou seja, que:

[...] tende a valorizar atributos adquiridos *fora* das fronteiras organizacionais. Prestígio, posses e relações firmadas na vida privada são, neste caso, meios mais eficazes para a arregimentação de apoios. Detendo recursos *próprios*, candidatos não dependem do aval da liderança partidária, podendo ignorá-la com menor risco para o ingresso ou continuidade em sua carreira. Inversamente, são os dirigentes partidários que necessitam da notoriedade emprestada por seus nomes à lista de candidatos do partido. Carreiras políticas são, com isto, mais rápidas e descontínuas, recrutando aspirantes com escassa ou pequena experiência política (Ibid., p. 38-39).

Em oposição a este tipo de *recrutamento lateral*, revelador de escassa profissionalização da política e de precários vínculos partidários, seria possível traçar um estilo de *recrutamento endógeno*, quando o ingresso na atividade legislativa ocorre após um longo tempo de dedicação ao partido e de ocupação de cargos mais estritamente vinculados ao mundo da política, nos partidos e/ou na esfera pública.

Outro dado sugestivo em favor da tese do recrutamento lateral estaria relacionado ao declínio dos deputados federais que ocuparam o seu primeiro mandato após anos de dedicação à política e à ocupação de cargos públicos. Os dados indicaram, nesse sentido, um aumento de políticos *freshmen*, que conquistaram sua cadeira parlamentar após breve tempo, não superior a quatro anos de carreira pública prévia. Nos mandatos compreendidos entre 1986 e 1994, por exemplo, o índice de deputados com breve experiência política, de até quatro anos, oscilou, respectivamente, entre 50%, 51,5% e 49,9%, caindo para 31,3%, em 1998. Mais do que experiência breve, os dados apontaram para um expressivo

<sup>20</sup> - Foram considerados como novatos “*não apenas aqueles ausentes na legislatura imediatamente anterior, mas deputados sem nenhuma experiência prévia na Câmara dos Deputados, [...]*” (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p. 68).

<sup>21</sup> - Os estilos de recrutamento (endógeno ou lateral) utilizados por Marengo dos Santos (2000) foram inspirados principalmente a partir da obra de Dogan (1999).

número de novos parlamentares que sequer ocuparam algum cargo público prévio ao mandato de deputado federal.

Apesar de adotar uma metodologia de investigação distinta da de Marengo dos Santos, o estudo de Perissinotto e Miríade (2009) mostrou que são relevantes as variáveis relativas à experiência política prévia, a ponto de o candidato autotransformar-se como tal, pois elas ampliaram as chances de alguém tornar-se deputado federal nas eleições de 2006. Logo, “*ser político profissional e, em especial, ser deputado aumenta muito as chances de sucesso eleitoral*” (2009, p. 308). Os autores vão mais longe e indicam a importância do fator partido pelo qual o candidato concorre:

partidos já consolidados no cenário nacional, fortemente organizados e com alta capacidade de controlar recursos governamentais são fundamentais para o sucesso eleitoral dos seus candidatos, como PT, PMDB, PFL, PSDB e PCdoB. Esses dados sugerem que os partidos são algo mais do que simples siglas utilizadas pelos candidatos como pré-requisito para entrar na competição eleitoral (Idem, p. 310).

A hipótese de que a ocupação prévia de um cargo legislativo constitui um dos maiores trunfos para obter sucesso em uma disputa eleitoral também foi confirmada por Noll e Leal (2008), que encontraram níveis elevados de profissionalização da política também nas esferas municipais do poder legislativo, devido ao alto índice de reeleitos: aproximadamente 20% em Fortaleza e em São Paulo, e 40% em Porto Alegre – índices que poderiam ser ainda maiores, já que muitos dos candidatos preferem declarar suas profissões de origem, muitas vezes por uma questão de *status* social.

Na continuidade de sua investigação, Marengo dos Santos ampliou a análise: além de levar em conta a experiência política e os cargos ocupados previamente ao mandato de deputado federal, buscou dimensionar os vínculos partidários apresentados pelos parlamentares ao longo de suas trajetórias, partindo da premissa de que “[...] a durabilidade destes vínculos permite estimar a consistência dos laços de lealdade intrapartidários” (2000, p. 178). Para tanto, foram utilizados indicadores relativos aos antecedentes partidários dos deputados federais, incluindo as filiações partidárias exclusivas ou os trânsitos interpartidários e, ainda, o tempo de filiação prévio ao mandato.

Os dados referentes ao número de deputados federais com filiação exclusiva entre os pleitos de 1986 e 1998, indicaram um padrão diferenciado de partidos (como PT, PMDB e PDT, além de outros pequenos de esquerda) que, quando comparados aos demais, apresentaram taxas mais elevadas de recrutamento endógeno ou, em outras palavras, de parlamentares que ao longo de suas trajetórias foram filiados apenas ao partido pelo qual se elegeram. De outro lado, no caso de: PSDB, PTB e de outros pequenos partidos conservadores, o recrutamento parlamentar apresentou um viés predominantemente lateral, haja vista que a maioria de seus deputados federais já pertenceu a mais de um partido ao longo de sua carreira.

Em linhas gerais, a investigação de Marengo dos Santos apontou para um estilo de recrutamento parlamentar predominantemente lateral, marcado por taxas elevadas e contínuas de renovação parlamentar, não creditada de maneira específica a uma região ou partido político. A observação da experiência política dos deputados federais brasileiros reforçaria a tese do recrutamento lateral, haja vista que o ingresso na carreira política no Brasil dependeria antes de recursos pessoais (econômicos ou notoriedade social) do que propriamente políticos, relacionados ao tempo de dedicação aos partidos e/ou às atividades públicas.

Posteriormente, a partir de Marengo e Serna<sup>22</sup> (2007), que avaliaram o perfil dos deputados federais brasileiros eleitos em 2002, foi possível estabelecer uma relação mais direta entre o espectro ideológico dos partidos e os padrões de recrutamento legislativo, que se refletem tanto no perfil social dos parlamentares quanto no perfil de suas carreiras políticas.

Nesse sentido, os deputados dos partidos mais conservadores e de direita (DEM e PP) e de centro (PMDB) apresentaram carreiras políticas mais laterais, sustentadas antes nos recursos individuais e no *status* pessoal de seus candidatos do que em recursos mais coletivos, relacionados à militância nos partidos ou em determinados grupos e movimentos sociais. No campo ideológico da esquerda (PT), os deputados apresentaram uma trajetória de caráter endógeno, o que inclui maior tempo de militância e de filiação partidária, assim como maior índice de ocupação de

---

<sup>22</sup> - O estudo dedicou-se aos padrões de recrutamento dos deputados federais de três países da América Latina: foram consideradas, para tanto, as legislaturas eleitas em 2002 no Brasil, 2001 no Chile e 2004 no Uruguai – que, segundo os autores, remetem igualmente a um período “[...] marcado pelo incremento da competição eleitoral e da conquista de governos centrais por partidos ou coalizões de esquerda [...]” (MARENGO e SERNA, 2007, p. 94).

cargos legislativos anteriormente ao mandato de deputado federal. Ambos são indícios da falta da posse dos recursos individuais e de *status* social que, geralmente, permitem aos políticos dos partidos tradicionais iniciarem-se na vida pública por meio de cargos executivos.

As contribuições de Coradini (2001, 2007), no campo da Antropologia da Política, permitem extrair outro tipo de análise, relacionada às formas de inserção social e à reconversão destes recursos em posições político-eleitorais:

[...] Independentemente da formalização jurídica e das filosofias políticas subjacentes, o fenômeno eleitoral implica, entre outras coisas, uma seleção prévia de candidatos, os quais, com base numa série de atributos sociais que podem ser lidos também como 'qualidades pessoais' ou de 'liderança', tentam legitimar essa condição de candidato. O problema começa exatamente neste ponto, ou seja: que "qualidades" ou recursos sociais têm chances de ser utilizados para tanto [...] (CORADINI, 2001, p. 7).

A discussão passa, então, a girar em torno das distintas modalidades de recursos sociais em voga no recrutamento de elites políticas ou, mais especificamente, daqueles que se apresentam em um processo eleitoral na condição de candidato a um cargo público eletivo. Como sugeriu Coradini (Idem), estas diferentes fontes de liderança quase sempre acabam por remeter a uma diversidade de esferas e de atividades sociais, tais como: a religião, a atuação profissional, o trabalho comunitário, o sindicalismo, a ocupação de cargos públicos, entre outros.

Esses distintos princípios de legitimação em voga nas candidaturas e nas eleições podem estar relacionados *"[...] tanto às diferentes esferas sociais às quais esses candidatos se vinculam de algum modo, no atual ponto de suas trajetórias, como também àquelas com as quais mantiveram algum vínculo em alguma fase do passado e que podem ser reatualizadas"* (Ibidem, p. 14).

Recentemente, ao avaliar os vínculos sociais dos políticos com atuação em âmbito nacional, mais especificamente considerando os deputados federais, senadores e ministros que atuaram no período compreendido entre 1994 e 2003, Coradini (2007, p. 181) constatou o crescimento constante de políticos com algum tipo de engajamento e militância associativa e/ou sindical.

No caso dos deputados federais, o índice de 85,6% sem qualquer vínculo com associações ou sindicatos na legislatura com início em 1979, caiu para 44,9% em 2003, indicando que mais da metade passou a ter algum vínculo com



associações ou sindicatos – principalmente de empresários; trabalhadores urbanos, rurais e de funcionários públicos; professores; profissionais com formação superior, sobretudo, médicos, advogados e engenheiros.

Por outro lado, a respeito dos políticos sem vinculação a sindicatos e/ou associações – cerca de 45% entre deputados federais, senadores e ministros, de 1994 a 2003 – foi possível verificar que a maioria apresenta um trajeto menos próximo do universo escolar e, profissionalmente, estão mais associados à propriedade e/ou à gestão de empresas privadas. O traço mais saliente da categoria dos “sem vínculos” associativos, entretanto, diz respeito à filiação partidária e à frequência mais elevada de trocas de partido, principalmente em políticos filiados a PFL e PP. De outro lado, o PT apresentaria a maior concentração de agentes engajados em algum tipo de movimento social.

Por este mesmo caminho, Marengo e Serna (2007), ao avaliarem os engajamentos associativos dos deputados federais brasileiros eleitos em 2002 e membros de cinco importantes partidos do Congresso Nacional (PP, PFL-DEM, PSDB, PMDB e PT), também encontraram uma maior concentração de políticos com participação associativa na bancada do PT (cerca de 85% dos deputados federais eleitos em 2002) do que nos demais partidos (em torno de 50% no PP e no PSDB; e de 35% no PFL-DEM e no PMDB).

Quanto aos tipos de participação associativa dos deputados, no PT houve um maior índice de militantes dos sindicatos de trabalhadores (32%), das entidades profissionais ligadas às universidades e à imprensa (24%) e do movimento estudantil (18%). Nos casos de DEM e PMDB, houve um número maior de políticos ligados a entidades representativas empresariais (12-11%). No PP, chamou a atenção o engajamento associativo de produtores rurais (12%) e de militantes do movimento estudantil (12%), seguido de membros de entidades empresariais (10%). No PSDB, por fim, houve uma maior parcela de deputados ligados ao movimento estudantil (17%) e os profissionais das universidades e da imprensa (17%).

Em suma, a maior concentração de políticos com algum tipo de participação associativa reforçaria os indícios de um recrutamento mais endógeno e menos lateral em partidos mais à esquerda, o qual estaria centrado “[...] *tanto em recursos coletivos para alcançar um maior capital social e político, como no estabelecimento de uma constelação de redes sociais e no enraizamento de suas bases sociais de apoio*” (Idem, p. 108).

## 2.5 Quem são os vereadores?

Apesar dos avanços com vistas a conhecer mais a fundo o perfil da classe política nacional, principalmente em se tratando dos deputados federais, os estudiosos do mundo da política têm dedicado pouca atenção às peculiaridades e especificidades dos municípios, em geral, e dos vereadores, em particular, embora este seja o cargo legislativo mais antigo do país.<sup>23</sup> Lima Júnior (1999), ao avaliar as produções da Ciência Política nacional, no período compreendido entre 1970 e 1995, já havia atentado para a escassa produção de pesquisas direcionadas à dinâmica da política que tem os municípios como unidade analítica.

Almeida e Carneiro (2003, p. 125-126) indicam um das razões para esta carência: durante muito tempo, a partir das análises de autores clássicos do pensamento político brasileiro, como Oliveira Viana e Victor Nunes Leal,

o município foi considerado o território onde se frustravam ou se pervertiam os projetos democráticos; o espaço da dura realidade do poder oligárquico, do patrimonialismo e das relações de clientela, enraizados na desigualdade da propriedade e das oportunidades econômicas.

Ressalte-se que esta concepção não desapareceu, pois diversos estudos recentes sustentam que a chave para compreender a atuação dos vereadores está relacionada ao papel que eles desempenham como mediadores políticos e também culturais, voltado ao atendimento às demandas dos eleitores, sejam elas de caráter pessoal ou comunitário. Para a manutenção dessa rede de prestação de serviços e de favores de ordem clientelista, torna-se vital o acesso ao poder executivo e à estrutura da administração pública (COUTO e ABRUCIO, 1995; COUTO, 1998; KUSCHNIR, 2000; LOPES, 2003; LOPEZ, 2004).<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> - Inspirada no modelo de organização comunal portuguesa, a primeira foi instalada no período colonial por Martin Afonso de Souza na capitania hereditária de São Vicente, em 1532, e ficou conhecida como "Câmara Vicentina" (VEJA.COM, 2008). Oliveira (1999, p. 63-64) lembra que falar da Câmara Municipal significa refletir sobre a base e a origem da formação social, política e institucional da sociedade brasileira, pois a sua existência, enquanto órgão de representação política, vem desde os tempos coloniais, muito antes das assembleias estaduais e do próprio Congresso Nacional. Herdada dos colonizadores portugueses, a instalação de Câmaras locais era fator obrigatório para a formação e o reconhecimento do município (Vilas) por ato da "autoridade régia".

<sup>24</sup> - Cabe salientar que, apesar das semelhanças de resultados entre esses estudos, nos trabalhos que compartilham a perspectiva da Antropologia da Política, como os de Kuschnir, Lopes e Lopez, os partidos não parecem interferir no comportamento dos políticos, seja durante os períodos de campanha eleitoral, seja durante o exercício do mandato. Já nos do campo da Ciência Política, como os de Couto e Abrucio e Couto, são incluídas variáveis institucionais, especialmente os partidos. Pondera-se que a não relação entre os estilos de atuação dos vereadores e os partidos aos quais

Lopez (2004, p. 153) apresenta outra motivação, não necessariamente excludente em relação à anterior: a falta de estudos no campo da Ciência Política se deve, ao menos em parte, à ideia de que a política municipal é menos relevante para compreender o sistema político de maneira mais ampla, além de ter menor importância do ponto de vista teórico.

Em relação a este aspecto, Almeida e Carneiro (2003, p. 125) sustentam o contrário, ou seja, que a política local está longe de ser irrelevante para o sistema democrático do país. Eles se baseiam no fato de que a atual Constituição conferiu novo estatuto legal ao município, ao transformá-lo em ente federativo, atribuir-lhe autonomia nos âmbitos político, administrativo, legislativo, financeiro, e, ainda, novas competências e atribuições (Idem, p. 126-127).

A autonomia política se plasma na existência de um poder executivo e de um poder legislativo próprio, correspondentes, respectivamente ao Prefeito e à Câmara Municipal de Vereadores. Esta tem entre suas atribuições o exercício das funções: legislativa (propõe e deve apreciar projetos de leis na abrangência da competência municipal), fiscalizadora (analisar a atuação do Executivo)<sup>25</sup>, julgadora (em caso de infrações político-administrativas cometidas pelo prefeito, pelo vice-prefeito ou por um vereador), administrativa (organizar o funcionamento da própria Câmara).

Do ponto de vista eleitoral, as divisões político-administrativas dos municípios formam distritos exclusivos, nos quais são realizadas as escolhas diretas de aproximadamente 5.500 prefeitos e mais de 51 mil vereadores, em um calendário distinto do das eleições gerais.<sup>26</sup> Como consequência,

---

pertencem, suscita um desafio, qual seja: avançar no sentido de relacionar os diferentes estilos de representação política vivenciados pelos agentes institucionais (ou que buscam as esferas institucionais de poder) e as organizações partidárias existentes no cenário nacional.

<sup>25</sup> - Segundo Vogel (2008, p. 108), “os atos governamentais a serem analisados envolvem a execução do orçamento municipal, as licitações e os contratos firmados, a contratação de servidores, entre outros. Além da análise das contas apresentadas pelo prefeito, a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Câmara podem criar outros mecanismos para que o Legislativo tenha condições de exercer sua atividade fiscalizadora em toda plenitude, tais como o pedido de informações, a convocação das autoridades municipais para prestar esclarecimentos sobre determinado fato e a instauração de comissão parlamentar de inquérito.” Sobre o uso de moções, requerimentos e indicações pelos vereadores, ver: ÁVILA FILHO (2008)

<sup>26</sup> - Na realidade, são mais de 5.500 processos eleitorais distintos, embora simultâneos.

o município é uma arena de disputa eleitoral e de decisões de governo com perfil, instrumentos e recursos específicos. Quando se trata de formar o governo municipal, as escolhas dos eleitores podem ser feitas considerando apenas suas conseqüências prováveis no âmbito local. Políticos podem traçar estratégias de disputa por votos sem se preocupar com o que ocorre nas outras esferas da Federação; os partidos, na busca de êxito em pleitos municipais, têm de adaptar objetivos de escopo mais amplo às peculiaridades da competição em cada município (CARNEIRO e ALMEIDA, 2008, p. 407).

Esta diversidade de situações também ajuda a explicar porque o âmbito local é menos investigado nas Ciências Sociais. Pesquisas que abrangem municípios brasileiros têm a tendência a se constituírem em estudos de caso e, em razão disso, enfrentarem limitações relativas à validade dos resultados, que geralmente não podem ser estendidos a outras realidades. Por sua vez, estudos que envolvem a totalidade ou grande número de municípios são mais raros, pois muito complexos e de difícil operacionalização. Esta limitação é minimizada naquelas investigações em que é possível trabalhar com dados agregados, como na construção de perfis sociais (KERBAUY, 2005; NOLL, 2006) ou em investigações centradas em alguma variável institucional delimitada, caso da reeleição de prefeitos (BARRETO, 2009a) ou das coligações majoritárias (MIGUEL e MACHADO, 2007).

Apesar de o município – e menos ainda o vereador – não constar como um dos principais objetos de pesquisa no campo da política, isso não significa afirmar a ausência desses estudos. Em momentos anteriores deste capítulo, por exemplo, foram destacados os de Marques (2007), Noll e Leal (2008) e Braga e Veiga (2009), cujo foco é a seleção de candidaturas de âmbito local. Neste tópico, com vistas a subsidiar a pesquisa empírica que se segue, serão apresentados outros desses trabalhos, notadamente aqueles que lançam luzes sobre as peculiaridades que cercam a carreira e a condição de vereador (PINTO, 1998; MARENCO DOS SANTOS, 2000; MIGUEL, 2003; MALUF, 2006; NOLL e LEAL, 2008; BARRETO, 2008a e 2009b), pois se considera importante atentar para as implicações que elas trazem para o processo de seleção daqueles que postulam este cargo.

Principia-se pelo fato de que não existe um consenso no mundo acadêmico acerca do modo como se estrutura a carreira política no Brasil e sobre quais postos são mais valiosos do que outros.<sup>27</sup> No entanto, preponderam afirmações que

---

<sup>27</sup> - Autores como Santos (2000) e Samuels (2003) indicam o predomínio dos cargos executivos em comparação aos legislativos, mas não há a clareza se tal hierarquia abrange a todos ou se há uma gradação, de forma a que, por exemplo, ser prefeito de um município médio teria menos peso do que

apontam o cargo de vereador como sendo a base, a posição eletiva de menor prestígio político (MIGUEL, 2003, p. 116), de menor expressão (BARRETO, 2008a, p. 134), o mais baixo na ordem de relevância política dos cargos eleitorais existentes (MALUF, 2006, p. 28) ou o “grau zero” da carreira política (NOLL e LEAL, 2008, p. 9).<sup>28</sup>

Marenco dos Santos (2000) tratou de verificar, ao longo do período compreendido entre 1946 e 1998, o índice de deputados federais que “debutaram” em suas carreiras como vereadores, tendo identificado um índice razoável, embora declinante, de novatos na Câmara de Deputados que passaram pelo legislativo municipal: 23,3% em 1986, 20,5% em 1990, 11,6% em 1994 e 18,9% em 1998.

Na análise do autor, este fato apresentaria implicações para a mobilidade na carreira parlamentar, indicando geralmente que:

[...] Quem estréia em uma Câmara Municipal não dispõe de recursos próprios que lhe permitiriam *queimar etapas*, adotando uma trajetória lateral. Dispondo de meios e potencial de arrematamento eleitoral inicialmente limitados, suas chances futuras irão depender de sua capacidade para construir uma rede de apoios, o que significa propensão para estabelecer compromissos. Em outras palavras, seu êxito está relacionado à uma condição de *insider* na política (Idem, p. 171).

Os resultados apresentados por Miguel (2003, p. 126), debruçado sobre o período 1986-2004, mas a partir de um recorte metodológico distinto, encontrou índices um pouco mais elevados de deputados federais que haviam sido vereador: 22,5% em 1986, 23,6% em 1990, 23,6% em 1994 e 40,8% em 1998.<sup>29</sup> Ele sugeriu que a tendência para a elevação desse percentual poderia estar ligada à diferença entre os ciclos, pois a separação da eleição municipal das eleições gerais, o que ocorre no Brasil desde 1986, favoreceria a tentativa do vereador de disputar novas vagas e ascender na carreira política, sem o risco de perder seus mandatos, caso fosse derrotado.

---

ser deputado federal. Conforme Miguel (2003, p. 116) isso ocorre em função da carência de estudos sistemáticos, logo, as afirmações são intuitivas, inclusive a que ele apresenta. Na mesma medida, o autor reconhece que “*não se trata de uma carreira rígida, já que existem muitos outros fatores em jogo*” (Idem, p. 117), ou seja, a importância e a relevância dos cargos estão relacionadas a elementos como oportunidade e interesse.

<sup>28</sup> - Talvez até mesmo esta conformidade possa ser relativizada, se for considerado que o conselheiro tutelar, igualmente de abrangência municipal e de caráter eletivo, possui competências mais limitadas do que a de vereador. Afirma-se na condicional, pois caberia discutir se conselheiro tutelar faz parte da “carreira política”.

<sup>29</sup> - Dados apresentados por Bourdikan (apud MARQUES, 2007, p. 52), relativos aos deputados federais eleitos em 2002, indicam que 25,7% tiveram a vereança como primeiro cargo público eletivo.

A imagem das facilidades para a mobilidade na carreira parlamentar oferecida aos vereadores, quando analisada mais detidamente, apresenta-se um tanto mais complexa e cercada por riscos e incertezas. Pinto (1998, p. 114), ao analisar a trajetória e a participação das mulheres candidatas à vereança nas eleições de 1996, em Porto Alegre, questionou brevemente a ideia comum de que o cargo de vereador “(...) *seja uma porta de entrada para a política, como um primeiro estágio que habilita para posteriores disputas nos níveis estadual e federal.*” Na continuidade, evidenciou que a vereança seria ocupada por um tipo específico de militante político, cuja atuação encontra-se circunscrita aos municípios. A própria idade relativamente avançada de entrada na disputa eleitoral, de homens e mulheres, seria um indicador de que “[...] *a candidatura a vereador é muito mais a culminância de um trabalho de acumulação de capital político (adquirido dentro dos partidos ou convertido a partir de capital social ou cultural) do que os primeiros passos de uma carreira*” (Idem).

A ponderação da autora abrange dois âmbitos: não é preciso ter sido vereador para atingir patamares mais elevados da carreira e tampouco alguém se torna vereador simplesmente com vistas a habilitar-se a voos mais altos.

O primeiro é corroborado pelos dados trazidos por Marengo dos Santos (2000) e por Miguel (2003), apresentados acima: apesar de uma parcela dos deputados federais terem iniciado na vida pública como vereadores, esta não é uma exigência necessária para todos, pois amplo espaço na Câmara de Deputados vem sendo ocupado por quem nunca foi vereador e principia a carreira já em postos mais elevados, muitas vezes sem ter tido qualquer vivência política prévia.

O segundo acena para outro aspecto, muitas vezes negligenciado: o cargo de vereador, por ser o mais básico, é também aquele que possui a maior oferta, logo, qualquer edil que se disponha a ocupar qualquer cargo mais elevado vai enfrentar crescente competição política (MIGUEL, 2003), bem como risco mais alto de não atingir este objetivo, ou seja, não vencer os demais competidores. Na mesma medida, pode-se especular que há grande probabilidade de que a carreira política do vereador fique restrita ao âmbito do seu município e/ou que este seja o único cargo público eletivo que ele vai ocupar, seja porque não ambiciona algum outro, seja porque, tendo tentado, não logrou êxito. Nesse caso, vale a afirmação de Maluf (2006, p. 16): “*o evento mais frequente é encontrar políticos que iniciam suas carreiras e as concluem como vereador.*”

Sobre esta questão, Barreto (2008a) analisou a carreira de vereador em Pelotas (RS), entre 1976 e 2004, tendo verificado que a pretensão de ocupar o executivo, seja como prefeito ou como vice, tem sido o grande estímulo para os que desistem de continuar no legislativo municipal. No caso específico, tal escolha se mostrou de alto risco, não apenas porque, dada a coincidência das disputas, implica a perda de mandato em caso de derrota, mas principalmente porque esses insucessos têm se verificado: em 22 anos, apenas um vereador conseguiu chegar diretamente à Prefeitura.<sup>30</sup>

A alternativa de ascensão se dá ao concorrer à Assembleia Legislativa e à Câmara de Deputados, o que envolve menos custos: como a disputa não coincide com as municipais, eles não perdem o mandato em caso de insucesso, tampouco são obrigados a se licenciar do cargo. Na mesma seara, eles são estimulados – e em alguns casos, constrangidos – pelos partidos a concorrerem, pois as legendas precisam de candidaturas nas diferentes regiões e podem se beneficiar da notoriedade local dos vereadores. No entanto, Barreto (Idem, p. 135) verificou que raramente eles se tornam deputados – quatro casos em 20 anos de análise.

O autor especulou que este insucesso poderia se dever à especificidade local, pois em municípios ou regiões com densidade eleitoral mais elevada, como as capitais ou as regiões metropolitanas, os vereadores teriam maiores chances de se eleger. Na mesma linha, Maluf (2006, p. 28) defende que municípios-metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, são casos singulares na carreira política, pois fornecem condições institucionais e extra-institucionais para se constituírem em incentivo suficiente para manter parte significativa de seus membros, ao mesmo tempo, possuem eleitorado e oferecem visibilidade suficiente para aumentar as condições de passagem para postos políticos mais elevados. Como ele frisa, isso não se verifica na quase totalidade dos municípios brasileiros.

O estudo de Noll e Leal (2008) encontrou dados que parecem confirmar esta assertiva: em São Paulo, quatro dos nove vereadores que disputaram as eleições de 2004 conseguiram eleger-se deputado; em Porto Alegre, dos 11 que tentaram outro cargo, quatro obtiveram êxito; e em Fortaleza, dos 13 que se apresentaram como candidato, três conseguiram se eleger.

---

<sup>30</sup> - O caso envolve uma situação particular: o vereador não se tornou chefe do executivo no município onde exercia o cargo, e sim em distrito um recém emancipado, no qual tinha a sua base eleitoral.

Partindo das contribuições de Maluf (2006), Barreto (2008a) e Noll e Leal (2008), seria razoável pensar que, entre outros fatores, o tamanho dos distritos em que atuam os vereadores e se dá o “ponto de partida” na vida pública pode funcionar como um fator importante quando se trata de explicar o êxito de um político local em busca de ascensão na carreira. Isso ajudaria a entender, por exemplo, porque é mais difícil para um vereador de Pelotas (e mais fácil para um vereador de Porto Alegre ou de São Paulo) se tornar deputado estadual ou federal.

Se raramente os vereadores de Pelotas – assim como os da maioria dos municípios médios e pequenos, e uma parcela importante dos grandes – não conseguem ascender (sem contar os que nem apresentam esta ambição progressiva), torna-se evidente que, ao término da legislatura, eles estão colocados frente à questão da continuidade da própria carreira. Por isso, Barreto (2008a) verificou altos índices de reapresentação (acima de 80%) e de sucesso (acima de 60%), ligeiramente mais elevados do que aqueles calculados no mesmo período para a Câmara de Deputados. Para o autor, mais do que indicarem uma valorização do mandato dos vereadores, estes resultados refletiriam “[...] o menor elenco de opções deles para a continuidade na carreira e, conseqüentemente, a maior dificuldade relativa para que alcancem a ascensão” (Idem, p. 133), apesar de muitos terem tentado tal crescimento.

Além disso, chamou a atenção o fato de que a própria continuidade na carreira de vereador não é um investimento alheio a riscos. Foi possível contatar que a quase totalidade daqueles que deixaram a Câmara de Pelotas, por desistência ou por derrota, não conseguiram recuperar o mandato posteriormente (cerca de 95%), indicando que, para esses vereadores, fracassar nas urnas costuma significar o término da carreira como detentor de mandato público eletivo (Ibidem, p. 144).

\*       \*       \*

O capítulo procurou apresentar como a problemática da seleção de candidaturas tem sido abordada no caso brasileiro, com ênfase aos recortes analíticos, às metodologias utilizadas e aos resultados obtidos pelos diferentes autores que se dedicaram ao tema. Verificou-se, de um lado, a ênfase ao levantamento dos requisitos legais e do modo como os partidos disciplinam esse processo em seus estatutos; e, de outro, a avaliação do grau de inclusão das



instâncias selecionadoras dos candidatos no interior das legendas. Igualmente, figuram com destaque estudos calcados na análise das expectativas dos selecionadores, a chamada demanda, e dos fatores que predispõem os cidadãos a aspirarem a indicação partidária, ou seja, a oferta. Nesse campo, os estudos se distinguem pela ênfase ao perfil social (sexo, faixa etária, educação formal e profissão) e ao perfil político dos candidatos (tempo de filiação, exercício de cargos anteriores, participação em atividades sociais).

Por fim, procurou-se mapear, ainda que brevemente, as peculiaridades que cercam a posição de vereador no sistema político brasileiro, as perspectivas da continuidade e as formas de inserção na carreira política, bem como os reflexos que tais circunstâncias podem gerar no processo de seleção de candidaturas.

Vencidas essas etapas, a partir do próximo capítulo pretende-se tratar mais especificamente da proposta de investigação desta pesquisa, com o enfoque no processo de seleção de candidatos a vereador em Pelotas, nas eleições de 2008.

## **Capítulo 3**

### **Política local e seleção de candidatos: contribuições a partir do caso de Pelotas (RS) em 2008**

Depois de abordar os contornos das discussões internacionais e nacionais sobre as formas pelas quais os partidos políticos vêm selecionando os seus candidatos, é chegado o momento de apresentar as contribuições específicas deste trabalho de pesquisa. Buscou-se analisar, no âmbito das organizações partidárias, as dinâmicas e as lógicas informais que perpassam a escolha daqueles que se apresentam como candidatos em um processo eleitoral, no caso, em busca de uma vaga de vereador nas eleições de 2008, no município de Pelotas, terceiro maior colégio eleitoral do estado do Rio Grande do Sul, com uma população estimada de 345 mil habitantes em 2009 (IBGE, 2009) e cerca de 243 mil eleitores, por ocasião do pleito de 2008.<sup>1</sup>

O capítulo foi estruturado da seguinte forma: após breves considerações sobre o contexto do processo eleitoral pelotense de 2008 e a perspectiva metodológica que balizou o desenvolvimento do estudo de caso, são apresentados os resultados do trabalho de campo, bem como as contribuições da literatura, com vistas a estabelecer um diálogo mais crítico com as pesquisas que têm se dedicado ao tema da seleção de candidatos.

---

<sup>1</sup> - Porto Alegre possuía, no mesmo período, cerca de 1 milhão de eleitores, e Caxias do Sul, aproximadamente 294 mil (TRE-RS, 2010). Dados de 18 de agosto de 2010 indicam que Pelotas possui 247.585 eleitores (Idem).

### 3.1 O Contexto das eleições de 2008, em Pelotas

Nas eleições municipais de 2008, em Pelotas, apresentaram-se nove candidatos a Prefeito, recorde na história do município, assim como nas eleições majoritárias daquele ano no Rio Grande do Sul.<sup>2</sup>

Dentre eles, apareciam: o titular do cargo, Fetter Júnior (PP), que contava com o apoio de outras quatro legendas para buscar a reeleição (PTB, PRB, PPS e PR)<sup>3</sup>, e dois ex-Prefeitos: Fernando Marroni (PT), que tinha PSB e PCdoB como aliados, e que havia vencido a eleição em 2000; e Anselmo Rodrigues (PDT), escolhido o titular do Executivo em duas oportunidades (1988 e 1996).

Além deles, figuravam: Gilberto Cunha (PSDB), que havia concorrido ao cargo em 2004 e era líder de uma ampla coligação composta por outras cinco legendas, todas de pequena expressão (PTC, PSC, PTN, PHS, PTdoB); o suplente de deputado federal Matteo Chiarelli (DEM), que chegou a exercer o mandato durante um curto período, candidato da pioneira coligação entre PMDB e DEM.

Por fim, havia representantes de legendas de pequena expressão local ou que disputavam o primeiro pleito e que não contavam com outros apoios: PSOL, em sua primeira eleição municipal, lançou o candidato Luiz Carlos Lucas; PV apresentou Rejane Medeiros; PMN, Alexandre Nunes e PRTB, Jesus Ribeiro.

Apesar do elevado número de candidaturas, a eleição acabou polarizada entre Fetter Júnior (PP) e Marroni (PT), que, juntos, somaram 67% dos votos válidos do 1º turno. A disputa também foi acirrada entre eles: a diferença ficou em menos de 700 votos ou meio ponto percentual, pois Marroni obteve 33,71% dos votos válidos e Fetter Júnior, 33,36%. No 2º turno, no entanto, o Prefeito garantiu a reeleição ao obter 56,72% dos votos válidos e reverter o resultado do 1º turno.

---

<sup>2</sup> - A capital Porto Alegre, por exemplo, teve oito concorrentes ao Executivo local.

<sup>3</sup> - A rigor, Fetter Júnior não foi eleito Prefeito em 2004, e sim Vice de Bernardo de Souza (PPS). Contudo, no início do segundo ano de mandato, ele assumiu em definitivo a titularidade do Executivo, pois Bernardo renunciou por causa de problemas de saúde.

**Tabela 1 – Resultado da eleição para Prefeito de Pelotas, em 2008**

<b>Candidato</b>	<b>Partido(s)</b>	<b>1º turno</b>	<b>2º turno</b>
Fernando Marroni	PT-PSB-PCdoB	65.125	83.193
Fetter Júnior	PP-PTB-PRB-PPS-PR	64.461	109.011
Matteo Chiarelli	PMDB-DEM	31.028	
Anselmo Rodrigues	PDT	22.676	
Gilberto Cunha	PSDB-PTC-PSC-PTN-PHS-PTdoB	5.380	
Lucas	PSOL	2.962	
Rejane Medeiros	PV	888	
Alexandro Nunes	PMN	408	
Jesus Ribeiro	PRTB	265	
<b>Total</b>		<b>193.193</b>	<b>192.204</b>

Fonte: TRE-RS

Um dos fatos que mais chamou a atenção nesse 2º turno foi o apoio dado à candidatura de Marroni por Anselmo Rodrigues. O acordo causou surpresa, haja vista que, até então, eram tumultuadas as relações entre os dois líderes e seus respectivos partidos. Por um lado, Anselmo havia derrotado o candidato do PT no 2º turno da eleição de 1996 e ficara ao lado dos adversários de Marroni no 2º turno das disputas seguintes (Leila Fetter, do PP, em 2000; Bernardo de Souza, do PPS, em 2004). Por outro, o PT havia sido um dos mais aguerridos adversários políticos de Anselmo, especialmente no segundo período dele como Prefeito (1997-2000), ocasião em que chegou a ser afastado do cargo.<sup>4</sup>

Na mesma medida, o apoio causou protestos de setores do PDT, que não aceitaram esta vinculação com a candidatura do PT, interpretaram a atitude como uma ação pessoal de Anselmo e anunciaram publicamente que trabalhariam para a reeleição de Fetter Júnior (PP). O desenrolar do episódio implicou a saída de uma parte considerável dos membros do Diretório Municipal.<sup>5</sup>

No que tange à disputa proporcional, estiveram em disputa 15 cadeiras<sup>6</sup>, as quais foram pleiteadas por um total de 194 candidatos. Este não é o maior contingente de postulantes do atual período pluripartidário<sup>7</sup>, o que mais se destaca é

<sup>4</sup> - Mais detalhes, ver: SANTOS, L. (2001).

<sup>5</sup> - Após as eleições, vários membros do PDT acabaram aderindo ao PR, incluindo grande parte da nominata de candidatos a vereador, alguns membros do Diretório e da Executiva municipal. Mais detalhes, na sequência do capítulo

<sup>6</sup> - Cabe lembrar que, desde a eleição de 1972, havia 21 vagas disponíveis. A partir das eleições de 2004, entretanto, o número de cadeiras foi reduzido para 15, conforme decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ratificada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

<sup>7</sup> - Das sete disputas já realizadas, 2008 figura em quinto lugar nesse quesito. O recorde é de 1992, quando houve 278 candidatos, seguindo-se: 2000 (273 concorrentes), 1988 (249) e 2004 (215). Em 1982 apresentaram-se 164 candidatos e em 1996, 181.

o fato de eles terem sido apresentados por 20 partidos, este sim um folgado recorde.<sup>8</sup> Os partidos em questão, são: PSDB, PDT, PSB, PT, PP, PPS, PMDB, DEM, PTB, PV, PSOL, PCdoB, PR, PRB, PMN, PHS, PSC, PTN, PTC e PTdoB.<sup>9</sup>

**Tabela 2** – Número de candidatos a vereador apresentados pelos partidos políticos e homologados pela Justiça Eleitoral nas eleições de 2008, em Pelotas

<b>Partido</b>	<b>Número de candidatos</b>
PSDB	23
PDT	22
PSB	21
PT	20
PP	19
PPS	19
PMDB	14
DEM	13
PTB	9
PV	7
PSOL	7
PCdoB	7
PR	4
PRB	2
PMN	2
PHS	1
PSC	1
PTN	1
PTC	1
PTdoB	1
<b>Total</b>	<b>194</b>

Fonte: TRE-RS

A tabela acima traz a informação do número de candidatos que efetivamente concorreram, de acordo com cada partido político. É importante destacar que algumas legendas apresentaram mais nomes, no entanto, 13 inscritos acabaram excluídos da disputa, por diferentes motivos: seis em razão de indeferimento (PCdoB, 1; DEM, 3; PV, 1; PTN, 1), três por não conhecimento do pedido por parte da Justiça Eleitoral (PPS, 1; PV, 1; PT, 1) e quatro que, depois de homologados, renunciaram (PPS, 1; PTB, 1; PV, 1; PP, 1).

<sup>8</sup> - Em 1982, quatro partidos disputaram o pleito. Havia 11 legendas em 1988 e 14 em 1992. Nas eleições de 1996 e de 2000 apresentaram-se 13 partidos e em 2004, 15 (BARRETO, 2009b).

<sup>9</sup> - Uma 21ª legenda participou das eleições de 2008: o PRTB, que apresentou candidatura à Prefeitura, sem ter pleiteado representação na Câmara.

A legislação permite que, nesses casos (assim como no de falecimento), no prazo máximo de até 60 dias antes do pleito, os partidos substituam os candidatos a cargo proporcional (Lei 9.594/97, art. 13). Tal fato ocorreu em determinadas situações, como na do PPS: o candidato originalmente indicado a Vice-Prefeito de Fetter Júnior (José Sizenando) desistiu de concorrer, tendo sido integrado à listagem para vereador. Por causa dessa inclusão, outro candidato renunciou. Isso significa dizer que, apesar de o PPS ter apresentado 20 nomes, o número máximo de candidatos sempre foi 19.

Em outros casos, o partido pretendia apresentar mais candidatos, porém, em razão da não inclusão de algum deles na nominata oficial, o contingente se reduziu. Esta é a situação do PV, que inscreveu uma lista de nove nomes, dos quais um foi indeferido e outro veio a renunciar, definindo-a com sete candidatos.

Embora a tabela acima indique com quantos candidatos cada partido disputou o pleito e, por isso, seja muito importante para o estudo, em realidade ela não corresponde ao modo como se processou a competição. Isso porque é preciso levar em conta que nem todos os partidos concorreram “individualmente” ao Legislativo municipal, visto que vários deles optaram por utilizar o mecanismo da coligação.

A decisão de coligar-se ou não é importante, primeiro, porque define o número de candidatos que cada concorrente pode apresentar. Lembra-se que, de acordo com a legislação eleitoral vigente no Brasil – a Lei 9.504/97 –, para os cargos de vereador, deputado estadual e deputado federal, um partido pode apresentar até 150% do total de cadeiras em disputa, se concorrer individualmente (22, na situação específica). No caso de coligação para as eleições proporcionais, independentemente do número de partidos que a integrem, pode ser registrados até o dobro do número de cadeiras a serem preenchidas (30, no caso de Pelotas).

Outro detalhe importante é que, como explicou Barreto (2009c, p. 7), o modo como a legislação brasileira organiza este recurso nas disputas proporcionais cria uma espécie de “partido virtual”: a união de duas ou mais legendas forma um único concorrente para efeito de contabilização de votos e de distribuição de cadeiras, embora o eleitor não tenha a possibilidade de votar na coligação e necessariamente deva escolher uma das participantes.

Considerando esta questão, nas eleições proporcionais de 2008, em Pelotas, foram apresentadas 11 listas para a apreciação do eleitorado: sete formadas por apenas uma legenda mais quatro coligações (PP-PTB-PRB, PSDB-PTC-PSC-PTN-PHS-PTdoB, DEM-PMDB e PPS-PR).

Pode-se verificar, então, que as nove candidaturas ao Executivo originaram mais concorrentes ao Legislativo.<sup>10</sup> Isso porque duas das coligações majoritárias não foram repetidas. Os partidos que apoiaram Fetter Júnior (PP) preferiram formar duas “coligações parciais” para o Legislativo municipal, desse modo PP-PTB-PRB e PPS-PR apresentaram-se como duas listas distintas. No caso dos partidos que apoiaram a candidatura de Fernando Marroni – PT, PSB e PCdoB – ocorreu algo diverso: cada um concorreu de modo isolado.<sup>11</sup>

A partir desta situação, a tabela a seguir apresenta a quantidade de candidatos com a qual cada lista concorreu.

**Tabela 3** – Número de candidatos com os quais cada lista participou da disputa à Câmara de Vereadores de Pelotas, em 2008

<b>Lista</b>	<b>Número de candidatos</b>
PP-PTB-PRB	30
PSDB-PTC-PSC-PTN-PHS-PTdoB	28
PMDB-DEM	27
PPS-PR	23
PDT	22
PSB	21
PT	20
PSOL	7
PCdoB	7
PV	7
PMN	2
<b>Total</b>	<b>194</b>

Fonte: TRE-RS

<sup>10</sup> - Como informado anteriormente, em realidade foram oito candidaturas que se desdobraram, visto que uma (PRTB) não participou da disputa proporcional.

<sup>11</sup> - A razão para esta situação reside na decisão do PT, quem liderava a aliança, de contrariar a política que vinha adotando desde 1988 e não mais coligar nas disputas proporcionais. Tomada às vésperas do término do prazo legal para realização de convenções, ela afetou o PCdoB, que pretendia coligar na proporcional – como fizera também desde 1988 –, pois o PSB estava decidido a manter a estratégia de concorrer isoladamente, que vinha sendo implementada desde 1996.

À luz dessas informações, pode-se verificar que dois concorrentes (PDT e a coligação formada por PP-PTB-PRB) apresentaram o número máximo de candidatos estipulado pela legislação eleitoral, como indica a tab. 4, a seguir. Todos os demais, sejam coligações ou partidos individuais, ficaram aquém do limite.<sup>12</sup>

Se forem considerados o número de concorrentes e o de vagas facultadas pela legislação eleitoral, ao invés de 194, seria possível que tivessem concorrido 274 candidatos. Em outras palavras, a “oferta” ficou em 70,8% do total disponível.<sup>13</sup>

**Tabela 4** – Número de candidatos não apresentados pelas listas concorrentes à Câmara de Vereadores de Pelotas, em 2008, conforme o limite máximo legal

<b>Lista</b>	<b>Candidatos não apresentados</b>
PP-PTB-PRB	-
PSDB-PTC-PSC-PTN-PHS-PTdoB	2
PMDB-DEM	3
PPS-PR	7
PDT	-
PSB	1
PT	2
PSOL	15
PCdoB	15
PV	15
PMN	20
<b>Total</b>	<b>80</b>

Mais especificamente, ao tratar dos partidos cujas dinâmicas internas de seleção de candidatos serão analisadas mais adiante, foram feitas diferentes opções quanto à possibilidade de coligar. PDT e PT não coligaram e apresentaram praticamente o mesmo número de candidaturas (22 e 20, respectivamente).<sup>14</sup> O PMDB coligou-se com o DEM e, juntos, apresentaram 27 candidatos (14 e 13,

<sup>12</sup> - O que ocorreu em Pelotas encontra respaldo nos achados da bibliografia, caso de Guarnieri (2004), Braga, Veiga e Miríade (2009).

<sup>13</sup> - O dado é meramente ilustrativo, pois haveria um aumento dessa oferta se fossem desconsiderados alguns casos, especialmente o do PMN, que apresentou apenas dois candidatos. Se a amostragem incluir apenas as quatro coligações, mais: PDT, PSB e PT, o índice de “oferta” sobre para 94,5%.

<sup>14</sup> - Lembra-se que o PT teve um candidato inscrito não homologado pela Justiça Eleitoral, o qual não foi substituído.



respectivamente).<sup>15</sup> Já o PP, coligou-se com PTB e PRB, os quais inscreveram uma lista formada por 30 candidatos a vereador (19, nove e dois, respectivamente).<sup>16</sup>

Antes de apresentar os resultados dessa disputa, é interessante situar a composição do Legislativo por ocasião do pleito. Na eleição de 2004, oito partidos haviam obtido representação: PP e PT formavam as maiores bancadas (três cadeiras cada), PMDB, PFL e PTB possuíam duas vagas cada e, por fim, PSB, PL e PPS tinham uma cadeira cada um.

Esta configuração sofreu modificações ao longo da legislatura: o PDT ganhou representação, a partir da adesão de um vereador que havia se eleito pelo PTB (Zequinha dos Rodoviários), enquanto o PL deixou o plenário, visto que o seu único vereador (Valdomiro Lima) migrou para o PRB e inaugurou aquela bancada. Também houve a troca de um vereador do PP para o PPS (José Sizenando) e de um do PFL-DEM para o PV (Cururu), que, assim, constituiu pela primeira vez bancada na Câmara. A última troca teve outros desdobramentos, pois este vereador acabou sendo cassado pela Câmara no último ano da legislatura e a vaga dele foi ocupada pelo PSDB (Eduardo Leite), até então sem representação, visto que era dele o primeiro suplente da coligação PFL-PSDB que havia disputado o pleito de 2004.

Assim, às vésperas da eleição, a Câmara era formada não mais por nove, e sim por 10 bancadas. O PT tinha a maior delas, ainda composta por três vereadores, seguindo-se: PMDB, PP e PPS, cada um com duas vagas; PDT, PTB, DEM, PSB, PRB e PSDB, todos com uma.

Outro fator que precisa ser levado em conta é a perspectiva da trajetória da carreira dos parlamentares individualmente considerados, ou seja, a tentativa dos detentores do cargo de se reeleger. Nesse caso, dos 15 vereadores que exerciam o mandato por ocasião da eleição, apenas três não se reapresentaram: (1) Otávio Soares (PSB), que, após cinco mandatos consecutivos, optou por concorrer a Vice-Prefeito na chapa encabeçada por Marroni (PT); (2) Diosma Nunes (PP), de 82 anos, que estava em primeiro mandato, mas decidiu se retirar da vida pública; e (3) Mansur Macluf (PP), que, com quatro décadas de atuação como vereador (nove

---

<sup>15</sup> - A intenção da coligação era apresentar 30 candidatos, mas três indicados pelo DEM não foram aceitos pela Justiça Eleitoral e não houve substituição.

<sup>16</sup> - Um dos candidatos inscritos pelo PTB (Fabrício Tavares) renunciou com vistas a concorrer a Vice-Prefeito de Fetter Júnior.

legislaturas consecutivas), decidiu não concorrer e abriu espaço para o seu filho, Eduardo Macluf (PP) (BARRETO, 2009b).

Desse modo, e repetindo uma tendência histórica (Idem, 2008), 12 ou 80% dos vereadores se reapresentaram em 2008, o que evidencia expectativas de continuidade na carreira de vereador e, obviamente, especial interesse no resultado eleitoral (Ibidem, 2009b, p. 187).

É a partir desse conjunto de circunstâncias que cada legenda montou a sua estratégia de disputa eleitoral. Como indicado anteriormente, o PT contrariou a tradição que mantinha desde 1988 e decidiu não coligar na disputa proporcional, o que obrigou os seus parceiros (PCdoB e PSB) a concorrerem de modo isolado e praticamente eliminou as chances de eles conquistarem cadeiras. No caso do PSB, a situação foi mais grave porque o único vereador (Otávio Soares) não concorria à reeleição, logo estava fora da disputa um importante puxador de votos para a lista.

Partidos como PRB, PTB, PPS e PR enquadram-se na situação daqueles que vislumbram a coligação com um partido maior, preferencialmente que possua um nome competitivo na disputa majoritária, como fundamental para ampliar a possibilidade da conquista de uma ou mais vagas. Eles sabem que não possuem um contingente de votos suficiente para, sozinhos, ultrapassarem a cláusula de exclusão, mas possuem candidatos a vereador com potencial para se colocarem nos primeiros lugares das listas concorrentes (Ibid., 2009c). No caso dos três primeiros, a existência de parlamentares em busca de reeleição, portanto vivamente interessados em maximizar as oportunidades de continuidade na carreira, pesou sobremaneira na tomada da decisão de coligar e na efetivação de tal estratégia.

Já PP e PSDB, que tinham candidato próprio a Prefeito, procuraram a coligação – e a aceitaram com legendas de menor expressão –, a partir da lógica inversa: ampliar as chances de seus candidatos vencerem a disputa majoritária, ao assegurar apoios e mais tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (Ibid., idem). No caso do PP também colaborou o fato de os dois vereadores da bancada não postularem a reeleição. Isso significa que o “potencial” de votos da legenda – tradicionalmente expressiva no município, cujo candidato ao Executivo nessa oportunidade não era um simples postulante ao cargo, e sim o Prefeito em busca de reeleição – estava à disposição de novos pretendentes, fossem eles do próprio partido, fossem de legendas que se associassem a ele.

O PMDB é outro partido que preferiu a coligação, o que implicou rever uma estratégia que vinha adotando desde 1996. Esta decisão esteve calcada na lógica de procurar manter o tamanho da sua representação e, principalmente, o mandato dos seus dois vereadores. Indica-se que, além de a bancada peemedebista ter se reduzido ao longo do tempo (passou de 10 para duas cadeiras entre 1982 e 2004), ocorreu outro fenômeno com o partido: ele não elege um nome novo para a Câmara desde 1996. Em outros termos: os dois que constituíam a bancada ao final de legislatura 2005-2008 (Adalim Medeiros e Pedro Godinho) têm permanecido no cargo, apesar da perda de espaço político da legenda.<sup>17</sup>

A explicação passa pelo fato de esses dois vereadores conseguirem manter um contingente eleitoral significativo, o que sempre garante a colocação nos primeiros lugares da lista. A ela se associa a eficiente capacidade de neutralizar o perigo representado por novas candidaturas, bem como influenciar a favor deles as decisões sobre as estratégias da legenda – o que encontra reforço na característica de terem construído toda a carreira de vereador como filiados ao PMDB.<sup>18</sup>

O caso do DEM também é muito semelhante ao do PMDB, sendo que a estratégia de coligar como meio para garantir a reeleição de seu principal vereador (Ademar Ornel) já havia sido adotada em 2004. Diante da redução no número de cadeiras ocorrida naquele pleito e a consequente ampliação da cláusula de exclusão, o PFL-DEM rapidamente modificou a estratégia que havia adotado em 1996 e em 2000 (concorrer de modo isolado), e passou a coligar. Naquela oportunidade (2004), o parceiro fora o PSDB e, em 2008, diante de novas circunstâncias, vinculou-se ao PMDB.

Realizado o pleito, a próxima tabela apresenta as listas partidárias (partidos ou coligações) que ultrapassaram o quociente eleitoral e conseguiram eleger candidatos ao Legislativo municipal.

---

<sup>17</sup> - Dos vereadores em questão, Adalim elegeu-se pela primeira vez em 1982 (completou seis mandatos consecutivos ao término da legislatura 2005-2008) e Pedrinho, em 1992 (quatro mandatos consecutivos).

<sup>18</sup> - Pedro Godinho concorreu pela primeira vez a vereador em 1988 pelo PDT, sem sucesso, mas se tornou vereador pelo PMDB, legenda a qual se mantém vinculado desde então.

**Tabela 5** – Número de votos e de cadeiras obtidas de acordo com o partido ou a coligação nas eleições de 2008 à Câmara de Vereadores de Pelotas

<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Cadeiras</b>
PT	37.351	4
PP-PTB-PRB	42.644	4
DEM-PMDB	26.970	3
PPS-PR	23.697	2
PSDB-PHS-PSC-PTN-PTC-PTdoB	17.374	1
PDT	14.859	1
PSB	11.218	-
PCdoB	7.909	-
PV	6.535	-
PSOL	1.939	-
PMN	436	-
<b>Total</b>	<b>190.932</b>	<b>15</b>

Fonte: TRE-RS

Das 11 listas concorrentes, seis conquistaram ao menos uma cadeira. No entanto, por conta do mecanismo da coligação, nove partidos obtiveram representação. De fato, sete dessas nove legendas e dois terços dos candidatos eleitos concorreram em coligação – apenas PT e PDT foram capazes de eleger vereadores ao concorrem como avulsos. O PT conquistou a maior bancada, composta por quatro parlamentares, enquanto PMDB, PPS e PP elegeram dois vereadores. As outras cadeiras foram divididas entre: PTB, PSDB, DEM, PRB e PDT, cada um elegendo um representante.

<b>Partido</b>	<b>Vereador</b>
PT	Miriam Marroni
PT	Miltinho
PT	Ivan Duarte
PT	Diarone dos Santos
PMDB	Adalim Medeiros
PMDB	Pedrinho
PPS	Sizenando
PPS	Professor Adinho
PP	Eduardo Macluf
PP	José Artur
PTB	Idemar Barz
PSDB	Eduardo Leite
DEM	Ademar Ornel
PRB	Valdomiro Lima
PDT	Zequinha dos Rodoviários

**Quadro 1** – Relação dos vereadores eleitos em 2008 em Pelotas e seus respectivos partidos

Outro aspecto a destacar no que tange ao resultado eleitoral é o elevado índice de reeleição: dos 12 vereadores que buscaram permanecer no Legislativo, apenas um fracassou (Paulo Oppa, do PT, que perdeu mais de 50% de votos em relação a 2004). Conforme Barreto (2009b, p. 199), o índice de 91,7% de sucesso na tentativa de reeleição é o mais alto do período pluripartidário e implicou que 73,3% dos membros da legislatura 2005-2008 continuassem na Câmara (11 em 15).<sup>19</sup>

A sensação de renovação no Legislativo tornou-se ainda mais reduzida porque dos quatro “novos”, dois eram ex-vereadores que retornavam à Câmara: José Artur (PP), que perdeu o cargo em 1996, quando concorreu a Vice-Prefeito; e Miriam Marroni (PT), que fora eleita em 2004, mas renunciou ao mandato no mesmo dia da posse com vistas a assumir a condição de deputada estadual. Dentre os outros dois, um (Diarone) havia sido suplente na bancada do PT na legislatura 2005-2008, tendo assumido o mandato em diversas oportunidades, embora por curtos períodos. O vereador eleito restante, Eduardo Macluf (PP), nunca havia sequer concorrido ao cargo e, a partir desse critério, seria a novidade inequívoca no Legislativo. Entretanto, ele é filho e herdeiro político de Mansur Macluf, que havia permanecido como vereador por 40 anos ininterruptos.

Ao analisar o pleito para o Legislativo de 2008, em Pelotas, Barreto procurou explicar este cenário de pouca renovação:

[...] esteve associada[o] à maior competitividade do pleito, que excluiu mais votos nominais e incluiu menor número de listas; à decisão de coligar tomada por legendas que antes haviam concorrido isoladamente, o que resultou na formação de alianças que amealharam mais cadeiras e permitiu maior margem de decréscimo na lista dos candidatos à reeleição; bem como e especialmente à reduzida variação de posicionamento intralista desses candidatos (quem recuou, perdeu apenas um posto). Para este último ponto colaborou o fato de a grande maioria dos demais candidatos de partidos ou coligações que superaram a cláusula de exclusão (quase todos sem carreira política prévia), não terem recebido uma grande votação e, por isso, não ameaçarem os pretendentes à reeleição (Idem, p. 207).

De modo sintético: em traços gerais, os candidatos sem carreira política prévia não conseguiram superar a força eleitoral e a estratégia dos vereadores em busca de reeleição e de ex-vereadores que buscaram retornar à Câmara.

---

<sup>19</sup> - Apenas para lembrar: um candidato à reeleição derrotado e três vereadores que não buscaram um novo mandato.

Contudo, independentemente da constatação do elevado índice de reeleição em 2008 na Câmara de Vereadores de Pelotas e das poucas possibilidades de êxito oferecidas aos candidatos novatos que se apresentaram ao eleitorado, o objetivo central deste trabalho não está na análise mais aprofundada dos significados deste resultado. O foco recai sobre um período anterior, aquele que antecedeu a escolha do eleitorado e a transformação dos votos em cadeiras, qual seja: identificar o modo como os partidos definiram aqueles que teriam o direito a participar das eleições na condição de candidato a vereador.<sup>20</sup> As informações prestadas até aqui objetivaram simplesmente situar o contexto em que se processou o pleito de 2008, no qual atuaram essas pretendentes ao Legislativo pelotense.

### **3.2 A configuração dos *selectorates* locais e seus métodos de seleção em Pelotas, 2008: diálogo com a literatura nacional**

Embora originalmente o termo *selectorate*, sugerido por Rahat e Hazan (2001), tenha sido utilizado para tratar das agências partidárias *nacionais* responsáveis pela definição dos candidatos, a exemplo de Braga e Praça (2007) e Braga e Veiga (2009), ele será utilizado aqui com outra finalidade: apontar os agentes partidários locais responsáveis pela seleção de candidatos a vereador.

O primeiro aspecto a observar diz respeito ao papel das convenções nesse processo. Boa parte dos trabalhos nacionais, seguindo a inspiração de Rahat e Hazan (2001), buscou avaliar os supostos níveis de democratização implícitos nessas instâncias (GUARNIERI, 2004, BRAGA, 2008 e 2009; BOLOGNESI, 2009), em função de serem os espaços oficiais destinados à definição das listas. Passou-se a discutir, então, o perfil diferenciado dos participantes das convenções, seja em função do tempo de filiação necessário para delas poder se tornar membro, seja em razão das diferentes modalidades de voto por parte destes participantes.

Sem o intuito de dimensionar se as convenções municipais realizadas pelos quatro partidos analisados (PP, PMDB, PDT e PT) foram mais ou menos democráticas, mas com o objetivo de refletir sobre a importância que elas assumem no processo de seleção dos candidatos a vereador, os entrevistados foram

---

<sup>20</sup> - Reconhece-se, no entanto e como ficou claro anteriormente, que uma decisão como a de coligar afeta a quantidade de vagas que cada partido pode franquear a seus filiados.

indagados sobre o funcionamento e a dinâmica das convenções. Antes de apontarem diferenças significativas, as respostas convergiram no sentido do papel formal ou homologatório desses eventos.

No PP, conforme Afonso Dêntice da Silva, presidente do Diretório Municipal, em 2008<sup>21</sup>:

quem homologa é o Diretório, que é composto por 45 pessoas e 15 suplentes. No dia da homologação se convoca os 45, se estes não forem, o número que faltar é preenchido pelos suplentes. Friamente, a convenção é mais para homologar, porque quem decide mesmo é uma comissão de três ou quatro, daqueles que conhecem. Na convenção nós apresentamos a relação de candidatos, os outros até estão presentes, no dia da escolha estão ali, esperando na ante-sala para saber. [...] Não há votação na convenção porque os candidatos são apresentados. O Diretório homologa sem votação, pelo menos no nosso partido (informação verbal).

No caso do PMDB, o presidente do Diretório Municipal, José Maria Carvalho da Silva<sup>22</sup>, afirma que

se há apenas uma chapa, normalmente ela é aprovada por aclamação, não tem porque fazer votação. O que se faz é uma verificação de quórum, para ver se tu tens o número mínimo e indispensável. Todos assinam o livro, e depois que tiver o quorum mínimo, aí sim. É para atender o que diz a legislação: a legislação te obriga que tenha um número mínimo de representantes, de filiados, para que tenha validade, porque senão tu reúnes meia dúzia de pessoas e decide pelo grupo todo. A convenção simplesmente faz a homologação, mas tu já vais com a listagem pronta (informação verbal).

A situação no PDT não é muito diferente, conforme a declaração do militar reformado Valdoir Ribeiro, secretário do Diretório Municipal por ocasião do processo eleitoral e também candidato a vereador<sup>23</sup>:

---

<sup>21</sup> - Iniciou sua trajetória política ainda nos tempos da Arena e, em 1976, concorreu a Vice-Prefeito em uma das sublegendas apresentadas pelo partido. Desde então, ocupou diversos postos por indicação política e atuou principalmente nas instâncias de direção partidária.

<sup>22</sup> - Participou do MDB e já ocupou diversos cargos na direção no partido e também cargos políticos durante as gestões peemedebistas no município e no estado, a principal delas, a de Prefeito por quase dois anos (1987-88). José Maria foi eleito Vice na chapa de Bernardo de Souza e assumiu depois que o titular renunciou ao cargo, no início de 1987, com vistas a se tornar Secretário Estadual de Educação do governo de Pedro Simon.

<sup>23</sup> - Esteve filiado ao PDT por cerca de nove anos, mas, quando da realização da entrevista, encontrava-se vinculado ao PR. Como indicado na seção anterior e será novamente destacado na sequência do trabalho, o rompimento ocorreu em função de divergências em torno do nome que a legenda deveria apoiar no 2º turno das eleições de 2008.

Durante a convenção, a lista é entregue para cada membro do Diretório, são os que têm direito a voto para escolher os candidatos. Embaixo da lista há duas opções: concordo com a lista ou não concordo com a lista. Mas como é o Diretório que escolhe a Executiva, existe uma confiança do Diretório na Executiva, e pelo fato de os candidatos serem mais ou menos conhecidos, alguns até eram do Diretório, não houve problemas, não houve votos contrários à lista. Claro, nem todos os membros do Diretório compareceram: mais ou menos 30 pessoas votaram. Mas a lista foi aprovada (informação verbal).

Como se percebe, o procedimento utilizado na convenção do PDT não ocorreu nos casos abordados anteriormente (PP e PMDB), haja vista que os filiados tiveram a oportunidade de manifestar, por meio do voto, sua posição diante da lista de candidatos. Sob a ótica de avaliação do grau interno de democracia partidária (RAHAT e HAZAN, 2001), o fato poderia apontar para um procedimento mais inclusivo, entretanto, como ressaltou o entrevistado, apesar de existente, a votação apresentou um caráter simbólico, cujo intuito era homologar a nominata indicada pela direção partidária.

O relato sobre o PT indica o mesmo procedimento, como se depreende da resposta de Luciano Lima<sup>24</sup>:

A convenção do PT é muito 'pró-forma', ela não decide nada. Para ser candidato do PT, tem que estar filiado um ano antes, mas isso é uma regra da Justiça Eleitoral. O Diretório Nacional do PT, às vésperas de cada processo eleitoral, edita um regulamento, estipulando prazos de inscrição para os pré-candidatos e para a definição dos Diretórios municipais (informação verbal).

A diferença é que antes da realização da convenção, uma exigência da legislação eleitoral, há a promoção de um "Encontro", previsto em estatuto, do qual participam delegados escolhidos no âmbito dos municípios, sendo que o critério para a definição dos delegados é estipulado em uma resolução do Diretório Nacional. Por este motivo, boa parte da bibliografia concluiu pelo caráter diferenciado do PT em comparação aos demais partidos, no que tange aos métodos de seleção de candidatos, que envolveriam de forma mais ativa o conjunto dos membros do partido, inclusive nas esferas municipais de poder (GUARNIERI, 2004; BRAGA, 2008 e 2009; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009; BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA e VEIGA, 2009; BOLOGNESI, 2009). Logo, os filiados participam mais enfaticamente

---

<sup>24</sup> - Dirigente partidário e candidato a vereador em 2008, é militante e profissional do partido há quase 20 anos. Por diversas vezes ocupou cargos políticos, principalmente de assessoria parlamentar – quando da entrevista, era assessor do deputado federal Fernando Marroni (PT).



do processo: eles indicam os candidatos, pois o estatuto exige que as pré-candidaturas tenham apoio de uma parcela de membros do partido, bem como elegem, por meio do PED (Processo de Eleições Diretas), aqueles que participam das convenções em todos os âmbitos (municipal, estadual e nacional) e, finalmente, decidem sobre as listas partidárias.

O interessante é que, quando confrontadas com a realidade e o contexto específico deste estudo, as proposições da literatura nacional apresentam lacunas importantes que precisam ser mais bem exploradas. É importante considerar, portanto, que os encontros do PT tendem a se configurar como espaços onde as candidaturas não são planejadas, mas apresentadas. Ou seja, os grupos e as correntes internas já definiram os seus candidatos, enquanto os pré-candidatos “independentes” passaram por uma avaliação positiva ou negativa dos dirigentes partidários. E, assim como nos demais partidos, por mais que esteja garantido o direito ao voto por parte dos delegados, dificilmente costuma haver votação e a relação dos candidatos é simplesmente aprovada. É claro que, em um contexto de disputa mais intensa por espaço na lista, esta situação tende a ser diferente, o que não foi o caso do PT de Pelotas nas eleições de 2008.

No que se refere à configuração das convenções partidárias, parece mais importante destacar que, mesmo no caso das esferas locais de poder, elas se configuram como espaços restritos a certos membros partidários, integrantes dos Diretórios municipais, a quem, em princípio, está reservado o direito ao voto. Na prática, entretanto, dificilmente há votação, e mesmo quando ela ocorre, costuma servir apenas para legitimar as decisões previamente negociadas e estabelecidas pelas cúpulas partidárias, o que foi sugerido por Nicolau (2006, p. 695): “[...] as *convenções oficiais têm caráter meramente homologatório, já que os candidatos são escolhidos antes que elas aconteçam*”.

Dessa forma, a imagem de que as convenções partidárias em âmbito municipal constituiriam espaços mais abertos e com maior participação popular (MAINWARING, 2001) não encontra respaldo empírico, quando avaliada de forma mais atenta, ao menos considerando o contexto em pauta neste estudo. Antes de um indicador da falta de democracia e de “debilidade” dos partidos, o caráter homologatório das convenções parece sinalizar a importância dos líderes, das cúpulas partidárias e/ou dos grupos internos no processo de escolha dos candidatos.

Nesse caso, a preocupação com a composição dos *selectorates* locais tem de ser identificada em outras instâncias. Quando questionados sobre quem seriam os responsáveis pela escolha dos nomes das listas partidárias, os entrevistados apontaram para um grupo reduzido de dirigentes, geralmente ocupantes dos cargos das executivas municipais.

No PP, conforme o presidente do Diretório Municipal,

a comissão que se forma para escolher os vereadores geralmente é formada por aqueles que mais entendem, os mais chegados, porque não pode colocar um que sempre deu contra ou que esteja em litígio com o diretório, que às vezes tem e é normal (SILVA, Affonso Dêntice da, informação verbal).

No PDT, a fonte indicou que a escolha dos nomes ao Legislativo foi uma prerrogativa da Executiva municipal, embora a opinião do candidato a Prefeito pelo partido fosse muito importante:

depois do levantamento dos nomes, nós reunimos a Executiva (presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e dois vogais) e também com o candidato a Prefeito, para pedir a opinião dele, porque os vereadores na verdade são os cabos eleitorais do Prefeito, mas ele não se envolveu na escolha dos nomes, ele disse que era uma competência da Executiva, que foi quem definiu os nomes (RIBEIRO, Valdoir, informação verbal).

Chama a atenção a ideia de que os “[...] os vereadores na verdade são os cabos eleitorais do Prefeito” e que, por isso, seria importante que ele aprovasse a nominata dos candidatos escolhidos pelos membros da Executiva municipal. Ainda que, neste caso, o candidato a Prefeito não tenha interferido de maneira mais direta na definição dos nomes, o episódio aponta para o que parece ser uma tarefa geralmente atribuída aos candidatos a vereador cotidiano da política local, principalmente àqueles com menores expectativas de êxito eleitoral: fazer campanha e ajudar a conquistar votos para a disputa majoritária.

Um rápido adendo para reforçar a afirmação anterior. Em entrevista com dois candidatos a vereador pelo PDT em 2008 (José Nunes de Souza, o Ceará, e Noemi Souza), a questão apareceu de maneira espontânea, quando relatavam suas experiências de campanha:

O partido, a minha maior decepção foi essa daí. Nós prejudicamos a nossa candidatura a vereador por causa da candidatura do Anselmo, todo mundo, todos os candidatos. [...] Como não tinha ninguém pra trabalhar pra ele, saía 23 candidatos a vereador, na mesma rua, botando santinho na mesma caixinha, junto com o Anselmo (CEARÁ, informação verbal).

Nós estávamos todos juntos, eu e os colegas. Nós nos doamos muito para o Prefeito [Anselmo], na nossa campanha, porque de tarde a gente só saía com o Prefeito, nós não saíamos para conversar com as pessoas sobre os nossos projetos, só em cima do Prefeito, mesmo assim perdemos a eleição (SOUZA, Noemi, informação verbal).

A prioridade que os partidos tendem a dar às disputas majoritárias e os desdobramentos dessa opção durante as campanhas eleitorais é algo que, sem dúvida, mereceria um olhar mais atento. De maneira semelhante, e em uma situação mais extrema, Braga e Veiga (2009, p. 21) identificaram o caso de um partido (o PSDB de Salvador, em 2008) que deixou a escolha dos candidatos a vereador a critério do concorrente ao Executivo municipal, o qual, juntamente com os seus assessores, atuou informalmente como o *selectorate* partidário.

Outro aspecto a ser mencionado é que um dos principais responsáveis pela seleção de candidatos, o Secretário Geral do partido, era também um dos integrantes da lista, “encarnando”, ao mesmo tempo, os papéis de *selectorate* e de candidato:

na condição de secretário do partido, muitas vezes tinha que colocar em duplicidade a minha função e até me causava algum constrangimento, pelo fato de ser candidato, ter que reunir os outros candidatos, conversar, transmitir orientações. Às vezes eu me sentia constrangido, porque o outro candidato poderia pensar que o candidato Valdoir, daqui a pouco, está dando esta instrução para nos desviar. Mas como sempre joguei muito aberto com as pessoas, muito transparente, nunca ficou esta imagem, era mais um sentimento meu do que das pessoas que participavam das reuniões (RIBEIRO, Valdoir, informação verbal).

O exemplo serve como um indicador de que, na prática, a distinção entre *selectorate* e candidatos, sugerida por Rahat e Hazan (2001) para identificar os principais agentes que configuram a seleção de candidatos no interior de um partido político, pode encontrar uma nova configuração: os selecionadores também podem ser candidatos e, por isso, envolvidos, ao mesmo tempo, na articulação da nominata do partido e nos preparativos de suas próprias campanhas.

No caso do PMDB, cabe destacar que, de acordo com o presidente da sigla em 2008, e a exemplo do PDT, a escolha foi uma tarefa assumida pela Executiva municipal do partido:

Nós chamamos esta responsabilidade para a Executiva do partido, e a Executiva assumiu. Nós temos uma Comissão de Ética, até poderia ser esta comissão, mas ela é mais para julgar um fato qualquer que tenha ocorrido com um filiado do partido (SILVA, José Maria Carvalho da, informação verbal).

Embora de maneira possivelmente repetitiva, os trechos dos depoimentos dos dirigentes das três legendas (PP, PDT e PMDB) confirmam o que foi sugerido por Braga e Praça (2007) e Braga e Veiga (2009), remetem ao controle dos partidos sobre a indicação dos candidatos a vereador e apontam para a importância dos dirigentes partidários, a quem cabe a tarefa de incluir ou excluir algum nome da lista, ao menos em âmbito local. Mas, e no caso do PT, qual o papel dos dirigentes neste processo? Há no PT um processo de seleção que envolve de maneira mais ativa o conjunto dos filiados, como sugere boa parte dos trabalhos nacionais visto até aqui?

A partir de uma abordagem menos formal (aquela baseada unicamente nos estatutos partidários) e mais atenta à trajetória histórica da legenda, há que se dizer que, em função do seu arranjo interno diferenciado, marcado pela composição de distintos grupos e correntes, o processo de seleção de candidatos no PT apresenta uma singularidade em relação à configuração do *selectorate*: os membros das instâncias de direção tendem, em maior medida, a ratificar as indicações realizadas pelas correntes. Parece importante destacar este aspecto porque ele tem sido praticamente inexplorado pela literatura.<sup>25</sup>

A singularidade do PT, nesse sentido, diz respeito ao fato de que, antes do aval dos dirigentes partidários (aqueles que ocupam as posições formais de comando), o apoio de grupos internos constitui um importante recurso político para os filiados que desejam participar de um processo eleitoral na condição de candidato a vereador. Como declarou um dirigente:

---

<sup>25</sup> - Como apontado no capítulo 1, Ranney (1981) já havia sugerido o fato de que pertencer a grupos internos ao partido poderia favorecer a sua inclusão em uma lista de candidatos.

Hoje esta escolha dos candidatos, com o peso institucional que tem o PT, é muito constituída a partir de estruturas políticas e eleitorais e o candidato é vinculado a alguma corrente ou grupo do partido. Até as correntes partidárias são muito tênues enquanto agrupamento político, geralmente elas são reflexo de alguma estrutura institucional, então a corrente A na verdade é a forma pela qual uma figura pública se organiza dentro do PT, dois ou três deputados constituem uma corrente, que é a forma como eles intervêm no partido. Houve uma espécie de inversão: antes havia pessoas que eram figuras públicas de correntes, agora as correntes são estruturas das figuras públicas, regra geral. No Rio Grande do Sul isso não acontece tanto, mas no geral isso é muito forte (LIMA, Luciano, informação verbal).

Para além de uma caracterização mais precisa acerca das correntes internas e das mudanças de perfil que elas teriam enfrentado, em função do processo de institucionalização que o PT experimentou ao crescer em termos de filiados e de eleitos – elementos indicados pela declaração do entrevistado –, o fato é que elas interferem de maneira significativa no processo de seleção de candidaturas, pois indicam a maioria dos nomes que vão participar das disputas proporcionais. Como expôs uma candidata a vereador em Pelotas, no último pleito:

a dinâmica da escolha dos candidatos se dá a partir da composição de forças e de correntes, o meu partido tem esta característica. Claro, há uma série de critérios de representação de entidades, a inserção de lideranças que fazem trabalho comunitário e sindical. Mas eu diria, sem sombra de dúvidas, muito em função da composição dos blocos e das correntes, tanto para que alguém seja candidato ou não (ALMEIDA, Luciane, informação verbal).

Não se quer dizer com isso que apenas os membros de correntes internas consigam ter acesso às listas partidárias do PT, o que seria um exagero. Até porque,

sempre tem espaço para candidatos mais periféricos, alguém que quer ser candidato, se filiou no PT, porque nós apresentamos uma lista de 20, 25 nomes, de vez em quando sobram um ou dois, mas em geral não há problemas de espaço na lista (LIMA, Luciano, informação verbal).

A questão é que, na maioria das vezes, estes candidatos “mais periféricos” acabam tendo que competir com as candidaturas mais “viáveis”, estas sim, definidas a partir de grupos internos:

E há aquelas candidaturas que são as viáveis, com condições reais de eleger: estas são escolhidas fundamentalmente a partir das correntes políticas, seja daquelas que tem uma caracterização mais de grupo político, seja das que representam estruturas institucionais dentro do partido. Então a escolha dos candidatos no PT, dos candidatos que contam mesmo, é feita basicamente a partir das correntes (Idem).

É claro que a existência de candidatos “mais periféricos” em termos de bases de apoio político (ou financeiro) não é exclusiva do PT: esta é uma distinção que costuma fazer parte da realidade e do cotidiano dos partidos de maneira geral. A singularidade do PT diz respeito ao peso e à importância das correntes internas no processo de seleção de candidatos, pois elas se constituem fontes legítimas de indicação de candidaturas, que dificilmente costumam ser questionadas ou vetadas por parte dos membros que ocupam os principais postos de comando no partido.

### **3.3 Os Critérios utilizados pelos porteiros/selecionadores**

Se os líderes partidários possuem um papel importante no processo de seleção de candidatos, um passo importante para contribuir com as discussões sobre o tema está relacionado aos critérios informais que adotam os “porteiros” (*gatekeepers*) partidários na hora de incluir ou excluir algum nome da lista. Ou seja, inserir na análise o fato que o processo de recrutamento de candidaturas está relacionado ao que se denominou de “demanda dos porteiros”, o que indica que certas características sociais, culturais e individuais motivam os selecionadores a terem determinadas expectativas sobre quem escolher para atingir a maior eficiência para o partido (NORRIS, 1993, 1996 e 1997; NORRIS e LOVENDUSKI, 1995). Nesse sentido, a questão passa a ser: quais os atributos mais valorizados pelos dirigentes partidários em um aspirante a candidato a vereador? E, na mesma medida: quais os critérios utilizados pelos selecionadores na escolha de um candidato?

Este tipo de questionamento torna-se ainda mais importante diante de um contexto em que os partidos, em função do elevado número de pré-candidatos inscritos, têm de excluir certos nomes da lista final a ser apresentada aos eleitores. Enfim, não há espaço para todos os filiados desejosos de concorrer como candidato a vereador e é preciso escolher quem serão os integrantes da lista.

Na literatura nacional, a questão tem motivado um debate ainda incipiente, mas que converge ao apontar para critérios diferenciados de acordo com o espectro ideológico dos partidos em análise (ÁLVARES, 2004, 2006, 2008, 2009; MARQUES, 2007; BRAGA e PRAÇA, 2007; BOLOGNESI, 2009; BRAGA e VEIGA, 2009). Em linhas gerais, constata-se que naqueles mais à esquerda haveria uma valorização

de atributos relacionados à militância e ao ativismo do filiado, ou seja, os candidatos apresentariam uma ligação mais forte com o partido, em termos de tempo de filiação, militância partidária, afinidade ideológica e inserção social em alguma causa ou segmento. Já nos partidos tradicionais, como: PFL-DEM, PP, PMDB, PSDB e PDT, os critérios utilizados implicariam maior ênfase a recursos pessoais, relacionados principalmente ao potencial eleitoral, o que incluiria: a posse de recursos financeiros para o custeio das campanhas, a capacidade de comunicação, a participação em eleições anteriores, o nível de escolaridade, o apoio da família e a inserção em grupos sociais (BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA e VEIGA, 2009).

É importante destacar que a identificação dos atributos mais valorizados em um “aspirante a candidato”, nestes termos amplos, pode conduzir a uma discussão demasiadamente genérica, que não leva em consideração, por exemplo, a especificidade dos diferentes cargos em disputa em um processo eleitoral. Desse modo, cabe questionar: Será que os requisitos e os critérios utilizados pelas cúpulas partidárias para a definição de uma lista de candidatos a vereador são idênticos aos aplicados para as disputas “maiores”, como a dos parlamentos estaduais e nacional?<sup>26</sup>

A ideia é pensar que a dinâmica da política local, tida como o grau zero (NOLL e LEAL, 2008), pode trazer consigo uma especificidade em termos do perfil daqueles que atuam ou que almejam atuar no parlamento, ainda que nela possam estar enquadradas realidades bastante distintas, como a dos grandes municípios (caso de São Paulo e do Rio de Janeiro) e a dos milhares de pequenos municípios espalhados pelo Brasil. Em outras palavras: No grau zero da política, há mais chances de haver um menor grau de profissionalização da atividade política, o que tende a estar refletido no perfil dos candidatos a vereador e nos critérios utilizados pelos líderes partidários durante o seu processo de seleção?

Dito isto, no presente estudo, o primeiro movimento para avaliar estes diferentes critérios informais em voga na escolha dos candidatos a vereador foi o de “capturar” a visão e o discurso dos próprios dirigentes partidários sobre os atributos políticos, sociais e culturais que mais pesaram (e pesam) na hora de optar por um ou outro candidato a vereador.

---

<sup>26</sup> - Formalmente, a única diferença é a idade: 18 anos para os aspirantes a vereador e 21 para os postulantes ao cargo de deputado.

Antes de adentrar nas especificidades dos quatro partidos em questão, há que se dizer que, embora o mecanismo da candidatura nata tenha vigorado pela última vez (em âmbito municipal) nas eleições de 2000, na prática, ela permanece institucionalizada, ainda que informalmente. Logo, aqueles que exercem o cargo de vereador não passam pelo processo de seleção e têm lugar garantido na lista de candidatos, a não ser que abdicuem dessa prerrogativa. Este é o caso do vereador Mansur Macluf (PP), que optou por não concorrer, após quatro décadas de atuação na Câmara, e apresentou o seu filho, Eduardo Macluf, como candidato.

Nas palavras do vereador Adalim Medeiros (PMDB), um conhecido radialista da cidade que, em 2008, foi eleito para o sétimo mandato consecutivo,

nos partidos políticos, e no meu não é diferente, a pessoa que já é detentora de um cargo legislativo, ela é automaticamente candidata, a não ser que ela abra mão. Eu não passo, por exemplo, pelo crivo da convenção partidária. O meu nome e o do vereador Pedrinho<sup>[27]</sup>, eles são automáticos, em função do cargo exercido (informação verbal).

De modo semelhante, Miriam Marroni (PT) falou sobre o espaço garantido àqueles que atuam ou já atuaram como vereadores:

os mandatos já existentes cumprem um papel estratégico (meu, do Milton, Ivan e do Diarone)<sup>[28]</sup> e tem qualificado o partido. Então estes mandatos não são questionados durante a escolha dos candidatos, eles são efetivados, estão estruturados e são reconhecidos pelo partido (informação verbal).

A inclusão automática dos parlamentares que buscam a reeleição nas listas partidárias, já identificada por Ranney (1981), e Rahat e Hazan (2001), parece bastante óbvia do ponto de vista “racional”, porque traz aos partidos chances muito maiores (em relação aos novatos) de êxito eleitoral e tende a garantir a continuidade do espaço político formal já ocupado pelas legendas. Mas os parlamentares que buscam a reeleição ocupam um espaço muito reduzido nas listas<sup>29</sup>, o maior número de vagas é preenchido por candidatos “novatos”.<sup>30</sup> Diante disso, cabe questionar:

<sup>27</sup> - Referência a Pedro Godinho, o outro vereador do PMDB, também reeleito (quinto mandato).

<sup>28</sup> - Os nomes citados são os dos eleitos em 2008: Milton Martins, Ivan Duarte e Diarone dos Santos, sendo que os dois primeiros o foram para o sexto e quinto mandato, respectivamente.

<sup>29</sup> - No caso dos partidos analisados, dois no PMDB, dois no PT, um no PDT e nenhum no PP.

<sup>30</sup> - Nessa questão, há outro elemento passível de discussão, como evidenciaram Michels (1982) e Panebianco (2005): os vereadores podem não ter interesse (e até mesmo tentar vetar) que dentre esses novatos figurem candidatos competitivos, sejam “emergentes” do próprio partido, sejam lideranças vindas de outras legendas, pois eles podem significar perda do mandato. Entretanto, essa



Como os partidos selecionam estes candidatos? Quais os principais critérios levados em consideração pelos dirigentes partidários? É o que será abordado a seguir.

### 3.3.1 O Caso do PP

De acordo com o presidente do Diretório Municipal, Affonso Dêntice da Silva, o processo de escolha dos candidatos a vereador tem seu início no período de inscrições das pré-candidaturas, que geralmente é suficiente para preencher o número de vagas. Em outras palavras, a procura acabaria sendo quase sempre superior à oferta de candidaturas que o partido apresenta. Mesmo nessas circunstâncias, ele mencionou que a necessidade da posse de recursos financeiros para o custeio das campanhas atuaria como um fator que diminuiria o número de aspirantes:

Hoje em dia, normalmente, mais ou menos fecha o número de pretendentes e o número de vagas, sempre sobra uma meia dúzia, mas não extrapola muito porque as campanhas sempre custam dinheiro. Os partidos não conseguem fornecer dinheiro para todos. Fornecem santinhos, coisas globais, quando vai a chapa majoritária, vão os candidatos, às vezes tem jantares, mas não dá dinheiro para cada um gastar, não teria como, não teria condições (SILVA, Affonso Dêntice da, informação verbal).

Neste momento de inscrição dos pré-candidatos também seria papel das lideranças partidárias recrutar candidatos que tenham se destacado em algum setor ou área da cidade e que, em função disso, representem boas “promessas” de voto. No entanto, a imagem negativa da política, geralmente associada aos escândalos de corrupção, muitas vezes afastaria as pessoas dos partidos:

---

lógica não é necessariamente excludente: a reeleição exige a soma dos votos desses novatos, logo é importante que eles tenham alguma expressão eleitoral, pois nenhum candidato tem alcançado sozinho o quociente eleitoral. Um exemplo é o PMDB de Pelotas, que desde 1996 não elege um nome novo, logo, de modo intencional ou não, a estratégia da legenda tem operado para garantir o mandato de duas lideranças, sem dar espaço à renovação. Por outro lado, em determinados casos de disputa interna, os dirigentes podem investir nos novatos, seja para fortalecer o partido, seja para enfraquecer a influência dos detentores de mandato.

Num primeiro momento a gente deixa se inscrever quantos quiserem. E normalmente já se tem inscritos acima do número de vagas. Mas aí eu chego pra um e digo: *'Vem cá, não vais entrar, quem sabe tu entras'*. Evidente que nós forçamos aquelas pessoas que nós achamos que tem condições de angariar votos, mas nem sempre se obtém sucesso, porque uns dizem: *'Não, não quero saber, porque político é tudo sem-vergonha'*. Claro, aqueles que nós achamos que são interessantes para o partido, nós 'vamos em cima', insistimos, e, às vezes, conseguimos (Idem).

Caio Selister, Secretário Geral do Diretório Municipal do PP de Pelotas e candidato a vereador em 2008, também argumentou que grande parte dos pré-candidatos são filiados que se apresentam ao partido, embora haja o caso daqueles que precisam ser recrutados e convencidos pelos dirigentes. A procura por pessoas de destaque, as “boas lideranças”, foi comparada à busca de atletas pelos times de futebol:

Tem aqueles que o partido vai atrás, porque tem pessoas que se destacam na comunidade, lideranças de bairros, de associações. Se o perfil da pessoa tem a ver com o partido, nós procuramos ir atrás e vemos se ele já tem filiação ou se quer vir para o partido. É parecido com jogador de futebol: tem um atleta que se destaca e os times vão atrás para trazer para o seu time. Na política e nos partidos é a mesma coisa, tu tens que buscar as boas lideranças, lideranças que tenham potencial, que queiram lutar por alguma coisa e que tenham a ver com o partido. E tem pessoas que chegam até o partido e se apresentam para concorrer. Há estes dois casos, mas é maior o número de filiados que procuram o partido para concorrer, que almejam ser vereadores (SELISTER, Caio, informação verbal).

Marques (2007) apresenta evidências desse processo, no caso no município de São Carlos (SP), nas eleições de 2000 e de 2004. No período imediatamente anterior ao prazo legal de filiações para quem quisesse concorrer (um ano antes do pleito), o PSDB foi a campo com vistas a recrutar potenciais candidatos.

Affonso Dêntice da Silva destacou que os pré-candidatos, no ato da primeira inscrição, receberam um questionário que continha questões que foram avaliadas posteriormente pelos dirigentes do partido. O questionário perguntava:

- Qual o seu reduto eleitoral?
- Você já desempenhou alguma atividade política? Qual?
- Qual a sua pretensão de votos?
- Por que quer concorrer?
- Qual seu compromisso partidário com o partido?
- Entende que o atual Prefeito deve concorrer à reeleição? Explique.
- Como fará sua campanha?
- Qual o apoio de material que necessita do partido?
- Se eleito, o que pretende fazer com seu mandato?
- O que é mais importante: a) você se eleger; b) a reeleição do Prefeito; c) ajudar a legenda. Por quê?
- Há quantos anos você é filiado?<sup>31</sup>

A partir da observação destas questões, seria possível indicar quatro aspectos importantes levados em conta para a inclusão ou a exclusão de algum nome da lista: 1) área geográfica de atuação; 2) desempenho de atividades que sinalizem uma boa perspectiva de votos; 3) condições para fazer a campanha sem depender dos recursos do partido e; 4) demonstração de interesse pelo partido e pela reeleição do atual Prefeito.

Dentre estes critérios, o presidente do Diretório Municipal do PP em 2008 destacou o *potencial eleitoral* dos candidatos como um dos mais importantes:

De posse desta ficha de vereadores, nós analisamos primeiro se a pessoa tem potencial de voto. Às vezes há pessoas excepcionais, mas que são ruins de voto, é uma coisa complicada, não tem como eu te explicar o porquê. Há pessoas organizadas, com outras funções e que fizeram um grande trabalho, mas chegam as eleições e são 'medonhos', tem um nível de votação baixíssimo. Mas a gente mais ou menos conhece (SILVA, Affonso Dêntice da, informação verbal).<sup>32</sup>

Para Braga e Praça (2007, p. 191), que buscaram identificar os critérios utilizados pelos selecionadores partidários no caso de candidatos a vereador no município de São Paulo, em 2004, o potencial eleitoral seria o primeiro requisito a ser observado, principalmente em partidos como: PFL-DEM, PL, PMDB e PSDB, diferentemente de outros, como PSB e PT, que privilegiaram critérios relacionados antes ao histórico de militância partidária e inserção em movimentos sociais.

<sup>31</sup> - Questionário fornecido pelo Presidente do PP de Pelotas em 2008, Affonso Dêntice da Silva.

<sup>32</sup> - Na seção final deste capítulo será retomada a problemática do potencial de votos dos candidatos e do modo como as lideranças medem (se é que o fazem) tal condição.

Cabem considerações sobre o que seria o segundo critério utilizado pelo PP para a seleção de seus concorrentes ao Legislativo municipal: *a localização e a atuação geográfica dos candidatos*, destacada em trechos dos depoimentos de seus dirigentes em 2008:

Outro critério é a zona eleitoral. Se no Fragata tem dois candidatos, se vem um terceiro no Fragata, já fica difícil. Então colocamos os dois que tem mais possibilidade de voto. E assim é na Santa Terezinha, Areal, Balsa, Colônia, Porto, Z-3.<sup>[33]</sup> Esta é a maneira que nós temos para definir os candidatos a vereador (SILVA, Affonso Dêntice da, informação verbal).

Tu pegas e divides a cidade em zonas e procura preencher todas as regiões da cidade. Tu não podes colocar 10 candidatos do Areal, um do Fragata e nenhum das Três Vendas, isso é muito ruim, porque o voto é muito diluído e nós precisamos dos votos de todas as áreas da cidade (SELISTER, Caio, informação verbal).

Tais depoimentos acabam por remeter a algo que já havia sido sugerido por Jobim (1992) e Nicolau (2006), embora tenha sido pouco explorado pela literatura: os responsáveis pela definição das candidaturas tendem a levar em conta critérios geográficos, logo buscam a representação do maior número de regiões e evitam candidaturas concorrentes em termos territoriais. Nesse mesmo sentido argumentou Klein (2007 p. 63), ao questionar a ideia dos níveis exacerbados de competição intrapartidária durante os períodos eleitorais (que seriam decorrentes do sistema de lista aberta utilizada no Brasil), ao afirmar que as direções partidárias tendem a adotar estratégias “minimamente racionais”: “(...) *é importante evitar que candidatos do partido disputem o mesmo eleitorado enquanto há outros eleitores que não estão sendo cortejados ou, o que é pior, estão sendo assediados por candidatos de outros partidos*”.

Dessa forma, o potencial eleitoral dos candidatos, assim como uma distribuição geográfica minimamente equilibrada entre as diversas áreas do município, seriam os principais critérios informais utilizados pelos selecionadores do PP para a definição dos candidatos a vereador em Pelotas no pleito analisado.

---

<sup>33</sup> - O dirigente faz referência a bairros (Fragata, Areal e Porto) ou regiões da cidade (Santa Terezinha e Balsa), bem como da zona rural do município (Colônia e Z-3).

### 3.3.2 O Caso do PDT

No PDT, a partir do depoimento de um de seus dirigentes municipais por ocasião do pleito, Valdoir Ribeiro, pode-se perceber que há outro elemento que entra em jogo no processo de seleção de candidatos a vereador: *a cota de gênero* estabelecida pela legislação eleitoral brasileira e que, embora reserve o mínimo de 30% para cada sexo, na prática, tem como objetivo ampliar a participação das mulheres na política.

Nosso primeiro procedimento foi um levantamento dos nomes que gostariam de concorrer a vereador, e o partido elaborou uma relação com 42 pessoas [...]. Buscamos informações sobre algumas características dos pré-candidatos, inclusive na Justiça Eleitoral, se havia algum impedimento para concorrer. Nesse período, alguns desistiram de ser candidatos, por livre e espontânea vontade. Sobraram mais ou menos 30 nomes, para que a gente selecionasse 23, porque sete vagas eram específicas para o sexo feminino. Como nós tínhamos seis mulheres, não foi preciso fazer seleção, as seis conseguiram a vaga como candidatas e sobraram então 16 vagas masculinas (RIBEIRO, Valdoir, informação verbal).

Em função da existência da cota de gênero, todas as seis mulheres inscritas como pré-candidatas estavam automaticamente selecionadas e nenhuma delas foi cortada da lista. O detalhe é que, mesmo com esta preocupação explícita de garantir as candidaturas das mulheres, o PDT não conseguiu atingir a meta mínima prevista pela legislação (o índice foi de 27%, como será visto de forma mais detalhada no próximo capítulo).

Além do critério de gênero, outro quesito avaliado pelos selecionadores esteve relacionado à busca de candidatos “representativos”, em termos de classes sociais, associações comerciais ou, de maneira ampla, de grupos de pessoas:

Nós tínhamos 24 homens inscritos e tínhamos que selecionar apenas 16. Então o partido, assim como outros, teve que adotar critérios para a escolha dos candidatos. Primeiro critério: quem já era vereador tem o direito de concorrer.<sup>[34]</sup> Segundo: quem era suplente de vereador, também tinha o direito de concorrer.<sup>[35]</sup> Depois: quem representava classes sociais ou grupo de pessoas, tinha preferência. Pessoas que tinham destaque em representações comerciais também tinham preferência (Idem).

<sup>34</sup> - Como indicado anteriormente, no caso concreto: apenas um nome (Zequinha dos Rodoviários), aliás, eleito em 2004 pelo PTB e que migrou para o PDT ao longo da legislatura.

<sup>35</sup> - Três nomes, todos ex-vereadores: Bete Rodrigues (já incluída por ser mulher), Carlos Marini e Velocino Cardoso.

A busca de candidatos “representativos”, com algum tipo de vínculo associativo, não tem sido apontada pelos trabalhos da literatura nacional como um dos critérios utilizados em partidos mais tradicionais, como o PDT (BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA e VEIGA, 2009). De maneira geral, tem sido enfatizada a busca de candidatos “bons de voto” nos partidos mais à direita, como se o potencial eleitoral do candidato não importasse nos partidos mais à esquerda. Na prática, esta projeção de votos está associada, em todos os partidos, à busca de candidatos que tenham algum tipo de vínculo social, coletivo, como a participação em: associações, sindicatos, igrejas, categorias profissionais, entre outros. Ou seja, candidatos que possuam algum tipo de “conexão local”, nas palavras de Ranney (1981). A questão é que esta categoria (conexão local) implica uma diversidade de agentes e vínculos sociais e políticos, como será visto mais adiante.

A busca de nomes “representativos”, no caso do PDT, pode ser bem ilustrada a partir do exemplo de um dos pré-candidatos que foi excluído da lista do partido em 2008, justamente por contar com uma reduzida base de apoios e um suposto baixo potencial de votos: um indígena que representava uma pequena comunidade, composta por apenas três famílias. Segundo o entrevistado:

Nós tivemos o caso de um indígena, pré-candidato, ele representava apenas três famílias, era um candidato que não tinha potencial para o partido, nem de votos nem de conhecimento, porque mal sabia desenhar o nome dele. Ele acabou ficando para trás, pelas poucas condições que tinha, tinha dificuldades para se expressar, como ele iria participar de um debate? Ele tinha pouco conhecimento e pouca representatividade (RIBEIRO, Valdoir, informação verbal).

A preferência por candidatos que tenham níveis mais elevados de escolaridade e boa capacidade de comunicação tem sido destacada pela literatura, seja a partir de estudos sobre o perfil dos candidatos, inclusive dos que concorrem ao cargo de vereador (NOLL e LEAL, 2008), seja a partir de entrevistas com os selecionadores partidários (BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA e VEIGA, 2009). A diferença é que, em partidos como PFL-DEM, PMDB e PDT, a exigência estaria relacionada à capacidade de comunicação dos candidatos, e não a elevados níveis de escolaridade, como explicitamente exigido dos postulantes à Câmara paulistana pelo PP em 2004, quando o partido estipulou um patamar mínimo de formação educacional: ter curso técnico ou graduação (BRAGA e PRAÇA, 2007).

No caso do PDT de Pelotas em 2008, os selecionadores, embora preocupados com a capacidade de comunicação de seus candidatos, não estipularam um grau mínimo de escolaridade, até porque a maioria deles possuía apenas o ensino fundamental incompleto ou completo, como será abordado no próximo capítulo.

O último critério apontado como importante pelos selecionadores do PDT, assim como no caso do PP, diz respeito à busca de uma lista “equilibrada” e que representasse o maior número possível de áreas e bairros da cidade, mas evitasse a concentração de vários candidatos de uma mesma localidade ou a falta de representantes de outras localidades tidas como importantes. Embora a inclusão de representantes de todas as áreas do município seja uma meta ideal, devido ao número limitado de vagas que o partido pode ocupar, o fato é que os selecionadores buscaram conjugar candidatos que fossem, ao mesmo tempo, representativos de certos grupos sociais e de certas comunidades/territórios. Isto demandou esforços de discussão e de negociação em torno dos melhores nomes, incluiu movimentações para que os candidatos com menor potencial retirassem a sua candidatura em favor dos nomes avaliados pelos dirigentes como mais fortes para a disputa, como pode ser observado no trecho do depoimento a seguir:

A gente cadastrava as pessoas e fazia um breve histórico das profissões, do trabalho de cada um, bem como um mapeamento dos bairros onde eles residiam, para não centralizar vários candidatos de um mesmo bairro. A gente procurou abranger o maior número de bairros. É claro, houve bairros sem representação porque não havia candidatos daqueles bairros querendo concorrer. [...] A gente teve que discutir muito, às vezes tinha dois candidatos do mesmo bairro, tinha que escolher um só, mas sempre dentro de um aspecto democrático, de alguns candidatos a gente chamar e pedir para abrir mão da candidatura em favor do outro, e jogar claro, eu acho que política é o ato de jogar claro, assim se faz política honesta. E dizer: *‘Olha, vocês são dois do mesmo bairro, tu é um representante comercial e tem um trabalho social no bairro, o outro não tem nada, então eu acho que tu é o melhor candidato’* – aí mandava chamar o outro, fazia uma exposição. Alguns concordavam, só que nem sempre o consenso é possível e tem momentos em que tu tens que tomar uma decisão (RIBEIRO, Valdoir, informação verbal).

Além desta preferência por candidatos que tenham algum tipo de “trabalho social” em determinados locais da cidade, a fala do dirigente pedetista também sugere que este processo de definição dos candidatos a vereador no interior dos partidos pode implicar movimentações por parte dos selecionadores no sentido de negociar as vagas da lista, ou, em outras palavras, de pedir que certos filiados

desistam e retirem as suas pré-candidaturas, evitando, assim, a disputa intrapartidária e o corte público de nomes avaliados pela cúpula dirigente como menos competitivos e menos importantes à legenda.

### 3.3.3 O Caso do PMDB

Neste partido, o processo de escolha dos candidatos apresentou uma peculiaridade em relação às demais legendas: participar em um curso preparatório foi um dos requisitos obrigatórios para que os filiados pudessem integrar a lista. O Presidente do Diretório Municipal, em 2008, destacou que, mais do que uma exigência formal, as reuniões do curso teriam sido um espaço privilegiado para conhecer melhor os filiados que desejavam concorrer a vereador, alguns até então pouco conhecidos:

Com isso, durante o curso e a interação com os candidatos, tu consegues ter uma ideia melhor daquelas pessoas que estão se apresentando, algumas que tu estás conhecendo naquele curso, que tu não tinhas uma oportunidade de conhecer bem anteriormente, eram filiados ao partido, alguns com pouca militância, mas como tinham trabalho de bairro, se animavam e eram orientados pelos próprios grupos de bairro a que fossem candidatos, estimulados para isso, então passavam a ter um trabalho maior dentro do partido. O curso te dá esta oportunidade, de conhecer melhor as pessoas, e as pessoas de conhecerem mais sobre a política, afinal, sobre o que vai fazer o vereador. Ninguém pode se inscrever como pré-candidato se não fizer o curso (SILVA, José Maria Carvalho da, informação verbal).

O curso, de ensino à distância, com certificação de 20 horas/aula, consistiu na apresentação, na sede do partido, de vídeos preparados pela Fundação Ulysses Guimarães em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).<sup>36</sup> Ao analisá-lo, chamou a atenção o fato de que, antes de um discurso político-partidário do PMDB, os vídeos eram compostos por aulas e palestras de reconhecidos professores universitários, que tinham como intuito apresentar reflexões e contribuições sobre: algumas noções gerais da Ciência Política (como poder, Estado e democracia); construção do Estado no Brasil; princípios da administração pública; papel e funções do Legislativo na esfera local; políticas

---

<sup>36</sup> - Os vídeos foram gentilmente cedidos pelo candidato a vereador Getúlio da Cunha Garcia.



públicas municipais; finanças públicas e lei de responsabilidade fiscal; legislação eleitoral brasileira.

Em menor medida, ao final das palestras concedidas pelos professores, os vídeos traziam depoimentos de alguns políticos vinculados ao PMDB, como: o deputado federal Eliseu Padilha, o senador Pedro Simon, Michel Temer (Presidente Nacional do partido); Luís Henrique da Silveira (Governador de Santa Catarina); Germano Rigotto (ex-Governador do Rio Grande do Sul).

Após a apresentação dos vídeos, os filiados tinham de fazer alguns exercícios, programados em uma cartilha. Depois, havia debate em torno do assunto, com o auxílio de dois orientadores, no caso, dois professores e militantes do partido há alguns anos, além do Presidente municipal da sigla.

Um dos candidatos a vereador, Rogério Alvarez, falou sobre a experiência do curso preparatório e a destacou para o processo de escolha dos nomes da lista:

Eu vinha participando das reuniões do partido. Daí veio o curso para os pré-candidatos, e tinha que fazer o curso se tivesse a intenção de concorrer. Comecei a participar, eram aulas aos sábados. E então comecei a pensar que eu tinha condições, não de me eleger, mas de participar, de ver como é o processo. O curso foi muito bom porque a gente debatia com pessoas cultas e inteligentes, e também menos cultas e inteligentes, e ali tu ia formando a tua opinião sobre o grupo, e o grupo era bom, as pessoas tinham um bom conhecimento. Eu fui me envolvendo. Na hora de falar, de expor as coisas, eu tinha uma clareza um pouco maior, até porque eu dou aula, converso com muita gente, a gente tem uma espontaneidade maior para falar. E dali foram me analisando também, porque estamos ali para analisar e sermos analisados. Acho que essas coisas começaram a pesar na escolha. Eu entrei, fiz o curso e acabei sendo candidato, mais pela visão do presidente, que mudou um pouco a estrutura do partido e estava buscando gente nova (ALVAREZ, Rogério, informação verbal).

De qualquer forma, o fato de o PMDB promover um curso preparatório obrigatório àqueles filiados que estavam dispostos a concorrer a vereador indica a preocupação de estabelecer um padrão mínimo de orientação partidária aos que levarão adiante o nome da legenda no pleito. Igualmente, parece contrariar a imagem, recorrente em parte da literatura nacional, que concebe os partidos brasileiros como débeis e frágeis do ponto de vista organizacional, ou ainda, como um mero somatório de políticos personalistas e sem projetos coletivos. Independentemente de outras análises, a iniciativa do PMDB aponta para a existência de uma estratégia partidária que visa a formar novas lideranças no âmbito dos municípios, lideranças estas estimuladas a “firmar laços” com o partido.

Outro critério avaliado pelos selecionadores do PMDB, assim como nos casos anteriores, esteve relacionado à “participação social” ou ao “trabalho social” desenvolvido pelos candidatos em suas comunidades. Nas palavras do presidente do Diretório Municipal da sigla em 2008:

Teve gente magoada, porque pretendia ser candidato e não conseguiu, até porque nós tínhamos um limite, nós tínhamos a coligação e o nosso número de candidatos foi reduzido. Nós tivemos uns oito ou 10 que não conseguimos enquadrar. E nós temos então um problema: como escolher, porque escolher o A e não o B? Primeiro, é vendo o que ele tem de penetração no meio social em que ele vive, como ele trabalha. Ele tem algum trabalho social? Ele tem alguma participação social? Ele faz parte de alguma associação? Como ele é na associação? Ele é bem quisto? Por que o sujeito que é bem quisto, normalmente tem bons princípios, a escala de valores dele, normalmente, não fere ninguém e merece a respeitabilidade do grupo. Este é um fator de extrema importância. Além disso, como ele se saiu no curso. São estas as duas coisas que a gente examina. Como ele traz esta respeitabilidade da comunidade é importante, a potencialidade de votos que ele tem através da comunidade, mas não é só o voto, é a potencialidade de votos com a respeitabilidade (SILVA, José Maria Carvalho da, informação verbal).

É possível identificar novamente a associação entre o desenvolvimento de trabalhos sociais e o potencial de votos dos candidatos. Mas o depoimento do dirigente peemedebista também remete para valores subjetivos que estão presentes na opção por um ou outro nome: é preciso “ser bem quisto”, “ter bons princípios”, ter a “respeitabilidade da comunidade”. Assim, não bastaria apenas reivindicar um grupo ou uma comunidade, pois os candidatos teriam que ser reconhecidos como representantes pelos seus pares. Isso também figuraria como um aspecto importante, levado em conta para a escolha dos candidatos a vereador pelo PMDB:

A gente não pode citar nomes, mas havia pessoas que se diziam, em determinadas vilas, porque participavam de times de futebol e tal, grandes lideranças, mas não era bem assim. Ele se jogava sempre à frente por outros motivos. E quando a gente começava a avaliar a respeitabilidade, começava a ver que não era bem assim, e a gente deixou de lado, porque não temos interesse (Idem).

### 3.3.4 O Caso do PT

E os critérios utilizados pelos selecionadores do PT, quais seriam eles? Diferentemente dos demais partidos, o PT levaria em conta, sobretudo, “[...] *requisitos organizacionais, como participação e envolvimento nas atividades partidárias, seguir a orientação ideológica defendida pelo partido e ter inserção nos movimentos sociais*” (BRAGA e PRAÇA, 2007, p. 194). Para Marques (2007), os candidatos do PT apresentariam outro diferencial: maior tempo de filiação, o que reforçaria a distinção de critérios adotados para a escolha de suas candidaturas.

O intuito aqui não é discordar do que dizem os autores acima mencionados – até porque os dados a serem apresentados no próximo capítulo confirmam este perfil –, mas acrescentar e refletir sobre a importância da participação em grupos e correntes internas ao partido para que algum filiado petista possa tornar-se candidato em uma eleição. É claro que, em contextos de uma organização partidária menos configurada em termos de correntes internas, elas tendem a ter menos importância no processo de escolha dos candidatos. Mas o caso de Pelotas é ilustrativo no sentido contrário, em que tendem a ser excluídos da lista do partido os candidatos “mais periféricos” e “individuais”, mesmo com muito tempo de filiação:

Pela experiência que eu tenho aqui em Pelotas, nas duas últimas eleições é que nós tivemos que tirar uma ou duas pessoas porque não tinha vagas para todos concorrerem. Então são excluídos os candidatos mais periféricos, que são candidatos individuais, que não participam de nenhum agrupamento político interno (LIMA, Luciano, informação verbal).

Esta não é uma peculiaridade do PT, como visto. As entrevistas indicaram que nas quatro siglas em questão havia um número maior de pré-candidatos do que de candidatos. Entretanto, cabe ressaltar a diversidade das circunstâncias em que o corte de nomes foi realizado: nos casos de PP (que concorreu coligado com PTB e PRB), PDT e PMDB (que estava coligado com DEM), embora certos filiados tivessem de “ficar para trás” na corrida ao Legislativo municipal, todos selecionaram

o número máximo de candidatos permitido pela lei.<sup>37</sup> O PT, ao contrário, além de cortar pré-candidatos, deixou de ocupar duas das vagas que tinha à disposição.<sup>38</sup>

A pergunta, então, passa a ser a seguinte: por que nem todas as vagas do PT foram ocupadas, se havia filiados (pré-candidatos) desejosos de participarem do pleito em questão? É importante dizer que o peso dos grupos e correntes internas não anula a importância e a interferência dos selecionadores (a cúpula partidária) sobre a decisão de quem serão os candidatos do partido. Assim como no caso do PDT, a fim de evitar o corte “público” de concorrentes avaliados como menos competitivos, os dirigentes muitas vezes negociam a retirada de candidaturas, como se pode observar a partir da fala de um dos candidatos a vereador, com experiência como dirigente no Diretório Municipal:

Dentro do PT, tem aqueles que não participam de tendências, mas que participam de segmentos da sociedade, como a construção civil, por exemplo. Bem, o grupo ‘x’ indica o seu representante para ser candidato. É difícil ser candidato no PT. O que aconteceu nestas eleições? PT não coligou proporcionalmente, então a gente tinha uma boa margem para candidatos - embora tenham tido alguns que não puderam concorrer, três, no máximo, e quando acontece isso a gente tem que ter critérios, e os critérios são: participação do diretório, de grupo, tem representação, apoios. Claro, partindo do pressuposto de que o candidato está apto, não responde a processos, estas coisas. E também às vezes se faz um diálogo: ‘*Olha, quem sabe tu retiras a tua candidatura?*’ Uma espécie de convencimento, na política, não na obrigação (NELSINHO DO PT, informação verbal).

É importante lembrar que essas negociações nem sempre são exitosas, como no exemplo do candidato a vereador em 2008, Francisco de Assis Medina. Mesmo após ter sido pedida a retirada da pré-candidatura, ele manteve o seu nome para a disputa e acabou integrando a nominata do PT: “*havia pessoas dentro do partido que me convidaram para desistir [...] Queriam que eu desistisse da candidatura, mas fui até o fim e consegui* (MEDINA, Francisco de Assis, informação verbal).<sup>39</sup>

<sup>37</sup> - No entanto, e como indicado anteriormente, a coligação PMDB-DEM teve três candidaturas indeferidas pelo TRE-RS, todas indicadas pelo DEM. Se os pedidos de candidaturas tivessem sido deferidos, ela teria apresentado o número máximo estipulado pela legislação eleitoral.

<sup>38</sup> - A legenda teve um candidato que não teve o seu registro aceito pelo TRE-RS. Se este candidato tivesse entrado na lista do partido, ainda assim sobraria uma vaga.

<sup>39</sup> - Apesar disso, e em destaque ao “feeling” dos dirigentes, o candidato ficou em último lugar na lista do partido, tendo somado 88 votos.

Como consequência destes requisitos, na visão de alguns agentes partidários entrevistados, faltaria ao PT – ao contrário do que foi identificado nas legendas anteriores – planejamento sobre os candidatos ou “estratégia mais eleitoral”. O resultado faria com que fossem incluídos na lista candidatos de correntes distintas, mas que disputavam a mesma base eleitoral, enquanto outras parcelas do eleitorado não eram contempladas, pois nenhum dos indicados estava a elas vinculado. Nas palavras de um dos candidatos a vereador,

o partido não faz um planejamento dos candidatos, esta é a crítica que eu faço. Eu mesmo tive um problema nestas eleições: no próprio PT teve outro candidato da minha base, colocaram um guri de outra corrente do partido (...). Acho que nós tínhamos que ter candidatos do meio sindical, economia solidária, pesca, agricultura, enfim. E respeitar os líderes que já existem, tem um nome, seus mandatos, não podemos desconsiderar isso. Temos que fazer uma escolha criteriosa e ao mesmo tempo não colocar três, quatro pessoas de uma mesma comunidade. Temos que tirar daquela comunidade um representante, que vá levar adiante suas demandas (BETO DA Z-3, informação verbal).<sup>40</sup>

O candidato Diarone dos Santos, eleito vereador, também indicou o fato: *“tive problemas com um dos membros do partido, que decidiu colocar seu irmão como candidato na minha base eleitoral.”*, no caso, a zona rural do município.<sup>41</sup>

De maneira semelhante argumentou o dirigente Luciano Lima, candidato a vereador em 2008:

Esta é uma debilidade que o partido sempre teve, porque como as candidaturas são definidas a partir das correntes, elas têm um perfil muito político, interno, de correlação de forças. Acho que falta ao PT combinar isso com uma estratégia mais eleitoral, o partido tem muita dificuldade em fazer isso, não só nas eleições municipais, mas também estaduais e nacionais. Por exemplo, aqui em Pelotas, nas últimas eleições municipais, o Beto fez uma excelente votação, mas nós tínhamos dois candidatos em um bairro relativamente pequeno, resultado da construção das correntes.<sup>[42]</sup> Acho que esta é uma debilidade do PT, não conseguir combinar a representação das candidaturas das forças com uma estratégia mais racional (informação verbal).<sup>43</sup>

<sup>40</sup> - Ele ficou na primeira suplência, tendo somado 2.046 votos e ficando a 180 votos do último candidato eleito pelo partido.

<sup>41</sup> - O candidato indica Milton Martins, que lançou o irmão Verno Martins. Mais detalhes sobre este episódio, ver: KUHN (2010).

<sup>42</sup> - A referência é a Colônia de pescadores Z-3 e ao candidato Beto da Z-3.

<sup>43</sup> - Apesar das críticas, o PT elegeu a maior bancada na Câmara (quatro candidatos). Claro que as restrições podem se referir ao fato de que essa bancada poderia ser ainda mais expressiva.

Cabe acrescentar que esta indicação dos candidatos a partir de “forças” internas, como destacado até então, não está desvinculada do fato de que o PT busca incluir em suas listas aqueles filiados que tenham algum tipo de inserção social, seja em alguma causa ou em algum segmento específico da sociedade, como apontaram trabalhos anteriores (BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA e VEIGA, 2009). A questão a ser levantada diz respeito ao seguinte: até que ponto esta estratégia político-eleitoral constitui-se uma especificidade do PT, como costuma afirmar a bibliografia?

Como visto anteriormente, a busca por candidatos “representativos”, que possuam algum tipo de vinculação com as demandas de certas comunidades e grupos sociais se faz presente no discurso de dirigentes partidários do PMDB e do PDT, que também manifestam a preferência por candidatos que tenham algum tipo de “trabalho” ou “participação social”. Já no caso do PP a ênfase foi dada ao “potencial eleitoral” dos candidatos, independentemente dos atributos que contribuam para tal, como *status* profissional e posse de recursos financeiros, por exemplo.

### 3.3.5 O Potencial eleitoral

Uma questão ficou pendente nos depoimentos colhidos: embora tenha sido afirmada a importância do potencial eleitoral de um aspirante como um critério para efetivá-lo como candidato, especialmente nos casos de PP e PDT – o que encontra respaldo na bibliografia (MARQUES, 2007; BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA e VEIGA, 2009) –, como os líderes partidários avaliam esse potencial? Como é possível prever se um candidato é “bom” ou “ruim” de voto? Que tipos de atributos pessoais costumam ser avaliados pelos dirigentes como indicadores de uma boa perspectiva de votação?

Um primeiro caminho para responder tais perguntas é supor que, no caso de candidatos já testados nas urnas, a avaliação dos líderes seja facilitada, na medida em que eles podem ter como ponto de referência o desempenho precedente. Nesse sentido, Marques (2007) atentou para a importância de observar em que medida a participação em eleições anteriores, ou que ele chamou de *expressividade eleitoral*, seria um critério levado em conta pelos selecionadores partidários no processo de

seleção de candidatos. Para o autor (2007, p. 118), a tendência encontrada no PT foi oposta àquela presente no PSDB: enquanto no primeiro apenas os cinco candidatos mais bem votados em 1996 seguiram presentes na disputa de 2000; no PSDB, mesmo candidatos com uma votação abaixo da média foram incluídos novamente na lista do partido. Pretende-se promover o mesmo teste no caso de Pelotas.

Para a montagem dos quadros a serem apresentados, adotaram-se os seguintes procedimentos: (1) considerar todos os membros da lista apresentada pelo partido em 2008 que concorreram em 2004, ainda que isso tenha ocorrido por outra legenda; (2) calcular a média de votos nominais apresentada pela lista pelo qual esses candidatos repetidos concorreram em 2004 (excluídos, portanto, votos na legenda); (3) calcular o percentual de votos obtido pelo candidato em relação aos votos nominais da lista pela qual concorreu em 2004; (4) verificar se o candidato ficou acima ou abaixo dessa média; (5) observar a posição que ocupou na lista pela qual concorreu e, se for o caso de coligação, também a colocação dentre os indicados pelo seu partido.

Candidato	Votação em 2004		Posição na lista	Situação em relação à média de votos <sup>2</sup>
	N	%		
Roger Ney <sup>1</sup>	1.958	9,5	5º	Acima
Dionízio	1.629	6,2	5º	Acima
Léo Cardoso <sup>1</sup>	1.096	5,3	8º	Abaixo
Erenice	663	2,5	9º	Abaixo
Jorge Caldeira	449	1,7	12º	Abaixo
Glorinha <sup>1</sup>	176	0,8	17º	Abaixo

Fonte: TRE-RS

1 - Candidato em 2004 pelo PTB

2 - PP/PV – 899 votos; PTB – 1.035

**Quadro 2** – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador de Pelotas (RS) em 2004 que disputaram o pleito de 2008 pelo PP

No caso do PP, dentre os seis candidatos que estiveram presentes na disputa de 2004 e que concorreram pelo partido em 2008, apenas três haviam sido por ele indicados no pleito anterior.<sup>44</sup> Em termos de desempenho eleitoral, somente dois obtiveram uma votação acima da média de votos das respectivas listas

<sup>44</sup> - Não por acaso, os demais haviam concorrido pelo PTB. Ocorre que eles ocupavam cargos de secretários municipais no governo de Fetter Júnior e decidiram migrar para o PP, partido do Prefeito.

partidárias. O exemplo da candidata Glorinha, que fez 176 votos e foi uma das últimas colocadas no *ranking* de votação no partido pelo qual concorreu em 2004 (PTB) parece ser o mais ilustrativo para indicar que é preciso relativizar a importância do potencial eleitoral como critério de indicação de candidato em um processo eleitoral, ainda mais em se tratando de uma disputa municipal.

Candidato	Votação em 2004		Posição na lista	Situação em relação à média (907 votos)
	N	%		
Pedrinho <sup>1</sup>	6.224	32,7	1º	Acima
Adalim Medeiros <sup>1</sup>	3.868	20,3	2º	Acima
Zilda Bürkle	1.635	8,6	4º	Acima
João Botelho	471	2,5	6º	Abaixo
Luiz Henrique	254	1,3	10º	Abaixo

Fonte: TRE-RS

1 - Vereador que buscava a reeleição

**Quadro 3** – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador de Pelotas em 2004 que disputaram o pleito de 2008 pelo PMDB

O primeiro aspecto a destacar em relação ao PMDB é que todos os cinco nomes repetidos em 2008 haviam concorrido pela legenda, sendo dois deles vereadores em busca da reeleição. O segundo é que o desempenho eleitoral desses concorrentes em 2004 parece reforçar a ideia de que, na prática, nem sempre este é um dos principais critérios na escolha dos nomes que integram as listas. Por um lado, embora três tenham ficado acima da média apresentada pela legenda, dois deles eram vereadores<sup>45</sup>, razão pela qual obtiveram boa votação (senão não teriam conseguido o cargo) e seriam candidatos independentemente desse desempenho, apesar de a candidatura nata não mais existir.<sup>46</sup> Por outro, os dois que ficaram abaixo da média (907 votos) somaram um contingente pouco expressivo de votos (menos de 500 um e cerca de 250 o outro), o que não recomendaria a manutenção na lista, se valesse apenas esse critério.<sup>47</sup>

<sup>45</sup> - Como indicado anteriormente, são candidatos com larga experiência na Câmara Municipal e que sempre se elegeram pelo PMDB: Adalim Medeiros foi eleito pela primeira vez em 1982 e Pedro Godinho, em 1992. Ambos foram reeleitos.

<sup>46</sup> - A terceira candidata, Zilda Bürkle, tem apresentado crescimento eleitoral: somou 426 votos em 1996, quando estreou nas urnas (13º lugar na lista de candidatos do PMDB), 1.099 em 2000 (4º lugar) e 1.635 em 2004 (4º lugar).

<sup>47</sup> - O caso de João Botelho é ainda mais drástico, pois ele também havia sido candidato em 2000, ocasião em que somou 626 votos, ou seja, o desempenho de 2004 já havia sido inferior ao do pleito anterior.



Candidato	Votação em 2004		Posição na lista	Situação em relação à média de votos <sup>3</sup>
	N	%		
Zequinha <sup>1</sup>	2.771	13,4	2º	Acima
Bete Rodrigues <sup>2</sup>	1.490	17,1	1º	Acima
Marini <sup>2</sup>	925	10,6	2º	Acima
Velocino Cardoso <sup>2</sup>	805	9,2	3º	Acima
Celso Ávila	392	4,5	10º	Abaixo

Fonte: TRE-RS

1 - Eleito em 2004 pelo PTB

2 - Ex-vereador eleito pelo PDT (Bete e Marini em 1996, Velocino em 1992)

3 - PDT - 458 votos, PTB - 1.035 votos

**Quadro 4** – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador de Pelotas em 2004 que disputaram o pleito de 2008 pelo PDT

No caso do PDT, cinco nomes eram repetidos, dos quais quatro tiveram um desempenho acima da média apresentada pelos seus respectivos partidos em 2004. Desses quatro, Zequinha havia sido eleito pelo PTB e os outros três (Bete Rodrigues, Velocino e Marini) já tinham conquistado o cargo de vereador em pleitos anteriores, sendo concorrentes históricos do partido.<sup>48</sup> Nesse caso, parecem ter se somado bons desempenhos nas urnas e a trajetória pregressa dos candidatos.<sup>49</sup> O nome restante é Celso Ávila, que foi candidato pela primeira vez em 2004, ocasião em que obteve uma votação abaixo da média do partido (392 votos).

<sup>48</sup> - Bete é esposa do ex-Prefeito Anselmo Rodrigues, tendo sido eleita em 2000. Marini concorreu pelo partido pela primeira vez em 1992, elegeu-se em 1996 e, desde 2000, quando não conquistou a reeleição, tenta voltar à Câmara, sempre pelo PDT. Velocino estreou nas urnas em 1988 pelo PDT e elegeu-se em 1992. Teve uma passagem pelo PFL ainda na legislatura 1993-1997, partido pelo qual tentou sem sucesso se reeleger em 1996. Na eleição de 2000 já estava de volta ao PDT.

<sup>49</sup> - O “bom desempenho” tem de ser relativizado, pois em 2004 houve o pior desempenho no município, ocasião em que, pela primeira vez, o partido não elegeu nenhum candidato: somou 11.897 votos, dos quais cerca de 27% (3.196) conquistados pela legenda. Os 19 candidatos obtiveram 8.701 votos, quase o mesmo contingente do concorrente individualmente mais votado (José Sizenando, do PP, com 8.462).

Candidato	Votação em 2004		Posição na lista <sup>3</sup>		Situação em relação à média (1.531 votos)
	N	%			
Miltinho <sup>1</sup>	5.975	15,6	1	1	Acima
Miriam Marroni <sup>2</sup>	5.353	14,0	2	2	Acima
Ivan Duarte <sup>1</sup>	2.831	7,4	4	3	Acima
Paulo Oppa <sup>1</sup>	2.748	7,2	5	4	Acima
Jacira Porto <sup>2</sup>	2.231	5,8	6	5	Acima
Djair Garcia	1.995	5,2	7	6	Acima
Diarone Santos	1.692	4,4	9	8	Acima
Círio Almeida	1.220	3,2	12	10	Abaixo

Fonte: TRE-RS

1 – Vereador que buscava a reeleição

2 – Ex-vereador eleito pelo PT (Miriam em 2000 e em 2004, Jacira em 2000)

3 – A 1ª coluna indica a posição na coligação e a 2ª, dentre os candidatos do partido

**Quadro 5** – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador de Pelotas em 2004 que disputaram o pleito de 2008 pelo PT

No PT chama a atenção que, além de haver um maior número de candidatos repetidos (oito), também é maior o nível da competição em termos da expressão eleitoral de seus candidatos: não só a média de 1.531 votos é significativamente mais alta do que nos demais partidos<sup>50</sup>, como dos oito que estiveram presentes na disputa de 2004, apenas um deles, Círio Almeida, que já havia concorrido em 1988, obteve uma votação abaixo dessa média (1.220 votos).

Cabe destacar que um dos motivos que contribui para a competição interna mais elevada na lista do PT é o fato de vários desses candidatos já terem ocupado ou ocuparem cadeira na Câmara Municipal: Miltinho (desde 1988) e Ivan Duarte (desde 1992) são vereadores reeleitos sucessivamente; Miriam Marroni foi eleita em 2000 e em 2004, sendo que renunciou ao mandato no primeiro dia da legislatura 2005-2008; Paulo Oppa, primeiro suplente em 2004, herdou a vaga de Miriam; e Jacira Porto foi eleita em 2000 e não conseguiu se reeleger no pleito seguinte.

Para além destes vereadores e ex-vereadores, os outros dois candidatos que obtiveram votações acima da média no PT já haviam disputado eleições anteriores e obtido desempenhos não desprezíveis. Diarone foi candidato em 2000, ocasião em que foi o sexto mais votado do partido, com 1.039 votos. Já Djair Garcia concorreu em 1996 e em 2000 pelo PSB, sendo o terceiro mais votado da lista nas duas oportunidades. Na condição de suplente, ambos haviam ocupado a vereança durante alguns períodos, ou seja, já tinham a experiência do exercício do cargo.

<sup>50</sup> - Cerca de 500 votos maior (um terço) do que a do PTB (1.035 votos), a segunda mais alta, e apenas essa diferença já é maior do que a média do PDT (458).

Partido	Em relação à média de 2004		Em relação à média de 2004	
	Acima	Abaixo	% Acima	% Abaixo
PP	2	4	33,3	66,7
PDT	4	1	80,0	20,0
PMDB	3	2	60,0	40,0
PT	7	1	87,5	12,5

**Quadro 6** – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador de Pelotas em 2004 que disputaram o pleito de 2008 pelos principais partidos

O quadro 6 sintetiza o cenário dos quatro partidos analisados. Uma leitura calcada unicamente nessas informações tem de indicar que o PP é o que abriga a maior quantidade de candidatos que apresentaram um desempenho abaixo da média (66,7%), seguido pelo PMDB (40%). Ao contrário, o PT é que mais repetiu candidatos com desempenho acima da média (87,5%), seguido pelo PDT (80%). Os dados parecem apontar para algo que vai de encontro ao que alguns trabalhos têm afirmado até então: que o potencial eleitoral é um critério em voga no processo de escolha de candidatos em partidos mais tradicionais e à direita, como PP e PSDB, e que, em partidos mais à esquerda, como o PT, este quesito teria importância secundária, pois a militância e o ativismo dos filiados seriam os principais critérios vigentes no processo de seleção de candidaturas (MARQUES, 2007; BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA e VEIGA, 2009).

No entanto, é necessário relativizar as informações. Primeiro porque se está limitado à incidência de candidaturas repetidas, o que varia de legenda para legenda e pode gerar resultados falseados ou demasiadamente condicionados pelas peculiaridades de cada caso. Segundo porque a repetição de candidatos eficientes no PT não significa dizer que a legenda seleciona a partir desse critério, afinal, como indica a bibliografia e os depoimentos parecem confirmar, outros elementos parecem ser mais fortes, como: tempo de filiação e a disputa entre as correntes internas. A esta questão pode ser acrescento o fato de que, dentre os oito candidatos repetidos, seis já tinham passagem pela Câmara Municipal, o que os coloca, teoricamente, com maior potencial do que outros – o que não se repetiu nas demais legendas.

Por tudo isso, considera-se que a informação mais relevante não é o fato de as quatro legendas de Pelotas verem o desempenho eleitoral prévio como um critério de seleção – isto parece evidente –, e sim que, em certos casos, elas claramente não seguem tal perspectiva, embora tenham elementos à disposição que

indicam fraco desempenho anterior para utilizar como mecanismo para cortar determinado aspirante. Ainda que se possa argumentar que certos aspirantes poderiam ter “trabalhado” durante os quatro anos que separam uma disputa da outra e demonstrado às lideranças que teriam ampliado suas possíveis bases de apoio, o dado objetivo é que candidatos com desempenho ruim têm sido reapresentado pelas legendas, sendo que alguns sequer haviam concorrido por ela anteriormente, como é o caso já citado de Glorinha, 176 votos pelo PTB em 2004, candidata pelo PP em 2008.<sup>51</sup>

Um trecho do depoimento de liderança do PP, um dos partidos que destacou utilizar o potencial eleitoral na hora de definir os candidatos, mostra que os selecionadores, por mais que busquem nomes competitivos, sabem que estão diante de uma lista composta, de um lado, por puxadores de votos; de outro, por candidatos potencialmente menos competitivos, secundários, mas que ajudam a agregar “forças” para a legenda:

Tem candidatos que colocam seu nome em função do partido, mesmo sabendo que não tem condições de se eleger. Mas qualquer 100 ou 200 votos são importantes, porque é a partir de um somatório que tu elege um candidato. É muito difícil um candidato se eleger sozinho: um depende do outro. Então quanto mais gente com potencial, melhor. Mas todos os votos são importantes. Alguém pode ver a lista final e dizer: *‘Pôxa, mas a Mariazinha, ela não tem força’*. Mas a Mariazinha deu o sangue dela, é partidária, ela se expôs sabendo que vai fazer poucos votos, mas os votos que ela fizer vão ajudar a eleger alguém lá em cima. São pessoas que merecem ser cumprimentadas, porque se expõem e são partidárias, que vão sabendo que não vão conseguir nada, mas que estão ajudando o partido (SELISTER, Caio, informação verbal).<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> - No caso específico, pode-se especular que ela tenha sido incluída na lista por ser do sexo feminino, independentemente do desempenho eleitoral – até porque o em 2008, com 163 votos, ele foi tão fraco quanto havia sido em 2004. Se esta expectativa for correta, confirma-se o enunciado de Miguel e Queiroz (2006) de que depois da lei de cotas mais mulheres foram incluídas, embora não necessariamente sejam candidatas competitivas, e sim lá estejam para responder à norma. A questão será explorada no capítulo seguinte.

<sup>52</sup> - Pode ser mera coincidência, mas o entrevistado usou como exemplo uma mulher, o que pode reforçar o comentário apresentado na nota anterior, relativo à candidata Glorinha.

É preciso lembrar, também, que se o aspecto do potencial eleitoral não se confirma no caso de candidatos em que há parâmetros mais “objetivos” a serem seguidos, o que fazer quando o partido está diante de candidatos novatos, que nunca participaram de uma eleição? Como é possível avaliar o cenário e as perspectivas de votação desses aspirantes?

O próximo capítulo vai enfatizar que vínculos sociais, a participação em entidades, organizações ou trabalhos sociais servem como indicadores desse potencial eleitoral. Embora esta seja uma projeção feita pelos dirigentes partidários na hora de incluir ou excluir algum candidato da lista, trata-se de um critério subjetivo e cercado por incertezas, pois nem sempre as urnas confirmam as expectativas iniciais dos selecionadores. Enfim, torna-se evidente que critérios outros, não vinculados a desempenho eleitoral prévio e nem ao potencial eleitoral, fazem com que determinados candidatos sejam reapresentados, assim como, novatos sejam selecionados.

Para aprofundar a discussão acerca dos critérios que os partidos políticos levam em conta, por meio de seus selecionadores/porteiros, na hora de selecionar um ou outro candidato, sugere-se que se torna importante ir além do que dizem os agentes envolvidos no processo e procurar identificar e analisar o perfil dos diferentes candidatos selecionados pelos partidos (MARQUES, 2007; NOLL e LEAL, 2008; BOLOGNESI, 2009; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009). Este será o próximo passo do presente trabalho.

## Capítulo 4

### Aspirantes a vereador: perfil social e vínculos políticos

Depois de apresentar e analisar as informações relativas aos principais critérios que os dirigentes partidários afirmam utilizar no processo de escolha dos candidatos a vereador, é chegado o momento de conhecer mais a fundo o perfil destes filiados que passaram pelo crivo dos partidos políticos e se apresentaram ao eleitorado de Pelotas (RS), no pleito de 2008, na condição de aspirante a uma cadeira no Legislativo municipal.

Como já foi abordado no capítulo 2, há uma larga tradição de estudos no Brasil que se dedicam a traçar o perfil social da elite parlamentar. O mesmo não pode ser dito de trabalhos voltados a delinear o perfil dos candidatos a uma cadeira legislativa, cuja realização é recente, bem como restrita em termos quantitativos.<sup>1</sup> Essas pesquisas têm se servido de quatro variáveis de fácil acesso nos dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que são: sexo, idade, escolaridade e ocupação – aliás, muito utilizadas também em estudos internacionais. A partir deste conjunto de informações, torna-se possível identificar, em linhas gerais, os principais atributos sociais daqueles que almejam uma cadeira parlamentar, sem necessariamente obter êxito eleitoral.

De um lado, este é um importante recurso metodológico. De outro, a análise do perfil dos aspirantes a vereador (ou a outros cargos) circunscrita aos indicadores disponibilizados pelo TSE torna-se insuficiente para aprofundar a discussão acerca dos vínculos e das experiências políticas e partidárias destes agentes, o que parece

---

<sup>1</sup> - Foram localizados cinco estudos que enfocam esta problemática: Marques (2007), Noll e Leal (2008), Bolognesi (2009), Perissinotto e Miríade (2009), Braga, Veiga e Miríade (2009).

de suma importância para entender qual a ligação com o mundo da política daqueles que se candidatam a um cargo eletivo.

A ideia aqui é chamar a atenção para os diferentes tipos de ligação tecidos entre os aspirantes a vereador e o campo da política. Em uma busca mais detalhada de autores aos quais se possa fazer referência ao que, até então e de modo genérico chamou-se de “vínculos políticos”, seria possível resgatar uma série de contribuições clássicas (Weber, 1984; Duverger, 1987; Landé, 1977; Bourdieu, 1989, Dogan, 1999; Panebianco, 2005; Gaxie, 1980, Offerlé, 1999). Apesar das peculiaridades e dos distintos contextos de origem, tais autores de alguma forma colocaram em xeque os diferentes tipos de ligação existentes entre os agentes da política e as organizações partidárias ou, ainda, entre os agentes da política e os grupos sociais aos quais estão vinculados, e a partir dos quais são recrutados.

No Brasil, mais especificamente na área da Ciência Política, ganham destaque os trabalhos de Marengo dos Santos (1997, 2000) e Marengo e Serna (2007), que, a partir das contribuições clássicas anteriormente mencionadas, buscaram identificar as diferentes formas de recrutamento da elite parlamentar. Os autores oferecem pistas para a construção de uma perspectiva que vai além de um mapeamento dos principais atributos sociais dos parlamentares brasileiros, pois a investigação “[...] privilegia experiência política e vínculos partidários como dimensões relevantes para uma reconstituição dos padrões de recrutamento parlamentar, constituindo ainda indicadores sugestivos sobre a configuração e dinâmica das instituições políticas” (MARENGO DOS SANTOS, 2000, p. 12-13).

Nesse sentido, ao questionar quem são os candidatos selecionados pelos partidos, este capítulo tem como intuito avançar no conhecimento acerca dos “aspirantes a vereador” sob a ótica tanto do seu perfil social quanto de suas experiências políticas e partidárias, tais como: participação em eleições anteriores, tempo de filiação, filiações partidárias anteriores, ocupação de cargos políticos e existência de vínculos associativos.

No entanto, discutir os *vínculos políticos* de um agente social não é tarefa fácil e torna-se ainda mais difícil em se tratando de candidatos a vereador, uma categoria relativamente pouco debatida no âmbito acadêmico brasileiro, correspondente ao grau zero da política (NOLL e LEAL, 2008), tal como foi indicado no capítulo 2.

Ao analisar o perfil dos deputados federais brasileiros, Marengo dos Santos (2000) utilizou-se de uma série de indicadores relacionados à experiência política e aos vínculos partidários daqueles que foram eleitos entre 1946 e 1998, entre eles: tempo médio de carreira segundo o posto de ingresso; experiência política prévia em anos prévios ao primeiro mandato; último cargo prévio à Câmara de Deputados dos eleitos com primeiro mandato; anos de filiação partidária prévios ao mandato; índice de renovação parlamentar.

No presente trabalho, entretanto, ao elaborar indicadores do perfil dos candidatos a vereador, foi preciso levar em conta a especificidade dos agentes em pauta. Além de tratar da categoria “candidatos”, e não de “eleitos”, está-se diante dos agentes da política municipal, nos quais, supõe-se, o grau de profissionalização da política atinja patamares muito inferiores aos encontrados no plano nacional.

Por isso, como principal recurso metodológico, foi realizado um levantamento de dados no sistema operacional digital da Justiça Eleitoral brasileira, o chamado Sistema ELO, acessado por meio da 60ª Zona Eleitoral, no município de Pelotas.<sup>2</sup> A partir deste procedimento foi possível elaborar os indicadores do perfil dos candidatos no que se refere aos seus vínculos partidários.

Para não reduzir a abordagem a um tratamento quantitativo destas informações, foram realizadas 34 entrevistas com os candidatos a vereador no município de Pelotas em 2008 que concorreram pelas principais legendas (PP, PMDB, PDT e PT). As entrevistas tiveram como intuito fornecer subsídios para um olhar mais apurado acerca das trajetórias destes candidatos, buscaram identificar os caminhos que os levaram até a política, mais especificamente focando a relação dos candidatos com os partidos pelos quais foram indicados e os seus recursos sociais.

Se, no capítulo anterior, o objetivo foi abordar *como* os partidos políticos procedem informalmente na escolha de seus candidatos a vereador, por meio do discurso de seus dirigentes e selecionadores, o passo adiante consiste em aprofundar a discussão sobre *quem são* estes candidatos que conseguem obter o aval das lideranças partidárias. Nesse sentido, cabe questionar: Será que o acesso às listas partidárias na condição de candidato a vereador exige algum tipo de preparação prévia e treinamento na vida de “representante”, consolidação de vínculos partidários e/ou associativos ou trata-se de campo aberto a novatos? Este é

---

<sup>2</sup> - Ele tem como objetivo integrar todos os aplicativos relacionados ao Cadastro de Eleitores, sendo um aplicativo executado sob a intranet e a camada de segurança (SIS) (TRE-SC, 2010)



ponto de partida que baliza a discussão realizada a seguir.

O capítulo foi organizado da seguinte forma. Em um primeiro momento são apresentados os principais atributos sociais dos candidatos a vereador de Pelotas no pleito de 2008. A exemplo dos demais trabalhos (MARQUES, 2007; NOLL e LEAL, 2008; BOLEGNESI, 2009; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009), são utilizados quatro indicadores: sexo, idade, escolaridade e ocupação. Os dados contemplam o conjunto dos candidatos a vereador (194 candidatos, apresentados por 20 partidos) assim como os quatro partidos analisados neste estudo de caso (PP, PDT, PMDB e PT). Posteriormente, o objetivo está na análise dos vínculos políticos dos aspirantes a vereador. Nesse caso, a base de dados se reduziu a 186 candidatos, pois não foi possível localizar informações sobre oito candidatos no sistema operacional da Justiça Eleitoral.

#### **4.1 Perfil social dos candidatos a vereador nas eleições de 2008, em Pelotas**

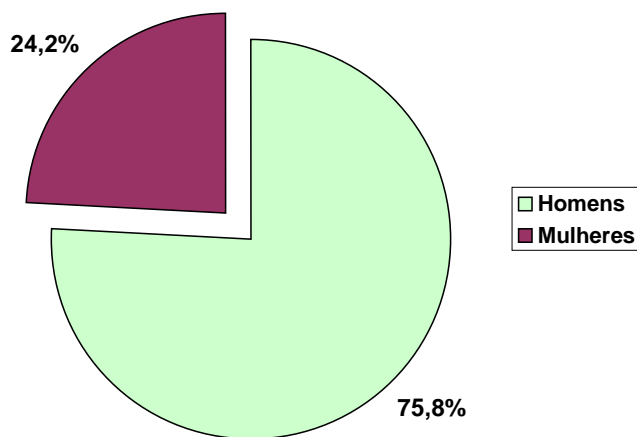
##### **4.1.1 A Reduzida participação das mulheres**

O primeiro aspecto a ser abordado diz respeito à participação das mulheres na política local ou, mais especificamente, nas eleições e nas listas partidárias. De maneira geral, ao considerar o conjunto dos candidatos à Câmara de Vereadores selecionados pelos partidos para a disputa de 2008, os dados apontam para uma reduzida presença de mulheres (24,2%).

**Tabela 6** – Sexo dos candidatos a vereador em Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais

<b>Sexo</b>	<b>%</b>
Masculino	75,8
Feminino	24,2
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: TRE-RS



**Gráfico 1** – Sexo dos candidatos a vereador em Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais

Assim como ocorre nos parlamentos em geral e no Brasil em particular (NORRIS, 1993, 1996, 1997; NORRIS e LOVENDUSKI, 1995; ARAÚJO, 2001, 2002, 2009; MIGUEL e QUEIROZ, 2006), a reduzida presença das mulheres nas listas partidárias não é novidade, pois já foi apontada em uma série de trabalhos anteriores (MARQUES, 2007; NOLL e LEAL, 2008; BOLOGNESI, 2009; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009). Esses estudos indicam que, mesmo após a aprovação das cotas de sexo (Lei 9.504/97), os partidos não têm atingido o patamar mínimo exigido pela legislação eleitoral (30%).

Apesar disso, o efeito da lei não pode ser desprezado. Marques (2007), por exemplo, indicou que o dispositivo das cotas de gênero nas listas partidárias teria surtido um efeito positivo nas eleições de 2004, o que levou a ter praticamente dobrado o número de mulheres candidatas a vereador no município de São Carlos (SP). Ao mesmo tempo, o simples quantitativo das candidaturas femininas – ainda reconhecidamente reduzido, apesar de eventuais avanços – não esgota a questão. Miguel e Queiroz (2006, p. 368) afirmam que o número de mulheres candidatas efetivamente cresceu no país, seja nas eleições municipais, seja nas gerais, em resposta ao incentivo trazido pela lei de cotas, mas que houve, igualmente, um

incremento de candidaturas sem qualquer viabilidade eleitoral, lançadas apenas para indicar o esforço partidário para seguir o “espírito da lei”. O próprio Marques (2007) observou isto ao comparar as candidatas apresentadas por PT e PSDB, em 2000 e 2004: no PT, elas tinham destaque eleitoral, participavam ativamente do partido e ocupavam cargos partidários, enquanto no PSDB eram menos competitivas em termos de densidade eleitoral e não apresentavam maior influência nas direções partidárias.

Outro aspecto a evidenciar é que o índice encontrado em Pelotas nas eleições de 2008, apesar de estar no mesmo patamar indicado pela literatura, revela-se superior a aqueles identificados por Noll e Leal (2008, p. 10), ao mapearem a inclusão das mulheres nas eleições de 2004 em três importantes capitais brasileiras, que eram: 19% em São Paulo e em Fortaleza, 23% em Porto Alegre. Mas é inferior aos índices de apresentados por PSDB e PT, em São Carlos, nas eleições para vereador de 2004, os quais ficaram na ordem de 34% (MARQUES, 2007, p. 147).

É possível questionar, ainda, se houve diferenças significativas em relação ao percentual de mulheres candidatas de acordo com os principais partidos analisados. A tabela a seguir traz esta informação.

**Tabela 7** – Sexo dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, de acordo com os principais partidos, em percentuais

<b>Sexo</b>	<b>PP</b>	<b>PDT</b>	<b>PMDB</b>	<b>PT</b>
Masculino	57,9	72,7	78,6	80,0
Feminino	42,1	27,3	21,4	20,0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: TRE-RS

Chama a atenção o fato de que, entre as quatro legendas analisadas, quem apresentou o menor número de candidatas em sua nominata (20%, o que equivale a quatro entre 20 candidaturas) foi o PT, um dos partidos historicamente mais vinculado aos grupos e às demandas feministas. PMDB e PDT também ficaram na faixa dos 20% (21,4% e 27,3%, respectivamente). Por outro lado, o PP foi o único

dos quatro partidos considerados que conseguiu ultrapassar a cota e atingiu 42,9%, pois apresentou uma lista formada por oito mulheres e 11 homens.<sup>3</sup>

A questão que se coloca diante deste cenário de reduzida inclusão das mulheres nas listas partidárias é a seguinte: qual seria o *locus* principal desta exclusão? Estariam nos partidos políticos as principais barreiras que dificultam o acesso das mulheres às candidaturas? Os partidos estariam dificultando a participação das mulheres na política?

Embora não esteja no elenco de objetivos do trabalho investigar mais a fundo essa questão, há que se fazer menção às contribuições de Álvares (2008), que chamam a atenção para a existência de condicionantes socioculturais e de um sistema político-institucional que durante muito tempo excluiu as mulheres da política. Quanto aos condicionantes socioculturais, argumenta que:

verificam-se os obstáculos à entrada das mulheres na competição tanto pela parcimônia dos recursos pessoais desse gênero, enfraquecendo a motivação para concorrer (experiência política), quanto pela avaliação do partido àqueles/as com mais qualificação e que expressem prospecção de força eleitoral. Aqui o campo social fornece os subsídios para pensar que, enquanto os homens constroem sua trajetória valorizada, socialmente, na profissão, na política, sendo o papel esperado deles, as mulheres originariamente se reproduziram sob forte desqualificação de tarefas, julgando-se com dificuldades de realização pessoal, embora consigam ultrapassar essa emblemática configuração social (ÁLVARES, 2008, p. 928).

Dessa forma, seguindo a argumentação de Norris e aquilo que foi apontado nos capítulos 1 e 2 deste trabalho, pode-se dizer que os “filtros” que impedem uma participação mais efetiva das mulheres nas competições eleitorais costumam ser “anteriores” à escolha dos nomes pelos partidos, por isso relacionados a um padrão histórico e cultural em que a divisão social das tarefas entre homens e mulheres aparece fortemente marcada por um viés sexista, fazendo com que aos homens seja atribuída predominantemente uma trajetória profissional, mais ligada às atividades econômicas e políticas, enquanto às mulheres ainda recaiam com mais peso as tarefas domésticas e o cuidado com a família, o que contribui para o seu afastamento da “vida pública”.

---

<sup>3</sup> - Além do PP, outros dois partidos atingiram o percentual mínimo de participação das mulheres em suas listas de candidatos nas eleições de 2008, em Pelotas: PV e PCdoB, ambos com 42,9%. No entanto, estes partidos apresentaram uma lista reduzida de candidatos a vereador (sete cada um). Contudo, não se pode esquecer que o PP concorreu ao lado de PTB e PRB, ou seja, para efeitos

Para Álvares (Idem, p. 922), no entanto, isso não quer dizer que as mulheres não estejam vinculadas a outras formas de ativismo político, pois *“sua presença sempre se constituiu significativa nos movimentos sociais, nos centros comunitários, nas associações de bairro, ou seja, em outras formas de ação política integradas a uma área mais direta às deliberações públicas enquanto lideranças efetivas”*.

#### 4.1.2 A Reduzida participação de jovens e de idosos

A observação da faixa etária dos candidatos a vereador em Pelotas revela outros segmentos sociais com reduzida participação nas listas partidárias: os jovens e os idosos, como indica a tabela abaixo.

**Tabela 8** – Faixa etária dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais

<b>Faixa etária</b>	<b>%</b>
Até 30 anos	10,8
31 a 40 anos	16,5
41 a 50 anos	32,0
51 a 60 anos	33,0
Mais de 61 anos	7,7
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: TRE-RS

Como se pode verificar, há uma pequena parcela de candidatos a vereador com até 30 anos (10,8%, o que equivale a 21 entre 194 candidatos) e acima de 61 anos (7,7% ou 15 concorrentes). Por outro lado, se somados a aqueles com idade na faixa compreendida entre 41 e 60 anos, o percentual chega a 65%.

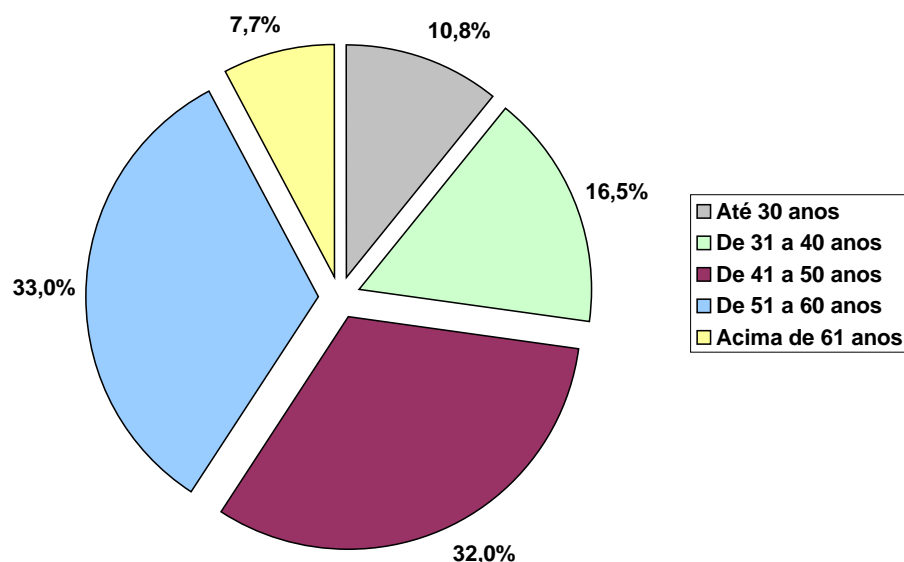
Cabe destacar que esses resultados não diferem dos já identificados em trabalhos anteriores (MARQUES, 2007; NOLL e LEAL, 2008; BOLOGNESI, 2009; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009). Todos eles indicam o predomínio de candidatos que estão na faixa de 45 anos, o que *“se alinha com uma tendência presente em vários países e já apontada pela literatura internacional”* (BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009, p. 134).

---

legais, em caso de coligação, a quantidade de candidatas é contabilizada para a aliança, e não para

Logo, não se confirma a expectativa de que neste âmbito, por envolver o grau zero da política, pudesse se verificar uma presença mais ativa de jovens. De acordo com Noll e Leal (2008), o percentual de candidatos a vereador com até 30 anos de idade em outros municípios foi bastante reduzido: 6,6% em Fortaleza, 7,5% em Porto Alegre e 9,1% em São Paulo.<sup>4</sup> Parece prevalecer, por conseguinte, a máxima sintetizada por Bolognesi (2009, p. 30):

elites com um alto grau de homogeneidade quanto a este item [faixa etária] pressupõem uma institucionalização da carreira, fazendo com que se torne mais difícil ao indivíduo adentrar sem que o mesmo passe pelos estágios iniciais. Ao mesmo tempo, idades muito avançadas de entrada na política indicam uma elite permeável, com uma entrada lateral sem que a carreira seja consolidada. Por outro lado a presença de jovens na política pode soar como uma ameaça à coalizão dominante, visto que o interesse primordial dos novatos é ocupar os cargos disponíveis.



**Gráfico 2** – Faixa etária dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais

cada partido individualmente.

<sup>4</sup> - Na comparação com esses municípios, em Pelotas o índice de participação de candidatos com menos de 30 anos é maior (10,8%).

**Tabela 9** – Faixa etária dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, de acordo com os principais partidos, em percentuais

<b>Faixa etária</b>	<b>PP</b>	<b>PDT</b>	<b>PMDB</b>	<b>PT</b>
Até 30 anos	-	9,0	7,1	-
31 a 40 anos	15,8	-	14,3	25,0
41 a 50 anos	26,3	41,0	21,4	35,0
51 a 60 anos	42,1	50,0	42,9	35,0
Mais de 61 anos	15,8	-	14,3	5,0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: TRE-RS

Conforme a tab. 9, quando os resultados são apresentados de acordo com os principais partidos, o cenário não se altera, apenas se torna mais agudo. Há restrita participação dos jovens nos quatro partidos, sendo que PT e PP não inscreveram candidatos com menos de 30 anos, enquanto PDT e PMDB ficaram abaixo da média geral (com 9% ou dois candidatos e 7,1% ou um candidato, respectivamente).<sup>5</sup>

Quando são considerados aqueles situados na faixa etária entre 40 e 60 anos, os índices são bastante expressivos. O caso do PDT é o mais ilustrativo: 91% dos seus candidatos estavam nessa faixa etária. Nos demais, o percentual também foi significativo: 64,3% no PMDB; 68,4% no PP e 70% no PT.

#### 4.1.3 Os Diferentes tipos de capital escolar

Os trabalhos que avaliam o perfil social dos parlamentares e dos candidatos a cargos eletivos legislativos têm chamado a atenção para o elevado grau de escolaridade formal dos agentes do mundo da política (MARQUES, 2007; NOLL e LEAL, 2008; PERISSINOTTO e BOLOGNESI, 2009; BOLOGNESI, 2009; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009). Como foi visto em capítulos precedentes, esta não é uma peculiaridade do cenário nacional, mas uma constante em escala internacional, cuja razão reside, entre outros fatores, no suposto maior preparo para o exercício da atividade associado à formação superior.

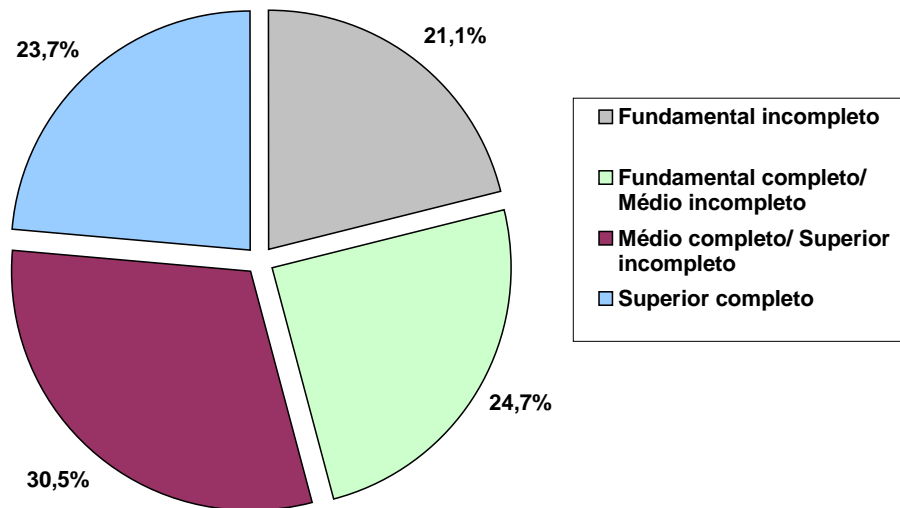
<sup>5</sup> - Quatro partidos aglutinaram o maior número de jovens: PSDB, PV, PCdoB e PSOL, cada um com três candidatos com até 30 anos de idade, sendo que os três últimos apresentaram sete candidatos.

Os dados relativos à escolaridade dos candidatos a vereador em Pelotas no pleito de 2008 não corroboram essa perspectiva e revelam uma diversidade relativamente “equilibrada” de tipos de capital escolar que possuem esses aspirantes, que incluem desde aqueles que não concluíram o ensino fundamental até os que possuem o ensino superior.

**Tabela 10** – Escolaridade dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais

<b>Escolaridade</b>	<b>%</b>
Fundamental incompleto	21,1
Fundamental completo/ Médio incompleto	24,7
Médio completo/ Superior incompleto	30,5
Superior completo	23,7
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: TRE-RS



**Gráfico 3** – Escolaridade dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais

Ressalva-se que, embora o maior índice seja daqueles que possuem o ensino médio completo ou superior incompleto (30,5%), há uma distribuição



semelhante entre aqueles que possuem, de um lado, o ensino superior completo (23,7%), ou seja, elevado capital escolar; de outro lado, candidatos que não completaram o ensino fundamental (21,1%). Este último percentual, em especial, chama a atenção em função de ser bem mais expressivo do que aqueles encontrados por Noll e Leal (2008) para cidades de maior porte, como São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre, que oscilaram entre 4% e 6%.<sup>6</sup>

Quando os dados são apresentados de acordo com os principais partidos políticos incluídos no escopo deste trabalho, é possível encontrar diferenças significativas em relação ao nível de escolaridade dos candidatos.

**Tabela 11** – Escolaridade dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, de acordo com os principais partidos, em percentuais

<b>Escolaridade</b>	<b>PP</b>	<b>PDT</b>	<b>PMDB</b>	<b>PT</b>
Fundamental incompleto	26,3	40,9	21,4	10,0
Fund. completo/ Médio incompleto	21,0	31,8	7,1	30,0
Médio completo/ Sup. incompleto	10,6	22,7	35,7	30,0
Superior completo	42,1	4,5	37,7	30,0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: TRE-RS

Neste quesito, o PDT apresentou um perfil diferenciado em relação aos demais, em razão do predomínio de candidatos com menos escolaridade: 40,9% não completaram o ensino fundamental e 31,8% não concluíram o ensino médio. Ou seja, aproximadamente 73% dos aspirantes a vereador pelo PDT em 2008 tinham uma formação escolar circunscrita ao ensino fundamental.

Por sua vez, o PT apresentou o menor número de candidatos com baixa escolaridade: 10%. Além disso, contou com uma distribuição bastante equilibrada para os demais níveis: 30% para cada um deles (fundamental completo/médio incompleto; médio completo/superior incompleto; e superior completo).

Nos casos de PP e PMDB, o maior percentual é o de candidatos com ensino superior completo: 42,1% e 37,7%, respectivamente. Este último apresentou também um expressivo contingente de concorrentes que completaram o ensino

(1). Vale lembrar que apenas um desses candidatos foi eleito (Eduardo Leite, do PSDB).

<sup>6</sup> - A mesma situação não vale para os candidatos eleitos: dos 15, seis (40%) possuem curso superior completo, cinco (33,3%), ensino médio completo, dois (13,3%) ensino médio incompleto e dois

médio ou ainda não concluíram o curso superior (35,7%). Já no PP, o segundo maior grupo foi o de candidatos com ensino fundamental incompleto (26,3%).

Em estudos centrados nos candidatos a deputados, Bolognesi (2009, p. 58-60) observou que o PT foi um pouco mais inclusivo, pois apresentou alguns candidatos que possuíam apenas o ensino fundamental, e relaciona tal peculiaridade às origens da legenda, vinculada à classe trabalhadora. Braga, Veiga e Miríade (2009, p. 135) constataram que PT e PP ofereceram mais espaço a concorrentes de baixa escolaridade, enquanto o PSDB foi o menos aberto.

De qualquer forma, a presença destes concorrentes com um baixo nível de escolaridade nas listas partidárias locais aparece como um primeiro indício do perfil peculiar que os aspirantes a vereador tendem a apresentar em relação aos aspirantes a disputas “maiores”, como para deputado estadual e federal, por exemplo. Ou seja: em Pelotas, no pleito de 2008, no grau zero da política, diferentemente dos demais, há espaço para aqueles que não necessariamente possuem capital escolar, o que acaba por remeter à importância de outros tipos de recursos e trunfos eleitorais, como será abordado mais adiante.

#### **4.1.4 A Diversidade de ocupações**

A observação da atividade ocupacional dos candidatos parece reforçar o caráter peculiar que pode assumir o perfil dos agentes da política local ou, mais especificamente, daqueles que almejam ocupar uma vaga nos legislativos municipais. De acordo com Marengo dos Santos (2000, p. 82), a política de âmbito nacional apresenta uma poucos trabalhadores manuais, o que contrasta com a presença significativa de proprietários e funcionários públicos, bem como de advogados e médicos. A política local, entretanto, comporta ou tende a comportar uma maior diversidade de atividades profissionais, que vão desde as mais valorizadas em termos de prestígio e reconhecimento social e político (como médicos e advogados, por exemplo) até aquelas que não exigem uma preparação acadêmica e não costumam ser associadas ao mundo da política.

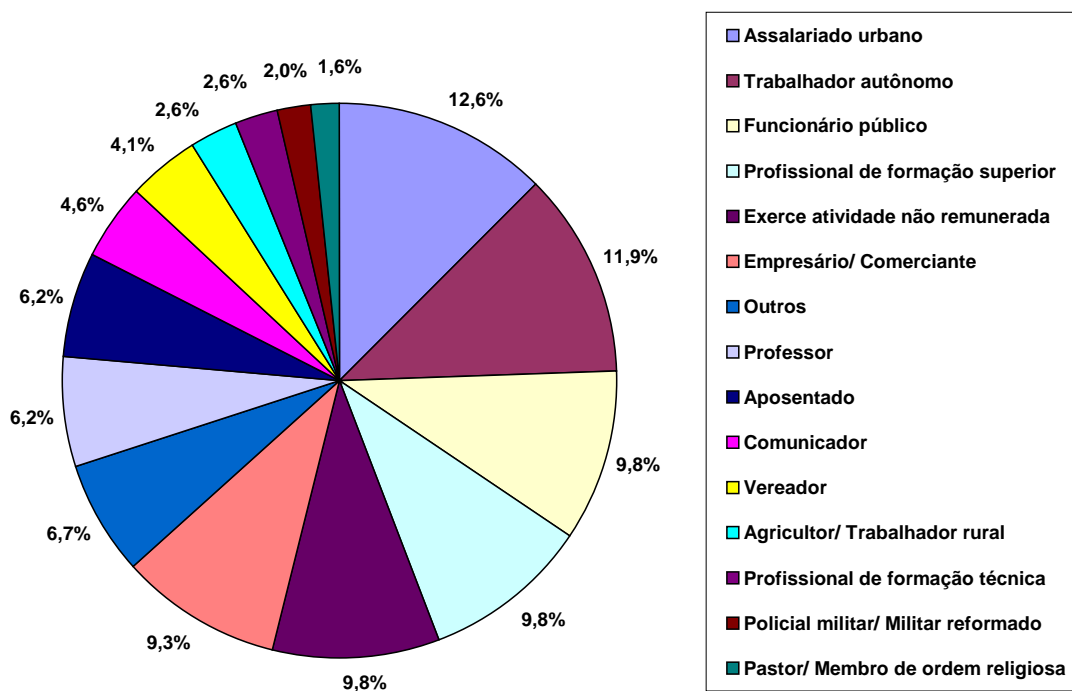
---

(13,3%) ensino fundamental completo. Logo, não houve candidatos eleitos com ensino fundamental incompleto.

**Tabela 12 – Ocupação dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais**

Ocupação	%
Assalariado urbano	12,6
Trabalhador autônomo	11,9
Funcionário público	9,8
Profissional de formação superior	9,8
Exerce atividade não remunerada	9,8
Empresário/Comerciante	9,3
Outros*	6,7
Professor	6,2
Aposentado	6,2
Comunicador	4,6
Vereador	4,1
Agricultor/Trabalhador rural/Pescador	2,6
Profissional de formação técnica	2,6
Policial militar/Militar reformado	2,0
Pastor/Padre/Membro de ordem religiosa	1,6
<b>Total</b>	<b>100</b>

\* Candidatos que declararam esta categoria à Justiça Eleitoral  
Fonte: TRE-RS



**Gráfico 4 – Ocupação dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais**

Como se pode observar, a principal categoria ocupacional foi a dos *trabalhadores assalariados urbanos*<sup>7</sup>, com um índice de 12,6%, seguida pela categoria dos *trabalhadores autônomos*<sup>8</sup> (11,9%). Já em terceiro lugar aparecem empatados (9,8%): *funcionários públicos, profissionais de formação superior* e, ainda, aqueles que *não exercem atividade remunerada*, como as donas de casa e os estudantes. *Empresários/comerciantes* também estão entre as principais ocupações dos candidatos a vereador, com 9,3%.

De um ângulo, há uma presença expressiva de agentes mais frequentemente associados à categoria de políticos ou daqueles que participam das disputas de maior abrangência (deputado estadual e federal), como: funcionários públicos, profissionais de formação superior e empresários. De outro, os dados sugerem que nas disputas da política municipal há espaço para aqueles que não necessariamente possuem ocupações que costumam ser vinculadas ao campo da política, como: trabalhadores assalariados urbanos (12,6%), autônomos (11,9%), donas de casa e estudantes (9,8%) ou aposentados (6,2%).

A tabela a seguir apresenta a ocupação dos candidatos a vereador de acordo com os principais partidos que disputaram as cadeiras da Câmara de Vereadores no pleito de 2008.

---

<sup>7</sup> - Foram enquadrados como *assalariados urbanos* as seguintes categorias: empregada doméstica/faxineira; mecânico de manutenção; auxiliar de escritório; motorista de veículos de carga; padeiro/confeiteiro; auxiliar de laboratório; trabalhador da construção civil; porteiro/zelador/garajista/ascensorista; comerciário; motorista particular; costureira/alfaiate; carpinteiro/marceneiro; motoboy; encanador/soldador/chapeador; gerente/supervisor.

<sup>8</sup> - Houve a inclusão como *trabalhadores autônomos* as seguintes categorias: corretor de imóveis e seguros; cabeleireiro/barbeiro; despachante; artesão; representante comercial/vendedor varejista; músico/cantor.

**Tabela 13** – Ocupação dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, de acordo com os principais partidos, em percentuais

Ocupação	PP	PDT	PMDB	PT
Assalariado urbano	-	9,1	7,1	15,0
Trabalhador autônomo	10,5	27,2	7,1	5,0
Funcionário público	21,1	-	7,1	25,0
Profissional de formação superior	21,1	4,5	14,3	10,0
Exerce atividade não remunerada	-	22,7	-	-
Empresário/Comerciante	10,5	9,1	14,3	10,0
Outros	10,5	-	-	-
Professor	10,5	-	14,3	5,0
Aposentado	10,5	4,5	7,1	5,0
Comunicador	5,3	4,5	7,1	-
Vereador	-	4,5	-	15,0
Agricultor/Trabalhador rural/Pescador	-	4,5	7,1	10,0
Profissional de formação técnica	-	-	7,1	-
Policial militar/Militar reformado	-	9,1	-	-
Pastor/ Padre/Membro de ordem religiosa	-	-	7,1	-
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: TRE-RS

No caso do PP, chama a atenção a significativa presença de funcionários públicos (21,1%) e de profissionais com curso superior (21,1%). De forma semelhante, as ocupações que exigem ensino superior também estiveram entre as principais no PMDB (14,3%), seguidas igualmente pelos empresários/comerciantes e professores, ambas com 14,3%.

O PT, por sua vez, apresentou certas peculiaridades: a participação mais elevada de funcionários públicos (25%), assim como de assalariados urbanos (15%) e daqueles que se declararam como vereadores (15%), índice este que foi elevado em comparação aos demais partidos. Este perfil é semelhante àquele apresentado por Bolognesi (2009), ao analisar o perfil ocupacional dos candidatos a deputado do PT do Paraná, tanto que o autor afirmou que os dados indicam que este é um partido do setor público. Perissinotto e Miríade (2009), por sua vez, observaram a presença mais intensa de “políticos profissionais” em legendas como o PT.

Já o PDT apresentou o perfil mais “destoante” em relação aos anteriores, com uma expressiva inclusão de trabalhadores autônomos (27,2%) e daqueles que não exercem atividades remuneradas (22,7%), categoria esta ausente nos demais partidos e que, somado aos dados de escolaridade, indicam um perfil mais “popular” da lista do partido. Outra singularidade esteve relacionada ao fato de ser o único que

não contou com a participação de servidores públicos, uma das ocupações mais frequentes nas outras siglas, principalmente nos casos de PP e PT.

## **4.2 Os Vínculos políticos dos candidatos a vereador**

### **4.2.1 O Tempo de filiação**

Um dos elementos que podem ser relacionados para dimensionar diferentes tipos de relações e de lealdades firmadas pelos políticos com os partidos é o tempo de filiação. Como explica Marengo dos Santos (2000, p. 178-179):

[...] A análise do background de cada parlamentar deve levar em conta, além da reconstituição das seqüências de postos ocupados, um inventário sobre os vínculos firmados com as respectivas organizações partidárias, ao longo da carreira. A durabilidade destes vínculos permite estimar a consistência dos laços de lealdade intra-partidários. Presume-se que em circunstâncias nas quais as organizações partidárias são os principais fornecedores dos insumos necessários para a arregimentação eleitoral (eleitores fiéis, bandeiras políticas, pessoal de apoio, finanças), ou quando estes não podem ser obtidos junto a outras fontes, aspirantes terão incentivos para adaptar-se às diretrizes internas, permanecendo fiéis às suas estruturas, sendo premiados por sua lealdade com a investidura eleitoral.

Desse modo, observar este critério é um primeiro passo rumo a uma compreensão mais apurada sobre os tipos de vínculos daqueles candidatos a vereador, embora este seja um público bastante diferente daquele em pauta nos trabalhos de Marengo dos Santos (2000) e Marengo e Serna (2007), calcado nos que “chegaram” aos legislativos nacionais.

Antes de apresentar os dados e discutir os seus significados, cabe registrar uma questão de ordem metodológica: a filiação foi considerada sob o ponto de vista formal, ou seja, contabilizada a partir do momento em que as legendas oficializaram o registro na Justiça Eleitoral.<sup>9</sup> Ao mesmo tempo em que esta é uma informação objetiva, reconhece-se que ela pode englobar certa imprecisão, especialmente se os partidos demoram algum tempo entre o ato de filiação e o de registro.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> - No caso específico, o referencial é o ano de 2008, quando as eleições foram realizadas.

<sup>10</sup> - Por outro lado, tais dados “objetivos” ajudam a neutralizar outro elemento relevante e que se apresentou de modo muito nítido nas entrevistas: os candidatos tendem a “reconstituir” os vínculos com a organização e a relacionar o período de adesão com os primeiros contatos e movimentos de

**Tabela 14** – Tempo de filiação dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais

<b>Tempo de filiação (anos)</b>	<b>Geral</b>
1	43,6
2 a 5	30,1
6 a 10	11,8
Mais de 10	14,5
<b>Total</b>	<b>100</b>
<b>Média (em anos)</b>	<b>5,1</b>

Fonte: TSE – Sistema ELO

A tab. 14 traz a informação referente ao conjunto dos candidatos a vereador que concorreram no pleito de 2008 em Pelotas. Os resultados indicam que a maioria dos candidatos (43,6%) apresenta um ano de filiação, o tempo mínimo exigido pela legislação eleitoral para que alguém possa se apresentar para a disputa a um cargo eletivo. Ao serem somados aqueles com filiação de dois a cinco anos (a segunda categoria aqui adotada), atinge-se o patamar de 73,7%. O índice de candidatos com vínculos mais duradouros é bem menor: 11,8% possuem de seis a 10 anos e 14,5% mais de 10 anos. Em outros termos: quase três quartos dos candidatos tinham um vínculo formal com o partido pelo qual concorreram que se estendia, na melhor das hipóteses, à disputa municipal anterior (a de 2004).

Ainda que o tempo de filiação do candidato possa ser interpretado como um possível ponto de partida de uma trajetória político-partidária, o fato é que a grande maioria dos aspirantes a vereador apresentou um histórico de breve ingresso na legenda pela qual disputaram as eleições, em detrimento de trajetórias marcadas por laços de longa durabilidade.

Quando os resultados são apresentados não de maneira geral, mas segmentados de acordo com os principais partidos atuantes no município, é possível observar diferenças importantes nesse quesito.

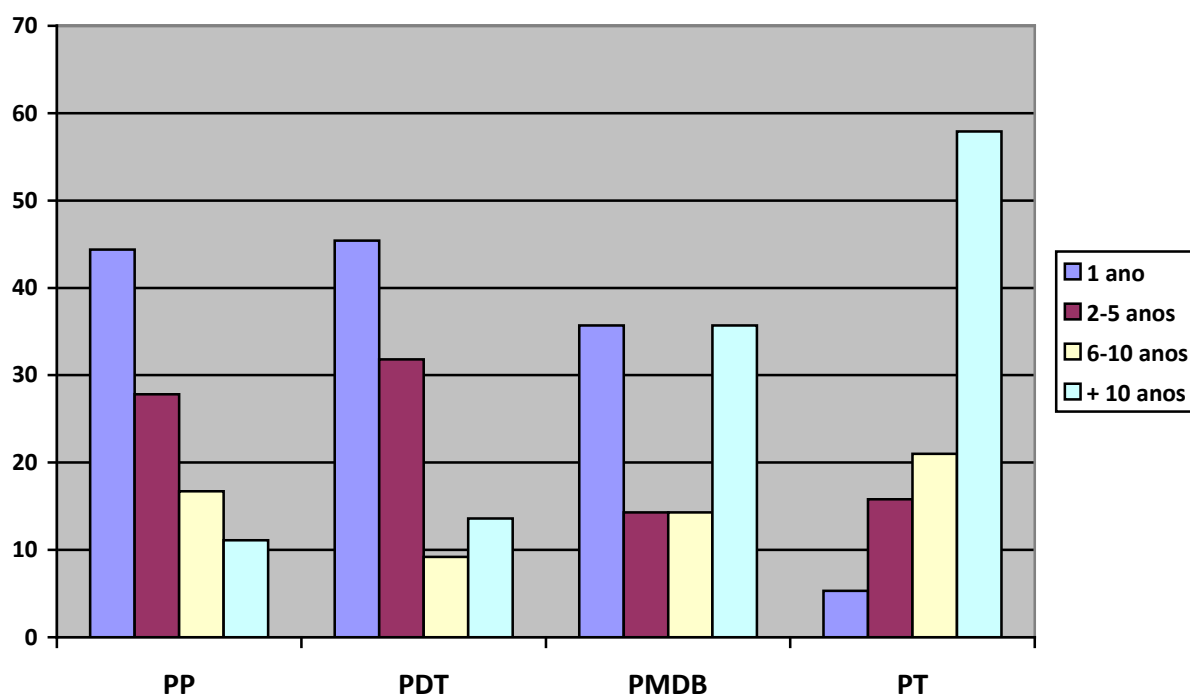
---

aproximação ou, até mesmo, a resgatar alguns momentos e fatos que ajudaram a “forjar” a simpatia pela entidade e que, posteriormente, redundaram na adesão propriamente dita. Logo, se a pesquisa estivesse baseada nos depoimentos, identificaria taxas de filiação bem mais elevadas.

**Tabela 15** – Tempo de filiação dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, de acordo com os principais partidos, em percentuais

Tempo de filiação (anos)	PP	PDT	PMDB	PT
1	44,4	45,4	35,7	5,3
2 a 5	27,8	31,8	14,3	15,8
6 a 10	16,7	9,2	14,3	21,0
Mais de 10	11,1	13,6	35,7	57,9
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Média (em anos)</b>	<b>5,4</b>	<b>4,7</b>	<b>8,6</b>	<b>12,2</b>

Fonte: TSE – Sistema ELO



**Gráfico 5** - Tempo de filiação dos candidatos a vereador de Pelotas (RS) em 2008, de acordo com os principais partidos políticos, em percentuais

As médias (em anos) servem para ilustrar as diferenças existentes entre os quatro partidos em discussão: enquanto nos casos de PP e PDT o tempo de filiação fica entre aproximadamente quatro e cinco anos, no PMDB é de cerca de oito e no PT aumenta para mais de 12.

Os dados mostram três cenários distintos, como bem representa o gráfico 5. No primeiro aparecem PP e PDT, partidos em que a quase metade dos candidatos possui o tempo mínimo exigido pela legislação (44,4% e 45,4%, respectivamente) e a ampla maioria, até cinco anos de filiação (72,2% e 77,2%, respectivamente). Ou



seja, ambos correspondem ao panorama geral do município de Pelotas, apresentado na tab. 14.

Especialmente no caso desses partidos, o predomínio de concorrentes com vínculos mais tênues não exclui a existência de filiações mais duradouras, embora minoritárias (entre 11% e 13% com mais de 10 anos), cuja manutenção está intimamente relacionada ao papel de suas lideranças nacionais e locais, assim como à centralidade que essas legendas ocuparam na vida familiar. É o que se depreende da declaração de Velocino Cardoso, ex-vereador, com duas décadas de ligação com o PDT<sup>11</sup>: *“a origem vem do trabalhismo, vovó, mamãe, titia... Como diz o outro, passou de pai para filho, todos eram simpatizantes do Brizola e do trabalhismo”* (informação verbal). Outro candidato, com cinco anos de filiação ao PP, respondeu:

isso é meio familiar. [...] A gente sempre teve admiração por este partido. E tem duas pessoas que eu tenho um carinho e respeito muito grande: o Prefeito Fetter e a deputada Leila<sup>12</sup>. Meus pais eram do antigo do PDS, naquela época faziam churrasco que durava o dia todo, e a gente ia desde pequeno. E acaba formando aquele círculo de amizade que mesmo criança, tu cresce aprendendo a ser aquilo que os teus pais são. Então a gente é PP hoje, mas desde menino (VELLOZO, Dionízio, informação verbal).

Na mesma linha, Caio Selister, nove anos no PP, disse que se ligou à sigla

pela admiração que eu sempre tive ‘pelos Fetter’. Como eu agitava muito com o que eu fazia, acabei chamando a atenção dos partidos, vários me convidaram. Meu trabalho era apartidário, fazia porque eu gostava. Eu estava naquela, em cima do muro, mas um dia o Fetter foi até a minha casa e pediu pra eu me filiar, porque estava no prazo para concorrer. Quando recebi o convite do Fetter, acabou fechando, porque gostava, eram as pessoas em que eu acreditava e continuo a acreditar. Em seguida já teve uma eleição e me botaram na executiva do partido: desde lá não saí mais (informação verbal).<sup>13</sup>

O segundo cenário refere-se ao PMDB, que possui parcelas equivalentes (35,7%) de candidatos com apenas um ano de filiação e com vínculos mais longos (acima de 10 anos), de modo que metade dos aspirantes tem até cinco anos e metade mais de cinco anos de filiação.

<sup>11</sup> - Embora não contínua, pois ele teve uma passagem pelo PFL, quando foi vereador (1993-1996).

<sup>12</sup> - Trata-se de Leila Fetter, esposa de Fetter Júnior, candidata ao Executivo em 2000 e deputada estadual na atual legislatura (2007-2011).

<sup>13</sup> - O interessante é que o relato de como ocorreu a adesão traz muitos elementos do modo como, na ótica do próprio Selister, o PP procede para atrair bons quadros. No trecho do depoimento apresentado no capítulo 3, ele comparou esse processo com a procura dos clubes de futebol para contratar novos talentos.

As entrevistas mostraram o quanto foi importante para a consolidação desse vínculo duradouro a origem e a trajetória da legenda, herdeira principal do MDB e depois líder da redemocratização da década de 1980. Rogério Alvarez, mais de 20 anos de filiação, destaca:

me filiei em uma época em que o meu pai era filiado e me convidou, disse que estavam precisando de gente, e eu disse que ele podia colocar o meu nome. Meu pai faleceu e eu nunca me desfiliei, não participava, não me atrapalhava em nada, não me incomodava em nada, nunca tive um problema de ir lá ou não ir. Então estes anos todos fui filiado, mas sem participar do partido. Entrei no MDB que na época era um partido de oposição ao governo, era Arena e MDB, só tinha estes dois (informação verbal).

Por fim, figura o PT, cujo menor índice é justamente o de candidatos com um ano de filiação (5,3%), ao passo que o maior é formado por nomes que possuem acima de 10 anos de filiação (57,9%).

Esses dados corroboram os achados de Marques (2007), Braga e Praça (2007), Braga e Veiga (2009), segundo os quais a experiência e a militância, traduzidas em um tempo de filiação mais elevado, são atributos característicos dos candidatos do PT, dificilmente encontrados nas demais siglas. Marques (2007, p. 125) observou que:

no PT as chances de um outsider preencher fileiras no partido são bem menores, em detrimento não somente das restrições estatutárias, mas também da exigência de tempo de filiação. Os resultados eleitorais têm favorecido aqueles com maior tempo de militância e que preenchem as colunas de direção no partido.

As entrevistas com os candidatos confirmam este fato. Nos depoimentos dos membros dos demais partidos, vínculos e experiências familiares ou a admiração por determinadas lideranças são elencados como fatores determinantes para a filiação. No caso do PT, aqueles com mais tempo de ligação com o partido exaltam outros elementos, menos ligados às trajetórias pessoais, e mais a conjunturas políticas e sociais vividas coletivamente, como, por exemplo: a participação nos movimentos sindical e estudantil.

A ex-vereadora Jacira Porto, nove anos de PT, relaciona a sua própria filiação à trajetória de sua geração e à militância no campo da esquerda:

Eu sou da geração MDB, nós éramos todos de um movimento contra a ditadura. Depois, dentro do MDB, se gestaram várias construções partidárias. Quando o PT nasceu eu ajudei, mas não me filiei. A minha inserção política começou no movimento estudantil. Na faculdade eu fui do movimento estudantil, do Diretório, das lutas ecológicas, então a gente já tinha a experiência de convívio com grupos de esquerda que na época resistiam contra a ditadura. Junto a isso, tinha o convívio também com os movimentos sociais, os grupos de agricultores, da luta pela terra. É de lá que eu venho. O PT representava na época esta rebeldia e esta busca de implantar as pautas com as quais eu me identifico: as questões sociais, a visibilidade dos nossos problemas, da pobreza, da devastação, coisas que tu não vêes nos outros partidos, porque eles não incorporam estes debates (informação verbal).

A vereadora Miriam Marroni, 19 anos de vínculo, reafirma os mesmos elementos, a partir de outras vivências de militância:

foi no movimento sindical da universidade que eu comecei a militar, em função de uma visão de direito à sindicalização dos servidores públicos. Nós não tínhamos direito à sindicalização, não havia concurso público, enfim, uma série de coisas. Estávamos ainda em uma ditadura. [...] Era o PT que liderava o tema da luta social e da democracia. Isso tudo fez a gente ver que o mundo era muito maior que a nossa luta na universidade e que nós nunca teríamos uma vida melhor se não nos comprometêssemos com uma luta maior (informação verbal).

O depoimento de Luciano Lima, 16 anos de filiação, também segue a mesma trilha, agora associada ao movimento estudantil:

a minha aproximação com o partido foi por uma identidade ideológica. Em função desta compreensão ideológica é que eu fui participar do movimento estudantil e dos partidos, primeiro do PCB e depois do PT. Eu entrei no PT em 1989. Uma porque o PT era um partido muito grande já, na época, se nós pensarmos no campo da esquerda, podia ser pequeno em relação aos outros, mas na esquerda era um partido grande e exercia uma pressão e uma influência em relação aos demais, menores, no PCB em especial, porque estava no meio da crise do final da União Soviética, então um partido completamente fragilizado. E no movimento estudantil havia vários militantes que eram trotskistas, e a partir do contato com a obra do Trotski eu fiz esta opção de sair do PCB e entrar no PT (informação verbal).

Entretanto, como Duverger (1987) evidenciou há mais de 50 anos em um estudo clássico sobre os partidos políticos, a filiação indica uma forma de relação particular que o indivíduo desenvolve com esta organização, caracterizada por um vínculo formal, uma série de compromissos, bem como o acesso às instâncias internas, na qual se inclui a possibilidade de se tornar candidato, notadamente no caso brasileiro. Ressalva-se que as formas de relação do cidadão com os partidos não se esgotam na filiação, logo, ele pode ter aproximações (mais ou menos

intensas) com a entidade antes de convertê-las em adesão formal. Nesse sentido, a filiação recente não significa necessariamente uma vinculação tênue com o partido. Tal peculiaridade foi manifestada por vários entrevistados.

Vera Oliveira, filiada há um ano ao PMDB, por exemplo, afirmou:

eu sou convidada há muito tempo para participar do PMDB [...]. Nós temos um casal de amigos, o Lélío<sup>[14]</sup> e a Idelmi, que sempre me convidavam e eu nunca aceitava. [...] Como eles são do PMDB, o convite veio através deles, eles queriam muito que eu me filiasse, nem pensei em outro partido, até porque a primeira coisa que eles fizeram, quando eu comecei a pensar na possibilidade de fazer a experiência [de se envolver com a política partidária], eles me deram um livro muito lindo, do Pedro Simon, e me deram mais informações sobre o partido, porque eu queria conhecer um pouco do partido. Comecei a ler e me dei conta que eu tinha tudo a ver com política, com a verdadeira política. Nem pensei em outro partido (informação verbal).

A declaração de outra candidata, Vera Pereira (PDT), indica a mesma proximidade prévia com ao partido ao qual se filiou há um ano e pelo qual concorreu:

eu já conhecia o PDT porque o nosso ex-Prefeito<sup>[15]</sup> mora aqui no Arco-Íris<sup>[16]</sup>, então eu já conhecia o partido, só que eles me disseram: *tu tens que participar das reuniões, apenas conhecer e se filiar não quer dizer nada*. Aí comecei. E eles disseram: *olha, nós estamos precisando de mulheres para se candidatar* – porque os outros partidos já haviam cumprido a sua cota de 30% de mulheres, e o PDT não tinha. Foi assim que entrei para o PDT (informação verbal).

Jorge Alexandre Borges, que concorreu pelo PMDB, após dois anos de filiação destacou que:

eu escolhi o PMDB em função de determinadas pessoas que integram o partido e que eu respeito muito. Um exemplo é o Luis Roberto Ponte<sup>[17]</sup> que conheço desde a infância, meu pai é próximo dele também. [...] Nunca fiz questão de me envolver, entrei agora em função do Nelson Härter<sup>[18]</sup> mesmo, que vinha aqui na ferragem, então a gente acabou tendo um contato mais próximo. Tinha uma festa e ele me convidava, fui a algumas reuniões em Porto Alegre com ele também. Acabei me integrando e depois resolvi me filiar (informação verbal).

<sup>14</sup> - Trata-se de Lélío Souza, que foi deputado estadual (1970-1982) e federal (1983-1991), vinculado ao PMDB desde a fundação de legenda e, no período do bipartidarismo, ao MDB. Também foi vereador em Pelotas entre 1963 e 1970, inicialmente pelo PTB.

<sup>15</sup> - Referência a Anselmo Rodrigues, duas vezes Prefeito de Pelotas (1989-1992 e 1997-2000).

<sup>16</sup> - Um bairro popular de Pelotas, localizado na zona norte da cidade.

<sup>17</sup> - Ex-deputado federal nas legislaturas 1987-1991, 1991-1995, 1995-1999, ex-ministro no governo Sarney e ex-secretário estadual no governo Rigotto, sempre ligado ao PMDB.

<sup>18</sup> - Vereador em Pelotas por quatro legislaturas (1982-2000), exerceu o posto de deputado federal por 11 meses na legislatura 1999-2003 e atualmente é deputado estadual em segundo mandato.

Por outro lado, se a filiação recente não indica necessariamente alguém que procurou aleatoriamente um partido com vistas a ser candidato, e sim quem tinha algum tipo de vínculo prévio, esta possibilidade não pode ser negligenciada. Ou seja, há casos em que o cidadão primeiro se imagina postulante a um cargo eletivo e, por conta dessa ambição, busca a filiação. Mas, sem vínculos mais consistentes, seja de amizade ou de admiração a alguma liderança, seja de experiências políticas anteriores, ele observa a oferta que o mercado lhe apresenta até fazer a escolha, na qual, obviamente, a perspectiva de a legenda efetivá-lo como candidato é um fator importante para a decisão final.<sup>19</sup> O depoimento de Daniel Nobre, um ano de filiação ao PP, é um exemplo dessa situação:

sempre gostei da política, mas nunca tinha me filiado em um partido. Eu trabalhei na campanha de um amigo meu que foi candidato a vereador, nas eleições de 2004. Ali eu peguei um pouco de experiência e do gosto pela política, embora não tivesse nenhum partido. Eu entrei no PP através de um rapaz que é assessor do Prefeito Fetter, ele gostava e frequentava muito das arrancadas e me convidou para entrar no partido. Um dia ele chegou e me disse: *'Tchê, tá na hora de concorrer, tens que ser candidato'*. Achei legal a ideia. Pelo fato de estar na mídia, vários partidos me convidaram para concorrer: o PPS, DEM, PP e PSDB. Destes quatro que me convidaram eu analisei as propostas de cada um e optei pelo PP (informação verbal).

#### 4.2.2 Filiação a outras legendas

Até aqui já se sabe que o tempo de filiação dos candidatos a vereador em Pelotas no pleito de 2008 foi bastante reduzido. Entretanto, quando as informações são analisadas de acordo com os principais partidos que disputaram as eleições, há diferenças significativas. Antes de tecer mais considerações, é preciso saber se os aspirantes a vereador não apresentam filiações anteriores, razão pela qual poderiam ser novatos apenas na legenda pela qual concorreram em 2008, mas não necessariamente na vida partidária, pois apresentariam um histórico de filiações anteriores e a recente filiação seria indicativo de que se reposicionaram no “mercado político” em busca de melhores chances eleitorais. É isto que a próxima tabela

---

<sup>19</sup> - Como foi indicado no capítulo anterior, o partido não é neutro nesse processo e também parte em busca de candidatos com potencial e influência em determinados setores do eleitorado. Vários dos entrevistados fizeram referência a convites feitos por vários partidos e outros tantos relacionam a filiação a convites apresentados diretamente por lideranças importantes, como os já referidos deputados Lélío Souza e Néelson Härter e os prefeitos Anselmo Rodrigues e Fetter Júnior.

busca responder.

**Tabela 16** – Tempo de filiação e existência de filiação anterior dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais

<b>Filiação anterior</b>	<b>1 ano</b>	<b>2-5 anos</b>	<b>6-10 anos</b>	<b>+ 11 anos</b>	<b>Geral</b>
Sim	37,0	21,4	-	3,7	28,0
Não	63,0	78,6	100	96,3	72,0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: TSE – Sistema ELO

As informações constantes na tabela mostram que 72% dos candidatos a vereador não foram filiados a outros partidos. De um lado, eles parecem reforçar o perfil de “novatos” e de “amadores” daqueles que atuam no grau zero da política, razão pela qual possuem pouco tempo de vínculo formal com a instituição partidária (63% em relação aos filiados há um ano e 78,6% aos de dois a cinco anos).

De outro lado, os mesmos dados confirmam a expectativa de um reposicionamento no “mercado” de uma parcela dos candidatos, pois os que possuíam alguma filiação anterior (28%) estão praticamente todos concentrados naqueles que possuem até cinco anos de vinculação à legenda pela qual concorreram, sendo que a incidência se amplia quanto menor é este tempo: 21,4% no caso dos que têm de dois até cinco anos e 37%, nos que têm um ano.

Porém, as duas possibilidades são convergentes, quando observadas que parecem indicar que, seguindo o que destaca Marengo dos Santos (2000), vínculos partidários, engajamento e vivência na instituição são secundários para a obtenção de uma vaga de candidato – a deputado ou a vereadores –, cuja seleção se configura como lateral. Afinal, ou uma parcela importante dos candidatos filiou-se pela primeira vez e há pouco tempo ou, então, estão vinculados à legenda pela qual concorreram também há pouco tempo.

As situações de filiações mais longas, ao contrário, implicam, quase automaticamente, filiações exclusivas, ou seja, a ausência de qualquer participação formal em outro partido: apenas 3,7% dos candidatos já participaram de outras legendas.

O depoimento da candidata Neuza Ribeiro, a Tia Neuza (nome utilizado na campanha) que concorreu em 2008 pelo PDT, mas que iniciou sua militância no PMDB, depois passou para o PDT, concorreu a vereador pelo PST, retornou ao PDT e hoje está no PR, serve como símbolo desse trânsito:

o PMDB foi meu primeiro partido, meu cunhado era filiado, trabalhou na campanha do Bernardo<sup>[20]</sup>, ele nos convidou e a gente participou, mais pra ajudar ele mesmo, só em uma eleição. Depois me convidaram para participar no PDT, que tinha pessoas que eu conhecia. Achava que era um partido sério, com poucos escândalos de corrupção, um partido muito tradicional, com uma base antiga, por isso eu gostava do PDT. Em 1992 o PST me convidou para concorrer como vereadora e eu aceitei, achei que poderia ser uma boa idéia, mas logo depois das eleições acabei voltando para o PDT. E agora estou no PR, nos desgostamos muito, não fomos convidados a acompanhar a pessoa que a gente idolatrava, que era o Anselmo, ele resolveu ir para o PT sem comunicar ninguém, por isso saímos do partido (RIBEIRO, Neuza, informação verbal).

Se este é o cenário geral dos candidatos, é preciso verificar se, no caso dos partidos em análise, ele se repete ou há distinções.

**Tabela 17** – Tempo de filiação e existência de filiação anterior dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, de acordo com os principais partidos, em percentuais

Partido	Filiação anterior	1 ano	2-5 anos	6-10 anos	+ 11 anos	Geral
PP	Sim	62,5	40,0	-	-	36,8
	Não	37,5	60,0	100	100	63,2
PDT	Sim	20,0	14,3	-	33,3	22,7
	Não	80,0	85,7	100	66,7	77,3
PMDB	Sim	40,0	-	-	-	21,4
	Não	60,0	100	100	100	78,6
PT	Sim	100	66,7	-	-	15,0
	Não	-	33,3	100	100	85,0

Fonte: TSE – Sistema ELO

Como pode ser observado, o PP é o partido cujos candidatos apresentaram o maior índice de filiações a outras legendas (36,8%), seguido por PDT e por PMDB, que tiveram desempenhos bastante semelhantes (22,7% e 21,4%, respectivamente). O PT apresentou o menor índice (15%, três dentre 20 casos). Em resumo: ele aparece novamente como o partido cujos candidatos apresentam vínculos de maior

<sup>20</sup> - Referência à primeira campanha de Bernardo de Souza à prefeitura de Pelotas, em 1982.

durabilidade, na medida em que a maioria de seus concorrentes a uma cadeira legislativa municipal possui filiação exclusiva.

Ao considerar apenas os candidatos com filiação de até um ano, verifica-se que o PP é aquele que abriga a maior quantidade dos que podem ser considerados novatos apenas na legenda, pois já foram filiados a outros partidos (62,5%).<sup>21</sup> O PDT, por sua vez, apresenta a maior quantidade de candidatos novatos na política e nas eleições: dentre os seus 10 candidatos com um ano de filiação partidária, 80% não apresentam filiações partidárias anteriores. No PMDB, dentre os filiados há um ano, três dentre cinco casos (60%) não possuía outras filiações.

#### 4.2.3 A Filiação dos candidatos em 2010

Outro dado que pode ajudar na discussão sobre os vínculos existentes entre os candidatos e seus respectivos partidos está relacionado à filiação atual dos candidatos a vereador. Passados dois anos do pleito de 2008, onde eles estão? Continuam nos partidos pelos quais foram indicados?

**Tabela 18** – Filiação atual dos candidatos a vereador de Pelotas (RS) que disputaram o pleito de 2008

<b>Filiação atual</b>	<b>Geral</b>
Mesma	85,5
Outra	7,5
Sem filiação	7,0
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: TSE – Sistema ELO

Os dados relativos ao conjunto dos candidatos revelam que a grande maioria deles (85,5%) permanece com a mesma filiação de 2008. Porém, 14,5% (27 casos) não estão mais vinculados às legendas pelas quais disputaram a eleição, seja porque trocaram de partido (7,5% ou 14 casos), seja porque desistiram daquela filiação e não aderiram a outra organização (7% ou 13 casos).

<sup>21</sup> - No rigor dos números esta observação cabe ao PT, pois 100% de seus candidatos filiados há um ano já estiveram formalmente vinculados a outra legenda. No entanto, trata-se de um único caso.



No caso dos que se desfiliaram e não foram para um novo partido, duas situações básicas puderam ser identificadas. A primeira corresponde a um grupo de cinco candidatos novatos, em sua maioria com apenas um ano de filiação, cujas motivações estão relacionadas ao sentimento de decepção com a experiência eleitoral, de frustração diante do desempenho e/ou à avaliação de que a competição é muito acirrada e, por isso, não vale à pena aventurar-se em novas disputas. Além disso, os candidatos também podem ter feito uma avaliação negativa do apoio do partido à sua candidatura, o que pode servir de motivação para a desfiliação e, quem sabe, uma nova opção partidária com vistas ao pleito de 2012. Nesse sentido, a ausência de filiação registrada neste momento é circunstancial. Deli Silva, que deixou o PDT após ter se filiado um ano antes do pleito, por exemplo, deixou isso claro: *“vários partidos me convidaram [a se filiar]: o PT, o PTB, ainda não fui para nenhum”* (informação verbal).

A segunda situação corresponde a oito candidatos que já participaram de outras eleições e, antes de apontar para a decepção com a política, parecem recorrer a esta opção apenas como um recurso estratégico e temporário, cujo objetivo está em um “redirecionamento” para a próxima disputa: desses oito, apenas dois haviam sido indicados pelo mesmo partido. Ou seja: são candidatos que possuem um histórico de breves inserções partidárias.

Quanto às trocas de partido realizadas pelos candidatos depois do pleito de 2008, chama a atenção que a maioria delas (10 dentre 14 casos) esteja relacionada a conflitos internos à legenda, e não necessariamente à busca de um redirecionamento no mercado político, como se poderia esperar. Há, ainda, quatro casos em que é nitidamente possível identificar um movimento de busca por “mais” espaço político, os quais serão abaixo discriminados, com exceção de um deles, relativo a um filiado ao PP e que será apreciado com mais profundidade na sequência do texto.

José Paladini, conhecido por “Catarina”, depois de concorrer pelo PMDB em 2004 e pelo PCdoB em 2008 – ocasião em que foi o segundo candidato individualmente mais votado, com 6.722 votos, mas não se elegeu em função de a legenda não ter atingido o coeficiente eleitoral necessário para participar do rateio das cadeiras –, acabou por optar pelo PSB, partido pelo qual foi indicado candidato a deputado estadual nas eleições de 2010.

O despachante Manoel Nekaio também já pode ser considerado experiente em eleições municipais. Em 2000, foi indicado pelo então PPB (hoje PP) e foi o décimo mais votado da lista (PPB/PL) e nono do partido. No pleito seguinte, em 2004, foi candidato pelo PPS, que elegeu um vereador, sendo ele terceiro mais bem colocado da lista. Em 2008, voltou a concorrer pelo PPS e foi o quarto mais bem votado. Após, a opção de Nekaio foi trocar de partido, tendo passado para o PSDB.

Outro candidato já experiente e que trocou de partido após as eleições de 2008 foi o professor universitário Marcus Cunha, que após 10 anos de filiação ao PSB, resolveu ir para o PDT, a primeira legenda a que se vinculou na sua trajetória política. Em 2000, quando o PSB elegeu dois vereadores, ele foi o quarto mais votado. Em 2004, foi o segundo colocado, mas o seu partido conquistou apenas um vereador. Em 2008, quando finalmente conseguiu ocupar a primeira posição entre seus colegas de legenda, esta não obteve o número de votos necessários para atingir o coeficiente eleitoral.

**Tabela 19** – Filiação atual dos candidatos a vereador de Pelotas (RS) que disputaram o pleito de 2008, de acordo com os principais partidos, em percentuais

<b>Filiação atual</b>	<b>PP</b>	<b>PDT</b>	<b>PMDB</b>	<b>PT</b>
Mesma	94,7	50,0	100	100
Outra	5,3	45,5	-	-
Sem filiação	-	4,5	-	-
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: TSE – Sistema ELO

A tab. 19 permite um olhar mais apurado acerca da filiação partidária atual dos candidatos que concorreram pelas principais legendas no pleito de 2008, em Pelotas. Nos casos de PT e PMDB não houve nenhuma modificação: todos os concorrentes continuam a eles filiados. No PT, o indicador parece reforçar a maior durabilidade dos vínculos partidários dos candidatos, que também possuem um tempo de filiação significativamente superior aos demais. No PMDB, onde houve importante participação de novatos na lista do partido – aproximadamente 36% dos candidatos apresentaram apenas um ano de filiação – esta informação pode ser um sinalizador de que a experiência de ser candidato pelo partido foi bem avaliada, a ponto de manter o vínculo com a organização.

Quanto ao PDT, o dado é surpreendente: metade dos candidatos não está mais filiada ao partido. Dos 22 nomes, um deles se desfiliou logo após o pleito e outros 10 foram para o PR. Como visto anteriormente, esta “debandada” teve um episódio e uma circunstância comuns: ao final do 1º turno, o candidato pedetista ao Executivo municipal, o ex-Prefeito Anselmo Rodrigues, optou por apoiar no 2º turno o candidato petista, o também ex-Prefeito Fernando Marroni. Segundo os candidatos a vereador do PDT, a escolha teria se dado de maneira arbitrária e sem o consentimento das instâncias de direção do partido. Em função das discordâncias e dos conflitos internos decorrentes desse apoio, tais candidatos e outros filiados saíram do partido e iniciaram conversas com o PR, que mais adiante acabou sendo a escolha “em bloco”.

O depoimento de Nereu Gonçalves Mendes é contundente sobre o processo de ruptura:

Falando a verdade, o PDT aqui em Pelotas não é um partido: ele tem dono. Por isso que não deu certo. [...] Hoje estamos aqui no PR, que é uma família, todos por livre e espontânea vontade, ninguém veio a não ser por livre e espontânea vontade. Então a gente formou este partido e deixamos o PDT para trás. Procuramos não comentar sobre o PDT aqui dentro, porque aquilo é passado para nós (informação verbal).

No PP, que apresentou 19 candidaturas ao Legislativo municipal, houve um caso de troca partidária após as eleições: o candidato Paulo Porciúncula aderiu ao PSL. Dr. Paulo (seu nome de campanha), além de médico, é professor de química e proprietário de um curso pré-vestibular na cidade. Filiou-se ao PP em 2007 com vistas a se credenciar à disputa de 2008, quando fez 541 votos e foi o 12º no *ranking* do partido.

A minha escolha pelo PP foi primeiro, por uma vinculação com o Fetter, mas também pelo partido. Embora ele tenha toda uma origem de direita – a gente sabe, desde a Arena, PDS, mais adiante o PP – e de conservadorismo, acho que a modernidade faz com que o partido vá evoluindo, foram entrando pessoas diferentes, saindo daquela coisa arcaica. [...] Acabei optando pelo partido em função da sua modernidade (PORCIÚNCULA, Paulo, informação verbal).

A opção pelo PP, entretanto, justificada pelas noções de *progresso* e de *modernidade* não durou muito tempo. Logo após as eleições de 2008, ele aderiu ao PSL, um partido ainda não organizado no município. Ao ser questionado sobre a sua nova adesão, argumentou que:

eu vi que não teria espaço no PP e eu quero ser candidato a deputado (federal ou estadual, ainda não sei)<sup>[22]</sup> agora nas próximas eleições, então encontrei um partido novo, o PSL (Partido Social Liberal), inclusive vou ser o presidente do partido e organizá-lo aqui na cidade. A principal base dele é em Minas Gerais. Nós vamos fundar o partido, mantendo o vínculo com a atual gestão do Prefeito Fetter, porque o partido é pequeno, de centro, nem esquerda nem direita, com ideias sociais e liberais (Idem).

A fala do candidato é bastante ilustrativa de uma modalidade de inserção partidária voltada apenas para a disputa de cargos eletivos, que não é caracterizada pela consolidação de vínculos partidários. Além disso, o exemplo de “movimentação” partidária do Dr. Paulo aponta para outra faceta do processo de indicação de candidatos pelos partidos: ter acesso a uma lista partidária na condição de candidato a vereador é muito mais fácil do que ser indicado para a disputa a cargos maiores, como deputado estadual e deputado federal, por exemplo. Isso porque, normalmente, para estas disputas, os partidos já contam com os seus candidatos potencialmente mais competitivos, cujo espaço tende a ser resguardado pelos dirigentes do partido.

O caso do Dr. Paulo, que deixou um partido já consolidado e estruturado no município (PP) para ingressar em outro que ainda será organizado por ele (PSL), mais do que um indicador da busca de um reposicionamento no mercado político com vistas à maximização de chances eleitorais em próximas disputas, aponta para as motivações que costumam estar na origem da organização de novos e pequenos partidos: mais possibilidade de influência no comando dos rumos da organização ou, mais “espaço” político.

---

<sup>22</sup> - Por ocasião da entrevista não havia essa decisão. Em 2010, ele é candidato a deputado estadual.

#### 4.2.4 A Participação em disputas anteriores

Um outro aspecto das candidaturas que pode ser abordado diz respeito à existência ou não de experiência eleitoral dos postulantes ao cargo de vereador. Pergunta-se: Os candidatos já foram testados nas urnas ou se está diante de candidatos estreantes em disputas eleitorais?

A tab. 20, apresentada a seguir, traz a informação do percentual de concorrentes a uma vaga no Legislativo municipal de 2008 em Pelotas que já participaram de algum pleito anterior. No caso específico, foram consideradas seis disputas municipais, quais sejam: 1982, 1988, 1992, 1996, 2000 e 2004.

**Tabela 20** – Participação em eleições anteriores dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, em percentuais

<b>Candidato em eleição anterior</b>	<b>Geral</b>
Sim	44,6
Não	55,4
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: TRE-RS e Diário Popular

A maioria dos candidatos a vereador de Pelotas em 2008 nunca havia participado de eleições municipais (55,4%). No entanto, um índice considerável tinha experiência da disputa de um ou mais pleitos (44,6%). Desse modo, a imagem de concorrentes calouros, amadores e que estavam a ingressar na carreira política, não corresponde plenamente ao cenário aqui estudado. Quase metade dos aspirantes tinha a vivência de uma campanha política, mesmo que recente e não vitoriosa. Pode-se ir mais longe e afirmar que – descontados os 12 vereadores em busca de reeleição e os oito ex-vereadores que tentavam retornar ao Legislativo, portanto, que em algum momento haviam sido vitoriosos na disputa – nem mesmo o “insucesso” na(s) tentativa(s) anterior(es) afastou-os de nova empreitada.

Quando a informação diz respeito aos principais partidos analisados, o percentual de candidatos com participação em eleições anteriores é ainda mais expressivo, como pode ser visto na próxima tabela.

**Tabela 21** – Participação em eleições anteriores dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, de acordo com os principais partidos, em percentuais

<b>Candidato em eleição anterior</b>	<b>PP</b>	<b>PDT</b>	<b>PMDB</b>	<b>PT</b>
Sim	47,4	31,8	42,9	55,0
Não	52,6	68,2	57,1	45,0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: TRE-RS e Diário Popular

O PDT foi o partido que apresentou o maior contingente de candidatos estreantes em disputas eleitorais: 68,2%. De forma semelhante, PMDB e PP também tiveram um expressivo número de candidatos sem experiência em eleições (57,1% e 52,6%, respectivamente). Já o PT foi o único cuja maioria (55%) dos nomes apresentados já havia disputado pleito anterior.

De um lado, esses resultados aproximam os quatro partidos em questão, na medida em que eles apresentam percentuais significativos de candidatos que já concorreram a vereador. Do outro lado, há que se considerar que as informações apresentadas até agora não conseguem dizer se esta experiência eleitoral foi acumulada na “órbita” de um mesmo partido ou se os candidatos já concorreram por uma diversidade de legendas. A tab. 22 busca superar esta lacuna.

**Tabela 22** – Candidatos a vereador de Pelotas (RS) nas eleições de 2008 que concorreram por outros partidos em pleitos anteriores, em percentuais

<b>Concorreu por outro partido</b>	<b>PP</b>	<b>PDT</b>	<b>PMDB</b>	<b>PT</b>
Sim	44,4	42,9	16,7	18,2
Não	55,6	57,1	83,3	81,8
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: TRE-RS e Diário Popular

Como pode ser visto acima, no PP e no PDT, os candidatos a vereador que já participaram de pleitos anteriores apresentam um histórico mais heterogêneo em termos de filiação partidária (42,9% e 44,4%, respectivamente). De outro lado, este índice é consideravelmente inferior nos casos de PMDB e PT (16,7% e 18,2%, respectivamente), o que informa que a maior parte dos candidatos com participação anterior em eleições adquiriu esta experiência na própria legenda pela qual foi indicado em 2008, indicador de laços mais duradouros com estas organizações.

Tendo como parâmetro a relação de concorrentes que cada partido apresentou na eleição anterior (2004), podem-se distinguir dois tipos de candidatos: os novatos (aqueles que não estavam na lista do partido no último pleito, embora pudessem ter concorrido por outro partido) e os repetidos (aqueles que estiveram na lista na última disputa). Seguindo a sugestão metodológica de Marques (2007), a participação de novatos é o índice de renovação da lista.

**Tabela 23** – Índice de renovação em relação a 2004 da lista de candidatos a vereador de Pelotas (RS), nas eleições de 2008, apresentada pelos principais partidos, em percentuais

<b>Candidatos</b>	<b>PP</b>	<b>PDT</b>	<b>PMDB</b>	<b>PT</b>
Repetidos	15,8	18,2	35,7	40,0
Novatos	84,2	81,8	64,3	60,0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: TRE-RS

Embora o percentual de candidatos novatos seja majoritário em todos os casos, os partidos podem ser distinguidos em dois grupos, aliás, os mesmos que foram identificados em critérios precedentes. Enquanto PP e PDT têm índice de renovação superior a 80%, ou seja, um elevado percentual de candidatos que não estavam na lista no pleito de 2004, PMDB e PT estão em um patamar menos elevado (da ordem de 60%).

Enfim, os dados parecem apontar, novamente, para a ideia de que os candidatos indicados por PMDB e PT tendem a apresentar uma trajetória marcada por experiências eleitorais viabilizadas pelo mesmo partido, ao passo que, nos casos de PP e PDT, há uma quantidade maior de novatos, seja porque realmente não possuíam filiação partidária anterior e estreiam na política, seja porque são oriundos de outras legendas e aderiram apenas mais recentemente a aquela pela qual foram indicados.

### 4.3 Os Recursos sociais dos candidatos no grau zero da política

Vistos alguns indicadores do perfil social e dos vínculos políticos dos candidatos, uma pergunta importante que decorre como desdobramento deste cenário está relacionada a algo já sugerido, mas não explorado de modo tão aprofundado pela literatura: afinal de contas, que tipos de “credenciais sociais” possuem então estes candidatos a vereador?

A partir das entrevistas realizadas com os dirigentes, no capítulo anterior, foram elencados aqueles que seriam os principais critérios e requisitos informais avaliados pelos selecionadores. No PP, seriam dois os critérios principais: atuação geográfica (ou a busca de uma representação geograficamente heterogênea das distintas áreas da cidade) e potencial eleitoral dos candidatos. No PMDB, a participação no curso preparatório organizado pelo partido e a “penetração social” ou o “trabalho social” dos candidatos. No PDT, além da observação do quesito gênero, em função da lei em voga no Brasil, que reserva o mínimo de 30% para a representação de cada sexo nas listas partidárias, e da representação do maior número possível de áreas e bairros da cidade, a preferência seria pelos candidatos “mais representativos” e com “mais trabalho”.

A ideia comum presente ao menos em três dos quatro discursos partidários analisados (a exceção é o PT) diz respeito à busca de candidatos “representativos”, que promovem algum tipo de “trabalho social” ou que participam de algum “grupo social”. Mas de que tipo de “representatividade” está-se falando? Quais os “grupos sociais”? Quais os “trabalhos sociais”? Estarão os partidos em busca de candidatos que possuam vínculos associativos? Será que o acesso às listas partidárias na condição de candidato a vereador exige algum tipo de preparação prévia e treinamento de vida de “representante”?

O objetivo neste ponto está longe de responder, segundo um viés normativo, se os candidatos são ou não representativos, ou ainda, se são realmente engajados em alguma causa ou grupo social. O sentido está simplesmente em mapear os diferentes tipos de recursos sociais que estão na origem das candidaturas do grau zero da política, a exemplo do que fez Coradini (1998 e 2001). A ideia de recursos sociais será trabalhada no sentido apontado pelo autor, para quem



[...] independentemente da formalização jurídica e das filosofias políticas subjacentes, o fenômeno eleitoral implica, entre outras coisas, uma seleção prévia de candidatos, os quais com base em uma série de atributos sociais que podem ser lidos também como “qualidades pessoais” ou de “liderança”, tentam legitimar essa condição de candidato. O problema começa exatamente nesse ponto, ou seja: que “qualidades” ou recursos sociais são utilizados para tanto [...] (CORADINI, 2001, p. 7).

Ao tratar das candidaturas das eleições gerais de 1998 no Rio Grande do Sul, ele identificou uma diversidade de recursos sociais “reconvertidos” para a política durante a campanha eleitoral, principalmente a partir da análise dos materiais de campanha dos candidatos. Dentre as inúmeras bases eleitorais mapeadas<sup>23</sup> por Coradini, cinco seriam as mais comuns, as mais utilizadas: 1) relações estabelecidas no exercício do uso profissional; 2) sindicalismo; 3) organizações de empresários e de produtores rurais; 4) igrejas e filantropias; e 5) os cargos públicos ocupados.

Em um trabalho anterior, entretanto, ao tratar das bases sociais das candidaturas em um pequeno município gaúcho (Nova Palma), por ocasião do pleito de 1996, Coradini (1998) chamou a atenção para a diversificação dos tipos de recursos sociais que podem servir como uma espécie de “ponte” para a política, incluindo muitas vezes atividades que não costumam ser percebidas e enquadradas como tal.

---

<sup>23</sup> - As citadas são: exercício prévio de cargos legislativos; cargos nas burocracias públicas (eletivos ou não); exercício profissional; sindicatos/associações de funcionários públicos; organizações religiosas; organizações filantrópicas; sindicatos de empresários; sindicatos de trabalhadores e funcionários de empresas privadas; organizações de moradores; sindicato de trabalhadores e movimentos sociais rurais; sindicatos/corporações de profissionais liberais; relações de parentesco com outros políticos; organizações estudantis; sindicatos/associações de produtores rurais; organizações ecologistas; organizações de mulheres; clubes culturais, de lazer e esportivos; atividades artísticas e culturais; associações de consumidores e pela cidadania; e organizações de identidade étnica. Ver: CORADINI (2001, p. 15).

[...] os princípios de classificação que as definem (*as bases eleitorais*) e circunscrevem remetem às mais diferentes lógicas e campos sociais, sendo que o próprio processo eleitoral pode ser visto como a sua interseção e reconversão naquilo que é definido como 'política'. [...] Essas esferas incluem, por exemplo, relações de parentesco, de 'liderança' corporativa (sindicato de professores, trabalhadores rurais, de 'empresários'), de ação ético-religiosa ou filantrópica (católica ou luterana), de identidade étnica, de vizinhança (a 'comunidade'), e afinidades sociais de estilos de vida (os clubes, as 'festas', os 'desportes'), por fim, sem pretensão de exaustão, relações estabelecidas por meio da ocupação de cargos públicos. Com exceção, possivelmente, desse último caso, da ocupação de cargos públicos, nenhum dos outros tipos de relações é visto e apresentado, como, por definição, 'políticas', tanto pela moral cívica em voga, como pelos próprios agentes sociais envolvidos que, em geral, nem fazem parte de bandeiras ou plataformas políticas explícitas (2001, p. 100).

Tendo em mente este tipo de preocupação – mapear os diferentes recursos sociais dos candidatos, nem sempre mais diretamente relacionados ao campo da política – por meio de entrevista, buscou-se conhecer um pouco mais a trajetória de alguns destes candidatos, especialmente no que diz respeito aos seus vínculos associativos e sociais.

Há um primeiro grupo de concorrentes que podem ser chamados de *comunitários*<sup>24</sup>. São em geral candidatos de baixa escolaridade e moradores de bairros populares, de alguma forma vinculados às demandas de um bairro ou de uma comunidade específica.

Este é o caso de Vera Pereira, que filiou-se ao PDT no limite do prazo legal (um ano antes) exigido pela legislação – então a sua primeira filiação partidária. Ela é dona de casa, possui o ensino fundamental completo e há mais de 20 anos participa ativamente do Clube de Mães do Parque Residencial Arco-Íris. Atualmente e já há alguns anos, Vera é presidente do Clube de Mães da comunidade, que tem sede própria, onde mulheres da comunidade se reúnem semanalmente para realizar atividades de ginástica<sup>25</sup>, cursos profissionalizantes e atividades de integração, como pequenas festas em datas comemorativas.

A candidata pelo PDT em 2008, que agora já está no PR, falou sobre a sua motivação em disputar as eleições:

<sup>24</sup> - Kuschnir (2000), ao abordar o cotidiano dos vereadores do Rio de Janeiro, sob uma perspectiva etnográfica, distinguiu os vereadores *comunitários* dos *ideológicos*, cujos valores e práticas políticas denotariam diferenças importantes, desde os estilos de campanha até a atuação parlamentar.

<sup>25</sup> - A entrevista com a candidata Vera foi realizada na sede do Clube de Mães, no momento em que cerca de 20 mulheres realizavam a sua aula de ginástica semanal, com a ajuda de um estagiário do curso de Educação Física da UFPel, responsável pelas aulas.

Eu não queria saber de política, mas no momento que eu não conseguia muita coisa pra cá... Porque esta construção aqui [*o clube*], nós, mulheres, é que construímos, nós conseguimos o material, tudo pedindo, tudo de doação. Esta sede foi construída para podermos fazer cursos profissionalizantes. Mas eu pedia para todos os vereadores, tudo que era candidato, e depois que eram vereadores, os cursos profissionalizantes, nunca consegui ajuda de verdade (PEREIRA, Vera, informação verbal).

Para a candidata, a participação na política, embora sem ter sido eleita, teria surtido efeitos positivos para o clube e a comunidade, pois agora ela seria mais conhecida e as “portas” estariam começando a se abrir.

Eu não conseguia nada, tudo o que eu ia pedir, eu tinha que esperar mais pouco, me diziam que sim, mas as coisas não aconteciam, não vinham, eu mais corria e gastava de ônibus. Agora é que está vindo. Porque através da minha candidatura fiquei mais conhecida e as portas se abriram. Por incrível que pareça, aonde eu vou, eu sou recebida (Idem).

De forma semelhante, Neuza Ribeiro ou “Tia Neuza”, seu nome de campanha, também pode ser considerada uma candidata com vínculos comunitários. Filiada há 11 anos ao PDT, partido pelo qual concorreu em 2008 – também está atualmente filiada ao PR –, Tia Neuza é costureira e doceira, moradora do bairro Dunas há mais de 20 anos, um bairro popular da cidade. Além de já ter trabalhado durante anos como cozinheira de uma escola municipal localizada no bairro, participa de organizações da comunidade, entre elas a Associação dos Moradores do Dunas, a Associação dos Amigos do Bairro Dunas e do Centro de Desenvolvimento do Dunas (CDD). Além disso, Tia Neuza participa de uma comunidade religiosa no bairro e já foi coordenadora da Pastoral da Criança.

Ao ser questionada sobre os motivos pelos quais o partido teria indicado o seu nome para a disputa eleitoral, apontou como seu principal “trunfo” o envolvimento com a comunidade, inclusive durante as gestões do Prefeito Anselmo (PDT), quando encaminhava pessoas à prefeitura com a ajuda de “bilhetinhos”:

Por causa do conhecimento que eles têm do meu envolvimento com a comunidade. Eu sempre tive um contato muito próximo com o ex-Prefeito Anselmo e ele sempre soube do meu trabalho com a comunidade. Quando ele foi Prefeito, nas duas administrações, a gente ajudou muitas famílias. Eu tinha uma facilidade para encaminhar as pessoas para a Prefeitura, pedir terreno, material... Era só mandar um bilhetinho que eles eram bem atendidos. Acho que o principal foi o meu trabalho com a comunidade (RIBEIRO, Neuza, informação verbal).

Apesar do bom relacionamento com o Prefeito pedetista, Tia Neuza há havia disputado o pleito de 1992, quando foi indicada por outro partido, o PST. Quando estimulada a falar sobre a experiência de ter sido candidata por outro partido, argumentou que:

Estava trabalhando na Prefeitura, na gestão do Anselmo, como cozinheira de escola no CIEP. Meu contrato acabou e fui colocada na rua, sem direito a nada. Foi aí que o PST me convidou para ser candidata a vereadora e eu aceitei, porque achei que poderia ser uma boa idéia, mas logo depois das eleições acabei voltando para o PDT (Idem).<sup>26</sup>

Os casos de Vera Pereira e de Neuza Ribeiro, ambas indicadas pelo PDT em 2008, são ilustrativos de candidaturas locais vinculadas às “comunidades”, marcadas por trajetórias de participação em associações e em grupos comunitários, como os clubes de mães e as associações de bairros. Mas há, ainda, candidatos cujos vínculos comunitários se dão simplesmente a partir de uma condição de “liderança”, de pessoa que, na sua condição de “cidadão”, “ajuda” a comunidade.

Dionízio Vellozo, indicado pelo PP, é barbeiro e possui o ensino fundamental completo. Filiado há cinco anos ao partido, concorreu no pleito de 2004 e obteve uma expressiva votação (1.629 votos, o quinto no ranking do PP), chegando inclusive a assumir como suplente durante a legislatura 2005-2008. Em entrevista, ele contou que realiza trabalhos comunitários no bairro onde mora, o Fragata, há mais de 30 anos. Além de realizar festas para as crianças carentes na época de Natal, utiliza o salão onde trabalha como ponto de recolhimento de objetos que ele doa aos pobres.<sup>27</sup>

<sup>26</sup> - Na ocasião, ela obteve 14 votos e foi a 20ª colocada em uma lista formada por 24 candidatos e que somou, em conjunto, 3.406 votos.

<sup>27</sup> - A entrevista com o candidato foi realizada no salão onde ele trabalha. Havia no espaço, além dos objetos que caracterizam um salão de barbeiro, uma pilha de roupas e de sapatos velhos, um fogão que havia sido entregue para doação.

Eu tenho aqui um projeto meu. Faço todos os anos festa para as crianças e a gente arruma roupa para dar aos pobres - isso é para dar aos pobres *[apontando uma pilha de roupas e objetos que estavam no salão onde é barbeiro]*. Esse é meu trabalho, que é feito no anonimato, sem querer aparecer. Quando sobra muita roupa aqui eu levo para as comunidades [...]. No Natal eu junto um caminhão com tudo o que me dão: um vaso, uma porta, uma janela, eu carrego o caminhão e vou visitar as comunidades pobres para entregar. Se tiver uma porta, um fogão, um armário, eu levo para doar. E quando é dia de Natal eu me faço de Papai Noel e visito essas vilas todas, rua por rua, alcançando bala para a criançada (VELLOZO, Dionízio, informação verbal).

Quando questionado sobre as motivações de sua candidatura, argumentou que a entrada na política serviria para “fazer melhor” um trabalho “anônimo” já realizado na comunidade:

Este é um trabalho que eu faço anonimamente. Eu não faço isso para ganhar votos. Eu faço porque me sinto muito bem ajudando. Fui para a política para tentar fazer isso melhor, mas não deu certo, paciência. Não tenho mágoa nenhuma do meu povo, muito pelo contrário, continuo brigando por eles, buscando melhorias, porque sou, acima de tudo, um cidadão (Idem).

Outro exemplo de candidato cujos vínculos comunitários não decorrem da participação em associações e em grupos organizados, mas sim de uma conduta individual, é o do concorrente indicado pelo PDT, João Silveira, conhecido como “João do ônibus e do mercadinho”, seu nome de campanha. Filiado há cinco anos ao PDT, seu primeiro partido, João possui o ensino fundamental incompleto, já foi padeiro e atualmente é motorista particular (autônomo), além de possuir um minimercado no bairro Bom Jesus, administrado pela família.

Ele explicou que queria ser vereador “para ajudar o povo”, especialmente aos moradores dos bairros e vilas da cidade, que enfrentam uma série de carências e problemas sociais:

Eu queria ser vereador desse bairro aqui pra ajudar, ajudar o pessoal dos outros bairros e aqui da Bom Jesus<sup>[28]</sup> também, porque me parece que não tem um representante do nosso bairro. Aqui nós temos falta de polícia, não tem nenhum posto policial, precisa arrumar as ruas, que estão horríveis, estas valetas, que eles só arrumam em época de eleição, depois nos esquecem. Eu queria ficar pra ajudar o povo (SILVEIRA, João, informação verbal).

---

<sup>28</sup> - Um bairro popular do município.

Além de possuir muitas amizades, João destaca outra qualidade pessoal: “sempre foi um cara de ajudar”, inclusive levando vizinhos ao hospital quando necessário. Com a sua eleição, a expectativa era poder “ajudar mais”:

Eu tenho muita amizade, graças a Deus, e sempre ajudei o povão aqui da volta. Sempre fui um cara de ajudar. Eu não sou vereador, mas não importa, se chegar alguém aqui e tiver que levar alguém no hospital, eu levo. Se alguém chegar aqui e dizer: *‘João, me dá uma força?’* – eu dou. Pensei comigo: *‘Quem sabe se eu for vereador eu posso ajudar mais eles’* (Idem).

De forma semelhante, outra candidata do gênero é Deli Silva (PDT), filiada há um ano no partido e atualmente sem filiação. Deli possui o ensino fundamental e trabalha no minimercado da família no bairro Bom Jesus, que funciona anexo a sua casa. Quando questionada sobre como teria surgido a ideia de sua candidatura e de sua estreia na política, destacou que recebeu um convite do ex-Prefeito Anselmo Rodrigues, que já era conhecido dela. Além disso, a candidata falou sobre os motivos pelos quais teria sido indicada, destacando a importância dos trabalhos comunitários que realiza:

Eles que mandaram me convidar, o Anselmo já era nosso conhecido, aí mandou um convite pra ir pro partido deles, porque eles estavam precisando de mulheres que quisessem ser candidatas. Como eu tinha este trabalho e eles ouviam o meu programa na rádio, eles acharam que eu podia ser uma candidata forte. O meu Brechó Comunitário é totalmente gratuito. É muito difícil quando uma família é bem pobre e não tem nada. Então de repente vem no rádio, eu falo, a gente pede no rádio, aquela pessoa que tem algum material sobrando, a gente pede no rádio e as pessoas ajudam. É totalmente gratuito, não rola dinheiro. A pessoa doam e a gente dá diretamente para as pessoas necessitadas (SILVA, Deli, informação verbal).

Durante a realização da entrevista, no minimercado de sua família, foi possível presenciar uma cena ilustrativa da rotina de trabalhos comunitários – o brechó e a rádio comunitários - desenvolvidos por Deli Silva. Em determinado momento, após a saída da escola, de mochila nas costas e com amigas esperando do lado de fora, chegou ao balcão uma jovem menina que queria falar com a candidata e logo foi anunciando: *“Tia Deli, tem mais roupa pra dar hoje?”*. Ela explicou que estava ocupada e pediu que a jovem voltasse outro dia, pois no momento havia poucas peças para doação.

Além de organizar o que chama de Brechó comunitário e ter uma rádio, onde é a principal “anunciante”, Deli contou que já tinha experiência de trabalhar em eleições, ao organizar equipes de entrega de material de campanha, principalmente nos bairros e vilas pobres da cidade. Para ela, “trabalhar com o povo” não é uma tarefa difícil, muito pelo contrário: é o que gosta de fazer.

Nelson Härter é nosso amigo, conhecido há muitos anos, chegou aqui e queria um pessoal para trabalhar. A gente fez uma reunião. ‘Ah, quem vai trabalhar no bairro Dunas?’ Tem muitos que não querem trabalhar nesses lugares e eu conheço todo mundo aqui, pra mim não é difícil trabalhar com o povo, é o que eu gosto de fazer. Então eu organizava a equipe de pessoas, o ponto era aqui. ‘Hoje vamos para o Jardim Europa’. Outro dia vamos fazer o Bom Jesus, o Dunas. Eu é que cuidava do pessoal (Idem).

Para além destes candidatos a vereador cujas trajetórias estão marcadas por aquilo que se chamou-se de *vínculos comunitários*, traduzidos tanto a partir de uma ligação mais direta com alguma entidade social como a partir de uma condição individual, de alguém que “ajuda” a comunidade, há casos de candidatos cujo principal “trunfo” eleitoral parece ser o que se poderia chamar de *vínculos religiosos*.

Vera Oliveira, concorrente pela primeira vez em 2008, foi indicada pelo PMDB, e antes disso não havia sido filiada a nenhum outro partido. Vera é socióloga, assistente social e atualmente cursa Direito, embora não atue profissionalmente em nenhuma das áreas. Antes de casar, chegou a dar aulas de reforço, foi comerciária e funcionária pública, bancária do Banrisul. Com o casamento e a chegada dos filhos, parou de trabalhar e passou a se dedicar mais à Igreja (católica) e ao “social”.

Quando convidada a falar sobre a sua experiência de militância religiosa, Vera destacou os trabalhos de assistência social e de evangelização incentivados pela Igreja e realizados em bairros pobres da cidade:

Eu sou muito ligada à Igreja Católica e desde os meus 39 anos (hoje estou com 55 anos) eu sempre estive envolvida com algum trabalho social. Eu tive um projeto que se chamava 'Meu irmão', fui uma das fundadoras. Ele esteve por muitos anos naquele bairro perto da rodoviária, naquelas casas que ficam totalmente debaixo d'água quando chove muito. Foi um trabalho muito bonito, a gente assistia aquelas pessoas. [...] Nós atendíamos as necessidades materiais, mas nós evangelizávamos também, tinha um sacerdote conosco. Ficamos muitos anos fazendo este trabalho. Eu também toco violão e já toquei na paróquia. Tive ainda um grupo de catequizandos, e a parte da música era comigo. Essa era a minha doação. E tinha o grupo onde eu recebia a benção, eu sou do movimento da renovação carismática católica. Faz uns bons anos que eu estou sempre envolvida com as famílias mais necessitadas e com o social (OLIVEIRA, Vera, informação verbal).

No caso de Vera, assim como naqueles anteriormente abordados, está presente a vinculação com as comunidades mais pobres e carentes da cidade. A particularidade da trajetória da candidata do PMDB, entretanto, está relacionada ao fato de ela não ser uma “nativa” da comunidade que busca ajudar “os seus”. Além de uma condição social e econômica bastante distinta – mais elevada –, o “trabalho pelo social” de Vera é incentivado e está intimamente imbricado à sua inserção na Igreja, algo que não estava presente de modo saliente na trajetória dos candidatos apresentados até então.

Tais vínculos religiosos da candidata, segundo ela própria declarou, teriam gerado fortes expectativas de um bom desempenho eleitoral entre as principais figuras do PMDB no município, como o vereador e radialista Adalim Medeiros:

As próprias pessoas que tem caminhada, que tem experiência, o Adalim mesmo, ele chegou até a me dizer: '*Vera, eu jurava que tu ia explodir nas urnas*'. Claro, ele viu o trabalho que eu estava fazendo nos bairros, porque eu não tinha pressa, eu conversava de verdade com as pessoas, porque eu não estava desesperada por votos, eu também estava fazendo amizades e conhecendo pessoas. E o Adalim me disse: '*Vera, quando eu vi o trabalho que tu estavas fazendo e quando eu soube que tu era de igreja, que eu soube que tu era bem articulada com a igreja, eu tinha certeza que tu ia estourar nas urnas*'. Mas aí tem um detalhe muito importante: a nossa Igreja, a Igreja católica, não se envolve com a política. Não tem essa de tu achar que é da igreja, que tu participa de trabalhos, que tu tá ali há anos e por isso vai levar todos os votos. Tinham vários candidatos vinculados à igreja e no fim não se elegeu nenhum (Idem).

O trecho da fala da candidata serve para ilustrar um pouco do jogo informal dos bastidores da elaboração das listas pelos partidos: quanto maior a rede de contatos e de apoios que estes possuem, maiores as expectativas de boas votações e de desempenhos eleitorais destacados por parte dos dirigentes partidários. Embora não seja possível “medir” estas importantes redes de apoio que acabam



funcionando como espécies de “pontes” para a política ou, mais especificamente, para as listas partidárias, há como mapear os diferentes recursos sociais que costumam ser avaliados pelos partidos. Nesse caso, a inserção em grupos religiosos – o que Jobim (1992, p. 137) chamou de *candidatos de aparelhos* – é mais um dentre outros critérios que contam no momento de definição das candidaturas.

Entretanto, como sugere o caso de Vera, nem sempre estas expectativas de redes de contatos são utilizadas de forma veemente pelos próprios candidatos em suas campanhas. Ou seja, nem sempre os candidatos exploram os recursos sociais que possuem de forma explícita em seus discursos e na atuação durante a campanha.

O caso de outro candidato indicado pelo PMDB em 2008, Jorge Alexandre Borges, concorrente pela primeira vez, parece bastante ilustrativo dessa situação. Dono de uma ferragem em uma área da cidade chamada de Santa Terezinha, Jorge cursa o ensino superior (Economia) e participa há sete anos da Igreja pentecostal. Apesar de ser “ministro” em sua comunidade e já ter ocupado vários cargos na Igreja, como tesoureiro e presidente, ele argumentou que não queria vincular a política à religião:

Não quero envolver política com religião, não quero sair por aí pedindo votos na Igreja. Não queria envolver a política com a religião que eu prego, porque isso é muito difícil. Tu pregar para as pessoas e depois chegar e, ao invés de pregar, falar de política e pedir votos? É muito complicado. É bom separar estas coisas (BORGES, Jorge, informação verbal).

Embora os casos de Vera e de Alexandre sejam apenas duas breves demonstrações de candidatos inseridos em grupos religiosos, é sabido que a presença de militantes religiosos nas listas partidárias tem sido uma constante, o que inclui desde fiéis engajados em uma diversidade de religiões até mesmo pastores, ministros ou sacerdotes, a depender da terminologia utilizada em cada religião.

Há ainda outro tipo de “trunfo” importante que os candidatos podem ter em um processo eleitoral: inserção na mídia. São aqueles candidatos que possuem algum tipo de inserção, a partir de jornais, programas de rádio ou até mesmo da televisão, o que contribui para que sejam muito mais conhecidos pelo “público” em relação aos demais.

Daniel Nobre, indicado em 2008 pelo PP, seu primeiro partido, pode ser considerado um exemplo desse tipo de candidato: é apresentador de programas esportivos na televisão há sete anos, já tendo passado por diferentes emissoras regionais: TV Cidade (canal fechado) e as afiliadas de SBT e Record, sua emissora atual, na qual apresenta programas voltados para esportes a motor, veiculados todos os sábados pela manhã. Ele falou sobre a sua trajetória de vinculação ao mundo dos “esportes a motor”, inclusive como apresentador de programas de televisão relacionados ao tema:

Eu trabalho com esporte há muitos anos, desde o início dos anos 80 estou inserido no esporte, em uma modalidade ou em outra. Fui atleta, em tempos de colégio, fiz atletismo, joguei vôlei. Pratiquei motocross durante seis anos. Depois passei para bicicross e hoje eu tenho uma promotora de eventos esportivos e apresento um programa de esportes na televisão, na Record, voltado para esportes a motor: arrancada, kart, veloterra, motocross, supercross, rally. Tenho trabalhado muitos anos nisso, vivo disso, na realidade é o meu ganha pão: a realização de eventos esportivos a motor (NOBRE, Daniel, informação verbal).

Em menor medida, há outros candidatos que são tidos como “conhecidos” e “populares”, não necessariamente como um desdobramento da sua inserção na mídia, mas por exercerem atividades que lidam com um grande número de pessoas, como os músicos, por exemplo.

Osvaldo Carvalho, o Osvaldo do Tamoyo (referência a uma banda de bailes da qual faz parte), concorrente pela primeira vez em 2008, indicado pelo PDT, informou ser filiado há 12 anos e já ter ocupado o cargo de confiança no gabinete do vereador Idemar Barz (PTB) <sup>29</sup>, quando este era filiado ao PDT, e depois no governo de Anselmo (1997-2000). toca em bailes na cidade há mais de 30 anos. Ele contou sobre como recebeu o convite para ser candidato, o que demonstraria a importância de sua popularidade e das amizades conquistadas por meio da música e de 30 anos de trabalho na noite:

---

<sup>29</sup> - O vínculo entre ambos deriva do grupo Tamoyo, que foi fundado pelo vereador, como destaca em sua biografia (CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2010).

Foi pelo Anselmo mesmo. A gente conversava seguidamente na rua, ele dizia pra mim: *‘Guri, tu tem que concorrer, trabalhar em cima do teu nome, teu conhecimento, as amizades que tu tem’*. Foi muito bom, deu pra testar um pouco do potencial de conhecimento, são 30 anos de noite, é uma trajetória, um monte de amizades que a gente tem, e cada vez fazendo mais. Achava até que não ia botar muito voto, pelo investimento, não fiz investimento nenhum, nem tinha corrida pra isso, acabei fazendo 621 votos, através de uma brincadeira e amizade, talvez pudesse ter ido mais longe, se tivesse condições de investir em propaganda. Mas acho que não é bem o meu forte a política, meu negócio é a música (CARVALHO, Osvaldo, informação verbal).

Outra modalidade importante de recurso social que funciona como qualidade dos candidatos está relacionada ao exercício profissional – aquilo que Jobim (1992, p. 137-138) chamou de *“candidatos de categorias profissionais importantes”* ou o que Coradini (2001, p. 19) chamou de *“relações estabelecidas no exercício profissional”*. Trata-se, nesse sentido, de candidatos vinculados a categorias profissionais que costumam ser valorizadas socialmente e que gozam de certo *status* e/ou legitimidade social, tais como: médicos, advogados, militares e professores.

Paulo Porciúncula, candidato pelo PP em 2008, cuja filiação deu-se justamente em função da vontade de concorrer. Médico da SAMU e do INSS, Dr. Paulo (seu nome de campanha) aparecia na propaganda eleitoral com um estetoscópio pendurado ao peito, reivindicando com orgulho a condição de médico e de alguém que, em função disso, estava preparado para servir melhor à sociedade ao ocupar um cargo público eletivo. Dr. Paulo ponderou as motivações de sua candidatura e fez referência novamente à atividade profissional:

Por ser médico, acho que posso ser útil ao meu país de uma maneira mais ampla. Pelas minhas ideias, acho que eu poderia ser mais útil à sociedade e uma das maneiras seria tendo um mandato parlamentar, em que eu poderia trabalhar e lutar contra certas coisas que estão aí, sejam de direita sejam de esquerda (PORCIÚNCULA, Paulo, informação verbal).

Valdoir Ribeiro foi indicado pelo PDT em 2008 e já havia concorrido no pleito de 2004, pelo mesmo partido. “Coronel Valdoir” também fez questão de sinalizar em seu nome de campanha a sua condição de oficial da Brigada Militar. Secretário do partido em 2008 e hoje dirigente do PR, “Coronel”, como é conhecido pelos correligionários, argumentou sobre as motivações de sua candidatura fazendo menção à conduta de honestidade e de competência exercida como membro da Brigada Militar:

Olhando no dia a dia os maus exemplos de alguns políticos – porque nem todo político é um mau exemplo – e conhecendo já 30 anos de serviço público, gerenciando recursos, na condição de coronel da brigada militar, eu comandava 13 municípios, então vinham recursos para gerenciar na área de segurança, não era pouco dinheiro. No dia em que me aposentei nunca respondi uma sindicância informal por desvio de conduta, então eu me achava com a competência e a honestidade suficiente para entrar na política (RIBEIRO, Valdoir, informação verbal).

Ao falar sobre o seu desempenho eleitoral – ele foi o terceiro suplente da legenda do PDT, atingindo a marca de 796 votos, o sétimo no *ranking* do partido –, atribuiu a votação principalmente aos amigos e “à profissão”, que teriam lhe proporcionado inúmeros vínculos na área da segurança pública.

Cheguei à terceira suplência nesta eleição com a minha candidatura graças principalmente aos amigos e à profissão, porque na condição de policial militar eu tinha um bom vínculo dentro da área de segurança, eu tinha alguns vínculos dentro da polícia civil, da SUSEPE, então foi por vínculos profissionais que a gente tinha, e o restante foi o trabalho corpo a corpo mesmo, buscando o voto do eleitor (Idem).

Rogério Alvarez é professor e foi candidato pelo PMDB. Embora filiado há 20 anos ao partido, em função do incentivo de seu pai, que participava do MDB, começou a participar da política partidária apenas mais recentemente, após o convite de um ex-colega da Guarda Municipal. Rogério hoje é professor da rede pública estadual, onde atua aproximadamente há 10 anos. Ao falar sobre a sua participação no curso preparatório de candidatos, promovido pelo partido, destacou sua facilidade para se comunicar – decorrente do fato de ser professor – o que teria contribuído para o seu bom desempenho no curso e a inclusão na lista:

Eu vinha participando de algumas reuniões. Daí veio o curso para os pré-candidatos, e tinha que fazer o curso se tivesse a intenção de concorrer. Comecei a participar, eram aulas aos sábados. E então comecei a pensar que eu tinha condições, não de me eleger, mas de participar, de ver como é o processo. O curso foi muito bom porque a gente debatia com pessoas cultas e inteligentes e também menos cultas e inteligentes, e ali tu ia formando a tua opinião sobre o grupo, e o grupo era bom, as pessoas tinham um bom conhecimento. Eu fui me envolvendo. Na hora de falar, de expor as coisas, eu tinha uma clareza um pouco maior, até porque eu dou aula, converso com muita gente, a gente tem uma espontaneidade maior para falar (ALVAREZ, Rogério, informação verbal).

Além de trabalhar como professor, Rogério já atuou por mais de uma vez como diretor da escola onde leciona, é filiado ao CPERS e costuma, segundo ele, participar das atividades de mobilização convocadas pelo sindicato. Quando

questionado sobre a sua experiência fora das salas de aula, falou da sua motivação e o “gosto” por uma eleição:

Eu adoro eleição. Já fui diretor do colégio e este ano tem eleição e vou me candidatar de novo. Fui diretor por três anos. Quando eu vejo uma eleição, me ferve alguma coisa e eu tenho que me candidatar. Se há a oportunidade, por que não? Se tenho ideias boas e vontade de trabalhar, por que não? Não estou prejudicando ninguém, faço minha campanha sem prejudicar ninguém. Se acharem por bem, assumo a vaga (Idem).

João Botelho também foi candidato pelo PMDB, partido que integra como filiado há mais de 20 anos. “Dr. Botelho” – nome utilizado na campanha – já havia concorrido nos pleitos de 2000 e de 2004. Advogado há mais de 30 anos de atuação na cidade, destacou a importância dos amigos e dos clientes para sua votação:

Quem mais ajudou foram mais os meus clientes. Acho que a minha votação ficou restrita aos meus clientes do escritório e aos meus amigos, pessoas as quais eu conheço através de várias instituições, porque eu advogo há 30 anos, eu tenho muitos clientes que eu nem conheço mais (BOTELHO, João, informação verbal).

Dessa forma, é possível perceber que há uma série de categorias profissionais que costumam ser “bem vistas” perante a sociedade e, por conta disso, tendem a estar presentes de alguma forma nas listas partidárias. Médicos, advogados, professores e militares são apenas alguns exemplos deste tipo de profissionais que gozam de certo *status* social e que tendem a integrar as listas partidárias, muitas vezes com discursos setoriais, em defesa de suas categorias e de bandeiras específicas – aliás, como a bibliografia nacional e internacional tem destacado e o trabalho evidenciou em capítulos precedentes.

Por fim, há ainda candidatos cujos maiores “trunfos” eleitorais estão mais diretamente relacionados ao campo da política, ou seja: são candidatos que já ocuparam ou ocupam cargos públicos, principalmente os eletivos, e buscam a reeleição ou a retomada da carreira. Ao tratar dos recursos sociais utilizados no recrutamento de elites políticas tendo como referência os candidatos a deputado estadual e federal no Rio Grande do Sul em 1998, Coradini (2001, p. 153) apontou que “(...) para praticamente a totalidade dos candidatos que já ocuparam cargos públicos, em especial para os de maior destaque, isso se constitui na principal base de recursos eleitorais utilizada nas eleições”. Entretanto, não é preciso ocupar um cargo público de maior destaque para se valer dele em um processo eleitoral: a

importância da ocupação de cargos políticos prévios também se faz presente em contextos de pequenos e médios municípios, onde os vereadores tendem a buscar e obter altas taxas de sucesso e de reeleição parlamentar. O caso do município de Pelotas é bastante ilustrativo nesse sentido: dos 12 vereadores que tentaram ser reeleitos no pleito de 2008, apenas um deles não obteve sucesso (BARRETO, 2009b).

Nas modalidades de recursos sociais anteriores a condição é a de candidatos novatos e amadores, sem vínculos com a “política”, que se constituem e se apresentam como uma espécie de “mediadores” entre determinados grupos da sociedade e a esfera da política. Nesta, ao inverso, a modalidade de recursos sociais decorrente de uma vinculação mais direta e profissional com a política, não se almeja chegar até ela, e sim nela manter-se com base na construção de uma imagem positiva e merecedora de confiança.

Isso não quer dizer que os candidatos não acumulem outros dos trunfos eleitorais anteriormente abordados, muito pelo contrário. A questão é que, para estes candidatos, a principal “qualidade” é a própria condição de alguém que já está inserido no campo da política, por isso mais visíveis perante o eleitorado, bem como mais facilmente reconhecidos por ele. Além, é claro, da possibilidade concreta que tiveram de atuar em defesa de demandas e reivindicações de comunidades, bairros, grupos ou movimentos sociais, o que tende a render para eles marcas importantes, centradas nas noções de “experiência”, “competência” e “confiança”, as quais dificilmente são atribuídas a novatos que nunca ocuparam um cargo público eletivo. Mas o objetivo aqui não está em aprofundar a discussão acerca dos atributos específicos dos candidatos que se reapresentam nas campanhas eleitorais, apenas apontar para a utilização desta condição de alguém que já pertence à política como um trunfo nas eleições.

Um ponto interessante desta discussão, no entanto, está relacionado às diferentes relações que os candidatos possuem com o campo da política. Estas vão desde as circunstâncias mais “caseiras” e “amadoras” – como no caso dos que atuam como lideranças comunitárias ou que participam de clubes de mães, associações de bairros e igrejas – até as de quem possui um tipo de vínculo profissional com a política. E não se fala necessariamente daqueles que ocupam o mandato de vereador, mas também dos que atuam como “cargo de confiança”, ou seja, ocupam cargos públicos por meio de indicação dos partidos políticos.

Entre as listas partidárias apresentadas pelos principais partidos em 2008 no município de Pelotas, a maior concentração de candidatos entrevistados que já ocupou algum tipo de cargo político de indicação partidária está no PT, embora isso não seja uma exclusividade desse partido, é claro.

Carlos Alberto Passos, conhecido como Beto da Z-3, foi um dos indicados da lista partidária apresentada pelo PT com menos tempo de filiação (cinco anos). Crescido em uma família de pescadores e dotado de grande popularidade em uma área do município conhecida como Colônia Z-3, Beto já atuou como Sub-Prefeito nesta localidade durante o governo Marroni (2001-2004), foi assessor parlamentar da Miriam Marroni em seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa (2005-2006) e hoje atua como assessor parlamentar do deputado federal Fernando Marroni.

Beto da Z-3 falou sobre a sua trajetória de vinculação à política e de ocupação de cargos de indicação política:

Faltando uns 15 dias para terminar o mandato do Gaúcho, que não se reelegeu, a Miriam Marroni me chamou lá na Câmara com mais umas pessoas e disse: *‘Beto, o Gaúcho perdeu a eleição, nós vamos compor o governo e a gente queria te oferecer a Sub-Prefeitura da Z-3’*. Eles insistiram e eu acabei aceitando. Quando a Miriam assumiu como deputada eu estava saindo da Sub-Prefeitura e ela me convidou pra ser assessor dela, fiquei em 2005 e 2006. Depois trabalhei no CAPA, fiquei lá quase dois anos. Aí o Marroni foi para a Câmara e me chamou pra ficar no gabinete dele e hoje estou aqui. (BETO DA Z-3, informação verbal).

Além de já ter ocupado cargos políticos, o candidato possui outros recursos sociais acumulados: cresceu em uma família de intensa participação e envolvimento com a política, que por muitos anos esteve à frente do Sindicato de Pescadores da Colônia Z-3. Sua “popularidade” na comunidade está relacionada ainda à inserção em grupos religiosos e à organização de eventos de lazer:

Nós temos uma organização forte na Z-3 que é a Igreja, eu participei da diretoria da comunidade, que promove a festa dos navegantes (Comunidade Nossa Senhora dos Navegantes). Fui coordenador geral da festa da Nossa Senhora dos Navegantes, em 2000 e 2001. Nós tínhamos também uma produtora de eventos, fazíamos campeonato de futebol sete, masculino e feminino. Juntava 1.500 pessoas aos domingos lá na comunidade. A rádio transmitia, era muito organizado. E festas também, bailes, estas coisas (Idem).

O trecho acima serve para ilustrar o fato de que os ocupantes de cargos públicos (eletivos ou não) acumulam outros recursos sociais, aqueles anteriormente abordados: comunitários, religiosos, inserção na mídia, membro de categorias profissionais “importantes”, entre outros. Entretanto, em relação aos demais, tais candidatos possuem outro tipo de vinculação com a política, mais profissional e institucional, e menos caseira e informal.

Outro candidato entrevistado pelo PT foi Nelson da Costa Pires, conhecido como “Nelsinho do PT”. Ele concorreu pela primeira vez em 2008 e estava filiado ao partido há seis anos. Apesar de este ser um tempo de vínculo formal escasso em se tratando dos candidatos do PT em Pelotas, Nelsinho já ocupou cargos públicos de indicação partidária: foi assessor parlamentar do vereador Paulo Oppa (2005-2007) e atualmente é assessor parlamentar do deputado federal Fernando Marroni.

Nelsinho é de origem pobre, abandonou a escola aos 14 anos para trabalhar em um engenho de arroz e logo começou a participar do sindicato, embora sem se filiar ao partido. Depois de trabalhar como padeiro e voltar à escola para concluir o ensino fundamental, foi presidente do Grêmio da sua escola durante o ensino médio e fez parte do DCE da UFPel, onde atualmente cursa Filosofia. Ao falar de sua trajetória, o candidato exaltou a aproximação ao PT:

Pra quem tem a origem que eu tenho, de vir da vila, eu acabei me rebelando, mas o que tu podes fazer é muito limitado. [...] Sempre fui um apreciador do PT, desde os tempos do sindicato, mas só depois acabei me filiando. Antes de me filiar eu já conhecia e simpatizava com o partido. Eu fui do movimento sindical no final da década de 80, início dos anos 90. Sempre fui próximo do PT, votava, mas não era filiado. Faltava tempo, porque eu, na época padeiro, às vezes trabalhava quinze horas por dia (NELSINHO DO PT, informação verbal).

Jacira Porto, engenheira agrônoma e funcionária pública municipal, é outra candidata pelo PT em 2008 que possui “experiência” na política, pois, além de ter atuado como cargo de confiança no governo de Olívio Dutra (1998-2001), foi vereadora na legislatura 2001-2004. Como já foi destacado, ela iniciou sua vinculação com a política por meio do movimento estudantil na década de 1980 e depois participou do movimento sindical, quando foi uma das coordenadoras da direção do Sindicato dos Municípios (SIMP), no final da década de 1980.



Ela falou sobre a sua trajetória de vinculação aos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável, destacando assim os seus recursos sociais e eleitorais:

Desenvolvi vários trabalhos junto ao CAPA e à Pastoral da Terra, assim como em grupos de agricultores. Trabalhava como extensionista rural, trabalhando com agricultores na colônia. Também faço parte da ONG Teia Ecológica, que ajudei a construir. Neste caminho eu venho me relacionando com várias instituições, principalmente públicas (como EMBRAPA e EMATER), a Prefeitura e várias ONGs. Muitas vezes, há governos em que ‘os caras’ não te colocam para trabalhar, então nestes governos eu estive mais vinculada, fazendo formação, trabalhando com feirantes – trabalhei muito com feiras livres. Todo o meu trabalho tem a ver com a questão da alimentação, da agricultura e do debate do desenvolvimento sustentável (PORTO, Jacira, informação verbal).

Luciano Lima, outro candidato a vereador indicado pelo PT, é o maior exemplo de candidatos que possuem uma relação profissional com a política, por ser um daqueles que Weber (1984) afirmou que vivem “da” política e não “para” a política. Filiado há 16 anos ao partido, teve uma rápida passagem pelo PCB, ainda quando participava do movimento estudantil, mas, logo em seguida, resolveu se filiar ao PT.

Ele militou no movimento estudantil secundarista, universitário. A lista de cargos ocupados é extensa: foi assessor parlamentar do vereador Deogar Soares (1997-1998), atuou como coordenador regional do Sine (1999-2002), foi assessor dos deputados estaduais Tarcísio Zimmermann (2003), Raul Pont (2004) e Miriam Marroni (2005-2006). Atualmente, é assessor do deputado federal Fernando Marroni.

O esforço de listagem dos cargos serve apenas para ilustrar uma modalidade de vínculos políticos mais próximos da profissionalização da política, mais característica dos candidatos do PT do que dos demais. Novamente, é importante lembrar que estes candidatos possuem outros tipos de “qualidades” e “trunfos” eleitorais, que se combinam junto à experiência acumulada mediante a ocupação de cargos públicos, sejam eles eletivos ou não.

Diante da variedade de recursos sociais explorados nas campanhas eleitorais, desde os mais “artesanais” até os mais “profissionais”, é possível considerar que, embora muitos dos candidatos não possuam longos laços de durabilidade com os partidos (traduzidos em tempo de filiação), nem experiência em eleições anteriores (o que possibilitaria questionar a ideia de que os partidos buscam

a todo custo candidatos com potencial eleitoral), muitas vezes as motivações dos dirigentes por um ou outro nome está relacionada aos seus diferentes recursos sociais, o que não deixa de estar relacionado às expectativas eleitorais em torno dos candidatos.

Sem pretensão alguma de exaustão dos diferentes recursos sociais que costumam figurar na origem das candidaturas indicadas pelos partidos, o intuito aqui foi simplesmente mapear, a partir da realização de entrevistas com os candidatos a vereador em Pelotas em 2008, as diferentes formas de se “fazer política”, o que inclui: a vinculação a certas comunidades e grupos comunitários, a participação em grupos religiosos, a popularidade daqueles que possuem especialmente inserção na mídia, a atuação profissional em categorias mais valorizadas pela sociedade e, ainda, a ocupação de cargos públicos. Esta peculiaridade funciona de modo mais explícito como um recurso eleitoral no discurso daqueles que ocupam cargos eletivos, e mais implícito, no caso dos candidatos que já ocuparam cargos de confiança, o que indica que, embora eles possuam um outro tipo de relação com a política (maior profissionalização), esta não necessariamente é explorada como um “trunfo” dos candidatos, mas está na origem e nas circunstâncias que ajudam a promover muitas candidaturas.

#### **4.4 O Desempenho eleitoral em 2008**

Por fim, esta seção apresenta o resultado obtido pelos candidatos dos quatro partidos analisados. O desempenho dos concorrentes não constitui objetivo desta pesquisa, centrada no momento anterior do processo eleitoral, no entanto, é interessante indicar o produto da seleção de candidaturas realizada pelo partidos. Nesse caso, será aplicado procedimento semelhante ao adotado no capítulo anterior: (1) calcular a média de votos nominais apresentada pela lista pelo qual concorreram (excluídos, portanto, votos na legenda); (2) calcular o percentual de votos obtido pelo candidato em relação aos votos nominais da lista pela qual concorreu em 2004; (3) verificar se o candidato ficou acima ou abaixo dessa média; (4) observar a posição que ocupou na lista pela qual concorreu e, se for o caso de coligação, também a colocação dentre os indicados pelo seu partido.

Candidato	Votação		Posição na lista <sup>1</sup>		Situação em relação à média de votos <sup>2</sup>
	N	%			
Eduardo Macluf	5.470	19,0	1	1	Acima
José Artur <sup>3</sup>	3.800	13,2	3	2	Acima
Roger Ney	2.407	8,4	5	3	Acima
Dionízio	2.104	7,3	6	4	Acima
Daniel Nobre	1.866	6,5	7	5	Acima
Léo Cardoso	1.570	5,4	9	6	Acima
Caio Selister	1.368	4,8	10	7	Acima
Jorge Caldeira	787	2,7	13	8	Abaixo
Erenice	621	2,2	14	9	Abaixo
Pingo	580	2,0	15	10	Abaixo
Professora Yolanda	549	1,9	16	11	Abaixo
Dr. Paulo	541	1,9	17	12	Abaixo
Carlos Alberto Pereira	369	1,3	20	13	Abaixo
Professora Soila	356	1,2	21	14	Abaixo
Rosângela Vieira	334	1,2	22	15	Abaixo
Tia Rosa	177	0,6	26	16	Abaixo
Glorinha	163	0,6	27	17	Abaixo
Claudete Fonseca Loi	115	0,4	28	18	Abaixo
Geci Monkes	72	0,2	29	19	Abaixo

Fonte: TRE-RS

1 – A 1ª coluna indica a posição na coligação e a 2ª, dentre os candidatos do partido

2 – PP-PTB-PRB – 1.224

3 – Ex-vereador eleito por PL (1988 e 1992)

**Quadro 7** – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), apresentados pelo PP nas eleições de 2008

O quadro 7 revela que sete dos 19 nomes apresentados pelo PP para a disputa municipal de 2008 conseguiram obter uma votação acima da média dos candidatos da lista formada por PP-PTB-PRB, que foi de 1.224 votos. Chama a atenção que destes sete candidatos, apenas dois eram estreantes em disputas eleitorais: Eduardo Macluf e Daniel Nobre.

Daniel Nobre já foi destaca anteriormente, o mesmo tendo ocorrido no caso de Eduardo Macluf, mas cabem mais detalhes acerca de Macluf, eleito vereador e líder de votos da coligação. Ele não era um “desconhecido”, embora disputasse pela primeira vez, pois é filho de Mansur Macluf, vereador há mais de quatro décadas no município, sempre vinculado ao hoje PP (foi da Arena, do PDS, do PPR e do PPB) e que abandonou a carreira justamente no pleito de 2008. Iniciado na política com a ajuda do pai, formado em Direito, ele tinha como credenciais ter sido assessor parlamentar na Assembleia Legislativa e na Câmara de Deputados, assessor do Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, e ter atuado, ainda, no Ministério das Cidades.

Os demais candidatos que apresentaram votação acima da média da lista (José Artur, Roger Ney, Dionízio, Léo Cardoso e Caio Selister) eram candidatos já experientes, não apenas como concorrentes de disputas eleitorais municipais, mas também como ocupantes de cargos públicos eletivos ou por indicação dos partidos políticos. Desses, um foi comentado com mais atenção anteriormente, razão pela qual não é necessário repetir as informações.

José Artur, servidor público aposentado, elegeu-se vereador pelo PL em 1988 e em 1992; em 1996 foi candidato a Vice-Prefeito (sem obter sucesso) e, depois, Secretário Municipal de Administração (1997-2000), Secretário Municipal da Receita (2005-2006), e, novamente, Secretário de Administração (2006-2008). Foi filiado durante muitos anos ao PL, depois passou para o PTB (pelo qual concorreu a vereador em 2004) e, finalmente, teve a sua filiação ao PP oficializada em 2007, no limite do prazo legal do tempo mínimo de filiação exigido para a obtenção de uma candidatura.

Roger Ney, terceiro no *ranking* do PP, também não era um novato em disputas eleitorais: participou dos pleitos de 2000 e de 2004, ambos pelo PTB, nos quais conseguiu ampliar consideravelmente a votação (em 2000 fez 845 votos e em 2004 fez 1.958 votos). Além de empresário, participa de atividades comunitárias, é presidente da Associação de Moradores da Cohab Lindóia e atua como Conselheiro Municipal da Educação.

Léo Cardoso concorreu em 2004 pela primeira vez, quando fez 1.096 votos, mas indicado pelo PTB, partido ao qual foi filiado por cerca de 10 anos. Ele é médico veterinário e atuou como Secretário Municipal de Qualidade Ambiental no governo de Bernardo/Fetter Júnior (2005-2008).

Já Caio Selister, havia concorrido no pleito de 2000, também pelo PP, quando fez 1.316 votos. Empresário do setor de panificação, atuou como dirigente (Presidente e Secretário) da sigla no município, e foi indicado para a ocupação de cargos na Prefeitura Municipal: como Diretor de Transportes da Secretaria Municipal de Trânsito e Secretário Municipal de Serviços Urbanos, durante o de governo Bernardo/Fetter Júnior (2005-2008).

Candidato	Votação		Posição na lista	Situação em relação à média (520 votos)
	N	%		
Zequinha dos Rodoviários <sup>1</sup>	2.121	14,3	1	Acima
Velocino Cardoso <sup>2</sup>	1.195	8,0	2	Acima
Roger Jaekel	983	6,6	3	Acima
Coronel Valdoir	796	5,4	4	Acima
Bete Rodrigues <sup>2</sup>	728	4,9	5	Acima
Osvaldo do Tamoio	621	4,2	6	Acima
Celso Ávila	619	4,2	7	Acima
Marini <sup>2</sup>	597	4,0	8	Acima
Deli Silva	533	3,6	9	Acima
João do Ônibus e do Mercadinho	464	3,1	10	Abaixo
Paulo Farias	399	2,7	11	Abaixo
Nereu Mendes	386	2,6	12	Abaixo
Ceará	278	1,9	13	Abaixo
Noemi	259	1,7	14	Abaixo
Gilson Rodrigues	237	1,6	15	Abaixo
Michele Cardoso	227	1,5	16	Abaixo
Floraci Farofa	222	1,5	17	Abaixo
Rafael Maurense	217	1,5	18	Abaixo
Manecão	214	1,4	19	Abaixo
Vera Pereira	155	1,0	20	Abaixo
Tia Neuza	119	0,8	21	Abaixo
Sova	78	0,5	22	Abaixo

Fonte: TRE-RS

1 – Vereador que buscava a reeleição

2 – Ex-vereador eleito pelo PDT (Bete e Marini em 1996, Velocino em 1992)

**Quadro 8** – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador de Pelotas (RS), apresentados pelo PDT nas eleições de 2008

O PDT apresentou nove dentre 22 candidatos a vereador que obtiveram uma votação acima da média dos concorrentes da lista. Entretanto, é importante lembrar que esta média (520 votos) foi bastante inferior em relação àquelas obtidas pelos demais partidos analisados.

O primeiro lugar na lista ficou com o vereador Zequinha dos Rodoviários, único eleito e que atingiu em 2008 a sua primeira reeleição, desta vez pelo PDT. Em 2004, ele foi eleito pelo PTB, com 2.771 votos. Trabalhador do setor de transportes e sindicalista, foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários a partir da década de 1990.

Entre os demais, há os três ex-vereadores anteriormente referidos: Velocino Cardoso, Bete Rodrigues e Marini. Antes de três situações isoladas, as trajetórias desses ex-vereadores que, após a perda de seus mandatos não conseguiram (até então) retornar ao Legislativo, remetem para uma tendência já identificada por

Barreto (2008a). Este, ao analisar a carreira dos vereadores de Pelotas, no período compreendido entre 1976 e 2004, constatou que “[...] *a quase totalidade dos que deixaram a Câmara, seja por desistência ou derrota, não obtiveram um novo mandato*” (2008a, p. 144). O dado é bastante sugestivo: em aproximadamente 95% dos casos analisados, os ex-vereadores que voltaram a disputar eleições não conseguiram obter êxito eleitoral, ou seja, ser novamente eleito.

Além de ex-vereadores, há um pequeno grupo de candidatos do PDT em 2008 que já participaram de eleições anteriores e ficaram acima da média: os também já referidos Coronel reformado Valdoir Ribeiro e o pequeno comerciante Celso Ávila.

Por fim, entre os candidatos mais bem votados do PDT no último pleito estão três novatos: Roger Jaekel, Osvaldo do Tamoyo e Deli Silva, todos filiados ao partido em 2007, no prazo mínimo exigido pela legislação nacional para a obtenção do registro de candidatura a um cargo público eletivo em 2008. Desses, ainda não houve referência a Jaekel, terceiro mais bem votado da legenda, com 983 votos. Declarou ao TRE-RS ser escritor e crítico, e recheou o seu material de campanha com fotos ao lado de autoridades políticas do PDT, como: Carlos Lupi (Ministro do Trabalho do governo Lula e presidente nacional do PDT), Alceu Collares (ex-governador do estado), o senador Cristovam Buarque e o ex-Prefeito Anselmo Rodrigues.

Candidato	Votação		Posição na lista <sup>1</sup>		Situação em relação à média de votos <sup>2</sup>
	N	%			
Pedrinho <sup>3</sup>	3.312	25,3	2	1	Acima
Adalim Medeiros <sup>3</sup>	3.284	25,1	3	2	Acima
Zilda Bürkle	1.675	12,8	4	3	Acima
Jorge Borges	842	6,4	9	4	Abaixo
Vera Oliveira	688	5,2	12	5	Abaixo
Nelson Kaufmann	442	3,4	13	6	Abaixo
Dr. João Botelho	437	3,3	14	7	Abaixo
Getulio Garcia	386	2,9	16	8	Abaixo
Cleimar Vieira	363	2,8	17	9	Abaixo
Maristel Mainardi	277	2,1	21	10	Abaixo
Reverendo Ramaces	269	2,1	22	11	Abaixo
Luis Henrique	247	1,9	23	12	Abaixo
Professor Rogério	198	1,5	24	13	Abaixo
Fernando Cunha	160	1,2	26	14	Abaixo

Fonte: TRE-RS

1 – A 1ª coluna indica a posição na coligação e a 2ª, dentre os candidatos do partido

2 – PMDB/DEM – 903

3 – Vereador que buscava a reeleição

**Quadro 9** – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador pelo PMDB em 2008 na cidade de Pelotas

No caso do PMDB, apenas três dos 14 candidatos estiveram acima da média de votos nominais obtidos pela coligação (903)<sup>30</sup>, sendo que dois deles conseguiram se eleger, ou melhor, se reeleger, pois se tratavam dos vereador Pedro Godinho e Adalim Medeiros. A terceira candidata mais votada do PMDB em 2008 foi Zilda Bürkle, filiada há mais de 10 anos ao partido, ela foi professora e diretora de escola na zona rural, além de ser despachante e atender diretamente o público oriundo da zona rural, onde está situado o seu escritório.

Dessa forma, a exemplo do caso do PP, é possível observar que também no PMDB são poucos os candidatos a vereador que apresentam um potencial eleitoral mais elevado, ou seja, acima da média dos nomes da lista. Além do mais, os três que a ultrapassaram são dois antigos vereadores atuantes no município e de uma candidata já experiente em eleições (quatro disputas).

<sup>30</sup> - Se for considerado apenas o desempenho dos candidatos do próprio partido, a média é muito semelhante (898 votos).

Candidato	Votação		Posição na lista	Situação em relação à média (1.147 votos)
	N	%		
Miriam Marroni <sup>2</sup>	5.719	15,3	1	Acima
Miltinho <sup>1</sup>	4.185	11,2	2	Acima
Ivan Duarte <sup>1</sup>	2.954	7,9	3	Acima
Diarone Santos	2.226	6,0	4	Acima
Beto da Z-3	2.046	5,5	5	Acima
Luciano Lima	1.771	4,7	6	Acima
Djair Garcia	1.757	4,7	7	Acima
Luciane Almeida	1.554	4,2	8	Acima
Jacira Porto <sup>2</sup>	1.548	4,1	9	Acima
Paulo Oppa <sup>1</sup>	1.178	3,2	10	Abaixo
Nelsinho do PT	919	2,5	11	Abaixo
Verno Martins	844	2,3	12	Abaixo
Círio Almeida	781	2,1	13	Abaixo
Humberto Santo	513	1,4	14	Abaixo
Marta Garcia	378	1,0	15	Abaixo
Jacob Moreira	345	0,9	16	Abaixo
Rudinei Rodrigues da Silva	340	0,9	17	Abaixo
Henrique Azevedo	285	0,8	18	Abaixo
Gilvan Caldeira	116	0,3	19	Abaixo
Francisco Garcia	88	0,2	20	Abaixo

Fonte: TRE-RS

1 – Vereador que buscava a reeleição

2 – Ex-vereador eleito pelo PT (Miriam em 2000 e em 2004, Jacira em 2000)

**Quadro 10** – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador pelo PT em 2008 na cidade de Pelotas

A lista do PT em 2008 foi a que apresentou a maior média de votos por candidato (1.447 votos). Além disso, foi a que atingiu o maior percentual de candidatos que obtiveram uma votação acima da média: 45% dos casos ou o equivalente a nove concorrentes.

Chama a atenção ainda o potencial eleitoral dos 10 primeiros colocados no *ranking* do último pleito: todos eles (50% da lista) fizeram uma votação superior à casa dos mil votos, índice este significativamente superior ao dos demais partidos – (9,1% no PDT; 21,4% no PMDB; e 36,8% no PP).

Este potencial eleitoral ampliado dos candidatos petistas está relacionado, em parte, ao fato de a maior parte deles já ter atuado ou atuar como vereador, além de vários outros terem sido candidatos em eleições anteriores. Dentre os nove candidatos que atingiram uma votação acima da média, três deles buscavam a reeleição (Miltinho, Ivan Duarte e Paulo Oppa); outros dois eram ex-vereadores (Jacira Porto e Miriam Marroni); quatro eram candidatos que já haviam concorrido



anteriormente (Diarone Santos, Beto da Z3, Luciano Lima e Djair Garcia); e apenas uma candidata, Luciane Barcellos, estreou nestas eleições.

Porém, embora novata em eleições, Luciane não é uma novata no partido, pois é filiada há mais de 15 anos. Iniciou sua trajetória na Pastoral da Juventude, depois passou a militar na Pastoral da Criança, ambos movimentos sociais incentivados pela igreja católica. De 1998 a 2005, Luciane atuou como Conselheira Tutelar e, depois das eleições de 2008, passou a ocupar cargo de indicação política na Câmara municipal.

A partir desta menção aos candidatos a vereador petistas que concorreram em 2008 em Pelotas e que obtiveram desempenhos eleitorais acima da média, é possível observar um traço peculiar, não só da experiência político-eleitoral e de um histórico mais extenso de participação em eleições, mas revela também níveis mais elevados de profissionalização da política, mesmo na esfera municipal: dos nove candidatos mencionados, apenas um deles (Djair Garcia) não ocupa cargos de indicação política. Nos demais partidos (PP, PDT e PMDB), a incidência de candidatos a vereador que já tenham atuado profissionalmente na política é muito menor.

Partido	Em relação à média de 2008		Em relação à média de 2008	
	Acima	Abaixo	% Acima	% Abaixo
PP	7	12	36,8	63,2
PDT	9	13	40,9	59,1
PMDB	3	11	21,4	78,6
PT	9	11	45,0	55,0

**Quadro 11** – Desempenho eleitoral dos candidatos a vereador de Pelotas que disputaram o pleito de 2008 pelos principais partidos

A partir do caso de Pelotas, considerando o desempenho eleitoral dos candidatos a vereador que concorreram pelos principais partidos políticos (PP, PMDB, PDT e PT), em 2008, é possível questionar, mais uma vez, a hipótese de que o potencial eleitoral conta apenas nos partidos de direita.

Nos demais partidos, a lógica da competição interna traduzida em termos de desempenho eleitoral dos candidatos parece assumir uma configuração diferenciada, na medida em que há um número mais reduzido de puxadores de voto,

como demonstrado anteriormente. Nesse sentido, a argumentação mais condizente com a realidade aponta para o potencial eleitoral como um recurso importante no processo de seleção dos candidatos pelos partidos, mas que costuma valer para poucos – ao menos no âmbito dos cenários municipais, onde a exigência de recursos eleitorais (políticos, econômicos e sociais/ culturais) parece ser mais amena quando comparada às demais disputas proporcionais.

Em outras palavras, é possível dizer que, ainda que os líderes partidários façam projeções acerca da expressividade eleitoral e a apregoem como o principal critério na escolha dos aspirantes a um cargo público eletivo, a dinâmica da política, assim como o resultado das eleições, os dados mostram que os partidos de mais expressão (como PP, PMDB e PDT, no caso de Pelotas) contam, de um lado, com um grupo reduzido de candidatos potencialmente *protagonistas*, aqueles com maior potencial eleitoral – seja porque são vereadores que buscam a reeleição, seja porque são candidatos que já foram vereadores ou participaram de outras eleições e apresentaram boas votações, ou ainda por serem nomes mais conhecidos pelo eleitorado (apresentadores de televisão, radialistas, atletas, músicos, entre outros).<sup>31</sup>

De outro lado, há candidatos que são potencialmente *coadjuvantes*, porque independentemente das perspectivas de votação que implicam ao partido, servem para reforçar a legenda e ajudar a eleger os primeiros colocados no *ranking*. Mas isto não chega a se constituir como um problema ou se desdobrar em uma busca desesperada por candidatos “bons de voto”, pois as legendas (as grandes) tendem a garantir o seu espaço com a atuação dos puxadores de voto e a ajuda dos demais candidatos.

A utilização dos termos “potencialmente” protagonistas e “potencialmente” coadjuvantes como menção ao desempenho eleitoral dos candidatos, não é um mero detalhe, pois eles estão relacionados ao fato de que, por mais que o cálculo de votos de cada candidato possa ser projetado pelos líderes partidários, ele é de ordem especulativa, sempre permeado de riscos, principalmente nos casos de concorrentes novatos, quando não há uma base que sirva de referência para a projeção de votação em função de não terem sido testados nas urnas.

---

<sup>31</sup> - Como indicado anteriormente, mas sem desmerecer o que foi afirmado, no caso do PT a competição é mais acirrada, pois há proporcionalmente mais candidatos protagonistas. Por esta razão ele não foi incluído na relação.

Entretanto, esta tendência de uma quantidade menor de puxadores de votos e de uma quantidade maior de candidatos de menor expressão eleitoral é reduzida no PT, ao menos no presente estudo de caso, pois o índice de candidatos mais experientes em eleições e competitivos em termos de votos foi mais elevado no PT em relação aos demais partidos.

O que se quer ressaltar novamente é que, mesmo em se tratando de candidatos a vereador que já participaram de outros pleitos municipais, o que consequentemente facilitaria aos dirigentes partidários “prever” com uma margem de erro menor a perspectiva de votação dos concorrentes, não é preciso ser um puxador de votos para ser incluído em uma lista partidária. Isso porque, como visto no capítulo anterior, há nomes que disputaram o pleito de 2004 e, mesmo apresentando uma votação reduzida, foram indicados pelos partidos outra vez em 2008.

Finalmente, deve-se ponderar que o pleito de 2008 foi especialmente contundente nesse quesito: nos quatro partidos analisados e independentemente das peculiaridades que os cercaram, não houve praticamente espaço para os novatos e todos os eleitos eram candidatos experientes. O único “novato” era o herdeiro político de um mandato de 40 anos (Eduardo Macluf).

## Conclusão

Embora os partidos políticos constituam um objeto de pesquisa clássico nas Ciências Sociais e, mais especificamente, na Ciência Política, apenas mais recentemente é que o processo de escolha dos candidatos no âmbito das organizações partidárias começou a ganhar contornos de um fenômeno que merece ser mais bem investigado e compreendido (NORRIS, 1993, 1996, 1997; NORRIS e LEVENDUSKI, 1995; RAHAT e HAZAN, 2001), ainda que a importância do tema já tenha sido sugerida há mais tempo (SCHATTSCHNEIDER, 1964; RANNEY, 1965 e 1981; GALLAGHER e MARSH, 1988).

Como visto no Capítulo 1, Ranney (1981, p. 75) foi quem pioneiramente definiu de forma conceitual em que consistiria o fenômeno da “seleção de candidatos”: “[...] *um processo predominantemente extralegal, no qual os partidos políticos decidem quais as pessoas serão legalmente elegíveis para poderem concorrer a um cargo público em uma eleição, com uma lista de candidatos recomendados ou que vão receber o apoio*”. Antes disso, porém, Schattschneider (1940) já havia chamado a atenção para a importância do que denominou de *designação de candidatos*, que além de ser uma função essencial dos partidos políticos modernos, seria um ponto-chave para a compreensão das relações de poder existentes no interior dos partidos.

Desde Ranney (1965 e 1981), um dos principais questionamentos da literatura mais diretamente relacionada ao tema da seleção de candidatos tem sido o seguinte: Os partidos selecionam os seus candidatos de forma centralizada ou descentralizada? A preocupação, que pressupõe pensar a atuação dos partidos na totalidade dos territórios em que operam (os Estados nacionais), implica ainda supor que, quanto maior a descentralização dos métodos de seleção dos candidatos,

maior o nível de democratização (NORRIS, 1993, 1995 e 1996) e de inclusão (RAHAT e HAZAN, 2001) das práticas partidárias.

A diferença é que, enquanto Norris (1993, 1995 e 1996) e Norris e Lovenduski (1995) apenas apontam para a importância da forma pela qual os partidos definem os seus candidatos, pois centram a análise no perfil daqueles que conseguiram passar pelo crivo dos partidos e do eleitorado e chegam à condição de parlamentares – o que denominam de *recrutamento legislativo* –, Rahat e Hazan (2001) estão mais diretamente preocupados com a *seleção dos candidatos* tal como ela ocorre no âmbito dos partidos políticos, considerando o conjunto dos filiados selecionados para as disputas eleitorais, e não apenas aqueles que conseguiram se eleger.

Em última instância, as categorias de análise apresentadas por Rahat e Hazan (2001) remetem a uma avaliação do grau de democracia interna com que os partidos selecionam os seus candidatos. Nas entrelinhas da perspectiva, é importante dizer, está o entendimento de que: quanto menores as exigências para que alguém possa tornar-se candidato; quanto maior a extensão das agências selecionadoras de candidatos; quanto mais descentralizados forem os métodos de seleção e, finalmente, se houver sistemas de votação dos filiados para a escolha dos candidatos, mais inclusivo e democrático serão os métodos partidários de seleção das candidaturas.

Além disso, a análise dos métodos de seleção partidária em Rahat e Hazan (2001) implica um viés demasiadamente formal, pois baseia suas observações a partir dos requisitos formais – legais (institucionais) e partidários (estatutários) – relacionados ao processo, deixando de considerar assim as dinâmicas “reais” tecidas no interior das organizações partidárias.

Mesmo com estas lacunas importantes, como visto no Capítulo 2, o modelo de Rahat e Hazan (2001) tem servido como referência para a maior parte dos trabalhos de pesquisa que começam a surgir no Brasil sobre o assunto (GUARNIERI, 2004; ÁLVARES, 2004, 2006, 2007, 2008a, 2008b, 2009; MARQUES, 2007; BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA, 2008, 2009; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009; BRAGA e VEIGA, 2009; BOLOGNESI, 2009; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009).

Antes disso, no entanto, Mainwaring (1991, 1992 e 2000), um dos estudiosos mais críticos em relação aos partidos políticos brasileiros, já havia sugerido um escasso controle dos líderes partidários sobre a escolha dos candidatos, sobretudo, em função da estrutura federativa do sistema político brasileiro e dos incentivos ao individualismo dos políticos decorrentes do sistema proporcional de lista aberta.

A perspectiva adotada nos trabalhos recentes sobre a seleção de candidatos difere daquela de Mainwaring, haja vista que eles discutem não é se os partidos controlam ou não a composição das listas de candidatos, mas sim quais os requisitos (formais e informais) para que os filiados possam integrar as listas partidárias e quais os tipos de *selectorates* atuam neste processo.

No Brasil, a legislação eleitoral estabelece alguns requisitos para que os cidadãos possam ser candidatos: possuir nacionalidade brasileira; ter realizado o alistamento eleitoral; ser alfabetizado; apresentar domicílio eleitoral na circunscrição pela qual quer se candidatar; não apresentar causas penais pendentes e ter a idade mínima exigida, que varia de acordo com o cargo em questão.

Para além destes requisitos formais, a legislação brasileira remete aos partidos políticos o estabelecimento de normas específicas para a escolha dos candidatos, conforme o art. 7º da Lei 9.504/97. Logo, os trabalhos têm se dedicado a analisar os estatutos partidários para verificar a existência de eventuais critérios adicionais (GUARNIERI, 2004; ÁLVARES, 2004, 2005, 2006, 2008a, 2008b, 2009; BRAGA, 2008, 2009; MARQUES, 2007; BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009; BOLOGNESI, 2009). Os resultados apontam que em todos os partidos, com exceção do PT, o requisito básico estipulado nos estatutos é o mesmo da legislação eleitoral: a filiação de no mínimo um ano. Segundo a ótica de Rahat e Hazan (2001), isso aproximaria o PT de um polo mais exclusivo em relação aos demais quando se trata de avaliar o grau de inclusão das candidaturas.

Outra preocupação dos recentes trabalhos nacionais que versam sobre a temática diz respeito aos tipos de *selectorates* atuantes nos partidos, com vistas a identificar se são mais ou menos inclusivos e “democráticos”. No caso do Brasil, como já visto, a legislação confere às organizações partidárias o monopólio da indicação de candidatos aos cargos eletivos e atribui a elas autonomia em seus métodos de seleção e de indicação de candidatos. As exigências legais dizem

respeito apenas aos prazos para a realização de convenções, obrigatórias para a homologação de candidaturas e para o registro delas pelos partidos.

Ao alegar a importância das convenções como os espaços oficiais dedicados à homologação das listas partidárias, alguns trabalhos nacionais, seguindo a inspiração de Rahat e Hazan (2001), buscaram avaliar os supostos níveis de democratização implícitos nessas instâncias (GUARNIERI, 2004, BRAGA, 2008 e 2009; BOLOGNESI, 2009). Passou-se a discutir, então, o perfil diferenciado dos participantes das convenções, seja em função do tempo de filiação necessário para delas poder se tornar membro, seja em função das diferentes modalidades de voto por parte destes participantes.

A perspectiva adotada neste trabalho de pesquisa, entretanto, buscou ir além de uma avaliação do “grau de inclusão” dos procedimentos partidários para a escolha de seus candidatos. Antes de argumentar a existência de métodos mais ou menos inclusivos de seleção, a partir da observação do que dizem os estatutos partidários, o objetivo foi contribuir para a compreensão do modo como, na prática, os partidos políticos operam na definição de suas nominatas para os pleitos, o que implicou deslocar o foco para os agentes políticos envolvidos no processo. Para tanto, serviu como base empírica para o presente estudo o caso da cidade de Pelotas (RS) em 2008, terceiro maior colégio eleitoral do estado do Rio Grande do Sul. Quatro partidos políticos foram incluídos na análise: PP, PMDB, PDT e PT.

No Capítulo 3, a partir da realização de entrevistas com os dirigentes partidários das quatro principais legendas abordadas (PP, PDT, PMDB e PT), foi possível verificar que, ainda que boa parte dos recentes trabalhos nacionais (GUARNIERI, 2004; PERISSINOTTO e BOLOGNESI, 2008; BRAGA, 2008 e 2009; BOLOGNESI, 2009) tenha buscado pistas nos estatutos partidários para “desvendar” os métodos de seleção utilizados pelos partidos políticos, priorizando as convenções oficiais como alvo das discussões, estes espaços possuem um papel, sobretudo, simbólico na escolha dos candidatos a vereador.

A diferença é que, no caso do PT, antes da realização da convenção, uma exigência da legislação eleitoral, há a promoção de um “Encontro”, previsto em estatuto, do qual participam delegados escolhidos no âmbito dos municípios, sendo que o critério para a definição dos delegados é estipulado em uma resolução do Diretório nacional. Por este motivo, boa parte da bibliografia concluiu pelo caráter diferenciado do PT em comparação aos demais partidos, no que tange aos métodos

de seleção de candidatos, que envolveriam de forma mais ativa o conjunto dos membros do partido, inclusive nas esferas municipais de poder (GUARNIERI, 2004; BRAGA, 2008 e 2009; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009; BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA e VEIGA, 2009; BOLOGNESI, 2009).

Quando confrontadas, entretanto, com a realidade e o contexto específico em pauta no presente estudo, as proposições da literatura nacional apresentaram lacunas importantes que precisam ser mais bem exploradas. É importante considerar, portanto, que os encontros do PT tendem a se configurar como espaços onde as candidaturas não são planejadas, mas apresentadas. Ou seja, os grupos e as correntes internas já definiram os seus candidatos, e os pré-candidatos “independentes”, a depender da sua rede de apoios, passaram por uma avaliação positiva ou negativa dos dirigentes partidários. E, assim como nos demais partidos, por mais que esteja garantido o direito ao voto por parte dos delegados petistas, dificilmente costuma haver votação e a relação dos candidatos é aprovada.<sup>1</sup>

No que se refere à configuração das convenções partidárias, parece mais importante destacar que, mesmo no caso das esferas locais de poder, elas se configuram como espaços restritos a certos membros partidários, integrantes dos Diretórios municipais, a quem, em princípio, está reservado o direito ao voto. Na prática, entretanto, dificilmente há votação, e mesmo quando ela ocorre, costuma servir apenas para legitimar as decisões previamente negociadas e estabelecidas pelas cúpulas partidárias, o que foi sugerido rapidamente por Nicolau (2006, p. 695): “[...] *as convenções oficiais têm caráter meramente homologatório, já que os candidatos são escolhidos antes que elas aconteçam*”.

Dessa forma, a imagem de que as convenções partidárias em âmbito municipal constituiriam espaços mais abertos e com maior participação popular (MAINWARING, 2001) não encontra respaldo empírico, quando avaliada de forma mais atenta. Antes de um indicador da falta de democracia e de “debilidade” dos partidos políticos, o caráter homologatório das convenções remete à importância das cúpulas partidárias sobre a definição e a negociação das listas partidárias. Como desdobramento deste caráter simbólico das convenções partidárias, a preocupação com a composição dos *selectorates* locais tem de ser deslocada para outras “instâncias” e arranjos informais.

---

<sup>1</sup> - É claro que em um contexto de disputa mais intensa por espaço na lista esta situação tende a ser diferente – o que não foi o caso do PT de Pelotas nas eleições de 2008.



De modo semelhante, os depoimentos dos dirigentes das quatro legendas estudadas remetem ao controle dos partidos sobre a indicação dos candidatos a vereador e apontam para a importância dos dirigentes partidários – não necessariamente aqueles que ocupam as posições oficiais de comando –, a quem cabe a tarefa de incluir ou excluir algum nome da lista, ao menos em âmbito local.

Mas em que consiste este *controle* dos partidos sobre a indicação dos candidatos? A questão é importante porque pode dar margem a interpretações distintas. O que se quer dizer aqui é que os partidos controlam a seleção de candidatos na medida em que as cúpulas dirigentes avalizam as candidaturas, definindo quem serão os pré-candidatos cortados e os que permanecerão na lista. Se o sentido do controle do processo fosse aquele presente nas formulações de Mainwaring (2001), que afirma que os partidos brasileiros não controlam o processo de seleção de candidatos porque aceitam uma ampla diversidade de nomes, sem qualquer tipo de afinidade ideológica ou critérios bem definidos, o estudo enveredaria por outros caminhos de difícil tratamento metodológico, embora de inegável importância.

No que se refere à composição dos *selectorates* locais, é destacada a singularidade do PT em relação aos demais partidos, a qual está relacionada ao fato de que, em função de um arranjo interno diferenciado, marcado pela composição de distintos grupos internos, os membros das instâncias de direção do partido tendem, em maior medida, a ratificar as indicações realizadas pelos grupos internos – o que tem sido praticamente inexplorado pela literatura.

Não se quer dizer com isso que apenas os membros de correntes internas conseguem ter acesso às listas do PT, o que seria um equívoco. A questão é que, embora haja espaço para candidatos mais periféricos e individuais, que não contam com o respaldo (político e/ou financeiro) de grupos internos, estes candidatos têm de competir com as candidaturas mais competitivas, estas sim, definidas a partir de “forças” internas.

É claro que a existência de candidatos mais periféricos ou competitivos em termos de bases de apoio (novamente: política e/ou econômica) não é exclusiva ao PT: esta é uma distinção que faz parte da realidade e do cotidiano dos partidos de maneira geral. A singularidade do PT, entretanto, diz respeito à importância dos grupos internos no processo de seleção de candidatos, pois eles se constituem

fontes legítimas de indicação de candidaturas, dificilmente questionadas ou vetadas pelas instâncias de direção do partido.

Nos demais partidos analisados (PP, PMDB e PDT), a escolha dos candidatos a vereador encontra-se mais concentrada nas mãos dos dirigentes partidários (não necessariamente ocupantes dos cargos formais de direção, volta-se a insistir), a quem cabe com mais “autonomia” a decisão de incluir ou cortar certos filiados da lista final a ser apresentada ao eleitorado. Prova disso é que, em 2008, além de preencher o número máximo de vagas estipuladas pela legislação eleitoral, os três partidos tiveram de cortar certos nomes, em função de um número maior de pré-candidatos do que de vagas que poderiam ser ocupadas.

Diante disso, um passo importante para contribuir com a agenda de discussões sobre o tema da seleção de candidatos pelos partidos está relacionado ao aprofundamento do debate em torno dos critérios informais que adotam os selecionadores na hora de optar por um ou outro candidato. Ou seja, considerar que a escolha dos candidatos está intimamente relacionada ao que Norris (1993, 1996 e 1997) e Norris e Lovenduski (1995) chamaram de “demanda dos porteiros” (os *gatekeepers*), indicando que certas características sociais, culturais e individuais motivam os selecionadores a terem determinadas expectativas sobre quem escolher para atingir a maior eficiência eleitoral.

Ainda no Capítulo 3, foram apresentadas as contribuições com vistas a identificar, a partir do discurso dos dirigentes partidários, os principais critérios informais levados em conta na “montagem” das listas de candidatos a vereador. Na literatura nacional, a questão tem motivado um debate ainda incipiente, mas que converge no sentido de apontar para critérios diferenciados de acordo com o espectro ideológico dos partidos. Em linhas gerais, enquanto nos partidos mais à esquerda haveria uma valorização de atributos relacionados à militância e ao ativismo do filiado, nos partidos mais à direita, como o PFL-DEM, PP, PMDB, PSDB e PDT, os critérios utilizados implicariam maior ênfase a recursos pessoais, relacionados principalmente ao potencial eleitoral (ÁLVARES, 2004, 2006, 2008, 2008a, 2009; MARQUES, 2007; BRAGA e PRAÇA, 2007; BOLOGNESI, 2009; BRAGA e VEIGA, 2009).

A partir da observação do caso de Pelotas em 2008, foi possível perceber que, embora o mecanismo da candidatura nata tenha vigorado pela última vez, em âmbito local, no pleito de 2000, ela permanece institucionalizada na dinâmica dos

partidos, pois aqueles que já atuam como vereadores têm o seu lugar garantido. Estas candidaturas natas informais, do ponto de vista “racional”, implicam aos partidos chances muito maiores de êxito eleitoral e tendem a garantir a continuidade do espaço político já ocupado pelas legendas. Mas acontece que os vereadores que buscam a reeleição ocupam um espaço muito reduzido nas listas partidárias e, sendo assim, o maior número de vagas é preenchido por candidatos “novatos”.

Quando questionados sobre os critérios utilizados na escolha destes novatos, os dirigentes partidários elencaram diferentes elementos. No PP, os principais seriam: a atuação geográfica e o potencial eleitoral dos candidatos, ou seja, além de buscar “representantes” das mais diversas áreas e bairros da cidade, os candidatos devem agregar votos à legenda e aqueles com maiores expectativas eleitorais seriam os escolhidos, independentemente dos atributos que contribuam para tal. No PDT, além da observação da cota de gênero e a busca do maior número possível de mulheres, a atuação “geográfica” dos candidatos também seria avaliada, assim como a “representatividade” e os “trabalhos sociais” desenvolvidos em suas comunidades. No PMDB, teria prevalecido a busca de concorrentes com “inserção” e “participação” social, a exemplo do caso do PDT, e um critério de ordem mais organizacional (partidário) esteve em pauta em 2008: para serem indicados como candidatos, os filiados tiveram de participar de um curso preparatório, organizado pela Fundação Ulysses Guimarães, vinculada ao PMDB, em parceria com a UFRGS. No PT, finalmente, além da inserção em movimentos sociais, a militância partidária seria outro requisito fortemente valorizado, principalmente ao considerar que muitos dos candidatos foram indicados por correntes e grupos internos ao partido.

Ainda no Capítulo 3, um dos aspectos explorado esteve relacionado à importância do potencial eleitoral de um aspirante como um critério para efetivá-lo como candidato, algo afirmado tanto pela literatura (MARQUES, 2007; BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA e VEIGA, 2009) quanto pelos próprios dirigentes partidários – no presente estudo, especialmente nos casos de PP e PDT. Diante da apregoada importância do potencial eleitoral dos candidatos, uma questão importante apareceu como desdobramento na discussão: Como os líderes partidários avaliam esse potencial? Como é possível prever se um candidato é “bom” ou “ruim” de voto?

Como argumentado, um primeiro caminho para responder tais perguntas é supor que, no caso de candidatos já testados nas urnas, a avaliação dos líderes seja

facilitada, na medida em que eles podem ter como ponto de referência o desempenho precedente. Seguindo a sugestão de Marques (2007), foi avaliado o desempenho eleitoral dos candidatos a vereador que concorreram em 2004 e que disputaram o pleito de 2008 pelos principais partidos analisados (PP, PMDB, PDT e PT). Assim, ao mapear a votação dos concorrentes que disputaram as eleições em 2004 – em relação à média de cada lista – constatou-se curiosamente que o PP foi o partido que abrigou a maior quantidade de candidatos repetidos que apresentaram um desempenho abaixo da média (67%), seguido pelo PMDB (40%). Ao contrário, o PT foi o que mais repetiu candidatos com desempenho acima da média (88%), seguido pelo PDT (80%). Por este ângulo, os dados parecem apontar para algo que vai de encontro ao que a bibliografia tem afirmado até então: o potencial eleitoral seria um critério de seleção em voga nos partidos mais à direita, ao passo que nos partidos mais à esquerda (o maior exemplo seria o PT) o potencial eleitoral não figuraria como o mais relevante (MARQUES, 2007; BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA e VEIGA, 2009).

No entanto, é preciso relativizar as informações. Primeiro porque se está limitado à incidência de candidaturas repetidas, o que varia de legenda para legenda e pode gerar resultados falseados ou demasiadamente condicionados pelas peculiaridades de cada caso. Segundo porque a repetição de candidatos eficientes no PT não significa dizer que a legenda seleciona a partir desse critério, afinal, como indica a bibliografia e os depoimentos parecem confirmar, outros elementos parecem ser mais fortes, como: o tempo de filiação e a disputa entre as correntes internas. A esta questão pode ser acrescento o fato de que, dentre os oito candidatos repetidos, seis já tinham passagem pela Câmara Municipal, o que os coloca, teoricamente, com maior potencial do que outros – o que não se repetiu nas demais legendas.

O mais importante, neste cenário, é destacar que, em certos casos, mesmo tendo elementos que indiquem fraco desempenho eleitoral dos candidatos que já concorreram – assim como ocorrido no caso de Pelotas em 2008, o que poderia ser utilizado como mecanismo para cortar determinados aspirantes – os partidos têm reapresentado candidatos com votações pouco significativas, inferiores em relação à média das listas. O fato parece compreensível se for considerado que, assim como indicaram alguns depoimentos apresentados, os dirigentes partidários, por mais que busquem nomes competitivos eleitoralmente, sabem que estão diante de uma lista composta, de um lado, por puxadores de votos, e de outro, por candidatos

potencialmente menos competitivos, secundários, mas que são importantes porque ajudam a agregar “forças” para a legenda.

Com o intuito de ir além do discurso dos dirigentes partidários e avançar na discussão acerca dos critérios informais que podem ser levados em conta no momento de optar por um ou outro candidato a vereador, o objetivo no Capítulo 4 foi identificar e analisar o perfil daqueles filiados que passaram pelo crivo dos partidos e disputaram o pleito de 2008 no município de Pelotas.

A começar pelos indicadores relativos ao perfil social dos candidatos, disponibilizados pelo TRE-RS, foi possível constatar, a exemplo de trabalhos anteriores (MARQUES, 2007; NOLL e LEAL, 2008; BOLOGNESI, 2009; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009), uma reduzida participação das mulheres (24%) e dos jovens (11%). Mais do que uma exclusão no âmbito dos partidos e de dirigentes partidários que poderiam dificultar o acesso de tais públicos às listas, a reduzida participação de jovens e principalmente das mulheres na política, assim já sugerido, parece relacionada a “filtros” anteriores aos partidos, disseminados na sociedade sob a forma de valores e de hábitos culturais que tendem a afastar as mulheres da política institucional – um aspecto que precisa ser mais bem explorado pelas pesquisas.

Se, de um lado, a observação dos indicadores referentes ao sexo e à faixa etária dos candidatos a vereador em Pelotas nas últimas eleições apontou para semelhanças destes em relação aos ocupantes dos cargos políticos mais importantes do quadro nacional; de outro, alguns indicadores apontaram para a especificidade do perfil dos aspirantes a vereador, principalmente quando observados os quesitos ocupação e escolaridade.

A partir do caso de Pelotas em 2008, é possível dizer que as disputas da política local comportam, ou tendem a comportar, uma maior diversidade de atividades profissionais, as quais vão desde as mais valorizadas em termos de prestígio e de reconhecimento social e político (como médicos e advogados, por exemplo) até aquelas que não exigem preparação acadêmica e não costumam ser associadas ao mundo da política, como no caso de: trabalhadores assalariados urbanos (13%); trabalhadores autônomos (12%); ou daqueles que sequer exercem atividades remuneradas (10%), como as donas de casa.

De forma semelhante, os dados relativos à escolaridade revelaram uma diversidade relativamente “equilibrada” de tipos de capital escolar, o que inclui desde

aqueles que não completaram o ensino fundamental até aqueles que concluíram o ensino superior. Entretanto, os significativos percentuais de candidatos que declararam possuir apenas o ensino fundamental incompleto (21%) ou o ensino fundamental completo/médio incompleto (25%) indicam que, ao menos no cenário da política municipal, possuir um capital escolar mais elevado não necessariamente se constitui como um requisito importante para ter acesso às listas partidárias.

Para além do perfil social dos candidatos, ainda no Capítulo 4, o objetivo foi verificar em que medida os vínculos partidários constituem-se como um recurso valorizado pelos partidos no momento de definir os seus nomes para as disputas eleitorais, algo que, até então, a bibliografia atribuiu apenas ao PT (MARQUES, 2007; BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA E VEIGA, 2009).

Por este caminho, a análise dos vínculos partidários dos candidatos que concorreram em 2008 em Pelotas, traduzida em termos de tempo de filiação ao partido pelo qual foram indicados, demonstrou que a maioria dos candidatos (44%) apresentou um ano de filiação, o tempo mínimo exigido pela legislação eleitoral para que alguém possa se apresentar para a disputa a um cargo eletivo no Brasil. Ao serem somados aqueles com filiação de dois a cinco anos, o patamar chegou a mais de 70%. Ou seja: a grande maioria dos aspirantes a vereador apresentou um histórico de breve ingresso na legenda pela qual disputou a eleição.

Houve, todavia, variações importantes, quando foram considerados os principais partidos. No PP e no PDT, a quase metade dos candidatos apresentou o tempo mínimo exigido pela legislação (44% e 45%, respectivamente) e a ampla maioria, até cinco anos de filiação (72% e 77%, respectivamente). No PMDB, uma parcela significativa dos candidatos contou com apenas um ano de filiação (36%) e, quando considerados os filiados com até cinco anos de filiação, o índice chegou a 50% dos nomes da lista. Por fim, no PT, o menor índice foi justamente o de candidatos com um ano de filiação (5%), ao passo que o maior foi formado por nomes com acima de 10 anos de filiação (58%).

Além disso, o trabalho avaliou a existência de vínculos partidários “prévios” dos candidatos, ou seja: Eles possuem filiações exclusivas no partido pelo qual concorreram ou apresentam um histórico de filiações anteriores? O caso de Pelotas em 2008 revelou que a maioria dos candidatos (72%) não foi filiada a outras legendas. Ao considerar os principais partidos, o PP foi aquele cujos concorrentes apresentaram o maior índice de filiações a outras legendas (37%), seguido por PDT

e por PMDB, que tiveram desempenhos semelhantes (23% e 21%, respectivamente). O PT, por sua vez, apresentou o menor percentual de nomes que já foram membros de outras legendas (15%).

De um lado, o índice de candidatos com filiações anteriores (28%) parece reforçar o perfil de candidatos “amadores”, que estão iniciando na política e que possuem filiações exclusivas. De outro lado, ao verificar se os candidatos com pouco tempo de filiação já foram vinculados a outros partidos, foram confirmadas as expectativas de um significativo reposicionamento no mercado político dos candidatos com menor tempo de filiação – entre os concorrentes com um ano de filiação (que representam 44% do geral), 37% deles já foram filiados a outras legendas; e entre aqueles com dois até cinco anos (30% no geral), o índice de candidatos com filiações anteriores foi de 21%.

Quando analisados de maneira conjunta, os indicadores relativos aos vínculos partidários dos candidatos a vereador que disputaram as eleições de 2008 em Pelotas indicam que, seguindo o que destaca Marengo dos Santos (1997, 2000 e 2003), engajamento e vivência na instituição são secundários para a obtenção de uma vaga como candidato também no grau zero (NOLL e LEAL, 2008) da política, o que se configura como indício de um recrutamento de tipo predominantemente *lateral*.

Afinal, uma parcela importante dos candidatos apresentou um curto tempo de filiação no partido pelo qual disputaram as eleições (44% há um ano e 74% até cinco anos). E dentre os concorrentes com um ano de vínculo partidário formal, 63% ingressaram em sua primeira legenda, indicando, assim, que a maioria dos aspirantes a apresentou um histórico de breve inserção partidária, em detrimento de trajetórias marcadas por laços de longa durabilidade.

Entretanto, se para toda a regra há exceção, há que se dizer que esta tendência é verificada em menor parte no caso do PT, cujos candidatos apresentaram os maiores tempos de filiação (58% com mais de 10 anos de filiação e apenas 5% com um ano de filiação). Os dados, em suma, corroboram os achados de Marques (2007), Braga e Praça (2007), Braga e Veiga (2009), segundo os quais a experiência e a militância, traduzidas em um tempo de filiação mais elevado, são atributos mais característicos dos candidatos do PT e dificilmente encontrados nas demais siglas.

Além da análise dos vínculos partidários dos candidatos, o presente trabalho buscou avaliar o que foi sugerido por Marques (2007) como um importante “recurso” informal de escolha dos candidatos: a participação em eleições anteriores. Nesse sentido, o caso de Pelotas em 2008 apontou que, além de novatos nos partidos, a maioria dos candidatos pode ser considerada novata também nas eleições – 55% dos candidatos a vereador não haviam concorrido anteriormente e participavam da sua primeira disputa eleitoral.

A segmentação dos dados de acordo com os principais partidos apontou que o PDT apresentou o maior índice de novatos (68%), ao passo que nas demais legendas os resultados foram semelhantes – no PMDB, 57%; no PT, 55% e no PP, 53%. A diferença é que o índice de candidatos que já concorreram por outros partidos é consideravelmente maior nos casos do PP e do PDT (43% e 44%, respectivamente) e menor nos casos de PMDB e PT (17% e 18%, respectivamente).

Ainda no quesito participação em eleições anteriores, verificou-se o índice de renovação das principais listas partidárias (MARQUES, 2007), com vistas a dimensionar se aqueles que concorreram em 2008 estavam ou não presentes na lista do partido no pleito anterior. Assim, enquanto PP e PDT apresentaram um índice de renovação superior a 80%, ou seja, um elevado percentual de candidatos que não estavam em suas listas no pleito de 2004, PMDB e PT ficaram em um patamar menos elevado (da ordem de 60%).

Em suma, os dados relativos à participação em eleições anteriores dos aspirantes a vereador em Pelotas em 2008 apontam para a ideia de que os candidatos indicados por PMDB e por PT tendem a apresentar uma trajetória marcada por experiências eleitorais viabilizadas pelo mesmo partido; ao passo que, no PP e no PDT, há uma quantidade maior de novatos, seja porque realmente não possuíam filiação anterior e estão a estrear na política, seja porque são oriundos de outras siglas e optaram apenas mais recentemente por aquela pela qual disputaram a eleição.

Diante dos indícios de que a consolidação dos vínculos partidários e a experiência político-eleitoral dos candidatos não se constituem no seu maior trunfo, ainda no Capítulo 4, o objetivo foi explorar outros tipos de credenciais sociais que costumam ser valorizadas pelos dirigentes partidários no processo de escolha dos concorrentes a uma cadeira legislativa municipal. Lembra-se que eles argumentaram



(com a exceção do PP) valorizar candidatos “representativos”, dotados de “inserção social” e ligados a “trabalhos sociais”.

A partir da realização de entrevistas com alguns dos candidatos a vereador que concorreram pelos principais partidos (PP, PMDB, PDT e PT) em Pelotas no último pleito, foi possível constatar uma diversidade de recursos sociais (CORADINI, 1996 e 2001) que funcionam como uma espécie de “ponte” para a política e as listas partidárias, mais especificamente. Tratam-se de certas “qualidades” sociais que apontam para diferentes tipos de relações que os candidatos possuem com o campo da política, indo desde as circunstâncias mais “caseiras” e “amadoras”, como no caso dos concorrentes que atuam como lideranças comunitárias, seja a partir de uma condição mais individual, seja a partir da atuação em grupos sociais, até aquelas que envolvem certo grau de profissionalização da política, como no caso dos candidatos que mantêm um tipo de vínculo profissional com a política, não necessariamente como decorrência da ocupação de um mandato de vereador, mas como alguém que atuou e/ou atua como “cargo de confiança”, os conhecidos “CCs”.

Muitas vezes o maior “trunfo” de um candidato está justamente na sua condição de não pertencer ao mundo da política, mas de atuar como um “representante” de certas demandas das comunidades e dos diferentes grupos sociais. Assim, ser uma liderança comunitária, realizar trabalhos voltados às necessidades das comunidades mais pobres, participar de uma associação de bairro ou clube de mães, ter inserção na mídia e em grupos religiosos, ou ainda, pertencer a uma categoria profissional “importante” (JOBIM, 1992), tudo isto acaba se constituindo como “atrativo” aos partidos políticos nos arranjos informais do processo de escolha dos candidatos – atrativo porque funcionam como indicadores de maiores expectativas em relação ao potencial eleitoral dos concorrentes.

Porém, há candidatos cujos principais recursos eleitorais estão mais diretamente relacionados ao campo da política, ou seja, são aqueles concorrentes que já ocuparam ou ocupam cargos públicos, principalmente os eletivos, e buscam a reeleição ou a retomada da carreira. Isso não quer dizer que estes candidatos não acumulem alguns dos trunfos eleitorais anteriormente abordados. A questão é que, para estes candidatos, a principal “qualidade” que possuem é a própria condição de alguém que já é “político” e, por isso, dotado de maior conhecimento e visibilidade por parte do eleitorado. É importante lembrar, nesse sentido, que dentre as listas partidárias apresentadas pelos principais partidos em 2008 na cidade de Pelotas, a

maior concentração de candidatos que já ocuparam algum tipo de cargo público (eletivo ou não) está no PT, o que pode ser interpretado como mais um indício dos vínculos partidários de maior durabilidade dos candidatos do PT em relação aos demais.

Em poucas palavras, a partir do desenvolvimento do presente estudo de caso, centrado na experiência do município de Pelotas em 2008, a principal contribuição para a agenda de pesquisas sobre o tema da seleção de candidatos está relacionada ao seguinte raciocínio: não é possível falar de *um método* único de seleção partidário para a escolha dos candidatos que irão disputar uma eleição, pois os candidatos possuem diferentes recursos que funcionam como “atrativos” aos partidos ou, mais especificamente, àqueles a quem recai a tarefa de incluir ou excluir algum filiado da lista, os dirigentes partidários. Isso porque as listas incluem desde aqueles que buscam a reeleição ou a retomada da carreira (que possuem um maior cacife eleitoral, portanto), que já disputaram as eleições e tendem a ser mais conhecidos (não necessariamente bem votados), até aqueles que nunca disputaram uma eleição, mas que possuem outros tipos de recursos sociais e acabam atuando como “representantes” de certos públicos e categorias sociais específicas.

## Referências

### 1. Material bibliográfico

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de / CARNEIRO, Leandro Piquet. Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. *Opinião Pública*. Campinas, 9 (1), 2003.
- ÁLVARES, Maria Luzia. *Mulheres na competição eleitoral: seleção de candidaturas e o padrão de carreira política no Brasil*. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro. IUPERJ.
- \_\_\_\_\_. *Determinantes da seleção de candidaturas aos cargos parlamentares e regras estatutárias na formação do selecionador brasileiro, nas eleições de 2002*. 5º Encontro da ABCP. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <[http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp/cadastro/atividade/arquivos/21\\_7\\_2006\\_18\\_0\\_3\\_9.pdf](http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp/cadastro/atividade/arquivos/21_7_2006_18_0_3_9.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2009.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Formação de elites & seleção de candidaturas: o "jardim secreto" da elaboração de listas partidárias*. XXXI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2007. Disponível em: <[http://201.48.149.89/anpocs/arquivos/11\\_10\\_2007\\_18\\_34\\_6.pdf](http://201.48.149.89/anpocs/arquivos/11_10_2007_18_34_6.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2009.
- \_\_\_\_\_. *Recrutamento político e seleção de candidaturas: acesso às listas e o papel das lideranças no "Jardim Secreto"*. 6º Encontro da ABCP. Campinas, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Mulheres Brasileiras em Tempo de Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e Degraus de Acesso aos Cargos Parlamentares*. *Dados*. Rio de Janeiro, 51 (4), 2008a.
- \_\_\_\_\_. *O GTE e o recrutamento de candidaturas no Partido dos Trabalhadores*. XXXIII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2009. Disponível em: <<http://sec.adtevento.com.br/anpocs/inscricao/resumos/0001/TC0758-1.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2009.
- ARAUJO, Clara Maria de Oliveira. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, 2, 2009.
- \_\_\_\_\_. As Mulheres no Cenário Eleitoral de 2002. *Revista Polêmica*. Rio de Janeiro, 1 (7), 2002.
- \_\_\_\_\_. Analisando estratégias - potencialidades e limites das políticas de cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, (9), 2001.
- ÁVILA FILHO, Paulo. (2008). *Assimetria e trocas políticas locais: apontamentos preliminares de uma pesquisa sobre produção legislativa e dinâmica política municipal*. Disponível em: <[http://publique.rdc.puc-rio.br/desigualdadediversidade/media/Filho\\_desdiv\\_n2.pdf](http://publique.rdc.puc-rio.br/desigualdadediversidade/media/Filho_desdiv_n2.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2010.
- BARRETO, Alvaro. *Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004)*. *Opinião Pública*. Campinas, 14 (1), 2008a.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Sistema partidário em Pelotas (1982-2004)*. Pelotas: UFPel, 2008b.

- \_\_\_\_\_. Reeleição para o executivo municipal no Brasil (2000-2008). *Revista Debates (UFRGS)*. Porto Alegre, 3 (2), 2009a.
- \_\_\_\_\_. Reeleição no legislativo municipal: o que há de novo no pleito de 2008? Estudo a partir de Pelotas/RS (1982-2008) In: BAQUERO, Marcelo / CREMONESE, Dejalma. (Org.). *Eleições Municipais 2008 - Uma análise do comportamento eleitoral brasileiro*. Ijuí: Unijuí, 2009b.
- \_\_\_\_\_. *Coligação em eleições proporcionais: a disputa para a Câmara de Vereadores de Pelotas (1988-2008)*. Pelotas: UFPel, 2009c.
- BARNEA, Shlomit e RAHAT, Gideon. Reforming Candidate Selection Methods: a three-level approach. *Party Politics*, 13 (3), may, 2007.
- BOLOGNESI, Bruno. *Candidatos e eleitos: o recrutamento político nos partidos paranaenses nas eleições de 2006*. Curitiba, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Paraná.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político In: Idem. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa / PRAÇA, Sergio.. Recrutamento partidário: seleção de candidatos à Câmara paulistana In: KINZO, Maria D'Alva / BRAGA, Maria do Socorro (Orgs.) *Eleitores e representação partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas/CNPq, 2007.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Organização partidária e seleção de candidatos no estado de SP. *Opinião Pública*. 14 (2), nov., 2008.
- \_\_\_\_\_. Reclutamiento partidario y representación: selección de candidatos a la Cámara de Diputados en Brasil In: FREIDENBERG, Flavia / SÁEZ, Manuel Alcántara. (Org.). *Selección de candidatos, política partidista y rendimiento democrático*. México. Tribunal Federal Electoral del Distrito Federal, 2009.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa / VEIGA, Luciana Fernandes / MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Anpocs, 24 (70), jun, 2009.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa / VEIGA, Luciana Fernandes. *Eleições 2008: por quem e como são selecionadas as listas partidárias às Câmaras de Vereadores de três capitais brasileiras*. Caxambu: XXXIII Encontro Anual da Anpocs. Disponível em: < [www.anpocs.org.br/portal/component?option=com.../task.../Itemid,85/](http://www.anpocs.org.br/portal/component?option=com.../task.../Itemid,85/)>. Acesso em: 12 jan. 2009.
- CARNEIRO, Leandro Piquet / ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. *Dados*. Rio de Janeiro, 51 (2), 2008.
- CORADINI, Odaci L. Origens sociais, mediação e processo eleitoral num município de imigração italiana In: BARREIRA, Irllys / PALMEIRA, Moacir (Org). *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Em Nome de quem?* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- \_\_\_\_\_. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, (28), jun., 2007.
- COUTO, Cláudio Gonçalves / ABRUCIO, Fernando. Governando a cidade? A força e a fraqueza da Câmara Municipal. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, v.9 (2), abr.-jun., 1995.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. Negociação, decisão e governo: padrões interativos na relação Executivo-Legislativo e o caso paulistano In: ANDRADE, Regis de Castro (Org.). *Processo de governo no município e no estado*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1988.
- CZUDNOWSKI, Moshe M. Political Recruitment. In: GREENSTEIN, Fred I. / POLSBY, Nelson W. *Micropolitical Theory*. Handbook of Political Science, v.2, Reading Massachusetts, Addison-Wesley Publishing Company, 1975.
- DOGAN, Mattei. Les profession propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers In: OFFERLE, Michael. *La Profession Politique*. Paris : Édition Belin, 1999.
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

- FIGUEIREDO, Argelina / LIMONGI, Fernando. Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária. *Dados*. Rio de Janeiro, 45 (2), 2002.
- FLEISCHER, David. O Trampolim político: mudanças nos padrões de recrutamento político em Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 7 (1), 1973.
- \_\_\_\_\_. A Bancada federal mineira: trinta anos de recrutamento político, 1945-1975. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, (45), 1977.
- \_\_\_\_\_. Renovação política – Brasil 1978: eleições parlamentares sob a égide do ‘Pacote de Abril’. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 23 (2), 1980.
- \_\_\_\_\_. O Pluripartidarismo no Brasil: dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967. *Revista de Ciência Política*, 24 (1), 1981.
- \_\_\_\_\_. O Novo pluripartidarismo: perfil socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 versus 1983) In: Idem (Org.). *Da Distensão à abertura*. Brasília : UnB, 1988.
- FORJAZ, Maria Cecília. Spina. Os Deputados de São Paulo: trajetória social e política. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, 25 (3), 1985.
- FREIDENBERG, Flávia / LÓPEZ, Francisco Sanches. Como se escolhe um candidato a Presidente? Regras e Práticas nos partidos políticos da América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, 8 (2), 2001.
- GALLAGHER, Michael / MARSH, Michael. (1988). *Candidate selection in comparative perspective. The Secret garden of politics*. London: Sage, 1988.
- GAXIE, Daniel. Les Logiques du recrutement politique. *Revue Française de Science Politique*, 30 (3), fev. 1980. Disponível em: [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp\\_0035-2950\\_1980\\_num\\_30\\_1\\_393877](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp_0035-2950_1980_num_30_1_393877)>. Acesso em: 13 abr. 2010.
- GUARNIERI, Fernando. Partidos, *Seleção de Candidatos e Comportamento Político*. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo.
- HAZAN, Reuven Y. Candidate selection In NIEMI, L. / GUNTER, R., / NORRIS, P. *Comparing Democracies 2*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 2002.
- JOBIM, Nelson. Depoimento In: TRINDADE, Hélió (Org.). *Reforma eleitoral e representação política (Brasil anos 90)*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As Câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opin. Pública*, 11 (2), out., 2005.
- KLEIN, Cristian. *O Desafio da Reforma Política*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- KUHN, Maicon Duarte. *Comportamento do eleitor do distrito de Monte Bonito, nas eleições para a Câmara de Vereadores de Pelotas em 2004 e em 2008*. Pelotas, 2010. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Pelotas.
- KUSCHNIR, Karina. *Eleições e Representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NUAP, 2000.
- LANDÉ, Carl. The Dyadic Basis of Clientelism In: SCHMIDT et al. *Friends, Followers and Factions: A Reader in Political Clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977.
- LEMOS, Leany Barreiro / RANINCHESKI, Sonia. Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do plenário e da Comissão de Justiça e Cidadania na década de 90 In: LEMOS, Leany Barreiro (Org.). *O Senado Federal brasileiro pós-Constituinte*. Brasília: Senado Federal/Unilegis, 2008.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Carreira política e mobilidade social: o legislativo como meio de ascensão social. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, 7 (2), 1973.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Partidos, eleições e poder legislativo In: MICELI, S. (Org.). *O Que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré, v.3, 1999.
- LOPEZ, Felix. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba. (22), jun., 2004.
- LOPES, Valmir. Poder local e representação política: estudo sobre os vereadores comunitários e institucionais em Fortaleza In: CARVALHO, R. (Org.). *A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000*. Campinas/Fortaleza: Pontes/PPGS-UFC, 2003.

- MADURO, L. A. P. / LARANJEIRAS, S. M. G. / VIANNA, M. L. T. W. Notas de pesquisa – estudo da representação política no estado da Guanabara: eleitos em 15-11-1970. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, 5 (2), 1971.
- MADURO, L. A. P. / HERESCU, M. / ABREU, R. L. F. Os Representantes do município do Rio de Janeiro. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, (23), 1980.
- MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias – o caso do Brasil*. Rio de Janeiro / Porto Alegre: Fundação Getúlio Vargas / Mercado Aberto, 2001.
- \_\_\_\_\_. Políticos, partidos e sistemas eleitorais. *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap (29), mar., 1991.
- \_\_\_\_\_. A Democracia presidencialista multipartidária: o caso Brasil. *Lua Nova*. São Paulo (28), 1993.
- MALUF, Rui Tavares. *A Carreira política na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP)*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo.
- MARENCO DOS SANTOS, André. Nas Fronteiras do Campo Político. Raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira Ciências Sociais*, 12 (33), 1997.
- \_\_\_\_\_. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento Parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)*. Porto Alegre, 2000. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- \_\_\_\_\_. Partidos em carne e osso: votos e deputados nas eleições de 2002. *Cadernos Adenauer*. Rio de Janeiro, 4 (1), 2003.
- MARENCO, André / SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 22 (64), jun., 2007.
- MARQUES, José Elias Domingos. *Na busca dos novos líderes: o processo de construção de candidaturas ao legislativo municipal aspectos teóricos e um estudo de caso*. São Carlos, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos.
- MESSEMBERG, Débora. *A Elite Parlamentar do pós-Constituinte: Atores e Práticas*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- \_\_\_\_\_. A Elite parlamentar brasileira (1989-2004). *Sociedade e Estado*, Brasília, 22 (2), 2007.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UnB, 1982.
- MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista Sociologia e Política*. Curitiba (20), 2003.
- MIGUEL, Luís Felipe / QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Estudos Feministas*. Florianópolis. 14 (2), maio-ago., 2006.
- MIGUEL, Luis Felipe / MACHADO, Carlos. Um Equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). *Dados*. Rio de Janeiro, 50 (4), 2007.
- MOREIRA, M. T. V. A Renovação dos quadros políticos na Guanabara. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, (1), 1967.
- MOSCA, Gaetano. *La Clase Política*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- NICOLAU, Jairo Marconi. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. *Dados*. Rio de Janeiro, 49 (4), 2006.
- NOLL, Maria Izabel. *O Perfil dos vereadores do Rio Grande do Sul – uma leitura sob a ótica política*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.
- NOLL, Maria Izabel / LEAL, Carine de Souza. *A política local na construção da carreira política: o caso dos vereadores (São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre)*. 6º Encontro da ABCP, 2008. Campinas. Disponível em: [http://201.48.149.88/abcp2008/arquivos/22\\_7\\_2008\\_17\\_18\\_59.pdf](http://201.48.149.88/abcp2008/arquivos/22_7_2008_17_18_59.pdf)
- NORRIS, Pippa. Comparing legislative recruitment In: LOVENDUSKI, Joni / NORRIS, Pippa. *Gender and party politics*. London: Sage, 1993.



- \_\_\_\_\_. Legislative recruitment In: LEDUC, Lawrence; NIEMI, Richard G. / NORRIS, Pippa. *Comparing democracies. elections and voting in global perspective*. London: Sage, 1996.
- \_\_\_\_\_. (ed.). *Passages to Power. Legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- NORRIS, Pippa / LOVENDUSKI, Joni. *Political recruitment. Gender, race and class in the British Parliament*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- NUNES, Edson. Legislativo, Política e Recrutamento de Elites no Brasil. *Dados*. Rio de Janeiro (17), 1978.
- OFFERLE, Michael. *La Profession Politique*. Paris : Édition Belin, 1999.
- OLIVEIRA, Otair Fernandes de. *O Legislativo municipal no contexto democrático brasileiro: um estudo sobre a dinâmica legislativa da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, 1999. Mestrado (Dissertação em Ciência Política). Universidade Federal Fluminense.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PARAHYBA, M. A. / MADURO, L. A. P. / VIANNA, M. L. T. W. Candidato versus sistema político – notas de uma pesquisa sobre o acesso aos cargos legislativos na Guanabara. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, 5 (4), 1971.
- PERISSINOTTO, Renato / BOLOGNESI, Bruno. O Recrutamento Político no PT e no PFL paranaenses nas Eleições de 2006: sugestões de pesquisa. *Mediações*. 14 (1), jan.-jun., 2009.
- PERISSINOTTO, Renato / MIRÍADE, Angel. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. *Dados*. Rio de Janeiro, 52 (2), 2009.
- PINTO, Celi Regina Jardim. Afinal o que querem as mulheres na política? In: BARREIRA, Irlis. (Org.). *Candidatos e Candidaturas (enredos da campanha eleitoral no Brasil)*. São Paulo: Annablume, 1998..
- PITTA, N. A. M. / ARRUDA, J. M. Composição sociológica da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara. *Revista de Direito Público e Ciência Política*. Rio de Janeiro, 9 (3), 1966.
- RAHAT, Gideon, / HAZAN, Reuven Y. Candidate selection methods: an analytical framework. *Party Politics*, 7 (3), may, 2001.
- RAHAT Gideon. Candidate Selection: The choice before the choice. *Journal of Democracy*. 18 (1), jan., 2007.
- RANNEY, Austin. *Pathways to parliament*. Madison and Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965.
- \_\_\_\_\_. Candidate Selection In: BUTLER, David / PENNIMAN, Howard R. / RANNEY, Austin (eds). *Democracy at the polls: a comparative study of competitive national elections*. Washington: American Enterprise Institute, 1981.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2006.
- SAMUELS, David. *Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- SANTOS, Fabiano. Deputados Federais e Instituições Legislativas no Brasil: 1946-1999 In: BOSCHI, Renato / DINIZ, Eli / SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- \_\_\_\_\_. Recruitment and Retention of Legislators in Brazil In: LOWENBERG, G. / SQUIRE, P. / KIEWIET, D. R. (orgs.). *Legislatures – Comparative Perspectives on Representative Assemblies*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2002.
- SANTOS, Leonardo Rochedo Spencer dos. *As Relações entre Executivo e Legislativo em Pelotas (1988-1998)*. Porto Alegre, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SCHATTSCHEIDER, E. E. *Regimen de partidos*. Madrid: Tecnos, 1964.

- SCHMITT, Rogério / CARNEIRO, Leandro Piquet / KUSCHNIR, Karina. Estratégias de campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em eleições proporcionais. *Dados*. Rio de Janeiro, 42 (2), 1999.
- SIAVELIS, Peter M., / MORGENSTERN, Scott. Reclutamiento y selección de candidatos en América Latina: un marco para el análisis In: FREIDENBERG, Flavia / SÁEZ, Manuel Alcántara (Org.). *Selección de candidatos, política partidista y rendimiento democrático*. México: Tribunal Federal Electoral del Distrito Federal, 2009.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – SANTA CATARINA. *Glossário. Sistema ELO*. Disponível em: <<http://www.tre-sc.gov.br/site/ferramentas-do-portal/glossario/indexf917.html?uid=145&cHash=0903f37dc1>>. Acesso em: 02 set. 2010.
- VALE PARAIBANO. *Candidatura nata é suspensa*. 22 abr. 2002. Disponível em: <<http://jornal.valeparaibano.com.br/2002/04/25/nac/stf.html>>. Acesso em: 14 jan. 2010.
- VEJA.COM. *Seções on-line. Perguntas e Respostas. O Papel dos vereadores*, 2008. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas\\_respostas/vereadores/index.shtml](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/vereadores/index.shtml)>. Acesso em: 26 fev. 2010.
- VIANNA, M. L. T. W. / MADURO, L. P. / PARAHYBA, M. A. Notas de pesquisa – estudo de representação política no estado da Guanabara: candidatos e eleitos no pleito de 15-11-1970. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, 5 (2), 1971.
- VOGEL, Luiz Henrique. Instituições políticas municipais: notas sobre autonomia e qualidade da democracia. *Cadernos ASLEGIS*. Rio de Janeiro, (34), maio-ago., 2008. Disponível em: <[http://www.aslegis.org.br/aslegis/images/cadernos/Cadernos34/06%20revista34\\_instituicoes%20politicas%20municipais%20p%2099-114.pdf](http://www.aslegis.org.br/aslegis/images/cadernos/Cadernos34/06%20revista34_instituicoes%20politicas%20municipais%20p%2099-114.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2010.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1984.

## 2. Fontes consultadas

- BRASIL. *Lei 9.504 de 30 set. 1997*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm)>. Acesso em: 23 mar. 2010.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. *Vereador Idemar Bartz*. Disponível em: <<http://www.camarapel.rs.gov.br/vereadores/idemarbarz/idemarbarz.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2010.
- IBGE. *Cidades@. Rio Grande do Sul. Pelotas. Estimativa da População 2009*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Consulta em: 12 mar. 2010.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – RIO GRANDE DO SUL. *Estatística RS. Eleitorado Apto*. Disponível em: <[http://www.tre-rs.gov.br/apps/estatisticas/index.php?acao=busca\\_dados&tipo=1&formato\\_apresentacao=0&critério\\_ordenacao=0&tipo\\_ordenacao=1&minimo\\_eleitores=200000&maximo\\_eleitores=300000&x=60&y=6](http://www.tre-rs.gov.br/apps/estatisticas/index.php?acao=busca_dados&tipo=1&formato_apresentacao=0&critério_ordenacao=0&tipo_ordenacao=1&minimo_eleitores=200000&maximo_eleitores=300000&x=60&y=6)>. Acesso em: 18 ago. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Eleições 2008. Divulgação dos resultados – 1º turno. Pelotas*. Disponível em: <<http://www.tre-rs.gov.br/eleicoes/2008/1turno/RS87912.html>>. Acesso em: 12 jan. 2010.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Sistema ELO*.

## 3. Relação de entrevistas

Adalim Luiz Garcia Medeiros (PMDB), candidato à reeleição



Affonso Dêntice da Silva (PP), dirigente  
Antonio Carlos de Jesus Selister (PP), candidato e dirigente  
Carlos Alberto dos Santos Passos – Beto da Z-3 (PT), candidato  
Daniel Quevedo Nobre (PP), candidato  
Deli da Silva Pinho (PDT), candidata  
Diarone Pedro Rocha dos Santos (PT), candidato  
Dionizio de Almeida Vellozo (PP), candidato  
Erenice Oliveira Nunes (PP), candidata  
Francisco de Assis Medina Garcia (PT), candidato  
Gecilaine Monckes Vieira (PP), candidata  
Getúlio da Cunha Garcia (PMDB), candidato  
Gilson Teixeira Rodrigues (PDT), candidato  
Jacira Porto dos Santos (PT), candidata  
João Emílio da Silva Silveira - João do ônibus e do mercadinho (PDT), candidato  
João Ourides Botelho (PMDB), candidato  
Jorge Alexandre Borges (PMDB), candidato  
José Maria Carvalho da Silva (PMDB), dirigente  
José Nunes de Souza - Ceará (PDT), candidato  
José Valdoir Ribeiro - Coronel Valdoir (PDT), candidato e dirigente  
Luciane Barcellos de Almeida (PT), candidata  
Luciano Luz de Lima (PT), candidato e dirigente  
Maristel Pereira Mainardi (PMDB), candidata  
Miriam Paz Garcez Marroni (PT), candidata  
Nelson da Costa Pires – Nelsinho do PT (PT), candidato  
Nereu Gonçalves Mendes (PDT), candidato  
Neuza Terezinha Ribeiro de Ribeiro – Tia Neuza (PDT), candidata  
Noemi Souza de Souza (PDT), candidata  
Osvaldo Jesus Soares Carvalho – Osvaldo do Tamoyo (PDT), candidato  
Paulo Fernandes Alves da Porciuncula (PP), candidato  
Rogério Alvarez Cardoso (PMDB), candidato  
Velocino Cardoso Vieira (PDT), candidato  
Vera Lucia Pereira de Pereira (PDT), candidata  
Vera Maria Guimarães de Oliveira (PMDB), candidata  
Vitor Roger Machado Ney (PP), candidato  
Zilda Maria Treiber Bürkle (PMDB), candidata